

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

PEQUENA INTRODUÇÃO CRÍTICA À HISTÓRIA
POLÍTICA DE RONDONÓPOLIS-MT (1875-2004)

ROSIMEIRE TELES DE OLIVEIRA

CUIABÁ-MT
SETEMBRO/2005

Ficha Catalográfica

5676i

Título/Oliveira, Rosimeire Teles. Pequena Introdução Crítica à História Política de Rondonópolis-MT (1875-2004). – Cuiabá: UFMT/ HIS, 2005. 204 p.

Dissertação (Mestrado em História) Un. Fed. de MT., 2005.

Bibliografia: p. 195-204

1 - História; 2 – Mato Grosso; 3 – Ciência Política; 4 – Sociologia .

CDU – 981.72..307 (321.8)

ROSIMEIRE TELES DE OLIVEIRA

**PEQUENA INTRODUÇÃO CRÍTICA À HISTÓRIA
POLÍTICA DE RONDONÓPOLIS-MT (1875-2004)**

**Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado do Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Mato
Grosso, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
História.**

**Orientador: Prof. Dr. Otávio
Canavarros**

**CUIABÁ-MT
SETEMBRO/2005**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Otávio Canavarros

Presidente

Prof. Dr. Flávio Antonio da Silva Nascimento

Membro Interno/UFMT

Prof. Dr. Valdemir D. Zamparoni

Membro Externo/UFBA

Prof. Dr. João H. Botteri Negrão

Suplente/UFMT

Dedicatória

A todos aqueles que acreditam que uma sociedade mais justa é possível, e que de alguma forma trabalham para sua realização.

Ao Edson Vicente, *in memoriam*.

Agradecimentos

Agradeço aos professores Dr. Otávio Canavarros e Dr. Flávio Antônio da Silva Nascimento, os quais foram de fundamental importância para o encaminhamento da pesquisa. Pelas discussões e orientações pautadas no respeito e liberdade, sou-lhes profundamente grata.

A todas as pessoas que de uma maneira ou de outra estiveram comigo e que também contribuíram para a realização desta pesquisa, minhas palavras só podem ser de agradecimento: aos colegas de curso; aos funcionários da secretaria e ao corpo docente do Programa de Mestrado; ao departamento de História do *Campus* universitário de Cuiabá e de Rondonópolis; aos bibliotecários e funcionários dos serviços gerais também dos dois *Campus*; aos amigos e amigas que angariei ao longo desses dois anos em Cuiabá e que não posso nominá-los, sob o risco de deixar alguém sem referendo; à minha irmã e minhas sobrinhas que me acolheram com carinho e prontidão. Ao meu esposo e demais familiares, agradeço o acompanhamento.

Minha gratidão especial às pessoas que se dispuseram a conceder-me entrevista e a partilharem comigo seus conhecimentos sobre a História Política de Rondonópolis, e cujas informações foram imprescindíveis para a re-construção da mesma: Família Espíndola (Sr^{as} Maria Elza, Inês Moraes e Íbya Gamarra Espíndola, ex-moradoras da Colônia Macaco); Pe. Lothar Bauchorowitz; Afro Stefannini (ex-deputado federal e Estadual; ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de MT); Valdir Clemente (vereador, ex-líder comunitário e um dos fundadores da União Rondonopolitana de Associações de Moradores de Bairro); Hélio Luz, líder comunitário e atual presidente desta entidade; Dr. Fausto Faria (ex-prefeito); Zé Carlos do Pátio (ex-vereador e atual Deputado Estadual); Nenzão (líder comunitário desde o final dos anos de 1980); Professor Benedito Duarte Libâneo (líder comunitário e fundador da URAMB); D. Juventino Kastering (Bispo Diocesano de Rondonópolis); Sr. Erasmo B. de Souza (ex-garimpeiro); Sr. Vanderlei Batista de Souza (líder comunitário do Jardim das Flores desde os anos de 1980); Neicimar Celestino (membro da diretoria executiva do Sindicato dos Bancários da Região Sul do Estado de Mato Grosso, desde a sua

fundação); Jurema Alves Cardoso, atual presidenta do Grupo de União e Consciência Negra de Rondonópolis (GRUCON); Prof^a Arolda Duetti e D.Elza do Luzitano Hotel (ex-vereadoras nos anos 60); Sr. Benjamim M. Delgado (ex-funcionário CER); Sr.Nelson Carvalho (empresário); Prof. Mestrando Antutérpio Dias Pereira, atual presidente do Movimento Negro de Rondonópolis; Dr.Alberto de Carvalho (médico, ex-vereador e ex-prefeito); Baltazar F. de Melo (membro da Pastoral da Terra, agente do programa de saúde comunitária e um dos fundadores do diretório Partido dos Trabalhadores de Rondonópolis); Sr. Wilson F. Lemos (fundador do diretório Partido do Movimento Democrático do Brasil em Rondonópolis); Sr.Arlindo Marculino da Silva (ex-colono da Vila Paulista e Zulmira da Silva); D.Olívia (Mãe-de-Santo – anos de 1960); Geraldo Alves (militante do PMDB e líder estudantil secundarista); D. Teresinha Cury, mãe da historiadora Carmelita Cury. Além das pessoas citadas, algumas preferiram ficar no anonimato, restando-lhes a satisfação de terem contribuído na e para a (re)construção da História política da cidade.

Ao Movimento Negro de Rondonópolis, escola na qual eu finalmente aprendi o significado maior da Boa Política, agradeço o apoio dos seus integrantes, na pessoa do Prof. Mestrando Antutérpio Dias Pereira, atual presidente.

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro, cedido na forma de bolsa de pesquisa, o que tornou possível, no plano material, a realização da pesquisa.

“Ouvi dizer que a Historia è a mestra das nossas ações e máxima de princípios; e que o mundo foi sempre, de certo modo, habitado por homens que tem tido sempre as mesmas paixões; e que sempre existiu quem serve e quem manda, e quem serve de bom grado, e quem se rebela ou se rende.” (Nicolau Machiavelli)

RESUMO

O sistema político brasileiro se desdobra em corrupção eleitoral, predominantemente, e a política de Rondonópolis é, parcialmente, uma continuidade do mesmo, caracterizando-se por práticas clientelistas e neocoronelistas.

O Estado de Mato Grosso, na forma como procedeu à colonização pública, possibilitou a criação de comprometimentos políticos, ao distribuir pequenas quantidades de terras a milhares de migrantes descapitalizados e grandes glebas a protegidos políticos, doando-as ou vendendo a baixos preços. De modo geral, essa foi a base do sistema político de Rondonópolis.

Com crescimento econômico e demográfico acelerado, com concentração de renda no campo e na cidade, a maioria da população não pode absorver o progresso desenvolvido, gerando desemprego, subemprego e baixos salários, e criando condições para o surgimento de práticas políticas distorcidas, características do sistema político: empreguismo, nepotismo, malversação de fundos públicos, corrupção eleitoral, entre outras.

Durante a evolução histórica de Rondonópolis, a classe política não apresentou nenhum projeto político consistente, que visasse melhor encaminhamento dos problemas sociais mais importantes. A desigualdade tem se aprofundado, fazendo da população pobre refém de assistencialismos de toda ordem.

Dependente e subordinada às diretrizes das bases político-partidárias nacionais, a classe política local tem contribuído para o comprometimento das instituições democráticas e para o descrédito da Política.

ABSTRACT

Sligth, the currente Brazilian political model is extended in neopolpulism, clientelism and electoral corruption and the system from Rondonopolis, in its biggest part is an expanding of the national politics.

The colonization promoted in the state of Mato Grosso in the XX century, took place sharing the land into small parts for thousands of migrants by selling or donating immense amounts of neighboring land areas for a few huge farms, who used to be worth their land areas, but used speculation or production creating new interlacement and political agreement in the Rondonopolis space. This is the general basis of a corruption and distorced political system predominant in our region.

In a short time, Rondonopolis has been converted in the bussines caital of the region, but then, along with fiel income concentration, progress wish could not be absorbed because of the economical activity of Rondonopolis, is the service for the fields, which income is concentrated, phenomenon which has been repeated, by reason of it in the urban center. From there, unemployment, sub employment and low salaries, making this reality fertile area for certain and post political appointments, clientelism, subornation of political representatives, political personals, and others. Otherwise, the system can be completed by the improper behavior in the handling of public fund, nepotism and favoritism for people and companies, by public organs, a heritage recycling of the past.

It is notable to present the facts that during the political evolution of Rondonopolis, the local political project that can eradicate the biggest social problems faced by the poor population in towm, which is te majoritary.

On the contrary, what has been taking place is the deepening of the social dezequalness and the trend, in a short space of time is the continuation of the population that are hostages to assistance, even though new possibilities are coming up. Still about this, we should consider that, most parts of the agents of the local political system, does not have autonomy to establish for themselves, the desire able route for local politics.

Lista de Siglas

SPI – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO
FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AO ÍNDIO
CER – COMPANHIA DE ESTRADA E RODAGEM
UDN – UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL
PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PC do B – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
URAMB – UNIÃO RONDONOPOLITANA DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO
UNISAL – UNIÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA GRANDE REGIÃO SALMEM
MNR – MOVIMENTO NEGRO DE RONDONÓPOLIS
GRUCON – GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA
DTC – DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO
INTERMAT – INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO
CETREMI – CENTRO DE TRIAGEM DE MIGRANTES
TCE – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

SUMÁRIO

Resumo	08
Abstract	09
Lista de Siglas	10
Introdução	12
Capítulo I – O Período Indígena (1875-1945)	26
1.1 – A des-territorialização indígena: condição imediata para o “progresso” social, econômico e político do Estado	26
1.2 – Organização sócio-política indígena Boé-Bororo	30
1.3 – Os Boé-Bororo e a organização sócio-política dos “novos donos”	34
1.4 - A contribuição da política indigenista para a formação da Povoação do Rio Vermelho.....	41
1.5 – Poder Político, Política fundiária estadual e a questão indígena.....	43
Capítulo II – Política e Formação do Espaço Agrário de Rondonópolis (1946-1970)	54
2.1 – Política partidária e as condições para a autonomia administrativa	65
2.2 – Especulação fundiária e relações políticas locais	72
Capítulo III – Política e Formação do Espaço Urbano de Rondonópolis (1971-2004)	79
3.1 - Apresentação do Sistema Político de Rondonópolis.....	79
3.2 - Aspectos do Sistema Político de Rondonópolis	92
3.3 - A ação ambígua da Igreja Católica.....	106
3.4 - Movimentos Sociais.....	110
3.4.1 - Movimentos Sociais Urbanos.....	112
3.4.2 - Movimentos Sociais Rurais.....	125
3.5 - Partidos Políticos.....	134
Capítulo IV – Crises e Problemáticas	140
Considerações finais	186
Fontes.....	191
Referências Bibliográficas.....	195

INTRODUÇÃO

A política de Rondonópolis, desde o início, tem se caracterizado como uma extensão da política regional, e ela foi adquirindo características particulares na forma mas não no conteúdo, pois a predominância de práticas clientelísticas em toda sua história é típica do regionalismo. O arranjo pessoal e/ou grupal sob a cobertura político-partidária, e a subordinação e dependência político-partidária conservadoras imperam, sendo que, no contraponto, a resistência e contestação a partir de movimentos sociais autênticos ou não, são outros aspectos mais destacáveis.

Cumpra mencionar que a cooptação de algumas lideranças comunitárias importantes confere à história política de Rondonópolis mais uma característica importante, levando a que esses movimentos sociais tornem-se, depois, do seu nascedouro e expansão inicial, não-autênticos e não-autônomos na maior parte dos casos. Entretanto, existem uns poucos fenômenos políticos autênticos e autônomos.

O tema deste trabalho se insere na História de Mato Grosso, e é seu objeto particular o estudo das práticas e idéias políticas desenvolvidas no município de Rondonópolis, na perspectiva da formação de um sistema político que atende a finalidades específicas. Uma delas, e ao nosso ver, a mais importante, é a implantação e consolidação gradual do Sistema Capitalista na região, desigual e combinado, nos termos que sugeriu Nascimento (1997)¹, que defende que Rondonópolis adentrou no capitalismo brasileiro, propriamente e de forma irreversível, a partir das colonizações públicas estaduais, desde o final dos anos de 1940. De acordo com seus estudos, sucederam-se as fases de Frente de Expansão, de Fronteira Agrícola, Frente Pioneira e a fase atual, que é a de Integração Econômica. Tudo transcorreu para que Rondonópolis se convertesse primeiro em grande produtor de alimentos e de matérias primas, consumidora de produtos industriais e de serviços para, depois, ter acrescentada a função de ser parte integrante do sistema agroindustrial nacional e internacional. Tudo isso gerou um capitalismo local, voltado para fora, excludente, articulado e dependente, concentrador de renda, cheio de problemas sociais que, até agora, não conseguiu resolver, apesar de elevado incremento tecnológico. Contudo, Rondonópolis combina ainda produção camponesa, especulação e Escravidão por Dívidas², um capitalismo não linear, porque eivado de ambigüidades e contradições.

Para nós, o sistema político pode ser um todo constituído de partes articuladas que visam um determinado fim, apresentando ainda determinadas características

¹ - NASCIMENTO, Flávio A. da S. Nascimento. **Aceleração Temporal na Fronteira – Estudo de caso de Rondonópolis (1875-1997)**. Tese de Doutorado São Paulo: FFLC/USP: 1997. .

² - Sobre a escravidão por dividas em Rondonópolis, consultar Oliveira, Kênia Gomes de Lima. **Introdução ao estudo da Escravidão por dividas em Rondonópolis-MT**. HIS/ICHS-R/UFMT: 1999.

principais. Assim, são suas *finalidades primordiais* o desenvolvimento de práticas políticas no sentido de não se desenvolver, no principal, a Boa Política dos clássicos, a Política como a “arte do possível” para o Bem Comum, para a implantação do desenvolvimento efetivo da cidadania e da Democracia e aperfeiçoamento da “República”. Pelo contrário, as partes constituintes do sistema político de Rondonópolis, visam de fato, e de imediato, a busca de ascensão econômica e a detenção, ainda que parcial do Poder Público, principalmente para o benefício pessoal, familiar e/ou grupal, deixando os interesses populares e os direitos humanos, sociais e econômicos em plano secundário, ou mesmo parcialmente inexistentes em várias circunstâncias. Em que pese a teatralidade mencionada, na prática do exercício político, não há como não contemplar parcela das demandas sociais devido ao desenvolvimento geral da consciência social dos Direitos Humanos e Sociais adquiridos, mesmo em países emergentes, como o Brasil, depois da II Guerra Mundial.

Entretanto, o desempenho político se dá sob a forma legal político-partidária e com discursos, atenuantes na aparência, dos reais objetivos pretendidos, dissimulatórios, pois, de reais interesses e necessidades de grupos, personalidades e lideranças, que fazem emergir assim, o *promessismo*, a guerra verbal e a demagogia.

Os motivos fundamentais, que obviamente não são declarados publicamente, podem ser deduzidos das ações e comportamentos determinados, geralmente reiterados, ao longo da história política local.

Dentre as *características principais* do sistema político de Rondonópolis que lhe dão consistência e significado, podemos destacar: clientelismo; malversação dos fundos públicos; funcionários fantasmas/empreguismo pós-eleitoral; compra ou troca de votos; acordos de cúpula secretos em benefício próprio e/ou de apaniguados, parceiros, etc., em detrimento da Boa Política; uso do cargo como “trampolim” para carreira política; manipulação de entidades, associações, sindicatos, etc.; nepotismo; falta de decoro; articulação e dependência regional/nacional; uso político de verbas públicas; incitamento de movimentos sociais, visando a troca do voto pela conquista de direitos que já lhes pertenciam; agressividade verbal e falta de postura parlamentar nos debates e disputas eleitorais.

Dentre as *características mais peculiares* estão:

- Contraponto político → sistema alternativo massivo tendente à descaracterização parcial
- Politicismo e *politicalha* → quase todas as relações sociais são permeadas pela participação política, nos termos do sistema aventado
- Esquerda e Igreja como atores coadjuvantes do sistema político, com táticas e estratégias próprias;
- Viabilização das políticas econômicas e sociais regionais e nacionais no local (municipal) como a contrapartida para a cobertura político-partidária recebida. Em suma, a busca da realização, aqui e agora, dos principais interesses, torna possível, devido a composição e articulação com o regional e com o Nacional, sendo os últimos os predominantes;
- Formação dos líderes locais personalistas e de oligarquias econômicas locais/regionais, geralmente oriundas de instrumentalização de movimentos sociais e/ou clientelismos urbanos;
- Predomínio da atuação da político-eleitoral em composições de coligações, dando-se a distribuição futura dos cargos, conforme a chamada “matemática eleitoral”;³
- A proeminência do sistema político se dá com o predomínio da população urbana sobre a rural desde meados dos anos de 1970, sendo patente a continuidade de práticas neocoronelistas no campo e do clientelismo no centro urbano, com o destaque relativo da autonomia política local (personalismo, oligarquia, etc.)

Considerando as variáveis acima, podemos definir o Sistema político de Rondonópolis:

a) como sendo um conjunto de práticas e idéias políticas que existem no sentido da utilização da política como simulacro, recobrando interesses e necessidades (pessoais, familiares, grupais) de ascensão socioeconômica, e mesmo acumulação de algumas formas de emprego, poder, (prestígio e riquezas) mas que, para se viabilizarem

³ - Em entrevista, uma determinada personalidade política nos revelou a existência da chamada matemática, ou aritmética eleitoral pós eleição, processo de loteamento dos cargos na administração pública de primeiro, segundo e terceiro escalão de acordo com o número de votos que cada partido obtém para a coligação; quanto maior o número de votos obtidos, maior é a quantidade de cargos de que dispõem.

necessitam do uso do clientelismo, corrupção e malversação em geral (uso privado da coisa pública ou desta para o benefício próprio) em primeiro lugar, sendo que a política em benefício do público é encaminhada secundariamente e de maneira reduzida e distorcida, mas é encaminhada ainda assim, sob pena de o “rei ficar nu”, como na célebre lenda; **b)** O sistema político de Rondonópolis somente se viabiliza através do relacionamento externo, dependente e subordinado (regional e federal) numa espécie de clientelismo pelo alto, isto é, entre os ricos e poderosos, e/ou entre estes últimos e os potentados e as personalidades políticas menores locais; **c)** O sistema político é a arquitetura política conservadora que foi possível a partir do *coronelismo reciclado* em zona de fronteira agrícola e que logo deixou de sê-lo; e frente à urbanização acelerada, inflada, precária e postíça, que se desenvolveu em Rondonópolis, a partir dos anos de 1970, quando a maioria da população passou a residir no centro urbano.

No que tange à periodização, se estende de 1875 a 2003, enquanto a pesquisa enfatiza de 1945 em diante.⁴ Este último recorte refere-se ao período do início da instalação das colônias públicas estaduais na região até o término do cinquentenário de emancipação político-administrativa do município. De imediato, pareceu-nos adequado partir do ano da própria emancipação, pois, isso se constituiu num acontecimento político importante para a história do município. Porém, por entendê-la resultante de um processo político anterior, pensamos ser melhor retroceder no tempo, iniciando pela colonização pública, por vezes tendo de recuar no final do século XIX, para encontrar as raízes mais remotas.

A compreensão de que o desempenho econômico do município de Rondonópolis, alcançado em curto tempo⁵, se situava no enquadramento geral da expansão do capitalismo no campo, suscitou alguns questionamentos, e entre eles: qual

⁴ - Dividir a História em períodos, não é entendê-la como “uma sucessão de compartimentos estanques, característicos, absolutamente distintos dos anteriores dos posteriores. Na sua dinâmica permanente, os acontecimentos históricos já trazem, ao desenrolar-se, a própria transformação. A periodização é um recurso para tentar tornar inteligíveis trânsitos globais mais ou menos significativos – de acordo com os parâmetros utilizados. Ela só existe no trabalho de ordenamento da História, no vislumbre de algum nexos racional no tempo que já fluiu.” FERREIRA NETO, Edgar Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto: 1988. p.18

⁵ - NASCIMENTO, Flávio A. da S. **Nascimento. A Aceleração Temporal na Fronteira - Estudo de Caso de Rondonópolis/MT**. São Paulo: FFHLC/USP: 1997. Tese de doutorado.

a dimensão da participação da elite política mato-grossense na agilização desse enquadramento? E como se posicionou a elite política, em formação no local, frente a esse processo?

Algumas respostas foram se formando através da pesquisa bibliográfica específica e da reflexão sobre Mato Grosso e sobre Rondonópolis. Na realidade, a partir de fragmentos subtraídos do material pesquisado, somado às entrevistas, pudemos, aos poucos, esboçar uma explicação algo consistente sobre a história política de Rondonópolis, uma vez que, salvo engano, não existe nada de específico sobre o tema para o município, e ele é demandado pela população do mesmo.

Para o período que antecede a década de 70, do século XX, buscamos subsídios na obra de Cury⁶, que foi a primeira tentativa de sistematização da história de Rondonópolis, compilação de depoimentos originais e que contem grande riqueza de informações e detalhes sobre vários aspectos.

Foram importantes algumas produções acadêmicas recentes sobre a atuação política de Rondon, favorecendo a viabilização de projetos político-econômicos das oligarquias mato-grossenses do começo do século XX, entre elas a de Biggio⁷.

O trabalho de Aguiar, foi muito relevante para se compreender a urbanização acelerada, caótica e precária⁸.

A obra de Tesoro⁹, contribuiu para perceber a noção vaga de progresso que permeou a mentalidade dos primeiros habitantes não-índios.

Constituiu fonte preciosa o parecer da Comissão de Exploração do Rio das Garças, comandada por Antônio Cândido de Carvalho¹⁰, pois deu-nos a idéia de que a ocupação do Rio Vermelho pela Sociedade Abrangente não foi fruto do acaso, mas parte do gradativo processo de exploração e ocupação não-indígena do vale do São Lourenço e grande região.

⁶ - CURY, Carmelita. **Do Bororo ao PRODOESTE**. Gráfica Modelo. 1974

⁷ - BIGGIO, Elias. **Linhas telegráficas e integração dos povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília. UNB.1996.

⁸ - AGUIAR, Tereza Cony. **A urbanização em MT: um exemplo – Rondonópolis**. Dissertação de mestrado, UFRG. 1980.

⁹ - TESORO, Luci L. L. M. **Rondonópolis-MT: um entroncamento de Mão Única (lembranças e experiências dos pioneiros)**. São Paulo. 1993.

¹⁰ - Mensagens enviada ao Presidente do Estado de Mato Grosso Antônio Fernando Corrêa da Costa pela Comissão de Exploração do Rio das Garças, Antônio C. de Carvalho e Irmãos e Celso Passin, em 14/07/1897 e em 01/02/1898.

O trabalho de Lenharo¹¹, foi importante para visualizar o contexto político do período de implantação das colônias públicas em Rondonópolis e região. Ele situa o “uso político” da distribuição de terras em Mato Grosso, realizado pela elite brasileira com as elites mato-grossenses e destas entre si. Os critérios para a aquisição de terras denominadas devolutas eram os critérios políticos. A terra pública, ou devoluta, disponível para distribuição e/ou venda, além de ser resultado da expropriação indígena, teve finalidades políticas e econômicas precisas; foi destinada à massa de trabalhadores rurais pobres condicionalmente em quantidade não satisfatória para não possibilitar-lhes a autonomia.

A tese de doutoramento de Gislaene Moreno¹², revela também o uso clientelístico da terra para acomodação de interesses políticos e econômicos da elite regional na relação com a elite local emergente, além de ser a maior fonte de arrecadação de tributos do Estado que provinha da alienação de terras devolutas/públicas. Até a gestão de Carlos Gomes Bezerra, a história da dependência das elites mato-grossenses com suas congêneres é clássica, e para o período estudado, é exemplificada na venda das terras públicas para a consecução de seus projetos políticos e econômicos.

Em Neves,¹³ descobrimos que a dinâmica partidário-eleitoral do período de 1945-1965, baseado na competição entre as oligarquias¹⁴ do norte e do sul do Estado, desejosas de se manterem no comando administrativo do Estado, favoreceu a “negociação política” da propriedade da terra e o surgimento de alianças partidárias no nível regional, reproduzidas localmente. Embora estas elites competissem entre si pelo poder de governo, revezando-se no comando, mantiveram seus projetos de dominação política para Mato Grosso, e por extensão para Rondonópolis, inalterados.

¹¹ - LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação da terra no Oeste brasileiro nos anos 50. In.: **Terra e Poder**. Revista Brasileira de História/ANPUH: São Paulo:V.06:nº12:mar/ago.1986.

¹² - MORENO, Gislaene. **Os descaminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. Tese de doutoramento. São Paulo: USP. FFLCH/GEO, 1993.

¹³ - NEVES, Maria Manuella R. de N. Elites Políticas mato-grossenses: competição e dinâmica partidário-eleitoral (1946-1965): Rio de Janeiro: IUPERJ.1988.

¹⁴ - IDEM, op. Cit., define a política mato-grossense segundo uma interpretação elitista da sociedade. É uma obra que, apesar das limitações impostas pelo referencial teórico que utiliza conserva alguma originalidade em vários aspectos. De acordo com Bobbio, a teoria elitista representa uma *tendência constante* da ciência política; a teoria da sociedade de massa é a contrapartida da teoria de Elites e ambas se desenvolveram neste último século, paralelamente. Tese principal: o poder pertence sempre a uma minoria e a única diferença entre um regime e outro está na presença de minorias em competição entre si; o sentido positivo dela está em que contribuiu, e contribui, para colocar a nu o fingimento da ‘democracia manipulada’. Ela teve uma função histórica de denunciar as sempre renascentes ilusões de uma democracia integral; na sua face ideológica contribuiu para obstacular (sic) o avanço de uma sociedade democrática no sentido de ser incompatível a existência de uma sociedade democrática com a presença de uma classe política minoritária (a organização partidária levaria ao hierarquismo-oligarquização-autoritarismo); **na sua face real colocou a nu a possível manipulação da democracia.**

A ação do Estado, via agentes políticos “afinados” com a nascente elite política rondonopolitana, foi importante para o sucesso parcial da colonização pública. A influência de agentes políticos estaduais perpassou toda a história de Rondonópolis, com destaque para a influência nos aspectos político e econômico.

Cury¹⁵ e Tesoro¹⁶, contribuíram ainda para a compreensão da articulação, subordinação e a dependência partidos políticos de Rondonópolis em relação ao contexto regional, listando em diferentes movimentos aquelas agremiações e confirmadas também, pelos depoimentos colhidos na nossa pesquisa empírica.

De acordo com Martins, é um equívoco supor que a prática do clientelismo político desapareceu da política brasileira, argumentando que o sistema político brasileiro não teria se modernizado a tal ponto, inviabilizando a sobrevivência desse mecanismo antiquado de relacionamento entre o poder e o povo. Mesmo porque, “*o clientelismo não se reduzia, nem se reduz, a uma modalidade de relacionamento entre políticos ricos e eleitores pobres (...) Não só os pobres, mas todos os que de algum modo dependem do Estado são induzidos a uma relação de troca de favores com os políticos*”¹⁷. (grifos nossos)

Na relação dos candidatos ricos ou remediados com os eleitores pobres, a manifestação da prática do “empreguismo” em troca de apoio político, demonstrou ser uma das mais duradouras.

A prática do “empreguismo” no setor público estadual e municipal, foi recorrente na história do município desde os primeiros pleitos eleitorais, seguido da política da “terra arrasada”, prática pessedista e udenista das demissões em massa quando da mudança do dirigente estadual, entre os anos 1950 e 1960. A ex-vereadora Arolda Duetti confirmou o fenômeno em Rondonópolis. Da mesma forma a Sr. Terezinha Cury confirmou a prática do empreguismo em troca de apoio político em períodos pré e pós-eleitoral, também para os anos de 1950 e 1960. Ambas afirmam que o advento de concursos para o provimento de cargos públicos amenizou a prática, embora não tenha sido eliminada. Uma pesquisa recente também veio a comprovar a extensão do fenômeno no município.¹⁸

No primeiro momento da história política rondonopolitana, o clientelismo¹⁹ esteve presente de forma mais explícita e “grosseira”. Com o aceleração do processo urbanístico, ocorrido a partir da década de 70, resultado de fatores endógenos e exógenos²⁰, a política local foi adquirindo características próprias, mais “urbanas” e menos grosseiras, por assim dizer. Com o aumento demográfico, do contingente pobre em particular, o desemprego crescente e a carência de infra-

¹⁵ - CURY, Carmelita. Op. Cit.

¹⁶ - TESORO, Luci L. L. M. Op. Cit.

¹⁷ - MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: 1999. p.29

¹⁸ - OLIVEIRA, Rosimeire T. de. **Introdução crítica à História Política de Rondonópolis**. HIS/ICHS-R/UFMT. 2001.

¹⁹ - Segundo MASTROPAOLO, Alfio. O clientelismo moderno tem como resultado, “...uma rede de fidelidades pessoais que passa, quer pelo uso pessoal por parte da classe política, dos recursos estatais, quer, partindo destes, em termos mais imediatos, pela apropriação de recursos ‘civis’ autônomos.” Clientelismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 2ª ed. Brasília, UNB, 1986.p. 954 - 962

²⁰ - NARDES, Antonia Marília M. **Rondonópolis-MT: sua espacialidade reconstruída**. Brasília. UNB.1997.

estrutura adequada para a acomodação da população “chegante”, a prática clientelista de políticos ricos, remediados e até mesmo pobres em relação a eleitores pobres, pôde se diversificar: compra de remédios constantes de uma receita médica, doação de cestas básicas, piso de cerâmica, caminhão de aterro, material para construção, etc. Mas não só.

A relação clientelística entre os “poderosos” e os ricos também se diversificou. Quem adquiriu terras podia valorizá-las através dos incentivos da SUDAM OU PRODOESTE.²¹

Assim, dois pontos devem ainda ser considerados. Primeiro, *o clientelismo político é preferencialmente uma troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em qual escala. Portanto, é essencialmente, uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres.*²² Aqui encontramos uma das respostas para a dependência da classe política (que, via de regra detém o poder econômico) em relação ao Estado, através do relacionamento direto com agentes políticos estaduais e/ou federais. Um exemplo do apoio estatal, mediado pela ação de agentes políticos, que beneficiou os migrantes capitalizados, é o fato de que só conseguiram financiamentos bancários os que tinham suas posses regularizadas; ficando de fora da ajuda do Estado a maioria dos que necessitavam do crédito. *“A maior parte do acréscimo populacional parece ter se dado (...) pelo processo de posse, de ocupação sem documentos legalizados...”*²³, e *que acabaram vendendo suas posses para fazendeiros capitalizados.* O segundo ponto a ser considerado é o “ajuste” da população urbana, em rápida expansão a partir dos anos 70, aos mecanismos clientelísticos propostos. As reações esboçadas à prática política paternalista e clientelista do poder público, no meio urbano, ocorreram de modo esparso até o início dos anos 80, quando associações de bairro começaram a se expandir²⁴. As reivindicações coletivas por moradias, melhores condições de trabalho e salários, são muito recentes no município. A Ditadura Militar, a mentalidade clientelista dos agentes do poder público, e as condições materiais precárias da população podem ter contribuído para a demora da organização popular; e, a proximidade com o poder público, pode ter sido um impeditivo para que tivessem maior poder reivindicativo. Mas ainda assim, houve política não-institucional em Rondonópolis, perseguindo interesses próprios, ainda que de forma intermitente.

A política brasileira tem uma história de elitismo, autoritarismo e conservadorismo. Em Mato Grosso, as oligarquias, através de uma relação de domínio, estenderam e possibilitaram essa dominação para a sociedade rondonopolitana, sujeitando os trabalhadores rurais migrantes a relações de favor e clientelismo. A elite local desempenhou um papel ambíguo. Sem autonomia, ela possibilitou e ampliou a implantação do sistema capitalista na região; em contrapartida, teve seus projetos imediatos de poder, prestígio e ganho realizados.

A reação popular ao autoritarismo político na forma de benefícios concedidos a uma minoria aconteceu, em Rondonópolis, muitas vezes fora da política institucional.

O insucesso parcial dessas reações, como já dissemos resulta, talvez, da proximidade com a política predominante. E essa aproximação deve-se, no geral, a uma tradição da cultura política de base patrimonial e clientelista, assentada em bases econômicas precárias. Entretanto, ocorreram fenômenos circunstanciais, marcados pela autonomia e confronto das massas populares com as elites, o que posteriormente foi capitalizado e encaminhado para formas renovadas de clientelismo, subjugação e manipulação. Até mesmo alguns sindicatos se valeram disso em certos casos.

A atuação política dos trabalhadores rurais ocorreu na forma de posses e ocupações de terras “devolutas” nos anos de 1950 e 1960, e nas consideradas improdutivas a partir dos anos de 1980 e 1990.

²¹ - CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano.** São Paulo Ática. 1989. O investimento do governo na construção de estradas possibilita a valorização econômica de fazendas localizadas às suas margens, conforme este autor.

²² - MARTINS, Op. Cit. p.29

²³ - BARBOSA, Carlos P. et alli. **Vila Operária: reduto de população migrante.** Cuiabá./MT. EDUFMT. 1988.

²⁴ - OLIVEIRA, Tânia Maria de. **Associações de moradores de bairro de Rondonópolis/Mt - organização ou movimento social.** HIS/ICHS-R/UFMT. 2002 . Monografia de Especialização.

Depois do conflito da Várzea do Ouro, ao final da década de 1960, a primeira manifestação coletiva expressiva ocorreu em meados dos anos 70, num conflito que durou mais de dez anos, e que foi vitorioso e com repercussão nacional: o conflito da Gleba Cascata ou Fazenda Floresta.²⁵

Nos anos de 1980, tivemos o conflito da Gleba Rio Vermelho e, nos anos 1990, a atuação do Movimento dos Sem-Terra (MST) e do “Jerônimo Sem-Terra”. Apesar de vitoriosos, com o passar do tempo se depararam com as dificuldades provenientes da falta de estrutura para continuar na terra.

Alguns ex-colonos resistiram até os anos noventa à proletarização, completando sua renda através do arrendamento de terras adjacentes às suas pequenas propriedades. A disposição dos camponês em Rondonópolis para enfrentar a questão agrária é algo notável.

No perímetro urbano, a partir da urbanização acelerada e precária dos anos 70, século XX, foram criadas algumas associações de moradores de bairros, no final destes anos, praticamente iniciando o segundo período da história política da cidade.

Sobressairam na década seguinte, as ocupações de terrenos ou de casas populares; também houve considerável expansão das associações de moradores de bairros. Foi destacável a organização sindical de bancários e professores da rede pública municipal e estadual, na luta por melhores condições de trabalho e salários. Para fazer frente a tudo, o coronelismo anterior e o Estado tiveram de se remodelar, ainda mais porque a própria concorrência política se elevou, e mais líderes carismáticos e personalistas se puseram em cena; agora o cenário urbano (inchado) é que se tornou o cenário político mais importante.

No final dos anos 1990, observou-se a decaída da mobilização popular, devido à cooptação das suas principais lideranças. Embora tenham continuado a proliferação de ocupações urbanas e a expressividade das associações de moradores, o ânimo e a expressão foram menores.²⁶

A reação política popular passou a ocorrer expressivamente no nível institucional, com o crescimento da abstenção, votos brancos e nulos, com destaque especial na votação para o cargo do Executivo, embora os números alcançados pelos cargos ao Legislativo, proporcionalmente ao total do colégio eleitoral tenham sido baixíssimos²⁷.

A ação assistencialista da Igreja, parcialmente deve ter impedido a evolução da radicalização da participação política da população pobre²⁸; historicamente aliada ao Estado, e em Rondonópolis ao poder público municipal, auxiliou para que, durante muitos anos, o maior bolsão de miséria da cidade (região da grande Vila Operária) fosse um reduto eleitoral da política oficial, sobretudo, peemedebista²⁹.

No cotidiano, o assistencialismo, na forma de aviação de receitas médicas, promessa de contratos de emprego em serviços públicos, cestas básicas, e outros, ainda são recorrentes. Nos períodos eleitorais tudo isso se amplia e se intensifica.

Conforme Martins, *o clientelismo político na modernidade, foi reciclado e revitalizado, praticado por uma geração de políticos de fachada moderna*. A condição para a sua existência é a enorme disparidade na concentração de renda e a existência de uma mentalidade clientelista, principalmente da parte de quem detém o poder político³⁰. As citações abaixo (a primeira é dos anos 50, do século XX, e a segunda, do ano 2000) exemplificam a conservação do fenômeno.

²⁵ - MOURA, Carmem L. S. Itaborahi de. **Homens sem terra para terra sem homens- Os posseiros da Gleba Cascata - Rondonópolis/MT(1975-1985)**. São Paulo/PUC. 1992. Dissertação de mestrado.

²⁶ - FERREIRA, Luciana de Moraes. **Movimentos Sociais Urbanos: O estudo de caso da “ocupação Vitória” - Vila Poroxo/Rondonópolis/MT**. HIS/ICHS-R/UFMT. 2002.

²⁷ - Conferir resultados dos pleitos eleitorais municipais dos anos de 1988, 1992,1996, 2000, 2004, nos arquivos do Tribunal Regional Eleitoral.

²⁸ - MARTINS, op. cit, discute a tradicional estratégia da Igreja e do Estado de se antecipar aos projetos populares, impedindo a radicalização dos conflitos sociais e dando-lhes outros encaminhamentos.

²⁹ - Conforme se observou o resultado obtido por esta sigla em eleições proporcionais e majoritárias.

³⁰ - Em Rondonópolis, no alvorecer dos anos de 1990, cerca de 80% da população ganhava até três salários mínimos – Nascimento, op. Cit.

“... a senhora quer ser funcionária do Estado? Então tem que votar. Daí meu pai providenciou meus documentos e pouco tempo depois eu já era efetiva no Estado...”³¹

“...Penso que citar nomes é até difícil, porque seria difícil citar alguém que não faça [uso da política partidária em benefício próprio]. Diria que dos setores conservadores, ditos de direita, aos setores mais progressistas, ditos de esquerda, essa prática é uma prática corrente, na política local.”³²

O referencial metodológico utilizado é de natureza analítico-dialética da História e Sociologia contemporâneas, com o emprego das seguintes técnicas de pesquisa: levantamento bibliográfico da literatura de referência e específica; pesquisa nas Atas da Câmara Municipal de Rondonópolis (décadas de 1950 a 1980); pesquisa do Sumário de Leis da Câmara Municipal 1955-2003); entrevistas com moradores antigos, ex-personalidades políticas de 1960/70/80/90/2000 e, também, com lideranças comunitárias e de partidos políticos, utilizando os procedimentos da História Oral. Em relação às entrevistas, houve uma resistência dos entrevistados em gravar os depoimentos, pois temiam falar alguma coisa que pudesse comprometê-los. Para eles, há muita dificuldade de falar sobre a política local sem citar nomes de pessoas que detêm certo poder econômico e político. Várias pessoas entrevistadas têm vínculos com o poder público, seja de ordem pessoal ou familiar. Por isso, as gravações realizadas até agora foram precedidas de longas conversas, que depois tivemos que reconstituí-las, talvez com certo prejuízo de conteúdo, mas o essencial foi mantido. O trabalho consta de quatro capítulos:

O primeiro aborda o período que se estende de 1875, data de instalação do destacamento militar de Ponte de Pedra até 1945, e destaca a expropriação do território do indígena e as relações políticas que foram iniciando a submissão e a inferiorização indígenas.

O segundo capítulo, trata da formação do espaço agrário, onde se deram relações políticas de cunho coronelista, ainda que em outras partes do país este fenômeno já tivesse em parte sendo superado. O período estudado compreende os anos de 1946 até 1970. A política dá-se no campo e a maioria ali reside.

O terceiro capítulo é uma apresentação do sistema político e suas características principais, e seus desdobramentos e encadeamentos, abrangendo os anos de 1970 a 2000.

O quarto capítulo procura apontar alguns limites da democracia representativa, em parte provocado pela persistência desse sistema, que apresenta tendências e possibilidades de conformismos, resistências e contestação. Faz ainda uma reflexão sobre os limites da chamada “Esquerda”, que desempenhou papel ambíguo na formação do sistema político, ora combatendo e ora apoiando práticas políticas distorcidas, em alguns casos se beneficiando delas, como no caso da chamada “matemática eleitoral”.

³¹ - Arolda Duetti, sobre a política local, nos anos de 1950 e 1960. Entrevista concedida em julho/2004.

³² - Entrevista concedida em Junho/2001, pela Prof. Ms. Maria Elza Markus, ex-assessora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rondonópolis. Sobre fisiologismo na política local. In.: OLIVEIRA, Rosimeire T. Op. cit. p.83.

CAPÍTULO I

Período Indígena (1875-1945)

Apresentamos neste capítulo, o período caracterizado pela expropriação e subjugação indígena e a apropriação dos seus territórios pela sociedade abrangente, denominado por alguns autores de Fase Pioneira.³³

Destacamos que a terra indígena, convertida em terras públicas, foram utilizadas para a acomodação de múltiplos interesses políticos regionais também através da transformação da terra devoluta em propriedade pública e privada³⁴. Algumas tentativas foram empreendidas no sentido do crescimento e desenvolvimento da região, desdobramento dos anseios das elites mato-grossenses de modernização do Estado³⁵. Essas tentativas foram parcialmente frustradas, pois, naquele momento, o contexto nacional não demandava a inserção produtiva dessa área de forma ampla e decisiva no mercado econômico regional e nacional. Até a criação da Reserva de Tadarimana, os Boé-Bororo desfrutavam de relativa autonomia econômica; ou ao menos não estava caracterizada ainda a irreversibilidade dela. Mesmo assim, as linhas telegráficas, as estações de retransmissão telegráfica, a pacificação indígena e o seu mínimo adestramento pelo Presentismo se tornaram marcas indelévels do período.

1. 1 - A des-territorialização indígena: condição imediata para o “progresso” social, econômico e político do Estado

Até o final da década de 1940, ocorreu na região de Rondonópolis a apropriação geral do território Boé-Bororo pelo Estado, por garimpeiros e por pequenos

³³ - NASCIMENTO, op. Cit. p.31

³⁴ - A rigor, depois de 1850, a terra devoluta é, antes de tudo, uma terra pública, considerada devoluta apenas até o momento em que não existe o seu registro como patrimônio do Estado, constando localização e dimensão.

³⁵ - BIGGIO, Elias. **Linhas telegráficas e integração dos povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília. UNB.1996.

e grandes especuladores de terra. Ou seja, o genocídio indígena estava em processo avançado.³⁶

Já no final do século XIX,

“Dada a existência de várias aldeias de Bororo espalhadas na área dos rios Vermelho e seus afluentes, Rondon, ao implantar suas fazendas na área onde mais tarde surgiu a cidade de Rondonópolis, destinou-lhes os seguintes lotes: 1) o Lote São João de Jarudore, uma área de mata de 100.000 Ha, logo após a pacificação, em fins do século XIX, para os bororo da grande aldeia de Jarudore, depois de 1940 reduzida a 4.706 ha, demarcados por decreto, já que o próprio Estado havia tomado a iniciativa de distribuir o restante entre fazendeiros e colonos sem terra(...) 2) o Lote Tadarimana, uma área apenas delimitada de 9.785 ha(...) 3) o Lote Tereza Cristina, uma área de 65.000 há (...)reduzido a apenas 26.257 ha por decreto presidencial de 1969...”³⁷

A pretendida integração da elite mato-grossense ao litoral brasileiro impunha a necessidade de utilizar o território bororo para construção de vias terrestres de comunicação, se possível com a utilização da mão de obra indígena no processo.³⁸

Neste sentido, alguns limites físicos e geográficos e “humanos” deveriam ser transpostos, como sanar a deficiência no sistema de comunicação (construção de estradas de ferro e rodagem e instalação de linhas telegráficas) e “amansar” e “civilizar” os indígenas, para torna-los mão de obra gratuita.³⁹, expropriá-los de suas terras, para torna-las patrimônio do Estado, como terras públicas ou privadas.

³⁶ - Vários autores constataram o decréscimo contínuo da população bororo na região, durante o século XX, até a década de 1980. Ao que parece, a partir dos anos de 1980, estes aceitaram voltar a crescer – Para este assunto, consultar, entre outros, SERPA, Paulo. **Relatório Preliminar do Impacto Ambiental sobre áreas indígenas em função da implantação da Ferronorte S.A.** São Paulo: Utraplan/FUNAI. Brasília: DPI – Coordenação de Desenvolvimento Ambiental. 1995, mimeo.

³⁷ - VIERTLER, Renate. **A Duras Penas A duras Penas:** Um histórico das relações entre índios bororo e “civilizados” no Mato Grosso. São Paulo. FFLCH/USP. 1990., p.97

³⁸ - Mensagens dos governos à Assembléia Legislativa sobre as grandes possibilidades de desenvolvimento da agricultura e pecuária no Vale do São Lourenço.

³⁹ - O indígena acabou sendo incorporado como mão de obra gratuita por que não recebia salário pelos serviços prestados, mas em espécie (roupas, alimentos, agasalhos), compensação essa que objetivava

A criação de um destacamento militar na localidade conhecida como Ponte de Pedra, em 1875; a instalação de posto telegráfico neste mesmo destacamento, em 1890; as expedições de reconhecimento de Antônio Cândido de Carvalho, em 1897/98; e a chegada das primeiras famílias goianas na região, a partir de 1902/3, se inseriram neste contexto.

Desde que o estado de Mato Grosso passou a ter o controle das terras devolutas da circunscrição estadual, em 1892, o governo empenhou-se em demarcá-las, completando o processo de pacificação indígena: a legislação fundiária, previa o cadastramento e registro das terras de usufruto indígena ao patrimônio do Estado, reservando apenas pequenas áreas para aldeamentos indígenas⁴⁰ e para ocupação e povoamento não-índio.

Um fato comprobatório do anseio de apropriação pública ou privada da terra como complemento da pacificação indígena, foi a criação de circunscrições administrativas, como vilas, distritos ou municípios, mesmo sem que estes apresentassem população branca suficiente ou estável, como foi o caso de Rondonópolis⁴¹. A Povoação do Rio Vermelho, depois Rondonópolis, entre os anos de 1910 e 1940, abrigou uma população branca inexpressiva frente à imensidão do território por ela apropriado; mas, mesmo assim, este território foi “*reservado*” para abrigar uma cidade de “grande progresso” material e humano⁴². Nestes termos, a reserva virtual foi garantida a partir de um dispositivo legal, ou seja, a fundação do patrimônio. De certa forma, isso ocorreu com Poxoréu, mas com a diferença que lá existiu um surto

também incutir neles novas necessidades de consumo e desestabilização do modo de produzir a subsistência do grupo.

⁴⁰ - Conferir na Lei nº601 de 18/09/1850 regulamentada pelo decreto nº1138 de 01/1854; Art. 72 (Lei de Terras)– “Serão reservadas terras devolutas para colonização, aldeamento de indígenas nos distritos, onde existirem hordas selvagens” e Art. 73 – “Os inspetores e agrimensores, tendo notícia de existência de tais hordas nas terras devolutas, que tiverem de medir, procurarão instruir-se de seu gênio e índole, do numero provável de almas que elas contem e da facilidade ou dificuldade que houver para seu aldeamento, e de tudo informarão o Diretor Geral das terras Públicas, por intermédio dos Delegados, indicando o lugar mais azarado para o estabelecimento do aldeamento, e os meios de o obter, bem como a extensão de terras para isso necessária”. Em 09/11/1892, foi criada a lei n.º 20, que dispunha sobre os processo de revalidação, legitimação e venda de terras no Estado de Mato Grosso; em 16/11/1892, cria-se o órgão responsável pela execução da mesma, que era a Diretoria de Obras Publicas, terras, Minas e Colonização, regulamentado em 12/01/1893; e em 15/02/1893, foi regulamentada a lei n.º 20.

⁴¹ - Segundo a tradição político-administrativa brasileira, em alguns casos, a criação de circunscrições administrativas precedeu a existência do povoamento propriamente dito, ou seja, mais adensado. Os casos mais comuns foram os municípios de segunda geração. João Carlos Vicente Ferreira. **Mato Grosso e seus municípios**. Passim

⁴² - A planta do Patrimônio do Rio Vermelho foi elaborada em 1918, já prevendo a edificação de uma cidade de médio a grande porte para os padrões da época. As instruções para a construção e conservação do Patrimônio, podem ser conferidas em Cury, op. Cit p.40-42 e Carmo, Ailon, **Historia de Rondonópolis**. 2005. p. Cit. P.78.

populacional e diamantífero nos anos de 1910 e 1920 que a partir de 1938 passou a apresentar uma população instável, que crescia e decrescia⁴³ até entrar em queda com os surtos diamantíferos, e que foi emancipada. Nesta data, a povoação de Rondonópolis foi elevada à categoria de distrito.

Amplio modo, a criação de novas circunscrições administrativas, ligava-se às mudanças no quadro territorial mato-grossense, submisso à constituição federal e à política fundiária em desenvolvimento no Estado, que por sua vez, privilegiava a “re-construção do território em bases capitalistas”⁴⁴. De forma mais restrita, atendia a necessidade de ampliar e estender poderes políticos de elites políticas locais em fase de emergência⁴⁵.

Dessa forma, quaisquer que tenham sido as iniciativas tomadas por esse ou aquele personagem “mítico” da povoação e futura cidade de Rondonópolis, (ou de fora dela), objetivando a “evolução/progresso” do lugar, existiram, predominantemente, com a finalidade precípua de criar condições para garantir a futura posse legal da terra, frente à posse legítima dos Boé-Bororo, donos imemoriais dessa mesma terra, por causa disso.

Não queremos com isso dizer que a lei crie organizações sociais mais complexas. Apenas chamamos a atenção para o apressamento do Estado em se valer de seus dispositivos para avançar nos seus intentos; de progressivamente garantir no nível jurídico as condições para a efetivação de uma possível organização social não-índia em território indígena milenar.

Os anseios da elite mato-grossenses a compeliavam à tentativa de integração do índio, e conseqüentemente à desestabilização da sua estrutura social e perda de autonomia, uma vez que os fluxos migratórios nacionais e internacionais que se dirigiam ao Brasil, pouco se destinavam ao nosso estado, salvo no surto da borracha, da poaia e do mate.

⁴³ - A população de Poxoréu em 1938 era de 8.930 pessoas (cerca de 0,4 hab2); em 1940, 14.779 ; em 1950, 21.720. Sobre os garimpos de Poxoréu, consultar Gontijo, Nicozina M. Campos. **O brilho e a miséria: a exploração de diamantes em Poxoréu-MT (1930-1940)**. UNB: 1989. Dissertação de Mestrado; e Ailon do Carmo. **Nos garimpos do leste mato-grossense**. Rondonópolis. Gráfica Modelo. 1999.

⁴⁴ - Moreno, obra citada.

⁴⁵ - A partir de 1902, teria começado a migração de não-índios minúscula e não-continuada com a finalidade de fixar povoamento às margens do Rio Vermelho. Esses migrantes eram pessoas de posse no seu local de origem (criadores de gado e proprietário de terras), que procuravam, segundo Tesoro, e Cury, novas perspectivas para seus negócios. Mas como sabemos, essa era também a forma de expansão tradicional da fronteira agrícola brasileira, ou seja, a frente pecuarista e mineradora que, no caso de Rondonópolis foi de pequena monta e sem continuidade e crescimento. Como se vê, apenas a lei não poderia criar o desenvolvimento; era necessária uma grande força de trabalho para isso.

1.2 - Organização sócio-política indígena Boé-Bororo⁴⁶

Em período recente as aldeias Boé-Bororo localizavam-se dispersas ao longo do Rio Vermelho e São Lourenço⁴⁷. Provavelmente, para escapar ao “cerco” imposto pela sociedade abrangente, acabaram se estabelecendo na região de Tadarimana, nas imediações da Fazenda Velha⁴⁸.

Em Rondonópolis, o desmantelamento da organização tradicional sócio política bororo, ocorreu em curto tempo, podendo ser datado mais ou menos a partir da pacificação no final do século XIX, episódio do qual fez parte a personagem Rosa Bororo⁴⁹, até oilhamento deles na Reserva Indígena Tadarimana, em 1945⁵⁰. Consideradas terras devolutas, o Estado incorporou-as a seu patrimônio como terras públicas, doando parte delas ou vendendo a quem se interessasse em comprá-las. A expropriação da fonte de reprodução da vida material, que era a terra, então foi o principal fator para esse desmantelamento. Mas, note-se que, em termos práticos, isso se dava principalmente por causa do avanço (ainda que muito reduzido sobre a região) da frente de expansão pecuarista e garimpeira, através do então sudeste de Mato Grosso. A

⁴⁶ - Existe uma explicação mítica para a aldeia central dos Boé-Bororo localizar-se em Rondonópolis: este é o centro do território total que um dia lhes pertenceu. Sobre esse assunto, consultar Isaac, Paulo Augusto Mário. **Drama da Educação Boé-Bororo**. Cuiabá. EDUFMT.2004. e Ailon do Carmo. **Reminiscências de Rondonópolis**. Rondonópolis. Gráfica Modelo. 2001.

⁴⁷ - Sobre a localização originária deste povo, consultar as obras de Renate Brigitte Viertler, uma das mais importantes pesquisadoras sobre a questão indígena Boé-Bororo. Parte substancial dos trabalhos acadêmicos produzidos localmente, baseia-se nestas obras. Entre as mais importantes para a nossa pesquisa, destacamos “**A duras Penas: um histórico das relações entre índios bororo e civilizados no Mato Grosso**” ; e “**A Refeição das Almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios bororo-MT**”.

⁴⁸ Área de Terra requerida do estado por Rondon e posteriormente dividida e revendida. Utilizada para a criação de gado; por longa data foi administrada por um parente seu, Lucas Evangelista. Cury, op. Cit. passim.

⁴⁹ - A partir de importante pesquisa nos documentos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, a historiadora Marli A. Almeida, demonstrou que **Cibáe Modojobado** (Rosa Bororo) mediou junto com um grupo de sete pessoas a rendição de um agrupamento pequeno de bororos. Neste episódio, a pacificação ocorreu em função do número reduzido de índios que ali havia, pois muitos abatidos por doenças, morreram ou fugiram daquele lugar. O grupo era pequeno, incapaz de oferecer qualquer resistência física, e ao qual convinha mais o acordo com as tropas do Coronel Duarte, de obterem ajuda material do governo. Dessa forma, ao episódio de “rendição” desses índios, coube ao governo da província explorar a situação, mistificando tanto o herói branco (Coronel Duarte) como uma índia do grupo (Cibáe Modojobado ou Rosa Bororo), com a finalidade de *propagandear* que as terras de Mato Grosso, especificamente o Vale do São Lourenço, finalmente estavam livres, **desimpedidas** para ocupação e povoamento branco e para a construção de ligação via terrestre de Mato Grosso ao litoral. Sobre esse assunto, consultar Almeida, Marli A. **Cibáe-Modojobado: A Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroados (1845-1887)**: PPG/HIS/UFMT. 2002. Dissertação de Mestrado. Entretanto, cabe não desconsiderar o que os autores clássicos e especialistas afirmam sobre o caso. Os Xavantes eram tradicionais inimigos dos Boé-Bororo e os acuavam e isto se constituiria em mais um elemento a ser considerado na deposição das armas. Devemos levar em conta ainda que o recente massacre dos bororos ocidentais (margem direita das cabeceiras do Rio Paraguai) deveria estar na preocupação dos bororos remanescentes (coroados). Outro aspecto a ponderar é que, depois da Pacificação, a Rosa Bororo parece ter-se unido a um Xavante, indo residir na reserva dele.

⁵⁰ - Entrevista concedida por Renate B. Viertler em 2002 a Rosimeire T. de Oliveira.

isso poderíamos acrescentar, na justa medida, a implantação das linhas telegráficas que, por si mesmas não geraram núcleos colonizadores, só projetos, salvo engano.

O grupo de Boé-bororo não era pequeno para “imensidão” das terras de que dispunham para a reprodução da vida material e espiritual, exatamente por causa do seu modo de ser e de viver é que eles necessitavam dessa imensa área. Por exemplo, a realização dos rituais religiosos, careciam de animais que só se reproduzem em áreas extensas; e o modo de cultivar da terra, a coivara (enquanto se produz num lote, a terra de outro lote descansa), exige igualmente área extensa. Além de território de caça, esse espaço comportava a disposição de diversas aldeias com uma formação arquitetônica funcional.

Atualmente, as aldeias estão parcialmente desconfiguradas, mas, tradicionalmente, elas formavam uma unidade política, expressa na própria planta arquitetônica. Caracteriza-se por ser uma organização sócio política complexa, com divisão de poderes e obrigações sociais que possibilitou, por muito tempo, a plena reprodução de um modo de vida baseado na solidariedade entre as partes componentes.

A planta da aldeia tradicionalmente é dividida em dois semicírculos; cada semicírculo subdividido em segmentos designados de *clãs(04)*, que por sua vez são formados de pela integração hierárquica de dois ou mais *sub-clãs*. Os representantes dos *clãs*, são, geralmente chefes de grande prestígio, nascidos de mulheres pertencentes a estes clãs, dando continuidade ao princípio político da *descendência matrilinear*.

O local de reunião dos chefes políticos é o *Bai*, que internamente reflete a organização hierárquica da própria aldeia, com as divisões e subdivisões clânicas .

Os membros de cada um dos 08 clãs se reconhecem e se aceitam como membros de uma mesma e extensa família, onde quer que se encontrem, e as relações sociais funcionam na base da troca de pessoas (casamentos e *eleição* do filho “substituto” nos caso de morte) e da mútua prestação de serviço entre as duas partes exogâmicas.⁵¹

Na organização Boé-Bororo não há separação nítida dos aspectos sociais, políticos, culturais ou religiosos: existe um todo, onde a religião, ou melhor, os rituais religiosos constituem momentos e espaços de reforçar as alianças políticas e a coesão social da própria aldeia ou entre aldeias. Os rituais de *imposição do estojo peniano* e o do *funeral* desempenham importante papel nesse sentido, sobressaindo-se o último, embora descaracterizado na atualidade.

De acordo com Viertler a intensificação da realização do ritual religioso funerário (prolongamento da cerimônia para até três meses) caracterizou-se mais como reação ao contato inter-étnico, pois diante da perda dos territórios de caça passou a exigir a intensificação das trocas materiais

⁵¹ Renate Brigitte Viertler, **A refeição das Almas: Uma interpretação etnológica do funeral dos índios bororo-Mato Grosso**. São Paulo. FFLCH/USP. 1991.

e a reafirmação dos laços de amizade, e enfim, a busca da manutenção da própria identidade Boé-Bororo. O ritual ainda é realizado atualmente, mas de forma precária, manifestando-se como forma de resistência religiosa frente a imposição das novas religiões cristãs: ainda permanece nos mais velhos, o pensamento de que “*um Bororo não pode morrer como um branco*”. Vemos que, parte da autonomia Boé-bororo foi deturpada pelo “etnocídio” perpetuado pelo branco. Mas isso tudo contribuiu para reduzir a identidade indígena, “útil” para o estabelecimento, precário de início, da Sociedade Nacional no entorno.

A imposição da religião cristã por missionários e pelos “leigos” (militares ou não), atuou como fator desagregador e desestabilizador da organização sócio política bororo na medida em que a religião funcionava para o Boé-Bororo como o *elo de ligação* entre os grupos e as pessoas, do mesmo clã ou de clãs diferentes, da mesma metade ou de metades diferentes. Ao quebrar a religião, a unidade política da aldeia ficou ameaçada.

A catequese foi um dos meios utilizado para a conversão dos Boé-Bororo à sociedade abrangente. Nos aldeamentos missionários (Meruri, por exemplo), a imposição foi mais sistemática, porque os missionários impuseram uma nova organização das casas, inutilizando ou eliminando o baito. Nos aldeamentos de postos indígenas, como no caso de São Lourenço de Fátima (aldeia Tereza Cristina), a pressão era mais militar do que religiosa, mas mesmo assim, a religião cristã se fez sentir.

Devido à pressão sofrida, pela gradativa ocupação branca (numa ponta pelos militares e na outra pelos missionários, e no meio, inclusive em Rondonópolis, por fazendeiros e garimpeiros), os Boé-Bororo migravam insistentemente pelas várias aldeias dispostas nesta área, desde Meruri até a aldeia Tereza Cristina. A antiga área de Tadarimana (imediações da Fazenda Velha), segundo se sabe, serviu para abrigar Boé-Bororo fugitivo dos aldeamentos missionários de Meruri, do controle do SPI na aldeia Tereza Cristina e também dos posseiros na área do Jarudori.

Na povoação de Rondonópolis, o ensino **sistemático** da doutrina cristã-católica se fez presente apenas a partir do final da década de 1940, quando irmãs missionárias fixaram residência. Até então, a assistência religiosa era feita através das visitas de desobriga⁵², realizadas periodicamente, tanto na vila como nas aldeias indígenas. No roteiro de viagem desses missionários, provavelmente estavam incluídas todas as aglomerações situadas nas redondezas que não tinham a assistência direta dos missionários salesianos residentes em Meruri. Embora os cristãos-católicos da povoação de Rondonópolis não tivessem um esquema sistemático de catequização dos Boé-Bororo, reforçaram o credo próprio, por meio da sua supervalorização, e desdenhando a religião indígena, qualificada pejorativamente de *demoníaca*⁵³.

Grande nível de interferência na autodeterminação indígena se deu com o intuito de catequizar os Boé-Bororo, quando foi fundado em 1924 um templo da igreja Neo Testamentária, próximo ao posto telegráfico, às margens do Rio Vermelho. Os missionários evangélicos se dedicaram a prestar assistência religiosa nas aldeias da região e também na sede, bem como serviços de

⁵² - Assistência religiosa esporádica e que possibilitava o acesso aos sacramentos, como casamento e batizado. Avelar e Antônio Cintra, **O Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo. Konrad Adenauer-UNESP. p. 318

⁵³ - Carta de missionário da Igreja Neo-Testamentária. In. Carmo (2004) op. Cit.

assistência social, fornecendo alimentos e remédios⁵⁴, complementando a prática de Rondon e do líder do grupo de famílias já estabelecidas. O serviço missionário cristão-evangélico prosseguiu firmemente nas décadas seguintes, tendo como alvo principal a conversão dos Boé-Bororo, mesmo que por alguns anos o templo-sede deixasse de se localizar na povoação.

A expropriação das terras indígenas, as doenças aludidas por Antônio Cândido de Carvalho⁵⁵, a catequese, católica e evangélica, e o *Presentismo*, em pouco tempo tornaram inviável a continuidade da organização sócio-política Boé-Bororo nos termos clássicos, assim como do seu crescimento populacional, vigorando até os anos de 1970 a depopulação. Atualmente, as tradicionais unidades políticas (aldeias), desempenham um papel de menor poder real, se comparado ao modelo antigo. As relações hierárquicas foram parcialmente destruídas, e muitos valores deixaram de ser cultivados. A área reservada pelo SPI em 1945, somente foi regularizada em 1978, tendo sido o tamanho dela insuficiente para a reprodução total do seu sistema político próprio, além do fato de que tais reservas, ao menos a de Tadarimana em Rondonópolis, serem desmatadas para a extração de madeiras, arrendadas parcialmente e sofrerem incêndios nos anos recentes.

1.3 – Os Boé-Bororo e a organização sócio-política dos “novos donos”

A fundação da Povoação do Rio Vermelho, em 1915, amplo modo, não resultou da política fundiária planejada pelo estado, no papel, a partir de 1892. Correspondeu aos anseios das frentes de expansão pecuarista e garimpeira já mencionadas.

A Lei de Terras previa a doação de terras destinadas à construção de vilas, e com base nela também cedia uma parte para incentivar a colonização espontânea. Assim, ainda que aventureiros tenham se predispostos a campear pelo vale de São Lourenço, quer em busca de Eldorado ou de grandes pastos para instalar seu rebanho bovino, havia uma predisposição governamental anterior de lotear as terras do vale do São Lourenço. Mas isso era uma medida genérica e que em Rondonópolis não gerou progresso contínuo e crescente, que só se efetivou depois da chamada Fase Pioneira, e não durante a mesma.

Em 1915, foram cedidos pelo governado 2000 hectares de terra para a formação do Patrimônio do Rio Vermelho, a pedido da liderança política local, o Sr José Rodrigues dos Santos. Instalado nestas terras desde 1906, este líder do grupo de famílias mantinha “ótimas” relações com os Boé-Bororo, tendo sido reconhecido pelos mesmos como um *Pagmejera*, pelo que prestava grande assistência em horas difíceis⁵⁶. Neste caso, sugerimos que o reconhecimento da autoridade de José Rodrigues pelos Boé-Bororo, provinha do fato dele arregimentar a mão de obra indígena para o trabalho na lavoura, e como compensação salarial, fornecer parte da colheita, e roupas e remédios em

⁵⁴ - Carmo, Ailon do. **História de Rondonópolis**. Rondonópolis: Gráfica Modelo. Séc. Cultura do estado de Mato Grosso/Conselho Estadual de Cultura/Governo MT. Abril/2005.

⁵⁵ - Mensagens enviada ao Presidente do Estado de Mato Grosso Antônio Fernando Corrêa da Costa pela Comissão de Exploração do Rio das Garças, Antônio C. de Carvalho e Irmãos e Celso Passin, em 14/07/1897 e em 01/02/1898.

⁵⁶ - Cury, op. Cit. P. 33

algumas circunstâncias. Esse líder teria se destacado entre os Boé-Bororo como “bom negociador”, então, e não como o “benfeitor” dos índios. Considere-se ainda, que os Boé-Bororo utilizavam-se dos medicamentos manipulados pelos não-índios apenas em enfermidades sem importância. Os casos mais graves ficavam a cargo do Bari ou Xamã⁵⁷. Mas essa provável iniciativa, bem como outras que podemos aventar, como o comércio promovido pelas lanchas que vinham até Rondonópolis, ou mesmo as atividades garimpeiras do período (que até hoje existem de forma reduzida e remanescente) não conseguiram implantar o progresso contínuo e crescente que somente tornou-se possível e de forma irreversível a partir das grandes levadas de trabalhadores rurais, principalmente nordestinos que se dirigiram para a região, a partir da segunda metade dos anos 40 do século XX. A partir desses fluxos ininterruptos, Rondonópolis chegou a crescer até 500%, aproximadamente.

O pedido de reserva da área com destino à formação do patrimônio, feito ao governo do Estado fora intermediado por Otávio Pitaluga, técnico agrimensor do Exército, militar de carreira e membro do Partido Republicano Mato-grossense. A medição desta área fora feita antes da solicitação, quando Pitaluga fazia os trabalhos de agrimensura para instalação das linhas telegráficas. Tudo isso teve grande mérito em si mesmo, mas pouco acrescentou para o desenvolvimento econômico.

O suposto pioneirismo de famílias goianas teve outra face, ou seja, a expropriação da terra indígena para a realização de seus projetos particulares de vida. Demonstra também a existência de relações políticas favoráveis aos moradores, na medida em que enquadrava o índio, por exemplo, disponibilizava suas terras, etc., além de apresentar certos parâmetros de atuação política.

A historiografia rondonopolitana consultada, de viés tradicional e oficial, além de exagerar a importância da ação particular dos “pioneiros”, quando ressalta a ação de figuras proeminentes no cenário político regional e nacional na evolução do povoado, como “motivadores”, intercedendo o quanto possível junto a “instâncias superiores”, isto porque os resultados dessas tentativas foram quando muito modestos, para o que poderia ser caracterizada como uma “primeira fase” de desenvolvimento da povoação ou de “primeiro povoado”. Os resultados dessas tentativas teriam sido, enfim, superados com a última, e bem fadada, ação de um dos proeminentes *bem feitos* do cenário macro-político, em 1947 – Rondon, desencadeando um progresso econômico e social contínuo e crescente (apoio à colonização privada). Mas isso já se dá em outra fase da História local, sendo o peso de Rondon apenas simbólico, nisso tudo.

As ações de particulares ou de agentes do Estado não foram respaldadas nos projetos governamentais preexistentes de apropriação da terra e de alijamento dos indígenas, secundarizando os feitos dos hoje chamados pioneiros e/ou aventureiros, porque a expansão da chamada frente de expansão pioneira (garimpeira e pecuarista) é que contava. Além disso, o crescimento no período foi modesto, esporádico, intermitente e sobretudo reversível.

Nesse período, marcado por altos e baixos e depois pela reversão, a ação de Rondon, concorreu para levar melhorias aos moradores índios e não-índios, com o propósito de tornar a povoação uma grande cidade, merece ser analisada mais de perto. Essa análise se justifica também porque hoje é evocada para a história de Rondonópolis uma vocação indiscutível para o progresso,

⁵⁷ Viertler, **A Refeição das Almas**. Passim

mesmo em período de crise, e que no final da década de 1940, a povoação “renasceu” para cumprir esse desígnio, sobretudo por insistência de Rondon⁵⁸.

Consideramos pois, que a abordagem acima não deixa de comportar alguns elementos de verdade, pois, de fato, constata-se o empenho dele na construção de balsa, o envio de uma lancha, o projeto e construção de ponte sobre o Rio Vermelho. Verifica-se também, que a lancha estava a serviço da assistência ao índio no carregamento de roupas, remédios e principalmente de gêneros alimentícios enviados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) aos Boé-Bororo; também que, para os pequenos serviços públicos criados, como a chefia do posto do telegrafo e casa dos correios, foram nomeados para a função parentes ou amigos seus. Uma pesquisa mais apurada, nos revelou que os primeiros moradores não se constituíram apenas de goianos, mas também de “mimoseanos”, isto é, conterrâneos de Rondon. Ainda, que as propriedades dele, requeridas do Estado, ficaram aos cuidados de parentes, como os senhores Lucas Evangelista e Moisés Cury Mussy. Consideramos isso tudo de importância, diante de outras investidas.

Cury salienta em diversas passagens que Rondon tinha “grandes planos” para Rondonópolis, mas que motivos adversos o impediram de concretizá-los⁵⁹. De fato, encontra-se registrado em obra produzida pelo Tribunal de Justiça, o projeto de uma rodovia transcontinental, apresentado por ele ao Governo Federal, cujo trajeto cortaria o Vale do São Lourenço.

Também, tudo indica que houve esforços de Rondon para o prolongamento de uma via férrea, que saindo do interior paulista e atingiria Cuiabá passando pelo Vale de São Lourenço, território Boé-Bororo. Esse projeto de construção de ferrovia que foi aprovado em 1876, não chegou a ser realizado: o projeto que acabou sendo aprovado, foi o apresentado pela Cia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, empresa de capital misto (belga e francês). A construção dessa obra foi finalizada em 1914, ligando Bauru, oeste de São Paulo, Corumbá, então sul de Mato Grosso e a Bolívia.

As intenções de provocar o crescimento populacional e econômico de Mato Grosso através da construção de vias férreas, existiam desde o governo imperial⁶⁰, e tornou-se, em alguma medida, prioridade do nascente governo republicano, encontrando eco na elite política republicana mato-grossense. Semelhante empenho deveria ser canalizado para melhoria nas comunicações telegráficas.

Tanto a construção da ferrovia, como a instalação das linhas telegráficas deveriam, tendo como pano de fundo o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, cortar o território Boé-Bororo no Vale do São Lourenço. O fracasso do primeiro projeto (prolongamento da via férrea), não inviabilizou o segundo (instalação de linha telegráfica), e nestes termos, a pacificação indígena tornou-se “uma questão de terra”. E nestes termos ainda, o registro de terras, a partir da criação de circunscrições administrativas, tornou-se uma necessidade para consolidar o processo de “pacificação”.

E é nesse processo que Rondon desempenhou o papel fundamental enquanto porta voz dos interesses da elite mato-grossense, da qual fazia parte.

⁵⁸ - Sobre essa abordagem, consultar Cury, op. cit.; Tesoro, op. cit.; Ailon do Carmo, op. cit.; Silva, Laci Maria Araújo. **A história da Educação em Rondonópolis**. Cuiabá. EDUFMT. 1995.

⁵⁹ - Cury, op. cit. passim.

⁶⁰ - Sobre isso consultar a Carta de Antônio Cândido de Carvalho; e Castro, Maria Inez Malta. **O preço do Progresso: A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1914)**. Dissertação de Mestrado. 1993.

Conforme observa Biggio,

“...Ao instalar as linhas e estações de telégrafos em territórios indígenas, o governo republicano queria também incorporar esses territórios à economia brasileira e os próprios índios como mão de obra. Tal fato é uma determinante para a indicação de Cândido Rondon como um dos principais articuladores da política indigenista republicana.”⁶¹ (grifo nosso)

Entretanto, pelo menos até os anos 40, do século XX, essas iniciativas de Rondon não se consubstanciaram em desenvolvimento efetivo, nos termos em que estamos debatendo.

Batendo-se pelo prolongamento da via férrea até Cuiabá, passando por Rondonópolis, pressupunha-se que seus esforços estavam concentrados no progresso da povoação, mas que, se concretizado, isso poderia vir a ser apenas um ponto dessa trajetória, talvez. Instalando um posto telegráfico às margens do Rio Vermelho, *idem*⁶². Mas o projeto político-social de Rondon, um intelectual positivista e estrategista militar, estava expresso, sobretudo, na política indigenista que elaborou e tentou desenvolver de forma precária, institucionalizando-o na criação do Serviço de Proteção ao Índio [S.P.I.]. A criação deste órgão, resultou imediatamente na liberação dos territórios indígenas para a realização de projetos privados, de construção de estradas (férreas ou não) e para a ocupação de agricultores e criadores de gado⁶³ e/ou especuladores, inclusive o próprio Estado⁶⁴, o que na época era mais progressista do que deixar o índio a sua própria sorte, sendo exterminados pelos “bugreiros”, que procediam à toda sorte de atrocidades e servícias contra o índio, mas o amenizou parcialmente. É possível aventar a hipótese de que o genocídio e o etnocídio indígenas fossem maiores, não fosse a interferência de Rondon. Talvez, quem sabe.

Desde 1892, quando era técnico da Comissão de Instalação de Linhas Telegráficas, Rondon já dava sua parcela de contribuição ao Estado na resolução da questão indígena republicana⁶⁵, através de uma insidiosa prática de *cooptação de lideranças indígenas*⁶⁶, o que lhe valeu a confiança do governo brasileiro de comandar, oficialmente, o processo de *pacificação*⁶⁷ dos silvícolas.

⁶¹ - BIGGIO, Elias. Op. Cit. P. 21

⁶² - Consultar Cury, Tesoro, Carmo, obras citadas.

⁶³ - Cury, op. Cit. p. 9-28.

⁶⁴ - Sobre esse assunto, consultar Moreno, obra citada.

⁶⁵ - A preocupação com a “pacificação” existe deste o período colonial, pois eles representavam o entrave para o desenvolvimento da Colônia. Igreja e estado expediram bulas, leis e decretos tratando da questão. O processo culminou com a ação de Rondon, que imprimiu um caráter diferenciado ao trabalho de pacificação, evitando o genocídio, mas não o etnocídio.

⁶⁶ - “Rondon entra em contato amistoso com um grande chefe bororo, Cadete, da área do Rio das Garças, que lhe valeu a boa receptividade por parte dos bororo durante a construção da linha telegráfica de Coxim, antiga colônia militar do Taquari ou Beliago, estabelecida em 1862, a São Lourenço...” Neste ocasião, os bororos fizeram...”a derrubada e limpeza da picada em troca de alimentação diária suficiente para eles e as famílias dos que fossem designados para trabalhar. Para não lhe romper bruscamente os

O “afazendamento”⁶⁸ das terras do povoado e adjacências pelos goianos e mimoseanos, adveio da segurança proporcionada pela continuidade da pacificação indígena, realizada de cima para baixo entre o *Pagmejera*⁶⁹ Rondon e os Caciques⁷⁰. No contato com os Boé-Bororo, Rondon alimentava-os com milho e carne; brindava-os ao mesmo tempo em que os subordinava às suas decisões e práticas sociais. Foi usando da “tolerância e bondade” e enchendo de brindes os lugares freqüentados pelos Boé-Bororo, que ele acabou por submetê-los na construção das linhas telegráficas⁷¹.

Essa tática contou com a aceitação e participação das lideranças indígenas maiores: *Cadete*, ao lado de *Quejari*, *Tugore* e *Piquiri* foram exemplos dessa situação. Eles foram importantes mediadores entre Rondon e os Boé-Bororo submetidos. O cacique, e líder espiritual, *Cadete*, chegou a receber o título de Capitão e a farda militar, como homenagem aos serviços prestados a Rondon, e possivelmente como incentivo para a continuidade do trabalho.

Entretanto, é preciso contextualizar a capitulação pacífica dos índios, uma vez que, em função da tradição Boé-bororo, quem os vencesse deveria sustentá-los. Além disso, o que ocorria frente aos olhos dos habitantes da região eram algumas das formas tradicionais de cooptação indígenas, ocorridas ao longo da História do Brasil.

A facilidade na obtenção de alimentos como compensação pelos serviços prestados nas propriedades particulares da povoação⁷², bem como no serviço de instalação e manutenção das linhas telegráficas, a “proteção” contra os tradicionais inimigos dos Boé-Bororo, a perda gradativa dos territórios de caça, foram propiciando a desestabilização política e social tradicional Boé-Bororo, conduzindo-os de forma acelerada para o Genocídio indígena⁷³.

hábitos, propus que só fosse aproveitado no serviço diário o número de índios de que efetivamente precisássemos (...) semelhante regime contribuiria para que eles não deixassem suas prediletas caçadas e economizaria os viveres existentes, que não dariam para muito tempo, se tivéssemos de alimentar tanta gente todos os dias...”. Viertler, **A Duras Penas** (1990), p. 70

⁶⁷ - Entendemos o processo de “pacificação” como a imposição gradativa e deliberada de novas formas de organização política, social e cultural ao indígena através da expropriação e apropriação dos seus territórios, pela sociedade abrangente.

⁶⁸ - Termo utilizado por Cury, op. Cit., para referir-se aos primeiros grupos de não-índios que se fixaram no Povoado.

⁶⁹ - Tradicionalmente, título dado pelos Boé-Bororo aos grandes líderes indígenas, e que foi atribuído por eles a Rondon.

⁷⁰ - A figura do cacique surgiu a partir do contato inter-étnico com o “branco”. Ele não é por excelência o líder espiritual, mas o intermediador da aldeia com a sociedade abrangente, embora em muitos casos tenha acumulado os dois papéis.

⁷¹ - O regime de trabalho imposto por Rondon diferia em alguns aspectos da forma imposta pelos Salesianos nos aldeamentos da Missões, levando os Boé-Bororo a fugirem para os aldeamentos de Postos Indígenas, provocando contínua redistribuição demográfica, desestabilizando-os. Rondon dava ordens na própria língua Boé-Bororo, que era retransmitida pelos chefes indígenas, não interferindo drasticamente na organização das formas de autoridade. Os missionários, porém, desprezavam totalmente a organização tradicional da aldeia enquanto unidade política, retirando a autoridade dos chefes indígenas. Sobre esse assunto, conferir Viertler, *A Duras Penas*, p.69-70

⁷² - “... No frio compadecia-se deles, chegando a distribuir suas roupas e compra-las em Cuiabá, trazendo maiores volumes, os quais todos já contavam como presente em sua chegada [sic]. Os índios gostavam tanto de José Rodrigues a ponto de ajuda-lo na agricultura e na pecuária...” Curi, Op. Cit. p. 32

⁷³ - Essa palavra é tomada de empréstimo ao grande autor e ativista negro Abdias do Nascimento, que a emprega para caracterizar a situação do negro brasileiro, após a Abolição. No caso do índio, podemos entender tal conceito como conjunto de atuações, leis, condições estabelecidas pela Sociedade Nacional

A introdução de bebida alcoólica, e a forma diferente que era usada pelo indígena, agravou esse processo.⁷⁴ Um alambique foi construído na Boa Vista, para o consumo local e comércio na região. A pinga produzida pode ter servido para a cooptação do indígena ao trabalho, uma vez que a principal compensação pelo trabalho por ele prestado era o fumo e a pinga⁷⁵. E atualmente, os Boébororo remanescentes (que felizmente voltaram a crescer), consomem muita cachaça; até crianças o fazem⁷⁶.

Essas e outras práticas, derivadas da pacificação, auxiliaram a tirar o índio do caminho e a elevar as raízes dos sistemas econômico e político vigentes.

1.4 – A contribuição da política indigenista para a formação da Povoação do Rio Vermelho⁷⁷

A historiografia rondonopolitana registra a criação do destacamento militar de Ponte de Pedra, em 1875 como o provável marco de fundação de Rondonópolis, por porque acomodava na região alguns soldados não-índios e seus familiares. Esse destacamento teria existido ali em função da necessidade do Governo Imperial de resguardar as fronteiras depois do episódio da guerra Brasil/Paraguai⁷⁸.

Mas, é provável que, além disso, este destacamento tivesse uma outra finalidade, conforme sugere a citação a seguir:

*“...O governo criou destacamentos militares em diferentes pontos do sertão na estrada de Goiás e na do Piquiri. Longe porém do efeito desejado, **que era o de acostumar os índios com os nossos soldados a fim de chama-los à fala**, obteve enfurece-los mais (...)No Rio São Lourenço foi colocado um destacamento militar, e outro no Sangradouro Grande, além do da Estiva, posteriormente o de **Ponte de Pedra** e Barreiro de Baixo.”⁷⁹*

A política indigenista imperial de certa forma “obrigou” os representantes provinciais a substituírem o contato violento realizados por “bandeiras”⁸⁰, por outro, de caráter mais persuasivo,

que conduz à redução gradativa da população indígena, o que aconteceu em Rondonópolis até os anos 70, do século XX.

⁷⁴ - Viertler, obras citadas.

⁷⁵ - Cury, op. Cit. P. 24

⁷⁶ - Conferir em Goettert, Jarbas. Op. cit

⁷⁷ - Florestan Fernandes menciona sobre o drama do colonialismo cultural brasileiro, que o Positivismo não foi bem interpretado no Brasil, dando margens a atitudes desastrosas no campo social. Conferir em **A condição do Sociólogo**. São Paulo: Hucitec.1978.

⁷⁸ - Nascimento, op. Cit, Passim.

⁷⁹ - Viertler A duras Penas (1990), citando Caldas. P. 58

⁸⁰ - A Lei de 27/10/1827, aboliu formalmente a servidão indígena ; outras leis e decretos surgiram até a resolução de reservas de terras para aldeamentos na Lei de Terras de 1850..

objetivando melhores resultados no processo de pacificação⁸¹. Na prática, a persuasão se dava através da distribuição de alimentos e viveres, e principalmente de pinga, pelos militares.

Rondon por sua vez, os persuadiu de forma diferenciada, intensificando a assistência no fornecimento de alimentos, de ferramentas de trabalho para a agricultura e punindo os militares que lhe eram subordinados, no caso desses agredirem ou matarem algum Boé-Bororo. Essa prática evoluiu para a elaboração de uma política indigenista, oficialmente adotada pelo governo republicano, e que não surtiu o efeito completamente desejado, pois, se por um lado trouxe a liberação da terra indígena, sem que se matasse tanto índio **diretamente** (vai eliminá-los e em grande parte através do “Genocídio”), não conseguiu, por outro lado, a integração preparada dos índios reservados na Sociedade Nacional.

A proposta de Rondon, já posta em prática desde que assumiu o comando da Comissão de Construção de Linhas e Telégrafos de Mato Grosso ao Amazonas, em 1906, e apresentada ao Governo Republicano, concorria com outras, inclusive a da Igreja Católica, de continuar tendo exclusividade na tutela indígena. Mas ela venceu porque, entre outras coisas, serviria para diminuir a pressão internacional que o governo brasileiro vinha sofrendo, advinda de órgãos defensores dos direitos humanos e causada pelas denúncias da imprensa nacional e internacional.⁸² A institucionalização dessa política veio através da criação do SPI, em 1910, que ironicamente necessitou da colaboração salesiana, pelo menos em Mato Grosso.

A política indigenista, de Rondon, previa a incorporação do indígena à sociedade, através do trabalho; a demarcação oficial de reservas de terras, amenizando o genocídio, e garantindo o espaço de convivência e reprodução física; a oferta de educação escolar, a partir da criação de escolas, contribuindo para a superação do estágio primitivo no qual eles, os indígenas, viviam.

Assim,

*“A atuação de Rondon abriu imensas regiões, que puderam ser aproveitadas por agricultores, coletores e criadores e garimpeiros, brasileiros e imigrantes, sem a repetição de hostilidades por parte de seus antigos donos, os índios, que passaram a viver em volta dos postos indígenas estabelecidos em pequena porção do antigo território tribal”.*⁸³

Na realização desse empreendimento, Cândido Rondon adotou o lema *“Morrer se preciso for; matar nunca”*, porque, para ele, era preferível ter que fuzilar um soldado a ver morto um índio. Porque se isso acontecesse, seria o fracasso do seu projeto, pois, a tribo inteira vingaria o seu morto; e seria a aldeia inteira contra ele e seus soldados, não se deixando cooptar, provavelmente.⁸⁴ Assim não

⁸¹ - Almeida, obra citada, p.86.

⁸² - Biggio, op. Cit. E Viertler

⁸³ - Viertler, A Duras Penas (1990), op. Cit. P.86

⁸⁴ - Idem, op. Cit. p. 85

raras vezes, praças eram sacrificados em nome do projeto maior, de pacificação e controle indígena, e integração subordinada e orientada para apropriação do território com fins *modernistas*.

Dessa forma, a fixação da povoação do Rio Vermelho foi possível sobretudo pela “Pacificação” do final do século XIX e, depois, pela política indigenista em curso, realizada pelo Estado Brasileiro e representado na pessoa de Cândido Mariano Rondon, e que foi útil também para o Estado de Mato Grosso. Foi continuada pelos moradores, que estabeleceram a convivência “pacífica” com os Boé-Bororo através do *Presentismo*, e pela *compensação*⁸⁵ dada aos indígenas para que estes, literalmente, ajudassem na sobrevivência do povoado: construindo casas, rebocando a balsa cada vez que ela afundava, trabalhando na lavoura, na construção de pontes, e principalmente fazendo vista grossa à invasão de suas terras.

1.5 - Poder Político, Política Fundiária e a questão indígena

As possibilidades de progresso para Rondonópolis, da parte de Rondon, surgiram em virtude de ele ser um agente da política mato-grossense profundamente articulado, dentro e fora do Estado, mas também devido a sua concepção positivista da História, que faz “profecia de fé” no progresso da civilização Ocidental e que enxerga o índio no estágio Teológico e que precisa ser integrado, portanto, ao estado Positivo. Embora nunca tenha concorrido a cargos eletivos, acumulou cargos de nomeação política, enquanto chefiava a Comissão de Construção das linhas telegráficas, ampliando sua margem de articulação política nos níveis regional e federal.⁸⁶

Como engenheiro militar responsável pela Comissão de construção das linhas telegráficas, ao mesmo tempo construiu as condições de base para a ocupação não-índia e incentivou a migração. Em 1915 foram concluídos os trabalhos da Comissão Rondon, mas na eminência de que a mesma viesse a ser extinta, prejudicando a continuidade dos trabalhos, ele intensificou a articulação com deputados, senadores e ministros.

A função de comandante-chefe das forças militares federais contra a Coluna Prestes, o autorizava de certa forma, a interferir diretamente em questões políticas do estado. Um exemplo disso foi a mediação, com relativo sucesso (em seu

⁸⁵ - De certa forma, o Presentismo se diferencia da compensação por serviços prestados pelos indígenas aos membros da Sociedade Nacional. O Presentismo renova a pacificação e introduz novos valores, gerando dependência, além de exercer a cooptação indígena para grandes projetos na condição de subordinados. Tudo isso até os anos de 1930. A compensação dada aos indígenas é a troca em função da exploração econômica, isto é, sem equivalência.

⁸⁶ - Sobre esse assunto, consultar Biggio, obra citada.

favor e da Comissão) do conflito conhecido como *Morbeck e Carvalhinho*, que envolveu as duas oligarquias norte-matogrossenses, politicamente rivais.⁸⁷

Enquanto parte da elite política mato-grossense, Rondon contribuiu para a expropriação das terras indígenas, se empenhando em poupar, a seu modo, a vida dos mesmos, através dos aldeamentos e reservas indígenas, preparando-os para serem estoque de mão de obra barata (ou quase gratuita, já que a compensação desigual era feita em espécie). Também, favoreceu acumulação primitiva de capital, que pôde se dar a partir da apropriação geral das terras indígenas pelo Estado, pelos “aventureiros” garimpeiros, e, principalmente, por grandes especuladores de terras, via-de-regra apaniguados políticos.

A acumulação primitiva local, ao que parece se daria através da valorização dessas terras, pelo trabalho humano da construção de uma ferrovia que interligasse Rondonópolis às regiões mais desenvolvidas, **o que engendraria a migração e colonização**, e que mediante mais trabalho humano acabaria consolidando o antigo projeto de modernidade econômica mato-grossense, ansiado pelas elites. Como fracassou a tentativa de prolongar a ferrovia até Cuiabá, Rondon “forçou” a migração e a colonização através da Cia Noterama, no final da década de 1940, mas não foi bem sucedido nisso também, e a colonização terminou dando certo aparentemente, por ter sido bancada pelo governo do Estado, que investiu em infra-estrutura (abertura e conservação de estradas federais, transporte e energia). Nesse período, o Marechal estava decaído politicamente, mas a conjuntura estadual ainda favorecia sua interferência.

Entretanto, não podemos nos deixar levar pelas aparências. A migração e a colonização finalmente deram certo não pela persistência de Rondon (Noterama), e nem mesmo porque o Governador, à época, fez os investimentos citados. É certo que essas ações encadeadas contaram para o êxito. Mas o desenvolvimento de Rondonópolis não poderia se tornar contínuo e crescente apenas devido às obras infra-estruturais e localizações geográficas privilegiadas, pois uma estrada não poderia ligar nada a coisa alguma, assim como um mero loteamento não de terra não produz nada em si mesmo. Tanto num caso como noutro, é preciso a presença de gente, ser humano em profusão que viabilize, melhore, amplie e conteste os projetos dos burocratas traçados no papel.

⁸⁷ - Siqueira, Elizabete. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá. Guaicurus. 1990.

Administrativamente, Rondonópolis fez parte da história política de Santo Antônio do Leverger até 1938, quando a partir de então passou a compor o quadro administrativo de Poxoréu, como distrito. Em 1953, adquiriu emancipação político administrativa. Todas as datas de conformação territorial corresponderam a remanejamentos do quadro territorial do Estado de Mato Grosso envolvendo a política fundiária estadual, predominante no momento, correspondendo às exigências do gGoverno Federal de participação dos estados membros na política de povoamento do solo brasileiro e de necessidade de aumentar a arrecadação do Estado, que tinha na venda de terras devolutas um aumento substancial no volume de receitas⁸⁸. Havia ainda, da parte dos agentes políticos estaduais a percepção de que lucro maior para o Estado ainda viria depois, com a arrecadação de impostos das terras posteriormente regularizadas e quem sabe da produtividade ou especulação delas. Este é um elemento a ser considerado, embora não seja o caso principal de Rondonópolis.

Mesmo que a emancipação político administrativa de Rondonópolis tenha ocorrido em 1953, esse fato em si mesmo não significou o início de uma nova história do lugar (para a sociedade abrangente), mas a continuidade/efetivação de práticas políticas administrativas e partidárias *costumeiras* dentro da política institucional mato-grossense. Conforme depoimento do primeiro prefeito eleito, Rondonópolis não possuía a mínima infra-estrutura necessária para a instituição do município⁸⁹.

O que parece ter acontecido, em alguns casos do estado de Mato Grosso, é a partir de uma base populacional mínima, insuficiente para se criar um município, eles foram criados assim mesmo, por motivos político-eleitoreiros⁹⁰. A criação do Município de Rondonópolis (não a formação da cidade), ao que parece, em alguma medida, seguiu um viés da tradição brasileira de primeiro instituí-los e, com o tempo, dotá-los da infraestrutura administrativa⁹¹. Nas mesmas condições, e no mesmo ano, outros dez municípios foram criados no Estado. Assim, a necessidade maior pareceu ser o de atender interesses políticos partidários regionais e locais e, principalmente, dar

⁸⁸ - Sobre a política fundiária no Estado de Mato Grosso, consultar Gislaene Moreno, op. Cit.

⁸⁹ - Tesoro, L. L. , op. Cit. Passim.

⁹⁰ - Mas considere-se que, com alguma base populacional e de trabalho humano, por modesto que fosse (casos de Rondonópolis, Pedra Preta, São Pedro da Cipa, São José do Povo, por exemplo).

⁹¹ - Avelar (2004), op. cit. p. 206 “A organização municipal, embora tenha precedido o povoamento, esteve o tempo todo a serviço dos senhores rurais, facilitando a resolução de disputa entre eles.”

continuidade à política fundiária estadual, atendendo à nascente elite política local, parte dela oriunda ou dependente da política partidária de Poxoréu⁹².

Nos termos dos objetivos gerais da elite mato-grossense, ao longo da História, Rondonópolis não chegou a sofrer algum tipo grave de interrupção no seu crescimento⁹³, e isso parece se verificar porque, no fundo, a preocupação maior com a expropriação e incorporação indígena, considerando sua situação no contexto regional. A interrupção no crescimento existiu várias vezes para os grupos de famílias que para a localidade se dirigiram, com a intenção de apossarem-se das terras consideradas devolutas, para criarem gado, ou para especulação, regularizando-as para ulterior valorização.

Estamos considerando aqui que, o que de fato vingou sem prejuízos maiores foi, durante a fase de Rondonópolis, o delineamento do projeto maior (expropriação indígena e incorporação dos seus territórios) e que os projetos dos “pioneiros” sofreu interrupção na escala micro, porque o seu voluntarismo não foi suficiente para alavancar o grande “progresso” material para aquela sociedade em formação. Não haviam condições suficientes para o crescimento interno contínuo e duradouro, embora, ao menos parte do projeto maior, estivesse a caminho da consolidação.

Do ponto de vista institucional, estas terras constituíam-se em reserva de valor fiscal para o Estado e reserva produtiva, de valor e de especulação para particulares, que desde o final do século XIX já vinham requerendo do Estado algumas propriedades⁹⁴. Durante o processo de demarcação da terra devoluta, para particulares, é que o Estado demarcava as suas (tornando-as terras públicas)⁹⁵.

Dessa forma, na situação geral, as principais metas foram sim atendidas, que foi a regularização das terras, beneficiando inclusive os “pioneiros” que, na ânsia do “progresso” reclamam hoje, do *retrocesso* econômico vivenciado na terceira década do século XX, e que deixou modesto legado à fase seguinte. .

⁹² - Rachid J. Mamed, deputado estadual por Poxoréu, pertencente ao clã dos Campos e Müller, importante oligarquia mato-grossense, foi um dos maiores agenciadores na venda de terras da região de Rondonópolis, bem como expressivo agente político do PSD. Fundador do diretório do PSD na cidade em 1950.

⁹³ - A historiografia local narra a história de Rondonópolis na perspectiva de uma evolução que teria sido interrompida ou estagnada durante a década de 1930, sendo retomada a partir do final da década de 1940.

⁹⁴ - Almeida, Marli Auxiliadora: ***Cibáe Modojebado – A Rosa Bororo e a pacificação dos Bororo Coroados (1845-1887)***. Dissertação de mestrado. Cuiabá. 2002. PPG/HIS/UFMT..

⁹⁵ - Sobre como se deu o processo discriminatório de terras devolutas, conferir em Moreno, op. Ct. Ao demarcar as terras requeridas por particulares, obrigatoriamente o agrimensor deveria demarcar 10% do total circundante para o patrimônio do Estado, passando esta de terra devoluta a terra pública.

Rondonópolis se situava até o final da década de 1940, para o Governo Estadual, como uma porção de terra à mercê da política fundiária estadual⁹⁶, sendo que o seu entorno vinha gradativamente se incorporando ao patrimônio do Estado como terras públicas, enquanto “extensão rural”⁹⁷ de Santo Antônio do Leverger e depois de Poxoréu⁹⁸. O então distrito ia participando da política regional a partir do tradicional esquema coronelista (zona eleitoral do interior). Salvo os problemas ocorridos com a enchente de 1932 e episódios de doenças, o **ritmo** neste “corredor” de Cuiabá-Alto Araguaia continuava o mesmo⁹⁹.

Os afetados de fato pelas calamidades foram os Boé-Bororo, que eram em maior número e tiveram uma baixa sensível na população, e que com suspensão da lancha e perda da balsa, tiveram diminuídos os suprimentos fornecidos pelo SPI.

Até meados da década de 1940, não existia um projeto econômico específico para esta povoação ou distrito, a não ser iniciativas pessoais de alguns “pioneiros grileiros”, que eram apadrinhados de políticos regionais, tudo indica.

O interesse econômico maior da região estava mais concentrado nas vendas de terras devolutas e nas zonas de garimpo, fontes de renda para o estado, porque, como já dissemos, o contexto econômico nacional ainda não demandava a inserção ampliada e profunda do interior de Mato Grosso de forma efetiva e duradoura, no Capitalismo Brasileiro.

A mineração em terras públicas ou devolutas da região “minguou”¹⁰⁰, liberando mão de obra, a economia entrava em nova fase e agenciadores de terras e agentes políticos, em conjunto, voltaram seus olhos para a possibilidade de ganhos maiores com as terras “abundantes e baratas”.

As terras da região de Rondonópolis tornaram-se, então, alvo de maior procura, em vista, inclusive, da redução significativa da economia garimpeira, um fator interno

⁹⁶ - Sobre a preocupação com a liberação do território para ocupação e povoamento da região, conferir documentos governamentais citados, entre outros, por Almeida (2002), op. Cit.

⁹⁷ - Sobre a construção de redes urbanas **simples**, consultar Lobato, A Rede Urbana (1989).

⁹⁸ - Se o rural só existe em relação ao urbano, grosso modo, todo o Estado, por longo período constituiu a *grande* zona rural de Cuiabá, único centro metropolitano.

⁹⁹ - Conferir em Carmelita Cury os acontecimentos para as décadas de 1930/40. Observamos que os investimentos particulares, ainda que parcos, continuaram existindo, “apesar das adversidades oferecidas pela natureza”. A população também continuou aumentando nos arredores.

¹⁰⁰ - O declínio da mineração na região se deu apenas em terras públicas ou devolutas. Os garimpos em propriedades particulares continuaram e continuam produzindo até a atualidade, mas uma produção pouco importante. Entrevista com o Sr. Vanderlei e Afro Stefannini, em fev/2005. Para este assunto, conferir entre outros, Gontijo, op. Cit.

que contribuiu para desencadear o processo intensivo e extensivo de colonização e aumento do povoamento do todo o Vale de São Lourenço, e não apenas de Rondonópolis. Mas a verdade é que os projetos locais de colonização para “segurar” os garimpeiros, mão de obra nordestina expulsa¹⁰¹ no seu local de origem, tiveram fôlego curto, e como projetos de colonização fracassaram em sua maioria, tanto porque a fertilidade da terra era baixa, como porque os projetos aludidos apresentavam parca infra-estrutura e meios de apoio, ocorrendo ainda novas migrações desses locais para outras regiões do estado, inclusive para Rondonópolis¹⁰². A maioria desses projetos fracassou, pois, ao contrário de Rondonópolis que prosperou.

Situamos o projeto geral como o mais significativo para a história de Rondonópolis, porque foi por ele que se empenhou a classe política regional, bem como a elite local em formação, ao longo do tempo. Exemplos desse empenho, para as primeiras décadas foram os militares de carreira Cândido Mariano da Silva Rondon e Otávio Pitaluga, ambos, em primeiro plano, agentes da política regional¹⁰³

É fato comprovado que tanto Rondon quanto Pitaluga requereram terras devolutas no Vale de São Lourenço, (e menos do que poderiam), especificamente na região de Rondonópolis; e tudo indica que com o intento de também valoriza-las, através da construção de estrada de ferro e de rodagem até Cuiabá.

Apesar dos relatos sobre os esforços empreendidos por ambos para a construção do vilarejo, parece não ter sido a formação e crescimento em si do vilarejo o projeto maior deles, especialmente o de Rondon. É possível que, como consequência das metas traçadas por Rondon (presidente da Comissão de Linhas Telegráficas e depois do SPI, e responsável pela Comissão de reconhecimento do território Nacional¹⁰⁴), estivesse incluída a valorização de algumas localidades, e **dentre elas** a povoação do Rio Vermelho, depois tornado distrito.

¹⁰¹ - Sobre migrações por atração e/ou expulsão, consultar Castells, op. Cit.

¹⁰² - Consultar, entre outros estudos sobre a região Centro-Oeste realizado pelo FIBGE: AJARA, César. “*et alli*”. População. In.: **Geografia do Brasil – Região Centro Oeste**. Rio de Janeiro: FBGE. 1988.

¹⁰³ - Biggio, op. Cit., ressalta que, embora Rondon não tivesse disputado pleitos eleitorais, foi profundo articulador político; teve postura de coronel. Por sua vez, Otávio Pitaluga, militar de carreira, ocupou cargo técnico de agrimensor no exercito e também assumiu postos de comando dentro da maquina administrativa estadual, ingressou na política mato-grossense como defensor dos interesses da oligarquia dos Paes de Barros, foi eleito deputado estadual em cinco legislaturas consecutivas. Conferir em FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Estado e seus municípios**. Cuiabá. SEDUC. 2001.

¹⁰⁴ - Siqueira, op. Cit. Passim.

Para nós, a historiografia local exagera ao considerar o propósito do Marechal Rondon com respeito ao desenvolvimento de Rondonópolis, pois a pesquisa desenvolvida por Biggio e Viertler, nos permitiu compreender que a ação de Rondon foi muito mais abrangente e profunda, **denotando um projeto político-social, mais do que propriamente pessoal e local**; envolvendo a questão da liberação das terras indígenas para a acumulação do Estado e do Capital, e não apenas para o distrito de Rondonópolis.

Daí, parece-nos que as ações desenvolvidas localmente foram, marcadas, entre outros motivos, por forte contingência, pela acomodação de parentes e amigos¹⁰⁵. Rondon, visitou pouquíssimas vezes o povoado, e dos moradores mais antigos por nós entrevistados, não obtivemos nenhuma informação que denotasse empenhos dele no “varejo”,¹⁰⁶ como ocorreu em algumas oportunidades com relação ao Deputado Otávio Pitaluga, segundo Cury. Para ela, o Deputado Otávio Pitaluga foi o grande incentivador do progresso da povoação, e sua morte, em 1929, acarretou o retrocesso do povoado, em todos os sentidos, uma vez que ele era o intermediador político dos interesses dos grupos de famílias e a Capital. Mas há passagem na obra de Cury que denota o interesse de Rondon.¹⁰⁷

Tesoro¹⁰⁸ sugere que as intenções de Pitaluga foram, sobretudo, eleitoreiras.

As intervenções de Rondon em favor de benfeitorias para a povoação, existiram no intuito de levar condições de “progresso” ao povoado; mas, também se configuraram objetiva e propositadamente, como algo mais: foi uma contribuição ao Governo Federal na ocupação do solo brasileiro, de redirecionamento da questão indígena e, apenas por desdobramento, de aproveitamento pessoal e acomodação/beneficiamento de amigos e parentes.

A Cia Noterama, apresentada ao Governador Arnaldo Estevão por Rondon, foi apenas uma dentre tantas outras que quase contribuíram para viabilizar a ocupação das terras públicas estaduais mato-grossenses, no final da década de 1940, após a criação do Departamento de Terras e Colonização pelo Governo Federal. A distribuição oficial de

¹⁰⁵ - Conferir em Carmelita Cury op. Cit, Passin.

¹⁰⁶ - É possível inferir pela legislação de terras à época, que Rondon poderia ter requerido quantidade maior de terras. No entanto, o “pouco” que adquiriu, abrigava seus parentes e a criação de umas poucas cabeças de gado.

¹⁰⁷ - Cury, op. Cit. Passin.

¹⁰⁸ - Tesoro, op. Cit.. p. 76

terras a agenciadores já era prática antiga no Estado de Mato Grosso¹⁰⁹, e a Cia Noterama só viria incrementar o processo.

Quando Cury relata a participação de Rondon no Caso Albergaria, menciona que sua intenção de intervir mais uma vez em favor do progresso do Distrito já existia um ano antes de efetiva-la (em 1946). Ocorre que já em 1946, fora criado por decreto governamental o Departamento de Terras e Colonização - DTC (em substituição à Diretoria de Terras e Obras Públicas, criado em 1902), para agilizar a regularização fundiária e promover a colonização. Em Mato Grosso, o representante do Conselho Nacional de Imigração, que colaborou na elaboração do projeto de criação do Departamento de Terras e Colonização (DTC), foi o Cel. Frederico Augusto Rondon. Ou seja, a intermediação junto ao governador Arnaldo Estevão em favor da colonizadora Noterama, de propriedade de Tertuliano Albergaria não foi uma ação isolada, mas inserida num contexto favorável e de amparo legal.

Parte da historiografia local atribui o início do grande fluxo migratório do final dos anos de 1940, à propaganda promovida por este empresário sobre Rondonópolis, realizada em outros estados brasileiros. Mas, a propaganda sobre as terras baratas e férteis já havia sido feita por governos anteriores, e intensificadas pelos governos posteriores a Arnaldo Estevão, bem como por outras colonizadoras particulares, que no primeiro governo de Fernando Corrêa da Costa compravam o hectare de terra no Norte do Estado entre Cr\$ 7,00 e Cr\$ 10,00 (enquanto no Sul do Estado, variava entre Cr\$ 9,00 e Cr\$ 14,00) e o revendiam entre Cr\$ 100,00 e Cr\$ 300,00. Também José Salmem Hanze foi um dos agenciadores que investiu em propaganda na década de 1950, complementando o trabalho dos publicitários de Marília e do professor Albergaria. É de se mencionar, ainda, o efeito prolongado das divulgações das rádios difusoras sobre a Marcha para o Oeste.

Mas, os esforços individuais não superaram as condições estruturais, que atuaram como maiores condicionantes para a expulsão desses migrantes das zonas rurais ou de suas cidades de origem, e que para que viessem a efetivar a intenção do governo brasileiro de melhor encaminha-las, segundo seus planos, num processo chamado Marcha para o Oeste, iniciado por Getúlio Vargas em 1942 em Dourados (MS atual) e Ceres (GO). Os condicionantes externos foram as causas necessárias do processo migratório, o qual resultou no povoamento contínuo e crescente para

¹⁰⁹ Gislaene Moreno, op. Cit.

Rondonópolis, por exemplo. A colonização interna, motivada por tais fluxos externos, de forma predominante, ao lado dos fluxos regionais, de forma secundária, constituíram, *in loco*, a parcela mais importante das condições suficientes para o desenvolvimento contínuo e crescente. Entretanto, o fator essencial (condição necessária) para a continuidade do desenvolvimento (para que ele não se revertisse mais) foram as demandas do desenvolvimento brasileiro (Capitalismo Industrial nos grandes centros) que precisavam das matérias primas e alimentos que passaram a ser produzidos em Rondonópolis de forma contínua e crescente; melhor, o excedente dessa produção, comercializada pelo Capital Mercantil, de início, e que contribuía para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho nas metrópoles brasileiras (café, açúcar, arroz, algodão, gado, etc.).

Neste capítulo procuramos apresentar uma fase da História Política de Rondonópolis marcada pela expropriação territorial indígena e a utilização desse território para acomodação de interesses mais amplos que atendessem as necessidades de interiorização do Capital Mercantil (interno) e do Capital Industrial (externo, de início) através da transformação da terra indígena em propriedade pública ou privada, e que, apesar das histórias particulares dos “pioneiros” de seus anseios e expectativas de melhora de vida, a busca pelo Eldorado, segundo Tesoro¹¹⁰, o projeto que “vingou”, não foram propriamente os seus, mas sim os das elites econômica e política nacional e regional. As realizações particulares dos primeiros, se constituíram em meios parciais para isso na primeira fase, na implantação de um espaço político favorável. Mas o efetivo desenvolvimento econômico foi assegurado a partir do final dos anos 40 do século XX, não por esta ou aquela colonização, particular ou pública, mas sim, pelo processo migratório contínuo e crescente que fez com que se deslocassem para Rondonópolis, em cinquenta anos, quase 500 mil pessoas, e que ali trabalharam temporariamente ou durante toda a sua vida, acelerando a História. Muitos desses migrantes, depois de colonizarem Rondonópolis, temporariamente, rumaram ainda, para outras plagas de Mato Grosso, continuando a construir a riqueza do Oeste, como que obedecendo aos desígnios sagrados de sua cultura camponesa.¹¹¹

O crescimento e o desenvolvimento impulsionado, concretizado e aumentado pelos milhares de migrantes anônimos, superexplorados pelo Capital Mercantil, que interpretava tal produção com os grandes e médios centros urbanos (Uberaba, Uberlândia e até São Paulo), engendrou novas relações de produção e trabalho que, por sua vez, conduziu à construção de um novo período da História Política de Rondonópolis. É o que apreciaremos nos próximos capítulos.

¹¹⁰ - Tesoro, op. Cit.

¹¹¹ - Vide Martins, José de Souza. **Expropriação e Violência e Os camponeses e a política no Brasil.**

CAPÍTULO II

POLÍTICA E FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE RONDONÓPOLIS-MT

(1946-1970)

Abordaremos, neste capítulo, a organização política resultante da implantação do espaço agrário de Rondonópolis, iniciado a partir da ocupação de áreas públicas e privadas por grandes lavras contínuas e crescentes de migrantes vindos principalmente de regiões de outros Estados, e que contaram com incentivos e apoio governamental, representado pela criação de infra-estrutura precária, como a melhoria e manutenção de estradas estaduais e depois federais, justamente para que a produção rondonopolitana fosse escoada para o Triângulo Mineiro, São Paulo e Brasília, para que a região continuasse a receber migrantes, principalmente nordestinos.

Nesta fase, predominaram relações de dependência e subordinação do camponês ao comerciante, que financiava a sua produção, subtraindo-lhe a maior parte da renda e ensejando relações de compromissos e favores políticos, criando as bases rurais do sistema político. A fase foi marcada também pela implantação geral do Coronelismo/Clientelismo¹¹² políticos pelo alto e sua reprodução internamente.

As condições mais gerais, no nível político e jurídico, para a implantação do espaço agrário de Rondonópolis, a partir de 1948, foram historicamente dadas parcialmente, pela ação simultânea dos projetos de política fundiária estadual e pela ação também parcial do SPI, visto que liberaram formalmente os territórios indígenas para a criação das colônias agrícolas públicas e privadas, incentivando a migração dirigida e espontânea, mas antes foram necessários tanto a Pacificação Indígena e a sua reiteração, como o Genocídio e o etnocídio parciais do índio durante, pelo menos, setenta anos. .

¹¹² - “O Clientelismo só adquire relevância quando o desequilíbrio entre os poderes do Governo e do coronel se acentua a favor do Governo. No Coronelismo, há a fusão do público e do privado, em que ao coronel é permitido o controle patrimonial dos cargos públicos; na medida que este controle se torna a principal fonte de poder, o coronel vai desaparecendo enquanto tal, tornando-se um simples intermediário entre o Estado e seus dependentes - nesse caso o poder existe na intermediação...” Neves, op. Cit **apud** José Murilo de Carvalho. **Coronelismo**. 1988. UFRJ.

Com a criação da Reserva Indígena de Tadarimana, em 1945, o espaço adjacente ficou oficialmente liberado para receber mão de obra remanescentes dos garimpos da região de Cuiabá e Leste do Estado (Guiratinga e Poxoréu), do Nordeste em maior número de migrantes provenientes das áreas de cafezais erradicados no Sul e no atual Sudeste, bem como poucas pessoas capitalizadas com intenção de adquirir grandes áreas para ulterior valorização, ou como reserva produtiva, ou mesmo para implantação de fazenda mediante a escravidão por dívidas; atividades predominantemente especulativas, típicas do Capital Mercantil.

Até o final da década de 1940,

“... o estado incentivou a migração com concessões gratuitas de terras, ensejando a formação de núcleos de povoamento, com ocupação espontânea das áreas reservadas a futuras povoações. Estas concessões, no entanto, não chegaram a 1% do total das áreas alienadas entre 1892 e 1929, somando pouco mais de 4.800 ha de terras distribuídas entre 52 lotes.

Entre 1947 e 1964, os governos estaduais implementaram a colonização particular. Para tanto, grandes áreas de terras eram destacadas das áreas previamente reservadas à colonização e aos futuros núcleos de povoamento, e dadas em concessão a firmas particulares para o estabelecimento de núcleos coloniais. (...) Poucos projetos particulares de colonização cumpriram seus objetivos. A grande maioria serviu mais à expansão da grande propriedade, não conseguindo nem cumprir a exigência mínima de infra-estrutura nas áreas concedidas a este fim pelos governos estaduais. Desse modo, a política de colonização oficial e particular do estado redundou em fracasso, não conseguindo atender a demanda de terra decorrente da migração espontânea que fluía para o estado naquele período.” ¹¹³

Conforme Lenharo¹¹⁴, a distribuição de terras no Centro-Oeste brasileiro, desde o Estado Novo até a década de 1950, ocorreu mediante critérios políticos, os quais vieram a favorecer os detentores de capital ou apaniguados políticos em detrimento de trabalhadores pobres, migrantes em

¹¹³ Moreno, op. cit. P.10

¹¹⁴ - Lenharo, op. cit. p.48

sua grande maioria. Mas os poucos ricos e poderosos precisavam do concurso da mão de obra migrante para valorizarem suas terras ou implantar fazendas a custo zero, através do talhão e/ou escravidão por dívidas.

Entre 1946-64, o canal preferencial por meio do qual esses grupos econômicos e políticos, ou simplesmente especuladores imobiliários, conseguiram se apropriar de terras em Mato Grosso foi mediante participação no jogo partidário eleitoral. Essa situação pode ser depreendida a partir dos pronunciamentos dos governadores à assembléia Legislativa do Estado, no tocante à necessidade de regularização da situação fundiária no Estado¹¹⁵.

Cada nova administração que tomava o poder político do Estado, fechava o departamento responsável pela fiscalização e venda de terras, e procedia a uma devassa na documentação, sob o pretexto de regularização dos processo em andamento. Essa regularização significava a suspensão de alguns processos de inimigos partidários e na abertura de outros, de correligionários, preferencialmente¹¹⁶.

O deputado Rachid Mamed, importante político pessedista da década de 50/60, pertencia à mesma agremiação partidária do Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo (PSD), que em 1947-8, fez concessão à Cia Noterama. Também foi proprietário de terras que circundavam a reserva preparada para a Colônia Paulista, em Rondonópolis. Por seu intermédio, outros capitalistas também adquiriram terras do Estado, e ainda segundo um entrevistado, este deputado incentivou garimpeiros de Poxoréu a investirem seu trabalho na aquisição de terras (colônias), tendo em vista que a riqueza promovida pelo garimpo era finita¹¹⁷. Estes indícios são demonstrativos de que a intervenção do Estado na criação de colônias em Rondonópolis pode ter-se guiado, entre outros motivos, por critérios de aproximação político-partidária.

A questão político-partidária perpassou as decisões governamentais sobre as questões de terras e sobre a feitura da legislação fundiária no Mato Grosso, refletindo na criação de vilas, distritos e municípios, como pode ter sido o caso de Rondonópolis, que foi reservado para povoação e colonização em 1915, também em virtude da existência e facilitação da primeira Lei de Terras do Estado em 1892. Embora tal possível iniciativa não tenha gerado desenvolvimento.¹¹⁸

A criação do primeiro Código de Terras em 1946, e posterior regulamentação em 1949, incentivou a aquisição de terras por particulares e possibilitou a criação das colônias públicas, “chamariz” para o crescimento populacional e favorecendo consequentemente a emancipação político-administrativa, pelo aumento no número de eleitores¹¹⁹. E embora em Rondonópolis, amplo e

¹¹⁵ - Moreno cita vários extratos de mensagens dos governos mato-grossenses à Assembléia, nas quais mencionam a urgência pela regularização fundiária.

¹¹⁶ Moreno, obra citada. No geral, o procedimento servia para ver o *quantum* de terra havia para vender em cada região. Especificamente não sabemos se em Rondonópolis houve tais devassas. Há um indicio de que não: trata-se da sobreposição de cinco títulos de propriedade da Gleba Cascata, nos anos de 1970.

¹¹⁷ - Informação percebida em entrevista cedida em abril/2005 por um ex-presidente do sindicato mato-grossense dos garimpeiros, Sr. Marcionilio Macedo Neto em março/2005, e que veio da Bahia para Poxoréu em 1935; e também em entrevista de antigo colono e morador da Vila Paulista e cabo eleitoral de Fernando Corrêa da Costa, o Sr. Arlindo Marcolino.

¹¹⁸ - Moura, op. Cit, faz comentários sobre esses projetos ao longo das linhas telegráficas (em Rondonópolis) que não saíram dos termos da Lei.

¹¹⁹ - Segundo o Sr. Arlindo Marcolino, a intenção de emancipar Rondonópolis existia muito antes da cidade ter o numero de eleitores exigidos pela legislação.

grosso modo as colonizações em sua maioria tenham sido efetivação de posses¹²⁰, é possível que também em nosso município tal legislação tenha contribuído muito para o favorecimento da colonização pública e, quem sabe, privada.

O padrão de ocupação territorial desenvolvido em Rondonópolis, a partir de 1947-8, de concessão e/ou venda de pequenos lotes aos pequenos produtores à prestação, e de grandes extensões de terra para especuladores e/ou criadores de gado em sistema extensivo, foi determinante na construção do novo modelo econômico, gerando ao lado da concentração de terras, a concentração da renda. Esse modelo concentracionista de renda, a partir da década de 1970, se ampliou no meio urbano. Entretanto, temos que considerar que houve um submodelo popular de ocupação das terras em Rondonópolis, que foi a posse¹²¹.

Em Rondonópolis, as áreas de colonização pública, sob pressão popular foram reservadas para esse fim, mas a regularização definitiva das posses só veio mais tarde. Os colonos receberam de imediato, apenas os títulos provisórios. Os títulos definitivos dependeriam do resultado das eleições, o que revela mais uma faceta do neocoronelismo, como pode se observar no extrato a seguir:

“...Aqui chegamos mandaram abrir a porta para nos entrarmos, mas não nos entregaram a chave (...) E assim se passaram alguns meses de administração, chegava depois de certo dia uma comitiva de pessoas. Escoltando sua Excelência o governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, que fazia-se acompanhar de seu ex-deputado e grande secretário Dr. José Fragelli(...) em 1951, conforme prometera aos colonos emigrantes da nossa região e dos demais Estados, veio pessoalmente m Rondonópolis entregar 400 títulos definitivos. Sendo que uma parte dos últimos títulos coube ao inteligente Fragelli, que entregou a CHAVE com suas próprias mãos...”¹²² (grifo da autora).

Como o principal critério de acesso legal à grande propriedade da terra era o político-partidário e através da compra, e como parte considerável da população estava fora dele, **o poder político institucionalizado também acabou se concentrando em poucas mãos**, ocasionando o estabelecimento de relações políticas de caráter clientelístico.

A implantação das colônias, sem exceção, ocorreu em condições precárias de infraestrutura e serviços de apoio para permanência dos colonos. Lote de pequeno tamanho, foi uma das características das colonizações pública e privada. De início deveriam ter o padrão de 50 ha, mas foram legitimados em 18,21 e 25 ha. Assim, em pouco tempo o solo empobrecia, limitando a reprodução, e pelo fator herança, logo o lote passaria à minifundização, reiterando um dos aspectos primordiais da estrutura agrária brasileira: o binômio latifúndio-minifúndio, que aumenta a

¹²⁰ - Nascimento, op. Cit, passim.

¹²¹ - Até 1985, a área detida pelos posseiros em Rondonópolis era superior à área trabalhada pelos parceiros. Consultar a respeito, Senso Agropecuário do FIBGE.

¹²² - Cury, op. Cit, p. 126

dependência econômica e política do pequeno trabalhador rural (camponês, no caso) com relação ao grande proprietário e ao comerciante, via de regra, agentes, chefes ou candidatos políticos locais e ou regionais.

Algumas famílias, que compraram terras da Cia Noterama, foram “encaminhadas” à área da Paulista, já previamente reservada para povoamento e colonização. No rastro dessas famílias, caminharam outras e mais outras.

A situação foi ficando dramática, pois não havendo lugar para todas as famílias que chegavam na Colônia Paulista, gradativamente elas foram sendo “indicadas”¹²³ para outras áreas, também “reservadas previamente” para esse fim¹²⁴, formando outras glebas, depois legitimadas como colonizações públicas, como Macaco, Campo Limpo, Naboreiro e Mata Grande, mas que foram posses temporariamente, em boa parte dos casos.

Devido à falta de estrutura para os assentamentos, nos primeiros anos essas famílias enfrentaram toda sorte de dificuldades na reprodução da subsistência e produção do excedente, carecendo de alimentação, inclusive. De início, para solucionar o problema, Cury relata que ao tomar conhecimento da situação de pobreza e miséria pela qual passavam os primeiros colonos da Paulista, o governador providenciou um caminhão de suprimentos, na intenção de minimizar a situação:

“Com as necessidades envolventes entre os colonos, Dr. Arnaldo, passou a freqüentar em visitas os colonos de Rondonópolis e para favorecer aos filhos de emigrantes, nomeou como primeira professora (...) a filha mais velha do sr.(tal). Dr. Arnaldo, como governador do Estado não deixou de olhar para este povo durante todo o seu período administrativo. Além do primeiro suprimento, enviou ainda mais cinco caminhões de viveres, principalmente de remédios...”¹²⁵(grifo nosso)

Para “acudir” os primeiros colonos, foi designado o deputado Rachid Mamed, agente político do Governo membro de importante oligarquia mato-grossense (os Müller), mediador entre o Estado e agenciadores de terra, e que se tornou um dos grandes articuladores da política rondonopolitana nos anos de 1950/60, e que segundo alguns entrevistados¹²⁶, contribuiu no assentamento das práticas políticas de cunho clientelista.

¹²³ - O Sr. Arlindo, cabo eleitoral do PSD, era responsável pelo serviço de “apontador” e acomodação de famílias de colonos na Vila Paulista e região, não auferindo remuneração pelos serviços prestados. Entrevista concedida em fev/2005. Ainda, segundo depoimento da Sr. Elza Espíndola a colônia Macaco começou a ser ocupada antes de 1950, em decorrência do “esgotamento” das terras da colônia Paulista.

¹²⁴ - Nascimento (1997), op. Cit, p.69, ressalva que“...O primeiro prefeito eleito, Daniel Martins de Moura reconheceu os atos de Albergaria e do governador na promoção da região, exemplificando casos de ocupação de terras públicas, que vieram a ser reconhecidas como colonização oficial depois...” ; Consultar ainda, WERLANG, Edilse P. **Vila Paulista - Rondonópolis/MT: uma colônia estagnada.** HIS/ICHS-R/UFMT: 1997.

¹²⁵ - Cury, Carmelita. Op. Cit p.108

¹²⁶ - Prof. aposentada e ex-vereadora Arolda Duetti e Terezinha Cury, em entrevista realizada em julho/2004; também é o que se depreendeu de algumas leituras realizadas.

Nestas condições, a terra recebida, ou cedida, era concebida como dádiva dos poderosos locais e regionais, e a assistência precária prestada pelo poder público, **oportunizou a criação de personalismos, novos entrelaçamentos e compromissos políticos.**

Havia o interesse do Governo na colonização e a forma como a desenvolveu contribuiu para que em Rondonópolis já fosse se esboçando um sistema político, como continuidade da política clientelista entre os ricos e poderosos desenvolvida no Estado, com aspectos locais de neo-coronelismo.¹²⁷

Como as colônias públicas e privadas foram implantadas à margem de “cinturões” de grandes propriedades, e os pequenos lotes, aliados à falta de estrutura, possibilitavam apenas a reprodução parcial da existência e a produção do excedente do pequeno agricultor e de sua família. Eles acabaram contribuindo com seu trabalho na formação dessas grandes fazendas, como meeiros, arrendatários ou como mão de obra assalariada diarista, serviço que contribuiu para completar a renda deles, por causa da subtração enorme de sua renda pelo Capital Mercantil.

Os fluxos migratórios se intensificaram a partir dos anos 50 e, antes do final da década de 60, já não havia terras legalmente disponíveis aos trabalhadores rurais vindos de outras regiões. Então, aqueles não tinham mais como adquirir a terra por meio de compra, ou ampliarem suas áreas de posse, acabavam por se sujeitar às várias formas de trabalho nas grandes propriedades; entre elas, a **Escravidão por Dívidas**, o **talhão** (modalidade de pequeno arrendamento com pagamento em espécie ou trabalho), e como diaristas nas empreitadas.

A Escravidão por Dívidas, também conhecida por *Carranquice* ou *Carrancismo*, foi e é uma modalidade de trabalho utilizada para o desmatamento e implantação de grandes propriedades geralmente pecuaristas nos anos de 1950, 1960 e de 1970¹²⁸. De acordo com Oliveira,¹²⁹ algumas das condições para a existência dessa modalidade de trabalho são: pobreza, a tradição do poder oligárquico, aparato jurídico inexistente ou conivente e/ou ineficiente. Em Rondonópolis, agentes da segurança pública participavam do “esquema de peonagem”¹³⁰, na captura de peões fugitivos, existindo na cidade, hotéis e pensões articuladas a esse esquema.

Depreendemos de uma das entrevistas, que a *Carranquice* pode ter existido em Rondonópolis na década de 1950/60 numa dimensão ainda não conhecida cientificamente: envolvendo várias pessoas de uma mesma família e por tempo mais prolongado, provavelmente se estendendo por várias áreas. Em virtude da situação de pobreza e miséria vivida por famílias no sertão nordestino, ou em qualquer lugar pobre e miserável, o trabalho prestado na formação das fazendas **em troca de moradia e comida**, para eles representava um ganho: era preciso continuar a viver, apesar

¹²⁷ - Para JANOTTI, Maria de L. M., o Coronelismo enquanto fenômeno ligado à propriedade da terra, em termos não existe mais; porém, não se pode falar no seu desaparecimento, pois o fenômeno sobrevive sobre nova roupagem: adaptou-se a outros momentos históricos. In.: **O Coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense: 1984. Para o conceito mais abrangente de Coronelismo, consultar LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo. Alfa-Omega: 1974.

¹²⁸ - Peonagem é também o conceito original da escravidão por dívidas, construído originalmente para o surto da borracha.

¹²⁹ - OLIVEIRA, Kênia de Lima. **Introdução à Escravidão por Dívidas: estudo de caso de Rondonópolis/MT**. HIS/ICHS-R/UFMT. 1999.

¹³⁰ - Entrevista concedida pelo Srs. Arlindo e Calebino Marien, em março/2005.

dos pesares. O Sr. Arlindo, oriundo do sertão nordestino há mais de 50 anos e um dos primeiros colonos da Paulista, demonstrou existir a pertinência da aceitação dessa modalidade de trabalho na região em virtude da miséria e falta de condições dessas famílias nos locais de origem¹³¹.

O esquema para recepção de trabalhadores dessa modalidade de trabalho existiu na cidade, também ao que parece, sob a proteção do sistema político em formação. Em uma das entrevistas, obtivemos a informação de que antigos associados do Banco Agropecuário de Campo Grande Sociedade Cooperativa empregaram em suas terras, peões do esquema de pensão¹³². Fundado em 1962, dois anos depois essa empresa cancelou a Sociedade Cooperativa, que foi substituída e registrada como Banco Agro Pecuário S/A.¹³³ Logo, as funções desse banco foram substituídas pelo Banco do Brasil.

Parte dos pequenos agricultores não tinham a posse legal da propriedade. Sem o documento para obter financiamento bancário, ficavam a mercê da “ajuda” dos comerciantes, que financiavam a produção, como avalistas de crédito bancário ou com o próprio capital, recebendo parte da colheita como pagamento. Assim, grande parte da renda camponesa era-lhes subtraída. Mas a maioria dos camponeses tinham sua produção financiada pelos comerciantes que, via de regra os explorava duas vezes: na compra de sua lavoura e na venda de mercadorias superfaturadas ao camponês. O capital Mercantil elevava, assim, em níveis estratosféricos, a subtração da renda produzida pelo camponês, o que fará com que o mesmo empobrecia rapidamente enquanto outros procedessem à acumulação de Capital às custas deste tipo de trabalhador rural. A acumulação primitiva de capital ia fechando, assim, o seu surto: primeiro a expropriação indígena e, depois, a brutal exploração econômica sobre o camponês e outros tipos de trabalhadores rurais.

A situação do camponês da colônia privada era agravada pelo pagamento das prestações do lote. Os lotes vendidos pela iniciativa privada variavam no tamanho. A venda de lotes na colônia privada de São José do Povo, de propriedade de José Salmen Hanze, deu-se da seguinte forma: o colono comprava uma chácara e ganhava um lote no núcleo da colônia. O pagamento era feito em espécie durante um determinado período e as parcelas estipuladas no ato da aquisição. Vê-se pois, que, também aí, que a superexploração estava presente, pois além da renda da terra o proprietário retinha o produto para a troca..

A dificuldade do camponês, em geral, pode ser compreendida a partir do extrato abaixo:

“...os dois primeiros anos (1949-1950) eu tirei financiamento no banco, trabalhei dois anos pelo banco. E daí em diante, dos dois anos em diante, eu passei a se fornecido pelo um proprietário, hoje muito conhecido: Otacílio Fontoura. Esse me deu cobertura e como meu compadre, ainda conto com seu conhecimento até hoje. E prefeito, e todos os prefeitos de Rondonópolis, tive convivido com eles. Não tenho

¹³¹ Entrevista concedida pelo Sr. Arlindo Marcolino, em marco/2005.

¹³² - Entrevista concedida por ex-bancário da agência do Banco Agropecuário S/A, em marco/2005; não aceitou que seu nome fosse citado.

¹³³ - Cury, op. Cit. p. 175

adversários(...) alguns pagava com a produção(...) vendia os mantimento e pagava com dinheiro...”¹³⁴ (grifo nosso)

O “talhão”, modalidade de pequeno arrendamento informal, foi uma outra forma de trabalho que permitiu a implantação das grandes fazendas sem maiores gastos; praticamente a custo zero, e por vezes dando lucro. Como a propriedade do colono era pequena, ele se via obrigado a arrendar mais um pedaço de terra da fazenda adjacente; em troca ele poderia entregar, em média, 20% da produção a cada colheita e depois do prazo combinado, deixar o pasto plantado na área arrendada, ao final do contrato (verbal). O tempo de arrendamento variava de 3 a 6 anos. Mas a variedade de talhão mais usual era exercido pelo trabalhador sem terra e sua família. Nesse caso, a subtração da renda do trabalhador rural era maior.

Às vezes, o financiador era o próprio dono da fazenda e em outros casos, comerciantes e donos de armazéns, que ou compravam ou avalizavam a produção. Alguns desses comerciantes eram associados do Banco Agro Pecuário S/A.

O comerciante-financiador, também cumpria algumas funções sociais, que para eles, subentende-se, consistia numa “ajudinha” extra, mas que de fato, eram variações do esquema de subtração da renda. O extrato abaixo expressa a situação:

“Passei a comprar a produção de centena de famílias que eu financiava a lavoura, semente, inseticida, plantadeira; alimentação, fornecendo açúcar, banha, café, querosene, são rapadura, sabão, pinga, arroz feijão e o que precisassem; e se necessário, dava atendimento à saúde - teve período, que só num ano, eu paguei doze operações pro pessoal da roça, no Hospital Rondonópolis, do dr. Afele e Jurandir.

O controle que a gente fazia, era a partir das Notas de Pedidos de compra que os agricultores faziam no nosso armazém. Não havia contratos nem promissórios escritos. No final somava-se tudo e tirava-se do total da colheita que o trabalhador me vendia; se o saldo fosse positivo, ele levava e repetia novamente o financiamento. Muitas vezes, como a colheita tivesse sido rui, eu transferia o saldo devedor para ser abatido no ano seguinte. Nessas condições, acontecia da família mudar para longe e deixar a dívida em haver. Assim, tenho ainda hoje dinheiro pra receber na Bahia, Paraná, Pernambuco, Ceará...”¹³⁵ (grifo nosso)

¹³⁴ - Entrevista com Arlindo Marculino da Silva realizada por Nascimento, 1997. Op cit p.78

¹³⁵ - Entrevista concedida por Antônio Nestor de Araújo, um dos maiores compradores da produção de algodão, , a Tesoro, op. cit. P.89

Considerando que a elite política local era formada em grande parte por comerciantes¹³⁶, as relações entre camponeses e comerciantes, acabaram, em varias ocasiões ensejando relações político-eleitorais. desdobradas pelo tipo de “assistência” prestada pelo comerciante

Alguns desse comerciantes ou avalistas de camponeses, sobressaíram-se na política partidária. A partir da emancipação político administrativa, o poder público local se pôs a viabilizar os interesses de produtores, construindo e mantendo estradas vicinais, construindo pontes com maquinários da Prefeitura/Estado, agindo, enfim, na criação das condições para implantação e expansão do espaço agrário para o desenvolvimento de sistema produtivo e modos de produção para serem explorados pelo Capital Mercantil, que, a partir dos anos 80 do século XX perderia a hegemonia para o Capital Industrial, que vinha se instalando na região. Nesse sentido, a implantação do Capitalismo propriamente dito na região contou com o auxílio dos políticos locais, o que se deu com facilidades que vão desde a cessão de terrenos industriais e serviços gratuitos de terraplanagem, à implantação de distritos industriais e redução de impostos e tolerância quanto à poluição ambiental.

As relações políticas estabelecidas entre os grandes fundiários locais, comerciantes e políticos da esfera estadual contribuíram para a articulação do crescimento demográfico de Rondonópolis no período anterior e posterior à emancipação político-administrativa que eles promoveram. Os grandes proprietários fundiários interessados na valorização mais rápida dos seus imóveis, investiram em campanhas publicitárias para atrair migrantes. A isso se somou o esforço do Estado em construir e melhorar estradas. Mas isso teve efeitos modestos, pois a intenção primordial era revender grandes lotes, uma atividade outra do Capital Mercantil especulativo

A regularização de posses nas colônias e a concessão de crédito aos colonos, os melhoramentos de estradas, mas sobretudo o trabalho humano concretizado nos trabalhadores rurais possibilitou que desde o inicio a colonização avançasse, apesar de toda a precariedade. Assim, ao mesmo tempo se implantava, em Rondonópolis a pequena propriedade (na forma de colônias públicas e privadas) e o latifúndio, ao redor dessas pequenas propriedades.

A estrutura implantada, mas principalmente a atuação do Capital Mercantil, não possibilitou que as melhorias fossem duradouras para os camponeses. O camponês produzia o excedente que era comercializado no mercado regional e nacional (o caso da produção de arroz); mas essa comercialização se deu através da intermediação de comerciantes que subtraíam a montante e a jusante da produção a renda do camponês, através de modalidades como o talhão, a produção familiar da pequena propriedade, da posse, do pequeno meeiro, do parceiro, e, no caso extremo, da escravidão por dívidas, o fazendeiro (uma modalidade de Capital Mercantil, no caso), conseguia implantar sua fazenda praticamente sem custos. Em alguns casos, em que recorria ao talhão para implantar fazendas, ainda conseguia acumular capital minimamente quando o pequeno arrendatário pagava o uso da terra em espécie, além de deixar o capim plantado.

2.1 – Política partidária e as condições para a autonomia administrativa

¹³⁶ - Revista **Memória Histórica e Genealógica de Rondonópolis (50 anos - 1953-2003)**. Rondonópolis/ edição especial da ACIR/2003.

A dinâmica partidário-eleitoral mato-grossense do período de 1946-65, de acordo com Neves¹³⁷ (que veio a favorecer minimamente a elite política local rondonopolitana em formação), caracterizou-se pela existência de algumas regularidades: a **alternância** de dois partidos no exercício do governo do Estado (PSD e UDN), apesar da existência de outros; o **equilíbrio de forças** entre os dois partidos que se revezavam no poder; a **regionalização** (composição de interesses regionais em candidatos que centralizassem a identificação das bases partidárias das regiões norte e sul do Estado)¹³⁸; e **as alianças** desses dois partidos com outros menores, com vistas à otimização dos resultados eleitorais, ainda que os partidos nesse período fossem mais formais do que autênticos.

Os partidos menores serviam de elemento de equilíbrio, mais do que de desagregação, como no caso do PTB. Segundo Carlos Gomes Bezerra, ex-PTB:

*“Nunca houve política do confronto em MT; foi sempre a política do arranjo manipulado pela mesma cúpula, pelas mesmas oligarquias (...) no fundo eles acertavam seus interesses pessoais e grupais (...) confronto não havia porque não se colocava o ideológico (...) todos tinham o mesmo pensamento político sobre a ordem econômica e social (...) era só arranjo.”*¹³⁹

Pode ser que a ideologia fosse precária, no sentido da identificação ideológica progressista ou de esquerda, mas as disputas pessoais e grupais eram férteis no sentido da política como meio de ascensão pessoal e grupal, a instrumentalização dela em benefício próprio, tendo-se que fazer o jogo político-partidário.

A criação de diretórios no interior do estado, imprimia à política de Mato Grosso uma nova dinâmica, em que a disputa pelo poder de comando do estado não se basearia mais na coação física¹⁴⁰, mas no sufrágio, num sistema eleitoral que excluía o analfabeto, que naquele momento histórico constituía o grosso da população.

Em Rondonópolis, a criação de diretórios e a filiação de novos partidários, baseava-se no critério de aproximação pessoal e de interesses de famílias, grupos, ou pessoas a eles ligados¹⁴¹. Mas isso tudo não deixa de ser altamente ideológico, pelo prisma da promoção e ampliação da alienação, o que conduzia à redução do desenvolvimento da Boa Política e ampliação da Democracia e cidadania.

¹³⁷ - Neves, op. cit.

¹³⁸ - Os ex-governadores do Estado de Mato Grosso, Arnaldo E. de Figueiredo e Fernando Corrêa da Costa, embora tivessem seu reduto eleitoral no Norte do Estado, tinham suas residências fixadas no Sul, em Campo Grande. Conferir em Neves, op. cit. passim.

¹³⁹ Entrevista cedida por ex-deputado estadual, federal, prefeito, governador e senador Carlos G. Bezerra, a Neves, op. cit. p.314

¹⁴⁰ - Conflitos armados do final do século XIX até início do século XX, um deles vitimando o Coronel Totó Paes de Barros.

¹⁴¹ - Entrevista concedida pelas Sr^{as} Arolda Duetti, Elza de Oliveira ex-vereadoras na década de 1960, em julho/2005; e Sr.s Arlindo e Marcionilio, em Març/abril/2005.

“Não existia inimizade entre as pessoas de partidos diferentes; as brigas eram mesmo só no tempo da campanha. Éramos todos amigos: PSD, UDN, PTB...”¹⁴²

Essa forma camarada, um tanto pacífica de fazer política “sem ideologia”, quase sem conflito permanente; a vigência quase de um sentido de clube, agremiações, reflete um descompromisso com a boa Política preconizada nos Clássicos. Ingressar tanto do PSD como na UDN ou PTB reflete posições ideológicas de quem, no fundo, está mais interessado na trajetória política individual ou numa defesa de posição de que as coisas não precisam ser profundamente mudadas. Enquanto isso se passava no plano político, o que a classe política fazia pelo índio que estava em processo de depopulação na região de Rondonópolis? O que era realizado em relação à escravidão por dívidas e ao “Talhão”? e a extrema concentração fundiária no município? O Capital Mercantil fazia o que queria, e inclusive matava quem não conseguisse “engolir a Lua”¹⁴³? E os nossos vereadores e prefeitos se dedicavam a quê, exatamente? E o analfabetismo, a pobreza e a miséria rurais? Parece-nos que a “ausência” de confrontos diretos, se caracterizou mais como uma aliança ideológica contra o eleitor.

A primeira sigla partidária a fundar um diretório na cidade foi o PSD:

“Em 1950, quando Rondonópolis era ainda distrito de Poxoréu, então o deputado Rachid J. Mamed, fundara em Rondonópolis o diretório do ex-PSD, atual Arena...”¹⁴⁴

Foram fundados também, os diretórios da União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) chegou a ter “simpatizantes”, que não se manifestavam publicamente, tendo estes liderados movimentações de posseiros na região. De acordo com o sr. Afro Stefannini,¹⁴⁵ deputado estadual por três gestões consecutivas (1966-1980) e ex-deputado federal (1978-1982), a criação do diretório do PTB resultou de articulação política interna para enfraquecer a candidatura da UDN à prefeitura, nas eleições de 1968. Essa situação confirma a pesquisa de Neves¹⁴⁶ que afirma que o PTB em Mato Grosso, uma vez criado, aderiu como estratégia de sobrevivência e crescimento as alianças com os partidos maiores (PSD e UDN), tendo se caracterizado por um certo adesismo. Este partido gradativamente foi adquirindo projeção nacional, processo interrompido por sua extinção em 1965.

O movimento emancipatório, segundo uma entrevistada, ficou ao encargo de Deputados estaduais (Rachid Mamed-PSD, e Marinho Falcão-UDN, que, segundo ela, eram as lideranças regionais mais presentes no distrito). Questionada sobre a “força” dos comerciantes para o

¹⁴² - Prof. Arolda Duetti; ex-vereadora anos de 1960. Entrevista concedida em julho/2005.

¹⁴³ - “Engolir a Lua” era a expressão utilizada pelos que tentavam fugir ao trabalho escravo.

¹⁴⁴ - Cury, op. cit. 149

¹⁴⁵ - Entrevista concedida em 02/2005.

¹⁴⁶ - NEVES, op. Cit.

acontecimento da emancipação, disse que *“não havia comerciante para isso aqui, não”*, o que confirmou, em termos, nossa hipótese sobre a subordinação político partidária local à regional desde as origens. Ainda que alguns comerciantes se esforçassem para isso, como foi o caso do sr. Daniel Martins de Moura, primeiro prefeito eleito (1955-1959), a autonomia administrativa se deu como um movimento predominantemente exógeno mas não contestado endogenamente e que, talvez, foi silenciosamente apoiado, aceito.

Segundo dados do IBGE, vários municípios foram emancipados no mesmo ano que Rondonópolis, na região do Vale do São Lourenço. Havia interesse do Governo em se desobrigar das colônias¹⁴⁷, e também a autonomia administrativa também interessava à emergente elite local, tanto pelo micro poder conferido, como pelos cargos e salários criados.

A Constituição do Estado de Mato Grosso, de 1947, fixava as diretrizes e bases para a criação de novos municípios, entre elas: um mínimo de duzentos moradores no quadro urbano da, e apresentação do Projeto de Lei para a criação do município na Assembléia Legislativa por comissão competente; também deveria contar com infra-estrutura mínima para abrigar a Prefeitura¹⁴⁸. E mesmo sem condições para o cumprimento dessas exigências, o município foi criado, forçando a estrutura de gastos do estado.

A elaboração do projeto para a emancipação conjugou interesses situacionistas e oposicionistas¹⁴⁹, no nível local e estadual, uma vez que a roupagem partidária servia para encobrir interesses secundários. E porque tal realização interessava provavelmente, a todos os participantes, em função da autonomia local e da estrutura de cargos e funções que se abriria.

Relacionando a criação de novas circunscrições administrativas, dentro da política fundiária estadual, com a política partidário-eleitoral no período de emancipação de Rondonópolis, Lenharo observa que ação indiscriminada do Estado na concessão de terras públicas a particulares, fez com que só em 1953, ano pré-eleitoral, o governo (de Fernando Correa) anunciasse a cessão de 14 contratos com colonizadoras, *“embora as áreas concedidas nem sequer tivessem sido discriminadas”*. O governo de Fernando Corrêa da Costa, em sua primeira gestão, chegou a apoiar a bancada udenista numa negociação entre deputados envolvendo apoio eleitoral em troca de terras.¹⁵⁰. Poderia ser esta uma explicação parcial para a emancipação de Rondonópolis que, ao que parece, vinha num *“pacote”* de realizações com finalidades político-eleitorais e de constituição de novas oligarquias.

O relato do Sr. Rosalvo Farias, Juiz de Paz-PSD e primeiro prefeito nomeado, evidencia as condições estruturais, à época da emancipação:

“O interessante, quando assumi a prefeitura de Rôo (sic) é que eu era prefeito só no nome; assumir o que? Aonde?... Era essa a situação quando recebi a comunicação do fato através de um deputado de Cuiabá. Fiquei meio surpreso e meio sem saber o que fazer! Então, passando em frente do prédio - no local onde está o

¹⁴⁷ - TESORO ressalva que, pela Constituição Estadual, o Estado de Mato Grosso era o responsável pelo financiamento que mantinham as colônias agrícolas, industriais e extrativas.

¹⁴⁸ - TESORO, op. Cit. passim.

¹⁴⁹ - TESORO, op. cit p.94

¹⁵⁰ - LENHARO. Op. cit. p. 55

Banco Bandeirantes - e vendo que estava desocupado, chamei o dono da casa e lhe falei:...'O Xexa' - este era o seu nome, você não quer alugar esse salão pra prefeitura? É o único jeito, não tem lugar (...) arrumada a casa, os deputados vieram no dia primeiro de Janeiro de 1954 para a cerimônia de posse, que aconteceu às 9 horas da manhã, quando estiveram presentes ainda o vigário da cidade, o diretório todo do PSD, juntamente com todos os demais amigos do partido. Para fazer a ata, arranjamos um livro que foi escrito e assinado sobre um balcão - único móvel que existia na sala; no mais, não existia nem cadeiras, nem mesas, nem nada. Acabada a cerimônia, indaguei aos deputados o que fazer com as despesas, no que me respondera: 'Vá vendendo umas terras e uns terrenos por enquanto'...'”¹⁵¹ (grifos nossos)

Note-se que este relato, dentre outras coisas, revela que o prefeito interino assumiu o cargo mesmo em condições precárias; que o patrimônio público foi vendido para, provavelmente custear despesas públicas (uma atitude própria do governo estadual à época, que tinha nisso parte de suas receitas), que incluía provavelmente a remuneração do alcaide e dos parlamentares. Ao que parece, o episódio demarca, pelo menos, confuso dever cívico, exibição e aceitação de poder, prática política tradicional mato-grossenses e obediência ao regional.

Conforme Silva¹⁵², a qualidade de município, não resulta de simplesmente mostrar-se uma porção de território, a que se deu limitação ou se converteu em circunscrição administrativa, porque ele é uma extensão territorial, constituída em divisão administrativa de um estado federado, colocado sob um regime de autonomia administrativa porque se dirige e governa pela vontade de seus habitantes. Então, como poderia Rondonópolis reger-se nesses termos se não havia a mínima estrutura para abrigar instituições políticas? Ou, antes, se a socialização da política se restringia a pequenos grupos, vinculados a oligarquias regionais? É assim que se torna claro que a emancipação política atendia mais um auspício do momento do que qualquer motivação política no sentido da Boa Política dos Clássicos.

Emancipar-se, no sentido acima, significa tornar-se autônomo, capaz, e os fatos do passado demonstram que a emancipação político administrativa da cidade não atendia aos interesses maiores da comunidade que fazia a cidade crescer e desenvolver, e atendia sim, primordialmente, interesses nunca revelados de grupos ansiosos pela proeminência regional da cidade, e que fermentaram a formação do sistema político propriamente a partir da década de 1970, imprimindo na sua história uma ideologia de progresso, em benefício principalmente de minorias, de apadrinhados e apaniguados, quase sempre independente de legendas político-partidárias.

Observemos a resistência do primeiro prefeito eleito, Daniel M. Moura, de governar sem recursos financeiros, manifestado no extrato que se segue:

¹⁵¹ - Entrevista concedida por Rosalvo Faria a Tesoro, op. Cit. p.94

¹⁵² - Silva, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 10ª ed. Rio de Janeiro. Editora Forense, 1987.

“O único imposto que a Prefeitura recebia era exclusivamente o IPTU (...) Por isso, por inúmeras vezes retirei do meu próprio bolso para pagar ‘a coisa pública’ (...) Na falta de dinheiro, eu ‘metia a mão no bolso’ e, como um assistente social, procurava atender a todos: comprando remédio, enviando doentes para Cuiabá, providenciando farmacêutico e a condução dele para fazendas e lugares mais afastados, a fim de fazer partos de risco e atender doentes que não podiam locomover-se; cestas de alimentos para outros mais necessitados; acabei fornecendo ferramentas, abrindo rua, encascalhando e abrindo caminhos, consertando pontes - isto eu fazia pessoalmente e muitas vezes até de calças arregaçadas e com a enxada na mão. E tudo eu providenciava a pé, pois não havia um único caminhão na Prefeitura.”¹⁵³

A precariedade dos recursos públicos no município recém-criado e a conseqüente interação das esferas públicas e privadas podem ter dado margem à ampliação do neocoronelismo, predominante no campo. Mas se o primeiro prefeito eleito, um comerciante de arroz, ao que se sabe, retirou dinheiro do bolso para auxiliar a concretização de sua administração em várias ocasiões, será que esta foi a tônica geral dos demais prefeitos de Rondonópolis durante a vigência do neocoronelismo (dos anos de 1940 a 1970)?

2.2 - Especulação fundiária e relações políticas locais

Formalmente, a organização espacial de Rondonópolis foi definida primeiro pela planta elaborada em 1918, por ocasião da fundação do Patrimônio. A planta constava de rígido código de posturas, “prevendo” a formação de uma cidade tendente ao crescimento. Algumas propriedades fora do perímetro urbano (planejado), formava-se pelo sistema possessório, e nada disso teve lugar, porque o processo histórico caminhou por outras vias tortuosas.

Durante a década de 1930, houve aumento demográfico da Sociedade Nacional ainda que de forma instável (com a continuidade do genocídio indígena) e a garantia político-institucional do Estado sobre estas terras foi mais uma vez confirmada pela elevação do Patrimônio à categoria de distrito em 1938. Mas tudo isso permaneceu em plano secundário.

Mas, o impulso formal e jurídico maiores foi dado a partir do esvaziamento das zonas de garimpo próximas e da distribuição de terras públicas nos arredores da “cidade planejada” desde 1918, com a finalidade de coloniza-las, pela iniciativa privada e pública.

Assim, a Cia Noterama adquiriu do Estado uma gleba próxima à Reserva Indígena de Tadarimana (formalizada em 1946 e regularizada em 1978) com finalidade de promover o

¹⁵³ - Entrevista de Daniel Martins de Moura, primeiro prefeito eleito de Rondonópolis, a Tesoro, op. cit. p.96 Para Martins, op. cit, p.19 o trânsito do dinheiro particular para o bolso dos políticos por meio das funções públicas que ocupam, combina-se, na tradição brasileira, com o movimento inverso, ficando difícil distinguir, nesse transito de riqueza que passa pelo exercício de funções públicas, o que é público e o que é privado. A política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não comporta essa distinção.

povoamento que efetivamente resultou numa colônia pública, porque, segundo Cury, a Companhia não cumpriu suas obrigações contratuais. Na prática, o que ela fez foi atrair migrantes pobres em sua maioria para a região, criando o problema inédito dos primeiros sem-terra de Rondonópolis. Note-se que, pela pressão dos “sem-terra” é que a área reservada se tornou de fato colônia pública. Nisso tudo, contou a ajuda de Rondon a favor dos “sem-terra”. E claro que o governador de Mato Grosso percebeu o custo de oportunidade política que estava ali, à vista, e efetivou as colônias, numa atitude neo-coronelista/clientelesta, porque, muito provavelmente vislumbrou o ganho político que a situação oferecia. E o neocoronelismo se desdobrou internamente.

Assim, mediante contrato com o governo estadual,

“...atuou de 1947 a 1951, tendo seu auge nos dois últimos anos. (...) Os melhores lotes da colônia foram repassados para pessoas de sua confiança, que possuíam maior influência econômica e política na época, restando para os migrantes áreas menores e em solos de menor fertilidade.”¹⁵⁴

A tentativa de colonização privada, desta companhia, não deu bons resultados, e a pesquisa nos revelou que de fato, ela não atuou com fim específico de colonizar, mas que sua atuação terminou por atrair migrantes para a localidade. Tanto que os lotes dessa gleba foram vendidos e em tamanhos maiores que o previsto na legislação em vigor, segundo a qual, os lotes dirigidos a “simples colonos” deveria ter no máximo 50 ha..

Esse modelo de ocupação territorial, privilegiando a concessão ou venda de grandes glebas (supostamente para a criação de colônias) e a criação de colonizações públicas depois, gerou um amplo esquema de especulação fundiária, tanto no campo como na cidade¹⁵⁵, depois que o trabalho do camponês valorizou tais áreas.

A Lei de Terras de 1850, visou, entre outras coisas, restringir os efeitos da imigração européia, para forçar o imigrante e o ex-escravo a trabalhar para os fazendeiros, embora possa ter facilitado a naturalização de imigrantes europeus com capital para adquirir terras. Os governos mato-grossenses, a partir da lei de terras estadual, de 1892, através de decretos e resoluções, regulamentaram a lei maior.

Sendo legalmente permitida a aquisição de terras por estrangeiros, desde que fosse com a finalidade de promover a colonização, isso facilitou que o sr. José Salmen Hanze, vulgo “Zé Turquinho” se tornasse um dos maiores especuladores imobiliários da história da cidade. Vejamos, no entanto, que o problema maior, assim colocado é o de impedir que o pobre tenha acesso à terra para que se torne mão de obra barata para ricos, latifundiários, especuladores, grileiros, etc. Na verdade, a nacionalidade pouco pesa nisso tudo, uma vez que nossas elites se identificam mais com os estrangeiros, dos quais descende, do que com nosso povo afrobrasileiro, no sentido original.

¹⁵⁴ - BARBOSA, Carlos P. **Vila Operaria: reduto de população migrante de Rondonópolis**. Cuiabá: UFMT-CPR: Imprensa Universitária: 1988. p.17

¹⁵⁵ - Sobre produção do espaço, consultar LOBATO, obras citadas.

Neste período, sírios e libaneses, fugindo dos conflitos inter-étnicos em suas regiões de origem, acabaram se refugiando no Brasil¹⁵⁶, e a cidade de Campo Grande, hoje Mato Grosso do Sul, abrigava uma importante colônia desses imigrados, donde procederia o Sr. Salmem Hanze. A partir de contatos com o deputado Rachid Mamed, ele recebeu deste último, incentivo e orientações no sentido de adquirir terras em Mato Grosso¹⁵⁷, o que o levaria ao jogo político neo-coronelista.

A forma encontrada para realizar o intento foi requerer as terras em nome de quatro amigos diferentes; e depois que se naturalizou brasileiro, os amigos transferiram as propriedades para ele:

*“...a soma de terras requerida do Estado, com a ajuda de Rachid Mamed [deputado estadual-PSD], foi de quarenta mil hectares, entre o [rio] Lageado [divisa natural de Rondonópolis e Guiratinga] e Rondonópolis...”*¹⁵⁸

As obras pesquisadas trazem dados imprecisos sobre a quantidade de terras públicas adquiridas por José Salmen Hanze, mas foi uma quantia suficiente para dar início a vários núcleos de povoamento particulares na zona rural: Vale Rico; Retiro do Morro Alto; Córrego da Cana; Taquari, São José do Povo.

Ele adquiriu também terras nos arredores da cidade, promovendo o loteamento de vários bairros. Doou alguns lotes na zona urbana para entidades filantrópicas e para órgãos públicos, provavelmente com a finalidade de valorizar o entorno para revenda com lucros, também de sua propriedade¹⁵⁹. A construção da principal avenida que liga o centro da cidade de Rondonópolis à rodovia BR 364 (Avenida Presidente Médice), e da própria rodovia cortando suas propriedades, serviu para valorizar sobremaneira as terras adquiridas do estado com a finalidade de “criar uma cidade”¹⁶⁰

O patrimônio de terras do Sr. José Salmen Hanze incluiu outros cinco mil hectares, comprados ao sr. Francisco Goulart (proprietário de mais ou menos 55 mil hectares na zona de Santo Antônio do Rio Vermelho, Pedra Preta e Ponte de Pedra)¹⁶¹. Os cinco mil hectares, comprados por Salmen Hanze, correspondem, nos dias de hoje, às regiões do córrego do Lageadinho, Vila Operaria, bairro Caixa D'água, Somai (Vila Birigui), Furninha e Distrito Industrial (córrego Dr. Osvaldo).

Segundo Merhi, o sr. Salmen Hanze “*tinha ligação direta com os deputados Rachid J. Mamed, Rachid Saldanha Derzi, Wilson Fadul (PTB-Campo Grande), Filinto Müller, Fernando Corrêa da Costa, João Ponce de Arruda, Pedro Pedrossian e outros*”, e isso teria contribuído para o sucesso de seu empreendimento, no ramo imobiliário¹⁶². Suas relações se tornaram tão amistosas que

¹⁵⁶ - Sobre o assunto, consultar Silvia Sztterling. **A formação de Israel e a questão palestina**. São Paulo. Ática. 2000.

¹⁵⁷ - MERHI, José Yussef. P.16

¹⁵⁸ - MERHI, José Yussef. P.16

¹⁵⁹ - MERHI e Nascimento, obras citadas.

¹⁶⁰ - Hoje, a Região Salmem”

¹⁶¹ - A Fazenda Floresta teve problemas de sobreposição de títulos (cinco proprietários reclamavam sua posse). Entre eles estavam Francisco Goulart e José Salmen Hanze, que foi um dos primeiros a ceder na disputa. Segundo **Moura**, ele não conseguiu apresentar documentos comprobatórios da posse legal.

¹⁶² - Há controvérsia sobre a data em que Zé Turquinho e o deputado Rachid Mamed começaram a se relacionar. Em entrevista a PROVENZI, João Batista. **História e cidades: Uma leitura a partir de São**

o referido deputado lhe “garantiu empréstimos no Banco do Brasil e José lhe prometeu que em troca daria 25% de todos os loteamentos”.¹⁶³

As relações políticas foram então, fator importante para a especulação da renda da terra no espaço agrário e para a especulação imobiliária no meio urbano de Rondonópolis, caracterizado pela concentração fundiária.

Recentemente, uma das fazendas de propriedade de José Salmen Hanze foi alvo de invasão pelos trabalhadores sem-terra, sob a alegação de estar improdutivo¹⁶⁴. Até pouco tempo, na área urbana, parte de suas propriedades se constituía em grandes “vazios urbanos”, que foram em parte sendo preenchidos por outras “invasões” do Movimento dos Sem-Teto, e posteriormente regularizadas pelo poder público¹⁶⁵.

A facilidade de aquisição de grandes glebas por estrangeiros, e sob a alegação de “criar cidades”, motivou também Noda Guenko, japonês radicado no Brasil, e residente no Estado de São Paulo a fixar-se nesta região.¹⁶⁶

Noda Guenko, segundo a bibliografia pesquisada¹⁶⁷, requereu aproximadamente duzentos mil hectares de terras do Estado. Após conseguí-la, trouxe, de início, paulistas para colonizar suas terras, formando um povoado dentro de Rondonópolis que, em 1976, se tornou um município autônomo, a atual cidade de Pedra Preta, sem a infra-estrutura necessária, a exemplo do que ocorreu em outros momentos históricos de Mato Grosso.

Outras pessoas também conseguiram dos governos do estado grandes extensões de terras na mesma região, e que de igual modo foram transformadas em grandes fazendas, dando origem a diversos núcleos rurais em que se subtraía a renda da terra. Mas dentre esses requerentes, Noda Guenko foi mais “privilegiado”, pois a BR 364 cortava suas terras¹⁶⁸, e Pedra Preta, localizada no centro delas, se tornou o povoado mais importante, adquirindo de início *status* de distrito que em pouco tempo emancipou-se.

Em parte, a emancipação político administrativa de Pedra Preta deveu-se à mobilização e articulação políticas dos proprietários das terras adjacentes. Inclusive, foi possível verificar em algumas atas de assembléia da Câmara Municipal de Rondonópolis, da década de 1960, a defesa de interesses de proprietários de terras do distrito de Pedra Preta por parte de alguns vereadores. Entre os interesses defendidos estavam a construção de pontes, patrolamento de estradas vicinais, visando o escoamento da produção e maiores incentivos aos agricultores. No início da década de 1970, Pedra Preta já contava com um representante na Câmara Municipal.¹⁶⁹, denotando a importância político

José do Povo (Rondonópolis/MT): HIS/ICHS-R/UFMT:2002. mimeo. a viúva de J. S. Hanze, sr^a Jupia, afirmou que o mesmo adquiriu o primeiro lote de terras (40 mil hectares) em 1947-48; porém MERHI, Op cit p.16, diz que J. S. Hanze conheceu Rachid Mamed, que lhe facilitou tal aquisição em 1950.

¹⁶³ - Merhi, op. cit p.17

¹⁶⁴ - Fazenda Libanesa

¹⁶⁵ - Jornal da UNISAL, edição de Janeiro de 2000.

¹⁶⁶ - CHAGAS, Shirley Rosa. **História Política de Pedra Preta.** . HIS/ICHS-R/UFMT: 2001. p.22

¹⁶⁷ - Ídem op. Cit. Passim.

¹⁶⁸ - Verificar em CORREA, Roberto Lobato. **Espaço Urbano. São Paulo. Ática. 1989.** Sobre a valorização de propriedades através da atuação do Estado na construção de estradas.

¹⁶⁹ - CHAGAS, Op. Cit. p.33

eleitoral desse distrito, e também, as articulações em benefício de uma elite que crescia e precisava sobreviver.

O atual município de Pedra Preta, apesar de da autonomia administrativa, continua dependente da economia de Rondonópolis, mas criou sua estrutura própria de funções públicas, cargos e salários, seus séquitos de funcionários públicos, suas formas domésticas de arrecadação de tributos, sua inserção no Fundo de Participação dos Municípios, sua cota parte em outros tributos regionais, etc., para desenvolver, provavelmente, de forma predominante, a não-Boa Política dos Clássicos. Enfim, Pedra Preta imitava ou repetia Rondonópolis, guardando-se as devidas proporções distintas. Essas práticas neo-coronelistas pelo alto, engendraram outras, de cima para baixo.

Neste capítulo, vimos que o período de formação do espaço agrário guardou correspondência com a fase capitalista mercantil do desenvolvimento econômico, com o predomínio da economia agrária simples de início, mas que evoluiu dentro do período ainda para a articulação comercial. Por isso, às vezes insistimos nessa relação e cruzamento entre a história política e econômica de nosso município.

Após 1947, talvez por conta da expansão econômica no campo, a estrutura política é notadamente de base rural. As massas rurais estão dispersas e os casos de coronelismo/clientelismo puderam se dar de forma mais livre e ampla por conta do isolamento no campo e da dependência pessoal em relações de produção e trabalho como o talhão e a pequena produção camponesa em geral. Alguns exemplos apresentados sugerem fortemente isso, quando não, o comprovam. As limitações desses procedimentos devem ser ponderadas, uma vez que, pelo menos no nível da formalização legal, o analfabeto não votava, mas cremos que não podemos garantir a isenção completa de fraudes, considerando-se ainda, que o que contava mesmo era o Colégio Eleitoral existente.

A precarização dos recursos públicos e as interações das esferas pública e privada sugerem o neo-coronelismo e o clientelismo se ampliando fortemente, como expressamos em alguns exemplos.

A falta de ideologia progressista e/ou de Esquerda claras e contundentes sugerem novamente que os interesses primordiais fossem os pessoais e grupais, o que se estenderia pelas motivações de ordem familiar. E a evidencia disso, era pobreza e miséria gerais da população. A ausência ou pouco presença dos temas populares nas atas da Câmara Municipal é um outro elemento de reforço desse ponto de vista

A cobertura político-partidária para interesses secundários aparece bem claramente desde a emancipação, o que revela dependência e articulação externa, e o uso predominante da política em perspectiva pessoal e grupal.

Neste período, tudo isso se implantava e se expandia em Rondonópolis, com práticas centradas principalmente no campo. A partir dos meados dos anos 70, do século XX, começou a inversão populacional entre campo e cidade, com o contínuo e progressivo inchamento e precarização dessa última, produzindo-se uma urbanização postiça. Então, uma estrutura política antes afeita principalmente ao campo, e com um ritmo e ocorrência um tanto rápidos, contribuiu para a transformação do neo-coronelismo ruralista num sistema político urbano com acréscimo de novas características: mais agitado, permeado de atores mais “barulhentos” e em maior número; e se tornou

mais drástico e dramático, tornando os períodos eleitorais bem mais rápidos e disputados, pois uma massa de pobres e miseráveis e/ou expropriada do campo pela exploração demasiada do Capital Mercantil e pela Modernização Conservadora da agropecuária ali estavam à disposição para a ação predominante do clientelismo urbano; prontas para serem manipuladas e usadas em benefício majoritário de aventureiros, líderes carismáticos vazios, manipuladores do patrimônio público em benefício próprio, corruptos, oportunistas de todo tipo, demagogos, personalistas, etnocêntricos, que, antes de tudo, visavam se dar bem na política, deixando a Boa Política dos Clássicos, a Igualdade (ou pelo menos as reformas sociais), a Justiça, a Democracia, a Cidadania e a Liberdade, sensivelmente envergonhados, frente à tamanha distorção da política em função dos seres humanos que realmente construíram Rondonópolis. É claro que em tudo isso podemos encontrar algumas pouquíssimas exceções. Mas o mundo real é feito regras e predomínios.

Nas décadas de 1980 e 1990, tal clima político tornou-se acelerado.

CAPÍTULO III

POLÍTICA E FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RONDONÓPOLIS (1971-2004)

Abordamos, neste capítulo, a formação e o desenvolvimento de um sistema político propriamente dito e algumas limitações à democracia liberal, o que significou uma subtração substancial à cidadania para a maioria; um sistema caracterizado pela predominância de práticas e idéias políticas baseadas na malversação geral de recursos públicos, a fim de atender interesses e necessidades pessoais, familiares e/ou grupais em primeiro plano e, secundariamente, o interesse público.

O Sistema Político de Rondonópolis é um conjunto de idéias e práticas políticas construídas ao longo do tempo, entrelaçado com a política institucional, influenciando-a e por ela sendo influenciado. Historicamente, o dinamismo político local, tem se dado não apenas no nível da política institucional (partidos políticos, burocracia, sufrágio universal) mas, também no nível da atuação da sociedade civil, a partir de ações grupais e isoladas, e mais expressivamente através dos movimentos sociais rurais e urbanos, sendo os últimos mais característicos a partir da década de 1980. O sistema político é pois a ação institucional e a que tangência, engloba a atuação oficial e conservadora e os movimentos reformistas contra a ordem estabelecida, mas não em sentido amplo e profundo.

Em decorrência disso, obtivemos a percepção de um sistema político com práticas predominantes e práticas alternativas, sendo que as primeiras têm se dado a partir da política institucional e as segundas, a partir dos movimentos sociais, ocorrendo durante o processo, imbricamento parcial ou total entre ambas as esferas de atuação social.

3.1 – Apresentação do Sistema Político De Rondonópolis

O Sistema Político de Rondonópolis é predominantemente urbano, tendo alcançado a conformação atual na década de 1980, quando Rondonópolis se tornou, ao menos pelo critério de densidade populacional, um pequeno centro metropolitano. E como sabemos, precária, caótica, carente de serviços públicos fundamentais e essenciais; predominantemente pobre e miserável.

O processo migratório acelerado e intensivo, que contribuiu para a rápida urbanização artificial da cidade de Rondonópolis, teve início no começo da década de 1970, ampliando-se nas décadas seguintes. As bases gerais desse processo encontram-se no final da fase anterior, ou seja, na expulsão e expropriação do trabalhador rural do espaço agrário, momento a partir do qual se deu o crescimento ininterrupto da cidade, até os anos 90 do século XX, quando pouco cresce, apresentando o fenômeno da emigração.

A implantação da colonização pública e privada, a partir de 1947/48, inaugurou em Rondonópolis e região um processo de migração muito vigoroso e contínuo, que povoou maciçamente o campo. Quando se deu a Modernização Conservadora do campo, muitos camponeses já haviam sido expulsos para a cidade pelo Capital Mercantil, inchando demasiadamente a cidade. Tal modernização expropriou/expulsou mais gente para a cidade, tornando-a uma “explosão demográfica” como se dizia à época.

A migração sulista dos anos 70/80, apresentou uma contribuição modesta ao crescimento urbano e desordenado de Rondonópolis, pois este já era explosivo (ou expressivo) no plano intramunicipal.

No processo de distribuição das terras aos colonos, atividade esta exercida por cabos eleitorais,¹⁷⁰ alguns compromissos político-eleitorais eram firmados, visto que a terra destinada aos colonos era tida como uma dádiva do Poder Público. Acrescente-se a isso o fato de que quem as recebia já provinha de regiões onde tal prática era *naturalizada*, não despertando da parte dos colonos reações contrárias¹⁷¹, de modo coletivo. De certa forma, traços dessa política rural, passaram para a cidade inflada e artificial, na forma de clientelismo urbano.

¹⁷⁰ - O Sr. Arlindo revelou que conforme o partido que estava no poder do estado, cabia a determinado cabo eleitoral indicação dos lotes e o ajeitamento das famílias de migrantes nas colônias e fazendas adjacentes, para trabalharem como meeiros ou arrendatários. Ele foi importante cabo eleitoral pesedista; depois continuou na ARENA, e depois PL.

¹⁷¹ - Este mesmo senhor, colaborou no assentamento de dezenas de famílias nordestinas na região da Colônia Paulista, cuja maioria trabalhou por muito tempo apenas em troca da morada e do sustento, satisfeitas pelo fato de se encontrarem no “paraíso”, perto do significava a vida de pobreza vivida no sertão nordestino. Esta entrevista sugeriu que a escravidão por dívidas ocorrida em Rondonópolis foi muito além do aliciamento de peões trazidos para esse fim. Parece que envolveu famílias inteiras, e não foram poucas.

Dessa forma, as considerações sobre como ocorreu a ocupação e povoamento desse espaço rural pela sociedade abrangente, é fator determinante para a compreensão da formação do sistema político e de sua transferência para a cidade.

Na verdade, ainda não apenas o padrão de ocupação rural, mas também a ocupação urbana, desenvolvida a seguir¹⁷², foi determinante para o desenvolvimento de um sistema político distorcido, segundo o modelo clássico da boa política.

Ao criar as condições para a fixação do migrante no campo, o Estado gerou compromissos políticos e dependências, visto que a colonização foi feita de forma clientelista, precária do ponto de vista da área necessária, financiamento público, distribuição, educação rural e assistência técnica. A prática clientelista, predominante no meio rural por longa data, foi estendida ao meio urbano pelos representantes do Poder Público local.

Em importante pesquisa sobre o processo de urbanização de Rondonópolis nos anos de 1970/80, Aguiar¹⁷³ constatou que a mesma ocorreu de forma acelerada e precária, processo característico dos países subdesenvolvidos¹⁷⁴ na segunda metade do século XX.

De acordo com Aguiar, foi a partir de 1972 que a área urbana de Rondonópolis começou a ser ocupada de modo intenso e acelerado, como resultado de um processo de migrações internas no local e no país.

A acomodação nos diversos pontos da cidade, ocorreu por fases. Por exemplo, os trabalhadores arrendatários (sistema do talhão) nos arredores da cidade foram os últimos a deixar o campo, resistindo enquanto houve possibilidades para isso, porque reconheciam que a forma ideal de sobrevivência estava no campo. De acordo com Aguiar, as motivações para a migração para a cidade se deram por atração e por expulsão conformando o espaço de centro e da periferia.

¹⁷² - A cidade se organizou melhor em função do campo. Essa é uma das características da constituição da rede urbana do Estado de Mato Grosso, no século XX. Sobre esse assunto consultar LOBATO, **A rede Urbana**, e AGUIAR, op. Cit.

¹⁷³ - AGUIAR, Cony.

¹⁷⁴ - CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1983, é um clássico dos estudos da Geografia Humana, por introduzir uma nova sociologia urbana. Para ele, o processo de urbanização não ocorreu da mesma forma em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e essa particularidade deve ser considerada, não devendo se transpor modelos e categorias de estudo da geografia urbana *ipsis literi* para a nossa realidade de país periférico. No nosso caso, essa consideração é importante porque nos ajuda a compreender a urbanização terciária, típica de Rondonópolis e região.

Dado o rápido e intenso fluxo migratório, sobretudo de pessoas descapitalizadas, parte dos bairros periféricos acabou sendo fruto de ocupações espontâneas.¹⁷⁵, inexistindo da parte das administrações municipais a visão conjunta da necessidade de política de planejamento urbano¹⁷⁶. Daí o *déficit* habitacional ter sido, ao longo da história, um dos complicadores da questão urbana em Rondonópolis.

Afora os lotes urbanos adquiridos por compra e venda de particulares ou imobiliárias, ou por meio de posses, somente no final da década de 1970, teve início a construção de conjuntos habitacionais, mas acessíveis apenas aos extratos médios da população e, mesmo assim, pequeno para a demanda. Em 1978/79, por meio de um sistema cooperativo do Instituto Previdenciário do Estado de Mato Grosso (IPEMAT), foi construído o conjunto COOPHALIS (400 casas), para atender funcionários públicos estaduais, o único com infra-estrutura adequada (área de lazer com praça, posto de saúde e campo de futebol, saneamento com reservatório próprio, centro comercial, e sede para a associação de moradores. Outro exemplo de construção com infra-estrutura adequada, mas não como o citado anteriormente, foi a COPHASEM – construído para atender parte da demanda de funcionários públicos municipais, mas que na prática foi destinado a particulares. No geral os financiamentos atendiam a *Classe Média*, subsidiados pela Caixa Econômica Federal.

Durante a década de 1980, alguns conjuntos habitacionais foram construídos com financiamento público estadual e federal com preços mais populares, e, embora na década de 1990 a possibilidade de financiamentos para a aquisição da casa própria tivesse aumentado em termos absolutos, o déficit continuou, gerando a continuidade da dependência em relação a lideranças políticas, locais e estaduais¹⁷⁷, para a aquisição de lotes em áreas de reserva pública, para ganhar material de construção, ou outro tipo de ajuda, para aliviar a despesa com o aluguel.

A construção de conjuntos habitacionais, populares ou não, situou-se em áreas demasiado longe do centro da cidade, obedecendo a uma lógica verificada no processo de urbanização da maioria das cidades brasileiras, no qual o objetivo da valorização da área circundante¹⁷⁸ favorece a especulação imobiliária.

¹⁷⁵ - NARDES. Op. cit.

¹⁷⁶ - “A cidade como um corpo” - Sátiro Phol Moreira de Castilho ex-prefeito de Rondonópolis. Artigo publicado pelo Jornal A Tribuna em 24 de Agosto/2004.

¹⁷⁷ - O favorecimento de pessoas na aquisição de lotes em áreas públicas, com finalidades político-eleitorais foi uma constante, segundo denúncias em jornais e em algumas entrevistas.

¹⁷⁸ - Lobato, **O espaço Urbano**, passim.

A doação de lotes de propriedade pública municipal foi uma forma encontrada pelo poder público de acomodar parcialmente a população que crescia:

“Prefeitura quer reaver os imóveis que foram doados por Barreto: – J. Barreto é acusado de ter doado esses imóveis a seus parentes, amigos e correligionários e vários funcionários públicos. Essas doações, conforme o procurador, totalizariam mais de 37 hectares.(...) alguns imóveis estavam reservados para a preservação ambiental, o que tornava proibida a sua doação. (...) Os imóveis que possivelmente serão questionados na Justiça localizam-se nos seguintes bairros: 132 na Vila São Sebastião; 15 no Jardim Santa Lúcia; 38 no Jardim Tancredo Neves; 20 no Residencial AS José; 10 no Centro A; 288 no Jardim das Flores; 23 no Jardim Sumaré; 11 na Vila Verde; 10 na Vila Santa Maria; 17 no Lageadinho; 11 no Sagrada Família; 5 no Pindorama; 6 no Mirassol; 2 no Jardim Atlântico; 3 na Cidade Natal; 2 na Bandeirantes [avenida]; 4 no Jardim Tropical; e 3 na Vila Operaria.” (Jornal A Tribuna em 07/01/1997)

Essas ações caracterizaram a atuação do Poder Público de forma geral, porque embora a iniciativa para o tipo de ação descrito acima tenha partido, isoladamente, de alguns agentes públicos municipais (executivo e/ou vereadores), findou tendo o aval público, ou seja, cedo ou tarde receberam a carta de aforamento da Câmara Municipal. Em maior ou menor grau, todas as administrações tiveram essa prática, gerando inevitavelmente, o compromisso político de quem recebia o imóvel¹⁷⁹ de dar apoio eleitoral.

Por vezes, a doação de lotes das áreas da reserva municipal foi motivo de conflitos entre o Executivo e o Legislativo, demonstrando a falta de planejamento e ordenamento na questão da política urbana. Exemplificando, em 1983, a sociedade rondonopolitana foi notificada por jornal, que a **Vila Lurdes**, “área invadida por posseiros”, além de outros de “lotes vendidos irregularmente”, legalizados

¹⁷⁹ - Quase todos os entrevistados confirmaram a prática de doação de lotes, especialmente com finalidades político eleitorais implícitas e explícitas.

todos pelo prefeito Walter de Souza Ulisséa e Câmara Municipal, estava sendo objeto de contestação na Justiça, pelo então prefeito Carlos Gomes Bezerra¹⁸⁰. Um ano depois, o mesmo jornal noticiava:

“Vem polarizando as atenções da cidade, o veto apostado pelo prefeito municipal Carlos Gomes Bezerra à emenda aprovada pela unanimidade da Câmara Municipal(...)proibindo que o prefeito doe indiscriminadamente e por razoes política, áreas da reserva municipal, sem a devida autorização legislativa...”¹⁸¹

Em 1987, o direito de indicar os beneficiados para receberem cerca de mil lotes doados pela municipalidade em área a ser adquirida no **Jardim Iguassu**, gerou novos desentendimentos. Segundo nota de jornal, o Executivo defendia que a indicação deveria ser do Conselho Comunitário Municipal (órgão vinculado à Secretaria de Ação Comunitária da Prefeitura) e o Legislativo queria que fossem as associações de moradores¹⁸², canal de acesso desta às comunidades pobres.

A prática de mutirão foi uma alternativa, tanto para a auto-construção de casas quanto para melhorar ou dotar a estrutura dos bairros criados desordenadamente. A organização de desses mutirões nos bairros periféricos, foram mais comuns nos anos 70 e 80, do século XX, e deu-se por iniciativa da Igreja e do Poder Público, assim como pelas associações de moradores, quando estas começaram a existir, no final dos anos de 1970.

Os mutirões já eram prática comum dos moradores na zona rural, nas décadas de 1950/60. Em tempos de plantio ou de colheita, era comum grupo de homens se juntarem para trabalharem na roça de um terceiro, quando este se encontrava em dificuldades de acertar o arrendamento com o dono da fazenda¹⁸³. Na cidade, o regime de mutirão era característico dos bairros mais pobres, contando com a mão de obra dos próprios moradores, resultando em abertura, patrolamento e cascalhamento de ruas e avenidas,

¹⁸⁰ - A Tribuna em 13/03/1983 e 27/10/1983

¹⁸¹ - Jornal A Tribuna 12/08/1984.

¹⁸² - Jornal a Tribuna em 14/06/1987. Não sabemos especificamente a localidade nem se os lotes foram doados todos de uma só vez. No entanto recentemente, as imediações foram alvo de invasões, posteriormente legalizadas, entre elas a Vila Poroxo. Sobre esse fato, consultar FERREIRA, Luciana de Moraes. **Movimentos Sociais Urbanos: O estudo de caso da “ocupação Vitória” - Vila Poroxo/Rondonópolis/MT.** HIS/ICHS-R/UFMT. 2002.

¹⁸³ - Informação prestada pelo Sr. Vanderlei e o Sr. Erasmo. Entrevista realizada em fevereiro/2005.

instalação redes de água, postes de luz, e construção de casas pelo programa Caritas/Prefeitura Municipal¹⁸⁴.

Em regime de mutirão, foi construído o **bairro João de Barro I e II**. A Prefeitura aderiu em 1985 ao **Projeto de Auto Construção**, programa de financiamento habitacional do governo federal¹⁸⁵. As casas destes bairros originalmente são germinadas, *hiper* pequenas (dois cômodos), tendo financiado pelo governo apenas os tijolos, a cobertura de amianto e cimento para o contra-piso, sem reboco e a mão de obra foi fornecida pelas próprias famílias beneficiadas. Até hoje é dos bairros mais precários da cidade, que aos poucos foi recebendo água encanada, luz, escola e posto de saúde.

O único bairro criado a partir de um planejamento de governo municipal foi a **Vila Operaria**. Uma área de terra da reserva pública municipal foi destinada para sua fundação, obedecendo critérios para construção de casas, comercio, etc., prevendo (ou desejando) o desenvolvimento comercial e industrial da cidade.

Idealizada pelo primeiro prefeito eleito, foi criada em 1955, e teria a finalidade de abrigar o distrito industrial de Rondonópolis e ser uma colônia de trabalhadores migrantes.

Mas, desvirtuada do seu projeto original, a Vila Operaria acabou servindo para abrigar não apenas os migrantes de outros estados, dirigidos para a zona urbana, mas como solução para os antigos posseiros da Mata Grande e da colônia Macaco, que pressionados por fazendeiros e pela impossibilidade de continuar produzindo, venderam suas terras¹⁸⁶.

Cury menciona que em 1972, quase 20 anos depois de sua fundação, esta vila se encontrava em estado de abandono sem a mínima infra-estrutura, e a população residente carente de assistência pública (saúde, transporte, educação)¹⁸⁷.

A Igreja católica se fez presente desde os primeiros anos nesta vila, segundo o Pe Lothar, em parte pelo estado de pobreza da comunidade¹⁸⁸, tendo sido, ao longo dos anos, a principal articuladora dos benefícios que a comunidade recebeu:

“Casa Própria para flagelados: Dezessete famílias serão abrigadas em casas de alvenarias feitas por convênio Prefeitura Municipal de Rondonópolis/Caritas Prelática, a exemplo de dezenas outras, já foram beneficiadas nos dois últimos anos e meio pelo mesmo programa. A medida será possível com a doação efetuada pela Prefeitura, da quadra número 4 – área

¹⁸⁴ - A Tribuna 27/05/1979; 18/05/1978, e entrevistas com Padre Lothar e Baltazar de Mello; Sr. Vanderley e o Sr. Erasmo, em fev/2005.

¹⁸⁵ - Jornal A Tribuna em 12/05/1985.

¹⁸⁶ - Barbosa, op. cit. p. 6. Observe-se, ainda, que essa localidade constitui-se num reduto de mão de obra negra e nordestina.

¹⁸⁷ - Cury, op. cit. p.202.

¹⁸⁸ - O Pe. Lothar ressaltou em entrevista que o principal motivo de instalar-se na Vila Operaria em 1964, ano em que chegou ao município, foi a constatação da carência de assistência material dos moradores.

destinada à reserva Florestal do município – no loteamento Jardim Ipê. Através da Lei nº 664, de 13 de novembro de 1979, Walter de Souza Ulisséa, autoriza a Cáritas Prelática de Rondonópolis, a transferir constantes da Quadra nº 4 daquele jardim – 17 ao todo – para as famílias pobres, flageladas pelas enchentes de 1978 e 1979. Além de doar o terreno, a prefeitura participa com certa importância em dinheiro, na construção das moradias(...) A verba aplicada no programa, em maior percentual, tem origem germânica(...) e tem em cada pessoa a ser beneficiada, auxílio na mão de obra [mutirão]¹⁸⁹

Com o passar dos anos, região da Grande Vila Operaria, adquiriu o “status” de cinturão de pobreza e de região mais violenta da cidade, tendo sido constantemente alvo da ação de políticos oportunistas.

No senso do IBGE de 1960, enquanto a população total da cidade era de 23.302 habitantes, a Vila Operaria abrigava 6990 desse total. No senso de 1970 a proporção já era de 18625 para um total de 62.086 habitantes, sendo que a classificação social dos habitantes dessa vila é a de classe social baixa ou miserável.

A população pobre que se direcionou para a Vila não encontrou terrenos disponíveis em tamanho desejável¹⁹⁰, e o processo de expansão da mesma deu-se através de ocupações espontâneas ou induzidas por agentes do sistema políticos, doações pelo poder público¹⁹¹, ou de loteamentos particulares.

Algumas das vilas da Grande Vila Operária que surgiram a partir de invasões, foram: Jardim das Flores I; Jardim Carlos Bezerra; Jd. Padre Rodolfo; Jd. D. Oscar Romero; Pe. Burnier. Destes, apenas o primeiro era área pública; os demais pertenciam a particulares e foram comprados, depois das invasões populares, pela Igreja ou pela Prefeitura, e repassados a preço de custo aos ocupantes.

Exemplificando a condição de pobreza de grande parte dos moradores da região de Vila Operaria, até o final da década de 1980, quando Rondonópolis já era a maior economia agropecuária do estado, tivemos a seguinte nota de jornal:

“Prefeitura fará assentamentos na área do antigo lixão do Jardim das flores: (...) Uma vez retirados todos os resquícios dos entulhos no depósito de lixo do Jardim das Flores, fechado por determinação judicial (...) a Prefeitura Municipal de Rondonópolis

¹⁸⁹ - Jornal A Tribuna, em julho 1979.

¹⁹⁰ - Os terrenos do centro da vila mediam 12X30.

¹⁹¹ - A Câmara reuniu-se em sessão extraordinária no dia 12/12/1989 para votação de projetos, inclusive de doação de área próxima à Vila Verde, região de grande V. Operaria. Jornal a Tribuna em 08/12/1989.

deverá assentar mais de cem famílias carentes, dentro do programa de resolver o problema habitacional do município por parte do governo municipal...” (Jornal A Tribuna 05/05/1991)

Nesta área, foram assentadas cerca de cem famílias, e a infra-estrutura foi construída pelo trabalho de mutirão, organizado pela associação de moradores. Para instalação da rede de água, a Prefeitura forneceu os canos e o maquinário, e a mão de obra foi dos próprios moradores¹⁹².

De acordo com dados estatísticos oficiais e pesquisas acadêmicas, o período que se estende dos anos de 1970 aos anos de 1980 é considerado importante para a história da cidade, pois foi quando em termos absolutos se alcançou, cumulativamente sobre os períodos anteriores, o grande crescimento demográfico e econômico do município.

Para Nascimento¹⁹³, um fato significativo desse período é que a cidade se tornou um centro comercial da região, exportando produtos e importando e redistribuindo produtos e serviços. A importância urbana e comercial, foi baseada nas atividades agropecuárias. Os serviços públicos cresceram na cidade, para atender as demandas da população que crescia em ritmo acelerado, e também para atender à demanda de novos profissionais (especializados ou não) que chegavam à cidade¹⁹⁴.

Mas, apesar da importância econômica da cidade e da população que crescia em ritmo acelerado, a mesma era trabalhadora indireta para o campo ou exército de reserva para isso, pois o núcleo de produção geral de riquezas continuava no campo, sendo a cidade, amplo modo, sua prestadora de serviços e depois processadora parcial de matérias-primas, alimentos provenientes do meio rural, com o fenômeno agro-industrial.

A maioria dos migrantes que passaram a afluir para Rondonópolis, a partir da década de 70, do século XX eram pobres e sem qualificação profissional, permanecendo desempregados ou subempregados, com baixa remuneração. Estes migrantes, se juntaram aos trabalhadores expulsos do campo que, não tendo suas demandas principais atendidas ficavam a mercê do assistencialismo da Igreja e de políticos oportunistas que, como vimos, chegavam à utilização do patrimônio público para amenizar um pouco a pobreza e a miséria possivelmente com finalidades eleitoreiras. Descapitalizados, esses migrantes foram morar em bairros periféricos, carentes de infra-estrutura e organização, muitas vezes criados por eles mesmos.¹⁹⁵

¹⁹² - Entrevista concedida pelo Sr. Vanderlei Batista dos Santos, em fev/2005.

¹⁹³ - NASCIMENTO, 1997. Op. Cit.

¹⁹⁴ - O serviço público, na área da Educação, foi um dos que mais gerou empregos, inclusive para o atendimento de interesses eleitoreiros. O empreguismo, no serviço público foi uma característica do sistema político no meio urbano. Sobre algumas distorções no sistema educacional público em Rondonópolis, conferir Marlene Oliveira Santos. **Poder local e Educação: a experiência de uma educadora**. São Pulo: PUC. Dissertação de Mestrado. 1990.

¹⁹⁵ - NASCIMENTO, AGUIAR, obras citadas, entre outras.

Conforme Nascimento, o desenvolvimento econômico de Rondonópolis, dentro do contexto nacional, deu-se de forma acelerada¹⁹⁶. Rondonópolis se converteu em curto tempo no principal centro comercial da região. A economia, embora estivesse crescendo, não conseguia e nem podia absorver toda a mão de obra disponível, seja a de novos migrantes seja a população que gradativamente continuava sendo expulsa do meio rural local. Isto levou a um expressivo desemprego ou subemprego, de cunho estrutural. Por ser uma urbanização artificial, porque calcada na prestação de serviços ao campo (de renda concentrada) e do setor urbano (de renda também concentrada) e a pequena agroindústria instalada (renda também concentrada), o desemprego, o subemprego são estruturais, e os salários tão baixos que, em 1991, 70% da População Economicamente Ativa, ganhava até três salários mínimos por mês de renda domiciliar.

A concentração de renda no campo e na cidade, aliada a outros fatores, como o desemprego em profusão, contribuiu para a construção de um sistema político local, baseado na troca de favores, na reciprocidade, no compromisso em todos os níveis da escala social, mas não para a Boa Política dos clássicos e sim para a materialização dos interesses e necessidades primordiais de elites políticas¹⁹⁷, compostas de personalismos, grupos familiares e de amizade e afinidade pessoal e promessismos. Mas é claro que, em alguma medida, a Boa Política (Saúde, Educação, Habitação, Saneamento, Segurança, etc.) precisa ser contemplada para que seja possível a continuidade do próprio sistema.

Devido ao fato da urbanização ser de cunho predominantemente terciário, com prestação de assistência comercial e de serviços para modernizar o campo (revenda de insumos e implementos agrícolas, e serviços especializados de assistência rural e financeiros, estocagem e conservação de alimentos transportes, etc., sendo que a esse núcleo restrito veio se somar depois o de serviços públicos (também empregador insuficiente), os trabalhadores não conseguiram, pois, ocupações suficientes, ou passaram a receber baixos salários, enfrentando ainda o subemprego e a exclusão, por causa do grande excedente de mão de obra criado, que vegeta em torno dos reduzidos empregos surgidos.

O poder público investiu na construção de um distrito industrial em 1989/90, mas, conforme Nascimento¹⁹⁸, nem mesmo assim, devido ao seu porte modesto e vinculação agro-industrial, não pôde superar o problema do desemprego crescente, uma

¹⁹⁶ - NASCIMENTO, 1997, op. cit

¹⁹⁷ - Inclusive, tem-se uma nota de jornal denunciando que em determinada ocasião, um carro de propriedade da Prefeitura Municipal transportava carga de arroz para Goiás, a serviço de um atacadista que por acaso era presidente da Câmara Municipal. Conferir Jornal A Tribuna 31/12/1972.

¹⁹⁸ - Op. cit. Passim.

vez que várias dessas empresas eram Capital intensivas, como atual ADM, uma multinacional norte-americana.

Diante dessa situação caótica, o segmento político rondonopolitano nunca se propôs organizadamente, realizar um programa político conjunto que visasse solucionar de modo amplo e profundo (ou pelo menos satisfatório) os problemas sociais do município, como pudemos depreender do vasto material pesquisado e das entrevistas.

Para alguns conservadores, até 1988, este problema poderia ser atribuído à ausência de autonomia fiscal e tributária do município, alcançada apenas a partir da última constituição federal, e que limitava tanto a arrecadação tributária e fiscal quanto distribuição dos recursos¹⁹⁹.

No entanto, mesmo após o aumento relativo da autonomia fiscal, tributária e política conferida a estados e municípios pela Constituição Federal promulgada em 1988, constatamos que a situação não ultrapassou o limite do razoável, sendo constantes as denúncias²⁰⁰ acerca da parcimônia dos representantes públicos em relação às necessidades impostas pelo processo urbanização, ainda em ritmo acelerado e caótico.

No sentido inverso, não podemos dizer que nessa relação política, os representantes do legislativo e do executivo tenham sido prejudicados ou adquiriram redução do seu “status”. Ao contrário, gozaram de uma situação relativamente privilegiada, na maior parte do tempo e dos casos²⁰¹.

A maioria dos vereadores, dos anos de 1980 em diante, dedicaram parte do seu tempo útil, à reeleição do cargo²⁰², tornando-se uma preocupação obsessiva para a

¹⁹⁹ - “... Dentro do emergente federalismo fiscal, o município pode controlar não mais de 15% de todas as taxas coletadas em seu território, enquanto 55% e 30% vão para o Governo federal e para o Governo estadual, respectivamente. Esta realidade é um subproduto das medidas políticas tomadas pelo Governo advindo com o Golpe de 1964, em sua tentativa de coordenar investimentos públicos e lutar contra gastos inflacionários feitos pelas autoridades locais. Esta seria, assim, uma das características marcantes da questão urbana no Brasil, no período do autoritarismo.” In.: SCHIMIDT, Benício e FARRET, Ricardo. **A Questão Urbana**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1986. p.39

²⁰⁰ - As denúncias de corrupção pré e pós-eleitoral, ocorreram com mais veemência na imprensa, a partir da distensão do Regime militar; muito embora a denúncia seja característica das campanhas eleitorais, tanto majoritárias quanto proporcionais, como recurso para envolver o eleitor, dando margem, ultimamente a investigações operadas pelo Ministério Público Estadual, resultando em processos de longa duração, que extrapolam o mandato do candidato eleito e processado, não tendo nenhum efeito prático ou que repare o dano causado. Entrevista realizada com o ex-deputado estadual e federal Afro Stefannini, aposentado em 1991 no Tribunal de Contas do Estado. Entrevista realizada em Fevereiro/2005, em Cuiabá-MT.

²⁰¹ “...a política deixa bem qualquer um que entra nela; é um meio de vida, não passa necessidade não.” Arolda Duetti, ex-vereadora. Entrevista realizada em julho/2004.

²⁰² CONFERIR: WHITAKER. Chico 2º ed. Brasiliense. São Paulo. 1996, Passin.

maioria desses políticos. Conforme observou Cury, tornou-se visível, a partir da primeira eleição para prefeito, em 1954, que a política partidário-eleitoral se pautou pela disputa cega e imediata pela conquista do poder²⁰³, situação perdurou até a atualidade²⁰⁴.

É nesse processo de resolução de problemas causados pelo modelo econômico adotado, de busca de ganho, prestígio e poder de uns e de outros agentes políticos ou de pessoas a eles ligados, que o sistema político de Rondonópolis foi se construindo, se ampliando e se reproduzindo e se renovando, através de personalismos, da troca de favores, venda de votos, nos cabides de emprego pré e pós-eleitoral, como forma de pagamento de prestação de trabalho político, na malversação de recursos públicos, e em outras formas de corrupção de forma ampla, sendo estas as mais destacadas, por terem existido antes ou logo depois da emancipação, ou ainda como condição para ela²⁰⁵. A abrangência do sistema político rondonopolitano é tão significativo, que chegou a abranger várias instituições e entidades, inclusive a Esquerda e a Igreja. Poucos escaparam ao seu assédio e envolvimento.

3.2 - Aspectos do Sistema Político de Rondonópolis

A política rondonopolitana, de cunho predominantemente clientelista, na forma de um sistema, adquiriu características marcantes partir da década de 1970/80, após o aumento do processo de urbanização acelerada e precária. O imbricamento dessas características torna difícil sua exposição, visto existirem vários elementos em simbiose, em paralelismo, em justaposição. Mas, vejamos como parte deles se apresentam e engendram algumas relações:

A) O assistencialismo, uma forma de clientelismo, foi um dos aspectos mais presentes na história política de Rondonópolis, na relação entre representantes políticos ricos (ou remediados) e eleitores pobres. Este assistencialismo se manifestou na realização de cursos artesanais profissionalizantes (tricô, crochê, corte e costura), doação de passagens a transeuntes, encaminhamentos e aviamento de receitas médicas, doação de itens básicos como alimentos, roupas, calçados,

²⁰³ - Cury, op. cit. p.161

²⁰⁴ - Conforme observado na pesquisa em arquivos de jornais editados ao longo de 35 anos, entrevistas, e o acompanhamento pessoal das disputas eleitorais enquanto moradora da cidade há 32 anos.

²⁰⁵ Uma característica detectada para um período mais recente (décadas de 1980/90), é o emprego de lideranças comunitárias (diretores de associação de bairro ou agentes de saúde) na rede municipal como condição de fomentar movimentos sociais urbanos com finalidades político eleitorais. Entrevista concedida pelo presidente da URAMB Hélio Luz e por um líder comunitário do Atlântico desde 1989 (Nenzão), em fev/2005.

dentaduras, materiais de construção, pagamento de contas de aluguel, de luz, água, IPTU, doação de eletrodomésticos, entre outros.²⁰⁶

Na atuação direta do poder público, manifestou-se através de programas sociais financiados pela **Secretaria de Municipal de Assistência e Promoção Social**, visando segundo ela, minimizar o sofrimento da população carente. A prática sistemática ou institucionalizada de assistência social na forma de departamento da Prefeitura, teve início na administração Walter de S. Ulisséa, salvo engano, prosseguindo nas administrações posteriores, sendo que a forma e a intensidade das medidas assistencialistas variaram conforme as gestões políticas municipais, variando de curso profissionalizantes sem demanda no mercado profissional à oferta de “sopão” a crianças carentes, uma vez por semana. Mas, este departamento persistiu com a característica de “pasta de enfeite” ou cabide de empregos para acomodação de correligionários.

Para exemplificar o expressivo caráter assistencialista do poder público local no limiar dos anos 80, numa cidade em que a população se aproximava dos 81 mil habitantes e despontava como a segunda economia do estado, vejamos o balanço feito pelo então responsável pela pasta do departamento de assistência social da prefeitura, em 1979²⁰⁷, que qualificou o trabalho de atendimento às classes menos favorecidas como satisfatório: 96 pessoas foram encaminhadas para outra cidade afim de atendimento médico especializado e 110 pessoas fizeram extração de dentes, isso só no mês de janeiro deste mesmo ano; o setor de medicamentos atendeu 1422 pessoas, doação de 122 lonas plásticas; doação de 28 urnas funerárias, através de convênio funerária/prefeitura; aplicação de vacinas; via Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, foram distribuídos alimentos a 809 pessoas entre crianças e gestantes. Atendimentos pelo CETREMI (Centro de Triagem de Migrantes), foram feitos 183, colaborando com passagens, pernoites e documentações. Em convênio com a Fundação Especial de Saúde Pública, a Prefeitura cedeu no início ano material pré-moldado apropriado para a montagem de fossas sépticas, a partir de um conhecimento/analise previa das vilas mais carentes, totalizando 200 fossas e casinhas montadas(essas providências, em parte, foram destinadas à população ribeirinha, durante ou logo após o período das cheias do Rio Vermelho e Ribeirão Arareau).

Outra medida assistencialista do Poder Público, em parceria com a Igreja e sem solução de continuidade, foi a criação do Centro Social Urbano. Projeto originalmente criado pelo Governo Militar em 1975²⁰⁸, e instalado em Rondonópolis em 1979, que, teoricamente, visava de alguma forma impulsionar o desenvolvimento comunitário e a promoção social das populações de baixa renda das cidades de médio e grande porte, por meio de atividades integradas de educação, cultura, esporte, lazer, saúde nutrição e assistência social²⁰⁹. Em Rondonópolis se constituiu num dos

²⁰⁶ Maiores exemplos de medidas assistencialistas do poder público podem ser conferidos em OLIVEIRA, Rosimeire T. Op.cit

²⁰⁷ - Arquivo do Jornal A Tribuna, em 10-11/05/1979.

²⁰⁸ - AVELAR, Lúcia. e CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução Crítica**. São Paulo: UNESP. 2004, observa que, a criação dos Centros Sociais Urbanos pelo governo militar, foi uma estratégia para alcançar o mínimo de legitimidade junto a população urbana, e também de prepara-la para o mercado de trabalho sem maiores custos para o Estado visto que seria “tocado” pela comunidade.

²⁰⁹ - Arquivo do Jornal A Tribuna em 26/27 de Abril/1979, em Rondonópolis foi dinamizado pela Igreja católica.

principais programas de assistência e promoção, mas partir da dinamização da Igreja Católica, especialmente na região de Vila Operária.²¹⁰

A assistência social dirigida pelo serviço público contou prioritariamente com as entidades de serviço, associações de moradores, a partir da década de 1980, e prioritariamente com a ação das igrejas, protestante, e católica, sobressaindo-se esta última por ter estrutura maior e estratégia clara de conciliação com o poder público. Na década anterior, ficou restrita a programas financiados do Governo Federal.

Na realização dos programas assistenciais, ainda que precários, a administração pública não se furtou de capitalizá-las politicamente. Não raro, as comunidades beneficiadas interpretaram o serviço prestado como dádivas pessoais dos representantes públicos, reelegendo-os ou elegendo candidatos indicados por eles.

As tentativas de equacionamento dos problemas sociais do poder público municipal, se deram de forma assistencialista e estiveram parcialmente vinculadas à política partidária, ainda que as iniciativas fossem de outras organizações sociais (entidades filantrópicas e igrejas), pois de alguma forma representantes do poder público se achavam também representados por elas.

A atuação das Associações de Moradores de Bairros foi muito importante na alimentação desse traço do sistema. As lideranças comunitárias, não raro, serviam de mediadores nas ações assistencialistas da Prefeitura.

Os casos de assistencialismo envolvendo a participação religiosa, com o intuito de minimizar os problemas sociais, foi característico na cidade, envolvendo várias denominações religiosas. No início dos anos de 1970, as paróquias pertencente à Diocese, participaram de projeto estrangeiro de assistência a pessoas carentes, doando alimentos e promovendo cursos de lides domésticas (bordado, crochê, tricô), plantio de hortas caseiras. Todo o material vindo do Exterior, passava pela Argentina. Esse trabalho de assistência, foi mais expressivo na região da Grande Vila Operária, e a partir da Igreja Católica, sob administração do pároco mais antigo.

O Padre Lothar Buschorovitz, desenvolveu o trabalho de assistência com apoio da Prefeitura e de autoridades políticas, através da Cáritas Prelática Diocesana – entidade de assistência social da Diocese de Rondonópolis e filiada à Cáritas Nacional da CNBB, cuja finalidade é coordenar iniciativas sociais sem estrutura jurídica e representa-las perante órgãos públicos e entidades de ajuda financeira²¹¹. Esse mesmo trabalho continua, de forma mais ampliada, na atualidade²¹².

²¹⁰ - Entrevista realizada com Padre Lothar Bauchorowitz, em fev/2005.

²¹¹ - Um exemplo prático da ação da Caritas Diocesana junto a iniciativas sociais, foi a interferência nas ocupações urbanas dos assentamentos Pe. Rodolfo e Pe. Burnier, em que a Caritas pagou os lotes para os ocupantes e repassou-os num valor módico, divididos em parcelas. No episódio houve conflito iniciado por um agente político municipal, que não aceitava a participação da Igreja. Mas os ocupantes preferiram a ajuda da Igreja à presença deste agente político. Entrevista concedida pela presidenta do GRUCON, Jurema Alves, em março/2005.

²¹² - Segundo o Bispo D. Juventino Kastering, a Igreja tem procurado desenvolver um trabalho mais de promoção social do indivíduo, mas sem deixar de lado a assistência. Por isso tem ampliado suas atividades no campo da educação. Entrevista concedida em março/2005.

A aproximação desse representante da igreja às autoridades públicas municipais, segundo Barbosa²¹³, no passado se deu como estratégia para a obtenção de benefícios à população mais carente.

Em entrevista, o Pe. Lothar revelou os recursos destinados pelo Poder Público à Igreja são muito pequenos em relação às reais necessidades para manter os programas de assistência ativos. A contrapartida maior é a recebida dos católicos alemães²¹⁴, equivalente a $\frac{3}{4}$ da receita, que atualmente é de aproximadamente 80 mil reais.

B) Outro aspecto do sistema político é o “**obreirismo**”, característico do prefeito “tocador de obras”, realizador de projetos bem calcados que, inseridos num contexto maior, removeram com rapidez os empecilhos ao desenvolvimento da grande empresa privada, favorecendo-a.

A construção de obras que demandam recursos estaduais ou federais, geralmente resultaram de acordos entre leites partidárias (local/regional/federal). Também resultou da necessidade de oferecer o mínimo de condições de reprodução do trabalhador e de sua família, que no extremo se reverteu em votos. Aqui se manifestou o “clientelismo pelo alto”, ou seja a troca de favores entre os ricos e agentes do poder público.

C) A malversação de recursos públicos, outra característica, foi alvo de denúncias em diversas ocasiões, mormente do Legislativo, ocorrendo acusações em relação ao Executivo e entre os próprios legisladores. Sobre isso é farta a documentação registrada no arquivo do Jornal A Tribuna²¹⁵, desde os anos de 1970 até os dias atuais. Dentre muitos, este nos chamou a atenção, pela naturalidade expressa pelo envolvido:

“Vereador funcionário quer devolver dinheiro à Prefeitura: como é de conhecimento geral, o vereador [fulano de tal] vem sofrendo um processo administrativo para elimina-lo do quadro do funcionalismo sob a alegação de o mesmo não estar comparecendo ao seu trabalho desde 1º de fevereiro de 1983 e, outrossim, tendo recebido até janeiro deste ano indevidamente os seus vencimentos funcionais(...) diante da abertura do referido processo [fulano de tal] concorda que os vencimentos que vinha recebendo eram indevidos, razão pela qual, em representação datada de 08 de maio deste ano, o aludido vereador cientifica o prefeito que está pronto para devolver todas as quantias indevidamente recebidas, solicitando ainda que o chefe do executivo determine qual o estabelecimento ou local em que a devolução deve ser feita”.

Jornal A Tribuna em 19/05/1985

²¹³ - Barbosa, op. cit p.23

²¹⁴ - Entrevista concedida pelo Pe. Lothar, em fev/2005.

²¹⁵ - O Jornal A Tribuna é um dos mais antigos na região, e com circulação regular há 35 anos. O uso dessa fonte de pesquisa seguiu critério rigoroso a partir do cruzamento com outras fontes, como as entrevistas e periódicos.

Não obtivemos informação da efetivação da devolução do recurso. Porém, o questionamento sobre a legalidade do recebimento surgiu em virtude de conflitos partidários, e não pela questão ética.

A malversação de recursos públicos se expressou também em construções inconclusas, por exemplo, o prédio da rodoviária construído no antigo aeroporto José Salmen Hanze, que depois de tornado serpentário, foi transformado em angar para aviões de particulares; o pronto socorro infantil e centro cultural, onde hoje está localizado o supermercado “Atacadão”, que demorou anos até que a construção fosse concluída, e que acabou sendo permutado, com toda a área pública adjacente, com uma empresa particular, e sem que houvesse consulta popular; o prédio onde hoje se localizam as secretarias municipais de Saúde e de Educação, em cujo projeto original serviria para abrigar a Câmara Municipal, e que durante anos ficou paralisada; pavimentações asfálticas sem construção de galerias, e que em períodos de chuva acabam sendo totalmente destruídas, etc.

Parece-nos que esta característica do sistema político é desdobramento da ausência de política de urbanização e de fiscalização do uso dos recursos públicos que, amplo modo, não esteve na pauta de prioridades das classes políticas. Essa visão foi possibilitada pela análise do Sumário de Leis da Câmara Municipal de Rondonópolis, documento que compila as leis de 1955 até 2003.

D) *No contexto de pobreza, miséria, desemprego e subemprego, carência de infraestrutura adequada para trabalho, lazer, moradia, etc., a emergência de **oportunistas políticos** fez sentido na vida política da cidade, se emoldurando como prática “natural” e elemento implícito nas ações políticas em geral, tornando-se difícil exemplificá-los isoladamente. Essa característica aparece imbricada em todas as outras, e encontra vazão na ação conjunta do Poder Público e movimentos sociais populares, meio pelo qual os agentes políticos se aproximam das comunidades mais pobres.*

E) *“Cabide” de empregos (às vezes resultando em “funcionários fantasmas”), foi um dos grandes vícios da política mato-grossense, ao longo dos anos. No Estado, a existência da chamada “**política da terra arrasada**”²¹⁶, foi responsável no passado recente pela demissão e admissão de funcionários públicos em massa, até o advento dos concursos para provimento de cargos públicos²¹⁷.*

Em Rondonópolis, a demissão/admissão de funcionários públicos seguiu a mesma lógica, até o advento da Constituição de 1988, que deu estabilidade aos funcionários com mais de cinco anos de serviços prestados ao município, até aquela data²¹⁸. A partir de 1994, a Prefeitura passou a realizar concursos públicos para provimento dos cargos, de modo que, embora as denúncias de empreguismo continuassem acontecendo, dava-se em menor proporção do que no passado.

Seguem-se algumas citações sobre esse aspecto:

²¹⁶ Os cargos públicos eram ocupados pelo partido que ocupava o poder do Estado, refletindo-se no nível municipal. A cada nova gestão, o quadro administrativo era renovado por correligionários do governador e prefeito. Nota específica para os dois mandatos do ex-governador Fernando Corrêa da Costa, para o ex-governo de Ponce de Arruda e Pedro Pedrossian.

²¹⁷ Sobre esse assunto, consultar Neves, op. Cit. Ainda, entrevista concedida pela ex-vereadora e professora aposentada, Arolda Duetti Silva.

²¹⁸ - São denominados servidores “ceelitistas”, porque seus direitos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); em oposição ao “estatutários”, funcionários admitidos por concurso público.

“O Diário de Cuiabá em sua edição do ultimo dia 11 de setembro(...) foi descoberto mais um funcionário fantasma na prefeitura de Rondonópolis, que uma vez por mês vai aa cidade apenas para receber o salário, trabalhando mesmo é em Cuiabá.” – Jornal A Tribuna, em 13/09/1984

“Eu mesma já fui funcionaria fantasma... Não me foi pedido votos nem trabalhos eleitoreiros, mas fica-se subtendido que não deveria me esquecer de quem nos presta favor quando for necessário...”²¹⁹

“...Difícilmente teve na Câmara uma legislação que não tiveram nepotismo declarado e talvez imoral, de ser servidor sem pelo menos ir lá no serviço (...) soube não, presenciei vários casos (...). Eu sei de casos um por um, tanto de funcionário fantasma como de nepotista...”²²⁰

Nessas transações políticas (clientelismo por baixo) fica evidenciado que um dos fatores de participação político-eleitoral, é a necessidade de garantir emprego para si, para a família e para amigos, se possível, com salário que proporcione um conforto razoável. O empreguismo está intimamente relacionado a uma outra distorção do sistema político, que é o nepotismo (emprego de parentes próximos na administração pública municipal e, conforme a “importância” do político, no serviço público estadual ou federal)

F) A “compra de voto” é um aspecto ressaltado na política mato-grossense e denunciado na historiografia regional. É mais típico da relação entre candidatos ricos ou remediados e eleitores pobres; perpassa as outras características citadas do sistema político, visto que ocorre mediante promessas de emprego no setor público, pela doação de itens básicos como alimentos, remédios, roupas, pagamento de contas de água, luz, material de construção, promessa de legalização de lotes urbanos, etc. Depois que foi enquadrado como crime eleitoral (corrupção passiva e ativa), a compra de votos tornou-se um fenômeno sobre o qual todos conhecem alguma coisa, mas que formalmente não se ousa denunciar.²²¹

Alguns dos entrevistados questionados sobre o assunto, souberam contar ao menos um caso de compra de voto, que presenciaram ou ouviram falar. Mas, as falas são carregadas de medo de retaliações, caso isso se torne público.

Eis alguns exemplos sobre esse aspecto:

²¹⁹ - Entrevista concedida em jul/2001. Não autorizou que citássemos o seu nome. Essa pessoa residiu em Cuiabá, enquanto durou o “contrato”, mas nas eleições municipais comparecia para “pagar o favor recebido”, votando nesta personalidade. Fez isso em dois pleitos seguidos.

²²⁰ - Entrevista concedida em jul/2001, por importante personalidade política de Rondonópolis, mas que não quis se identificar.

²²¹ - Em Outubro/2004, imediatamente após o pleito eleitoral, um movimento, formado por entidades sociais, organizaram um fórum de discussões sobre o assunto, posteriormente formalizando denuncia de compra de votos no referido pleito. As denuncias foram encaminhadas ao Ministério Público, que apurando os fatos nada comprovou contra o acusado. O movimento teve características de conflito partidário, mais do que de reivindicação pela ética na política, entre outros, porque surgiu apenas depois do pleito e foi articulado por partidos (ou agentes de movimento sociais filiados a estes) que perderam a eleição. . Jornal a Tribuna. Edições de 09/10/2004 e 12/11/2004.

“atendendo a denúncias, a Justiça eleitoral em Rondonópolis, fez neste sábado, 3, diversos flagrantes de pessoas distribuindo cestas básicas pelos bairros da cidade(...) a apreensão ocorreu próximo ao comitê...” (A Tribuna em 3-4/10/1998).

“Há mais ou menos três pleitos atrás, conheci uma família de cinco pessoas que venderam, cada uma, a trinta reais o seu voto.”²²²

“Na eleição passada, um amigo do meu marido recebeu quinhentos reais para comprar votos, distribuindo este dinheiro entre os amigos dele; no ato da entrega, o eleitor deveria garantir que votava no candidato dele; não sei se votava...Ainda, meu marido trabalhou nessa eleição de graça, apenas em troca da promessa de um emprego, para mim, num mercado da cidade.”²²³

G) O Patrimonialismo é caracterizado pelo uso da coisa pública em benefício próprio, direta ou indiretamente. Ou seja, tudo o que é destinado ao uso público, coletivo (bens e serviços) e acaba servindo a interesses particulares do agente do poder público ou a pessoas a ele ligado.

Historicamente, a sociedade mato-grossense tem tomado conhecimento de fatos dessa natureza em períodos eleitorais, onde, motivados pela disputa pelo poder, os candidatos não se intimidam em denuncia-los. As mensagens dos governadores às assembleias legislativa, trazem o conhecimento dessa prática no passado recente, principalmente envolvendo a propriedade da terra.

Em Rondonópolis, as denúncias sobre esse fenômeno parecem ter sido mais exíguas durante a vigência do Regime Militar. A Câmara passou a irradiar²²⁴ as sessões na década de 1980, e a tribuna passou a ser palco de denúncias até então menos divulgadas, ocasionando acaloradas discussões e de desentendimentos entre Executivo e o Legislativo.

A seguinte nota, uma das únicas das poucas abordando explicitamente o tema da corrupção durante o regime de exceção, e que foi destaque no jornal A Tribuna, em 31/12/1972:

“Cerca de um ano atrás um veículo percorria a BR 364 com destino ao vizinho Estado de Goiás, e possivelmente à São Paulo. Nada de estranho se esse veículo não fosse da Prefeitura Municipal de Rondonópolis e, para o espasmo dos leitores, transportava carregamento de arroz de propriedade do atacadista Valdivino Alves, que nada mais nada menos é presidente da Câmara Municipal dessa cidade...”

A partir da década de 1980, sobressairam-se as denúncias sobre licitações sem concorrência pública, para o fornecimento de materiais à Prefeitura, bem como superfaturamento em realização de obras públicas. Com a distensão do Regime Militar,

²²² - Entrevista concedida por Terezinha Cury, em julho/2004.

²²³ - Entrevista concedida em abril/2005. Não quis se identificar.

²²⁴ - Por meio de contrato, a irradiação foi feita Pela Radio Clube de Rondonópolis. A contratação desse serviço variou no tempo, tendo sido interrompido varias vezes.

as denúncias já estavam se tornando mais freqüentes e abertas, como já dissemos. A irradiação das sessões da Câmara permitiu que a sociedade tomasse conhecimento das acaloradas discussões e desentendimentos entre o Executivo e o Legislativo sobre as suas práticas distorcidas. As denúncias, geralmente, foram acompanhadas de pareceres negativos do Tribunal de Contas do Estado, órgão responsável pela fiscalização das atividades financeiras do Legislativo e do Executivo Municipal.

Em certo sentido, podemos considerar patrimonialismo o que dissemos sobre o uso do patrimônio público para um séquito de pessoas dos bairros populares, que se apropriam da terra pública possivelmente em troca de votos.

H) O personalismo político é uma das características marcantes do sistema político de Rondonópolis. É a necessidade sentida pelo representante do poder público de imprimir um caráter pessoal às atividades político-partidárias, singularizando-as, o elemento responsável pelo surgimento do fenômeno. A consequência imediata é a identificação do partido pelo líder político; e o objetivo dessa ação, parece ser o alcance de prestígio, ganho e poder político, necessários para reeleições futuras, que gerarão mais prestígio, poder e ganho, viabilizando, nesse ínterim, interesses de grupos de pessoas e da iniciativa privada.

A prática personalística no exercício da política institucional, tem sido uma das formas típicas de lideranças políticas galgarem os degraus do poder institucional, chegando a ocuparem a função executiva municipal e até estadual.

Os personalismos foram responsáveis pela relativa autonomia político-partidária alcançada a partir da década de 1980 pelos agentes políticos locais no cenário político mato-grossense. Rondonópolis ficou a mercê da “*cuiabania*”²²⁵ até meados da década de 1970, quando começou a conquistar espaço na Assembléia Legislativa estadual, elegendo número maior de deputados em seguida e fazendo dois deputados federais²²⁶. O contexto de distensão do regime militar favoreceu o fracionamento das forças políticas condensadas por força do bipartidarismo, e a emergência de novos sujeitos no cenário político estadual, representando Rondonópolis.

Embora o personalismo seja uma característica marcante do sistema político urbano, ele ao nosso ver, apenas se revestiu de forma diferente, pois já existia antes, particularmente em Rondonópolis. Para o Sr. Afro Stefanini, uma das características da política atual, que colocou a classe empresarial no poder do estado nas duas últimas eleições, foi o abandono da política do corpo a corpo, das amizades, em que o eleitor conhecia de perto o candidato, e por ele era favorecido, caracterizando portanto, um certo tipo de personalismo, acompanhado de troca de favores envolvendo o patrimônio público.

A liberdade de imprensa, a partir de 1989, o avanço dos meios de comunicação de massas, a urbanização, a nosso ver são fatores que favoreceram a sofisticação do personalismo.

Diante da sofisticação do *personalismo*, alguns líderes políticos locais, mais do que outros, conseguiram personificar seus partidos, destacando-se Carlos Gomes Bezerra, ex-integrante da

²²⁵ - Esse termo designa a hegemonia política norte mato-grossense, frente a outras forças políticas do estado, mormente as oligarquias do sul mato-grossense, antes da divisão territorial, ocorrida em 1977.

²²⁶ - Afro Stefanini, eleito em 1978 e Carlos G. Bezerra em 1978

juventude petebista (o chamado “Novo PTB”), que durante o regime militar agregou-se ao MDB e, com a reforma partidária de 1979, passou a integrar o quadro do PMDB²²⁷.

A trajetória política²²⁸ desse personagem expressa a complexidade atingida pela História Política de Rondonópolis. Ele foi considerado por muitos eleitores um “*mito*” da política local e regional pela liderança exercida no partido e atuação populista no movimento comunitário. Carlos G. Bezerra, foi um representante reformista do sistema político predominante, cuja trajetória se confunde com a história de movimentos sociais alternativos dentro desse sistema a esse mesmo sistema.

A projeção política de Carlos Bezerra deu-se a partir conflito da Fazenda Floresta ou Gleba Cascata²²⁹, quando em 1979, na condição de advogado, assumiu a defesa dos posseiros da área ocupada.

Depois de um mandato de deputado estadual (1974-1979) elegeu-se deputado federal em 1979. Na tribuna do Congresso, obteve prestígio popular por discursar contra a estrutura fundiária e as oligarquias agrárias brasileiras. Seus discursos tiveram repercussão na imprensa, que recebia a abertura lenta e gradual, porque naquele momento, começavam a pipocar os problemas advindos pela superposição de títulos de propriedade nas terras de Mato Grosso, em virtude do fechamento do D.T.C. ao atendimento público entre os anos de 1966 e 1978.

O Departamento de Terras e Colonização estivera fechado durante doze anos, desde 1966, sob o pretexto de revisão da política fundiária desenvolvida pelo governo militar até aquele momento. De acordo com Moreno²³⁰, a medida não era nova, pois cada governador que assumia o comando do Estado, procedia ao fechamento do órgão e fazia uma devassa, com o fim de levantar a quantia de terras devolutas disponíveis para compra e venda, bem como para impugnar processo de aquisição de adversários políticos e dar entrada ou acelerar processos de compra de correligionários ou grupos econômicos afinados com a nova administração. Em outras palavras, o órgão era fechado ao público em geral, mas funcionava internamente. A diferença é que, nas mudanças de governo ocorridas até 1966, ele permanecia “fechado” por um tempo menor, devido às pressões de grupos políticos e econômicos. Assim, o fechamento do D.T.C.:

“combinava perfeitamente com a política de desenvolvimento do governo federal para a Amazônia, onde a redistribuição, a uma classe privilegiada seria condição necessária aos empreendimentos idealizados. Os decretos-lei n.º 1.164/71 e 1.414/75, colocando sob tutela da União mais de 60%

²²⁷ - Sobre a dinâmica político partidária mato-grossense no período do de 1946-1964, consultar Neves, obra citada.

²²⁸ - Sobre a trajetória política de Carlos Bezerra, consultar MOREIRA, op. Cit. Outros trabalhos importantes também fazem referência à sua atuação política, como por exemplo, os realizados por Moreno, Santos, Neves e Ithaborai.

²²⁹ - Sobre o conflito da gleba Cascata, conferir MOURA, op. Cit.

²³⁰ - MORENO, op. Cit p. 245

*das terras devolutas situados em território estadual, praticamente descartava a ação fundiária dos governos estaduais”.*²³¹

A reabertura do D.T.C. em 1978 sob outra denominação (INTERMAT)²³², sob outra gestão administrativa, num momento de expansão das atividades agrícolas no norte de um estado recém dividido, vivenciando o acirramento da disputa pelos benefícios econômicos concedidos pela União²³³, os conflitos pela posse da terra emergiram com mais força, constituindo um momento propício para a ação de políticos reformistas, como foi o caso do então político de carreira, Carlos Gomes Bezerra, que se sobressaiu aos demais políticos mato-grossenses, paradoxalmente defendendo interesses populares (os posseiros da Fazenda Floresta) e de grandes proprietários, ao reivindicar a regularização fundiária no Estado (na verdade, regularizar grilos sobre territórios indígenas no norte do Estado recém dividido).

A orientação jurídica dada aos posseiros da Fazenda Floresta, e o resultado do processo favorável aos posseiros, teve, como consequência, o reconhecimento destes e dos outros segmentos populares da cidade sob a forma do voto, por muitos anos seguidos:

*“Houve em 1982 uma passeata dos posseiros da Cascata na cidade para cumprir promessa feita para que Dr. Carlos Bezerra vencesse as eleições e festejar a vitória quando ele fosse eleito prefeito de Rondonópolis”*²³⁴

Tida pela elite política como uma liderança hábil²³⁵, tratou de ampliar sua influência no meio popular. De acordo com Oliveira,²³⁶ para preparar seu plano de governo, Carlos Bezerra percorreu bairros e vilas, na zona urbana e rural, fazendo reuniões, “ouvindo” o povo. Nesse processo, ele acabou estimulando a criação de associações de moradores de bairros, e reativando as já existentes.

Para Moura,

²³¹ - MORENO op. Cit p. 247

²³² - Instituto de Terras de Mato Grosso, criado em 1975, mas aberto ao público em geral em 1978.

²³³ - Quando da divisão territorial, o Estado de Mato Grosso foi indenizado pela União, por conta das perdas econômicas, resultante da separação do centro econômico, representado pelo sul Estado, hoje Mato Grosso do Sul. Sobre a divisão territorial do Estado de Mato Grosso, consultar Jovam Villela da Silva, **A Divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica**. Cuiabá. EDUFMT. 1996

²³⁴ - MOURA, op. cit p. 103

²³⁵ - A administração do PMDB, eleita em 1982, encontrou uma rede de ensino com atendimento precário, tanto em materiais como em recursos humanos. A Educação se tornou uma das prioridades do prefeito eleito e de sua equipe de trabalho. Santos, Marlene S. de O. op. cit p.88. A pesquisa de Santos, versa sobre o sistema educacional no município de Rondonópolis, e, para nós, comprovou a prática do clientelismo da administração Carlos G. Bezerra; De passagem, demonstra como este político aproveitou os resultados de sua administração para ampliar e consolidar raízes de dominação política.

²³⁶ - OLIVEIRA, Tânia Maria de. Op. cit p.41

“Os núcleos rurais da Cascata e de toda zona rural de Rondonópolis, juntamente com as associações de moradores de bairros da cidade constituíram uma forte base política e eleitoral que garantiram a base da vitória do então prefeito [de Rondonópolis] ao governo do Estado. Por outro lado, inaugurou uma prática de discussão e participação de vários setores da população, até então inexistentes.”²³⁷

Durante o primeiro mandato de prefeito, dotou a Secretaria Municipal de Assistência Social da competência de articular os movimentos comunitários, criando e mantendo associações de moradores de bairros.

Como estratégia para manutenção do prestígio e poder adquirido, procurou tornar-se popular no exercício do poder; prezou e zelou da própria imagem; elegeu um arquiinimigo (a tradicional oligarquia agrária mato-grossense); afastou-se dos aliados quando não precisava mais deles, adquirindo por esta postura a pecha de populista²³⁸.

Mas a duração do “mito”²³⁹ político foi questionada pelo eleitorado cativo. Nas últimas eleições ele não conseguiu assumir cargo eletivo depois de vinte e oito anos de atuação direta (parlamentar e executiva). É possível que isso tenha ocorrido porque, magoada por causa de uma “traição” política (aliança eleitoral com o arquiinimigo), a massa popular o tenha abandonado. Também não tem conseguido fazer sucessores de destaque na administração municipal, embora o partido sob sua liderança nunca tenha deixado de compartilhá-la com outros partidos, na aceitação de cargos de primeiro, segundo e terceiro escalões, em função da aritmética eleitoral.

3.3 – Ação ambígua da Igreja Católica

Diante desse contexto de pobreza, miséria, desemprego crescente, crescimento contínuo e crescente de um modelo concentrador de renda e de terra, busca de promoção pessoal e poder de agentes políticos, a Igreja Católica teve uma participação ambígua, na medida em que contribuía para a promoção social da população pobre ao mesmo tempo em que apoiava o poder público, aproximando-se de agentes do sistema político, os quais em grande parte contribuíram para a viabilização do projeto capitalista na região.

Algumas situações peculiares exemplificam a participação ambígua da Igreja Católica na formação do sistema político de Rondonópolis:

²³⁷ - MOURA, op cit p.161

²³⁸ - MOREIRA, Jucineide. Op. Cit p.67

²³⁹ - Na verdade, este ator social, não cabe o reconhecimento de Mito, conceitualmente falando, pois apesar de ter desenvolvido algumas características personalistas, não adquiriu a maior delas que é o reconhecimento nacional e a duração no tempo.

- a) Presença do bispo na sessão solene da Câmara Municipal em que são homenageados e recebem o título de cidadãos rondonopolitanos, representantes do Banco do Brasil, órgão que beneficiou diretamente os grandes proprietários de terras – No ato a é saudada pelos vereadores, a instalação da nova agência bancária²⁴⁰;
- b) No caso da Gleba Cascata, o padre Dionísio, apoiou isoladamente posseiros, não obtendo o apoio coletivo dos padres da diocese e do bispo D. Osório Stoffel, que se manifestou publicamente a favor dos posseiros apenas no final do conflito²⁴¹. No entanto, no decorrer da década de 1980/1990, o bispo passou a apoiar a ação da CPT – Centro Pastoral da Terra, nos conflitos pela posse da terra na região, conforme depoimento de Baltazar de Melo, representante dessa pastoral na Diocese de Rondonópolis, até meados dos anos de 1990²⁴².
- c) Apoio “velado” a agentes do sistema político, pela atuação deles em pastorais, e em troca de assistencialismos.

A estratégia de conciliação com o poder público permitiu à Igreja obter maiores recursos para a comunidade. A atuação mais expressiva do pároco Lothar Bauchorovitz, como já se disse anteriormente, e que há pelo menos vinte e cinco anos o faz **sistematicamente**, desde que assumiu o controle da paróquia.

Inicialmente para a região da Vila Operária, e depois estendida para toda a cidade, a conciliação entre a Igreja Católica e o poder público, tem sido estratégia para:²⁴³

- a) Conseguir “roupas agasalhos, sapatos, remédios, leite, etc.” para a comunidade²⁴⁴;
- b) Construção, até fevereiro de 2005 a Cáritas construiu 2092 casas para famílias carentes da cidade e 32 creches sendo uma em Jaciara; nas creches as crianças recebem alimento e ensino de pré-alfabetização. A despesa com as creches atualmente é de 80 mil reais, e a prefeitura contribui com apenas 20 mil. O restante dos recursos vem da Alemanha, via Caritas Prelaticia Diocesana. Também está sendo mantido um convênio com o governo federal para a assistência escolar
- c) Criação de granjas caseiras, funcionando sob a direção da Cáritas Prelaticia, na pessoa do Pe. Lothar;

²⁴⁰ - Ata do dia.29/06/1971.

²⁴¹ - Para este assunto, consultar MOURA, Carmem L. Itaborahi.

²⁴² - Entrevista concedida em fevereiro/2005. Baltazar de Melo é citado na pesquisa de Moura: à época, ele desenvolvia um programa de saúde preventiva junto aos posseiros da Fazenda Floresta, motivo que nos levou a procura-lo para o desenvolvimento da pesquisa empírica. A partir da presença no conflito, este senhor iniciou sua trajetória na política de Rondonópolis, tendo sido membro ativo de movimentos sociais, ligados à saúde, aos Direitos Humanos, representante da Pastoral da Terra e , e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em Rondonópolis.

²⁴³ - Entrevista concedida pelo Pe. Lothar em fev/2005.

²⁴⁴ - BARBOSA, Op. Cit. p.12.

- d) Funcionamento, com recursos provenientes da Alemanha, do Centro Agropecuário Municipal, com a assistência dos engenheiros da Prefeitura, em 1984. Teve curta duração. Jornal A Tribuna em 27/01/1985.
- e) Construção de privadas, em convênio com o Centro Social João XXIII, primeira etapa de um programa de combate às verminoses; na etapa seguinte, ofereceram palestras sobre higiene, exames de fezes e compra de vermícidias.²⁴⁵
- f) Curso de alfabetização para adultos (14 turmas em formação no momento, mantidas com recursos do Estado e doações vindas da Alemanha).
- g) Criação do CONDIVO – Conselho de Desenvolvimento Distrital de Vila Operária, em 1977, fomentando a criação de associações de bairro em outras partes da cidade..
- h) Há 30 anos a igreja mantém com ajuda da prefeitura, um albergue noturno, que oferece janta e café da manhã e andarilhos; quando é possível, encaminha-os a um emprego.
- i) Trabalho com jovens e adolescentes, mulheres, clubes de mães, idosos, dependentes químicos, em vários bairros da cidade, em parceria com inúmeras entidades, envolvendo a conscientização de direitos e proteção.
- j) Ajuda na compra de lotes, resultando num total de quase mil famílias atendidas, por meio da Caritas Prelaticia Diocesana.
- k) Atendimento aos índios bororós, mais recentemente, incentivando a agricultura familiar.
- l) Durante alguns anos, manteve um banco de remédios- com finalidade de aviar de receitas médicas emitidas em postos de atendimento público, e para pessoas de baixa renda.

Na década de 1960/70, a Igreja Católica teve papel expressivo na organização popular, contra o regime militar e na reivindicação de melhoria das condições sociais de sobrevivência da população pobre, a nível nacional e internacional.

A atitude da Igreja, amplo modo, era resultante de uma relação histórica de disputa pelo poder entre ela e o Estado brasileiro. Imediatamente, refletia o conflito entre as autoridades militares e a hierarquia religiosa pela libertação de membros do clero, religiosos e religiosas, leigos ligados à hierarquia e parentes diretos de alguns bispos, vitimados pelas prisões arbitrárias e pela tortura.²⁴⁶ O posicionamento da Igreja frente ao crescente atentado contra os direitos humanos (dos seus quadros e em geral), e a preocupação com causas sociais específicas, resultou entre outras ações, na criação de inúmeras unidades cristão-católica, denominadas CEB'S (Comunidades Eclesiais de Base), por todo o país, inclusive em Rondonópolis²⁴⁷.

Em Rondonópolis, a criação das CEB's se deu num outro contexto político, no período de “transição democrática” (meados da década de 1980), praticamente fora do perigo que existiu nas grandes cidades, ou em áreas de conflitos oriundos da questão agrária no Nordeste. Esse momento

²⁴⁵ - Jornal A Tribuna 16/04/1973.

²⁴⁶ - AVELAR e CINTRA (orgs), op. Cit. p.321

²⁴⁷ - As denominadas Comunidades Eclesiais de Base, foram criadas em Rondonópolis na década de 1980.

representava um período de efervescência política na cidade de Rondonópolis: a criação de inúmeras associações de bairro, criadas quase que de “cima para baixo” pelos partidos políticos²⁴⁸; as CEB’s também criadas por “decreto religioso”²⁴⁹, a criação de diversas pastorais, de associações e entidades de classe e de partidos políticos. Não raro, uma mesma pessoa ou grupo de pessoas estava presente em todas essas entidades²⁵⁰, refletindo na continuidade da formação do pensamento conservador e autoritário do sistema político de Rondonópolis.

De acordo com informações prestadas por Baltazar de Melo, o programa de assistência médica desenvolvido pela prefeitura municipal, a partir de 1982, deu-se em cima de uma experiência que já vinha sendo feita pela Igreja Católica na zona rural e em alguns bairros carentes da cidade, desde 1978, baseado na aplicação de medicamentos manipulados homeopaticamente.²⁵¹

A igreja, formadora das comunidades eclesiais de base, ligada à Pastoral da Terra, da Saúde e dos Direitos Humanos, teve grande participação na organização e assessoramento dos movimentos sociais em Rondonópolis, especialmente dos trabalhadores urbanos.

Através do CDDH e das diversas pastorais, deram orientações e cursos de formação aos líderes sindicais. Em 1986, foi fundada a Pastoral de Direitos Humanos, que após dez anos foi constituída numa entidade jurídica autônoma, mas mantida financeiramente pela Cáritas Prelática Diocesana. Esta entidade, executou um projeto de formação e assessoria sindical. Recebeu a contribuição de professores e alunos universitários, que acumulavam a função de assessoria jurídica, de agentes de pastoral e militante de sindicatos, além do partido político.

3.4 – Movimentos Sociais

Movimento social é toda movimentação de grupos ou coletividade que fazem parte da sociedade global, e que de alguma forma age no sentido de reformar ou manter a ordem estabelecida. Apresentam-se como contestatórios, reformistas e em alguns casos alternativos. Historicamente, são eles que, minimamente promovem a base para as transformações no médio e longo prazo.

Os movimentos sociais estão vinculados a um contexto histórico, e tem como característica principal o questionamento da realidade na qual se inserem. De acordo com os sociólogos, são mais característicos da sociedade moderna, e apresentam-se sob várias formas, sendo que o que permite diferenciá-los, é o seu conteúdo.

Os movimentos sociais brasileiros se inserem numa realidade de país “dependente”, “Subdesenvolvido”, de “Terceiro Mundo” ou “em desenvolvimento”, conforme o período histórico e

²⁴⁸ - O sr, Wilson nos disse que a equipe do PMDB convocava algumas pessoas para uma reunião no bairro, e questionavam se eles queriam formar uma associação. Se a resposta fosse positiva, eles viabilizavam-na

²⁴⁹ - As CEB’s foram instituída pelo pároco, que contrariando o “projeto original”, deveria ser de iniciativa popular, mediante as carências materiais da comunidade, ainda que coordenadas pela Igreja, revelando o autoritarismo político da mesma.

²⁵⁰ - A minha participação na Pastoral da Juventude me permitiu ter essa visão, de modo que fui testemunha ocular ao menos de parte desse contexto.

²⁵¹ Entrevista concedida em fev/2005.

a abordagem sociológica, diferenciando-se quanto a sua natureza organizativa, estratégias de luta e objetivos sociais e políticos²⁵².

Para efeito de estudo, delimitamos os movimentos sociais em movimentos sociais urbanos e rurais, devido ao recorte histórico proposto, mas reconhecendo que, no caso da realidade histórica brasileira, os movimentos sociais estiveram presentes anteriormente na formação social indígena, e se sobressaíram a partir da colonização européia, quando os indígenas passaram a elaborar estratégias de resistência aos colonizadores europeus. O movimento de resistência popular geral se ampliou a partir do tráfico humano de negros africanos. Estes não se limitaram a resistir e contestar, mas propuseram uma alternativa de sociedade, inclusiva para brancos pobres e índios: os quilombos²⁵³.

A delimitação de movimentos sociais urbanos e rurais, no caso da história política Rondonópolis, deu-se mediante o contexto da forma de apropriação da terra devoluta e sua transformação em propriedade pública e privada, através de política fundiária desenvolvida pelo estado. Na continuidade de um processo de formação social econômica e política global, foi gerado um modelo concentracionista de renda e de poder político local, resultante e resultado dos movimentos sociais, rurais e urbanos.

Os movimentos sociais contemporâneos têm uma base democrática e, historicamente, a organização social que mais tem se aproximado da democracia plena, é o movimento social de base popular.

Feix²⁵⁴ estudou a organização de movimentos sociais rurais em Rondonópolis, concluindo que:

“Quanto a sua organização, os movimentos sociais criaram uma estrutura orgânica maior ou menor, dependendo dos objetivos estabelecidos; a democracia interna também é muito variada (...) se diferenciam tanto quanto as articulações internas, entre os movimentos como também quanto às articulações com a sociedade civil em geral, os partidos políticos e o estado (...) a luta política ideológica também diferencia os movimentos quanto a sua relação com o Estado, pois eles desenvolvem uma postura mais oposicionista ou mais situacionista, bem como mais autônoma ou mais atrelada aos órgãos públicos. Além disso, há diferenças entre movimentos sociais populares do campo e os urbanos.”

²⁵² - Gonh, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Loyola. 2002.. São Paulo: Loyola. 2002

²⁵³ - As diferentes características que os movimentos sociais sofreram ao longo da história e nos diferentes espaços territoriais, consultar Gonh, Maria da Glória. Op. Cit.

²⁵⁴ - FEIX, Plínio José. **Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis**. Campinas/SP: UNICAMP:2001. Dissertação de mestrado.

O surgimento e expansão dos movimentos sociais no campo, na região de Rondonópolis, estão em grande parte relacionados aos problemas sociais gerados pela estrutura fundiária concentrada e pelo processo de modernização da agricultura. Já os movimentos sociais urbanos resultaram dos problemas sociais engendrados pelo acelerado processo de urbanização, pelo qual passou o município durante os anos 70 e 80. A aceleração do processo urbano foi resultante de dois fatores: o êxodo rural local, provocado pela modernização da agricultura na região, e pela intensificação das migrações, geradas pela expulsão de trabalhadores de Rondonópolis, pelo Capital Mercantil e expulsão de trabalhadores de várias regiões do país, sobretudo das regiões Nordeste, Sul e Sudeste. A aceleração temporal²⁵⁵, é a marca mais forte da História de Rondonópolis devido a sua incorporação ao desenvolvimento econômico brasileiro, durante a fase da *Substituição das Importações*. A aceleração do processo urbano é, pois, um desdobramento daquela.

3.4.1 - Movimentos Sociais Urbanos (MSU)

Os movimentos sociais urbanos em Rondonópolis, ao menos com relação ao quadro de dirigentes, basicamente foi formado por ex-militantes de pastorais da Igreja Católica.²⁵⁶

Devido ao peso histórico da Igreja no Brasil e, mais especificamente, às diretrizes de ação da Igreja Católica em nível de América Latina, a presença de representantes católicos nos Movimentos Sociais Urbanos (MSU), imprimiram um caráter parcialmente conservador a esses movimentos, transformando-os em fonte formadora de lideranças políticas para a Câmara de Vereadores, especialmente de lideranças populares²⁵⁷. Essa parece ter sido uma característica geral dos movimentos sociais dos anos 1970 em diante em todo o Brasil²⁵⁸.

Dada a complexidade das cidades modernas, e de “urbanização terciária” como no caso de Rondonópolis, dos múltiplos interesses nelas existentes, baseados na

²⁵⁵ - NASCIMENTO, op. Cit.

²⁵⁶ - Entrevista concedida pelo ex- líder comunitário e atual vereador Valdir Clemente, em março/2005. Consultar também Naldson Ramos da Costa, obra citada.

²⁵⁷ - Embora os cargos do executivo historicamente tenham sido ocupados por candidatos de Classe Média-Média e Média-alta, a Câmara de vereadores foi mais equilibrada em termos de representação de classe, ao menos formalmente.

²⁵⁸ - AVELAR e CINTRA, 2004. Obra Citada.

presença de das classes sociais, houveram diversas manifestações de movimentos sociais urbanos entre os anos de 1970 e 2000. Existiram os movimentos dos segmentos sociais de elite e os ligados aos interesses mais imediatos e cotidianos dos trabalhadores, correspondendo a reivindicações por melhores condições de transporte, melhores equipamentos de saúde, lazer, habitação, etc, movimentos esses de caráter contestatório, de negação das políticas sociais e econômicas vigentes; que pressionaram no sentido da reorientação dos investimentos sociais para que houvessem condições mínimas de reprodução do trabalhador²⁵⁹. Um dos mais expressivos MSU de Rondonópolis foi o movimento comunitário de bairro. Em Rondonópolis, a extensão da miséria e da pobreza eram elevadas. Neste sentido, várias mobilizações ocorreram por motivo da extrema carência, como a luta por moradia.

A) Movimento Social Comunitário - Associações de Moradores de Bairro²⁶⁰

A existência das Associações de Moradores de Bairro tem sua origem nas SAB's – Sociedades de Amigos de Bairro, criadas na década de 1950, em São Paulo, depois que o então vereador Jânio Quadros patrocinou as primeiras iniciativas nesse sentido. Durante o governo de Jânio Quadros, elas passaram a adquirir características de movimentos reivindicatórios, passando a se ligar a alguns movimentos político-partidários durante o Regime Militar, e recebendo influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e pastorais urbanas, expandindo-se enormemente²⁶¹.

A reivindicação popular de uma infra-estrutura mínima de serviços públicos, como a instalação de energia elétrica, saneamento básico e abertura e manutenção de ruas foram os principais moveis para a emergência do movimento comunitário e para a fundação de associações de moradores de bairro em Rondonópolis, cidade caracterizada por “vazios urbanos”.

Em Rondonópolis, as associações de moradores de bairro na cidade, começaram a surgir no final da década de 1970. Uma das primeiras associações de bairro foi a Associação de Amigos de Bairro JAMBRAPI, (em 1978) que congregava três bairros (Jambalaia, Brasília e Pioneiro). Esse movimento comunitário segundo o Sr. Valdir Clemente, foi idealizado para ser mais do que uma simples associação de moradores; deveria ser constituída de amigos do bairro. Assim, a partir da contribuição financeira de muitos moradores, quantia irrisória, segundo ele, a associação conseguiu se firmar e manter por algum tempo o atendimento médico à comunidade, através do “ambulatório de atendimento ao bairro”, pagando uma agente com formação mínima na área da saúde e que ficava à disposição dos moradores. Conseguiram também, com a contribuição financeira dos

²⁵⁹ - SCHIMIDT, Benicio e FARRET, Ricardo. **A questão urbana**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1986.

²⁶⁰ - Para GOHN (2002), quando ocorre a institucionalização do movimento social, ele passa a fazer parte de um campo mais amplo de apoio aos movimentos sociais como uma organização social. Como é o caso da associação de moradores de bairro, que faz parte do movimento social comunitário.

²⁶¹ - Schimidt e Farret, op. Cit.

moradores (“caixinha”), construir casas sob o regime de mutirão, e um “bolichão comunitário”: a mercadoria era comprada com as contribuições e revendidas a preço de custo; montaram o projeto da mini-fossa, para a captação de *água servida*, evitando que ela corresse a céu aberto, prejudicando a saúde dos moradores. O movimento objetivava, ainda, a conscientização dos moradores pela melhoria do bairro, mas também pretendia induzir o morador a contribuir com comunidade, mas de forma alguma desobrigar o estado de suas funções; cada qual fazia a sua parte²⁶².

Em 1977, foi criado o **CONDIVO**- Conselho de Dirigentes Comunitários de Vila Operária, organizado por populares sob a coordenação da Igreja e que reunia lideranças comunitárias do bairro de Vila Operária, que desde o final da década de 60 vinha recebendo grande fluxo de moradores, pobres em sua maioria.

O quadrilátero central de Vila Operária, foi ocupado por ex-colonos das colônias públicas Macaco e Campo Limpo, e pelos primeiros migrantes de outros estados e mesmo da região, mas com objetivo de fixar-se na área urbana (a Prefeitura doou os lotes aos moradores do quadrilátero central, conforme previsto no projeto de fundação da Vila).

Como a área reservada para a construção da Vila, em 1955, foi pequena para o fluxo que a cidade recebia a partir de 1970, o excedente populacional foi ocupando de forma desordenada as imediações. E como tanto o centro como as imediações da vila, que gradativamente foi aumentando seu território pelas ocupações, não possuía energia, redes de água e luz e transporte, a Igreja Católica organizou lideranças que pudessem pressionar o poder público para consegui-las, através de um embrião de sociedades de bairro – o CONDIVO ²⁶³.

A criação de associações de moradores de bairro seguiu um ritmo lento, tendente ao crescimento até mais ou menos 1981, quando existiam aproximadamente 10 associações. A partir de então o movimento passou a ter uma orientação mais próxima da política partidária²⁶⁴ e, como desdobramento da interferência partidária e do poder público, ao final de 1983 já existiam aproximadamente oitenta associações existentes nas vilas urbanas e 18 nas vilas rurais.²⁶⁵

A oposição à criação “deliberada” de associações de moradores pelo poder público municipal, levou lideranças comunitárias mais antigas, com experiência de participação em movimentos sociais desse gênero em outro Estado (SP), e partidariamente contrários à gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a liderarem a criação de uma entidade maior, que congregasse as várias associações de moradores de bairro da cidade, já fundadas. Para eles, esta seria uma forma de controlar a interferência e o encaminhamento dado por partidos políticos e pelo poder público ao movimento comunitário²⁶⁶, especificamente, pelo PMDB.

²⁶² - O Sr. Valdir Clemente foi líder comunitário, e nos disse que hoje está vereador por causa do nome de uma rua: mobilizou o bairro para que a denominação de um logradouro não fosse imposta arbitrariamente, mas que a comunidade deveria ser consultada para tal. (???) , É um dos fundadores da URAMB. Entrevista concedida em março/2005.

²⁶³ - Note-se aqui, a iniciativa e a autonomia populares.

²⁶⁴ - O sr. Wilson F. Lemos considera que o movimento comunitário passou a existir de fato quando, pela interferência político partidária, varias associações foram criadas quase que simultaneamente, a partir da gestão municipal do PMDB, entre 1982 e 1986.

²⁶⁵ - Oliveira, Tânia Maria, op. cit.

²⁶⁶ - Entrevista concedida em março/2005, pelo Prof. Benedito Libâneo, um dos fundadores da URAMB de Rondonópolis.

Em 1982, foi fundada a União Rondonopolitana de Associações de Bairro-URAMB, filiada à Confederação Mato-grossense de Associações de Moradores Bairro-COMAB. Esta última filiada à Confederação Nacional de Associações de Moradores –CONAM.

O movimento que organizou a URAMB, tinha em seus quadros, opositoristas à gestão municipal do PMDB.

Em 1984, criação da Secretaria de Ação Comunitária, sob a coordenação de um líder peemedebista, Geraldo Magela, teve, entre outras, a função de agilizar organização e manutenção das associações de bairro²⁶⁷, mantendo-as atreladas ao Poder Público.

O movimento comunitário em Rondonópolis, desde a década de 1980, têm a participação de lideranças, principalmente, pessoas que representam outros tipos de movimentos sociais, principalmente os ligados a sindicatos e partidos políticos.

Os conflitos políticos partidários existentes no seio desse movimento, levou à criação de uma outra entidade com o objetivo paralelo de congregar entidades da zona oeste da cidade, sob o argumento de que a URAMB marginalizava esta área por questões políticas partidárias. Foi, então criada em 1998, a UNISAL – União das Associações de Moradores da grande Região de Vila Salmem, que na prática rivaliza com a URAMB.

Os números são desencontrados, pois cada entidade “puxa a brasa” para seu lado, mas estima-se que a UNISAL reúne aproximadamente trinta associações de moradores, e a maioria deles localiza-se na zona oeste. Como o critério para a filiação e/ou desfiliação de associações de bairro a essas entidades maiores é o pessoal e o político partidário, a UNISAL tem bairros filiados em outras áreas da cidade.

Desde a fundação, a UNISAL sofre pressões externas (das federações e da própria URAMB) para não ser reconhecida como representante legítima desse grupo de quase trinta associações de moradores de bairro. Percebe-se, no entanto, que o que prevalece de ambos os lados é o autoritarismo, a necessidade de burocratização e a disputa de poder pelo comando do movimento comunitário, perpassado pelo interesse político partidário, ainda que estejam presentes as boas intenções das lideranças.

Um fato curioso do movimento comunitário ocorreu em 1998, quando foi criada uma associação de moradores de bairro numa área nobre da cidade, liderada por um engenheiro e representante do ramo imobiliário. A associação foi criada visando melhorar a aparência do bairro e valorizá-lo, pois segundo consta, tem hoje o metro quadrado mais caro da cidade²⁶⁸. Os moradores de início se dispuseram a contribuir com uma cota para a limpeza de terrenos baldios e para ajuntar os entulhos. O presidente da entidade, bem situado no meio político, conseguiu da Prefeitura o compromisso de que ficaria uma “caçamba” à disposição dos moradores, e que uma vez por semana esse caçamba com entulho seria recolhido com seus caminhões (afora o serviço rotineiro de coleta de lixo doméstico). Os impostos atrasados dos lotes foram negociados (em troca a associação comprou

²⁶⁷ - Naldson Ramos da Costa (1998), op. Cit, p.94.

²⁶⁸ - Essa situação, mais que uma característica do movimento comunitário, revela a possível existência do clientelismo pelo alto. Revista A Tribuna – Especial de fim de ano. Rondonópolis. Gráfica A Tribuna. Dez/2004. p.16.

material de iluminação para as ruas, que foram instalados pelo setor público mesmo). O acordo da associação foi firmado com o ex-prefeito, Dr. Alberto e continuado pelo prefeito seguinte.

Pudemos observar, no breve relato acima, como o movimento comunitário, autônomo no começo, foi-se aproximando e se relacionando com o sistema político rondonopolitano, como que não resistindo à sua presença e chamamento.

A associação teve atividade efêmera, pois segundo o ex-presidente²⁶⁹, a prefeitura não deu continuidade ao acordo (segundo ele já estava se misturando com política partidária), e os moradores não demonstraram preocupação maior em continuar colaborando.

B) Movimentos de ocupações urbanas, auto-construções, invasões de casa populares e regularizações fundiárias (Movimento dos Sem-Teto)

As ocupações urbanas começaram acontecer paralelamente à formação das colônias públicas e privadas, após 1947.

O fluxo migratório se dirigia predominantemente para a zona rural, mas nas imediações do centro do distrito de Rondonópolis, algumas ocupações em terrenos devolutos da reserva pública municipal, já vinham acontecendo.

Após a emancipação em 1953, o prefeito eleito Daniel Martins de Moura tratou de regularizar alguns lotes urbanos, já que uma das rendas da Prefeitura provinha da venda desses lotes.

Conforme a população crescia nos anos de 1950/60, o número de ocupações aumentava, visto que uma pequena parte de migrantes objetivava a fixação no meio urbano, porque já estava sendo expulsa do meio rural, em vários casos. Mas foi na década seguinte que a situação se agravou, porque a atuação do Poder Público foi paliativa e pouco extensa, frente a demanda por lotes e moradias que passou a existir, devido ao aumento acelerado da população de baixa renda.

Ilustrando o movimento de ocupações urbanas na década de 1970, extraímos do Jornal A Tribuna uma nota de 25/09/2005, comunicando que às margens do Ribeirão Arareau e Canivete, 21 famílias que ocupavam o local **há pelo menos 10 anos** denunciavam a possibilidade de serem expulsas, pois aquele terreno era área de funcionamento também do Centro Agropecuário de Rondonópolis e de propriedade do Sindicato do Produtor Rural. O líder do grupo de posseiros urbanos solicitava aos políticos e autoridades competentes que ajudassem as famílias, pois estavam ali havia anos, com a maioria deles explorando o barro do local para fabricar tijolos, que era a maneira de obter o sustento das famílias.

Ocorreram ocupações com regularização fundiária posterior em várias áreas da cidade.

Nos anos de 1970, as ocupações aconteceram de forma mais individualizada que nos anos de 1980, quando havia uma disponibilidade maior de áreas da reserva pública municipal.

Através de análise do Sumário de Leis da Câmara Municipal, foi possível detectar essa mudança de modalidade das ocupações urbanas. A doação de lotes pequenos em áreas diferentes da

²⁶⁹ - Entrevista concedida por importante empresário do setor imobiliário em março/2005. Não quis se identificar.

cidade, refere-se a doações individuais, e foi mais comum até os anos 80. A partir de então, acontece a desalienação de áreas maiores e destinada à regularização de vilas inteiras, caracterizando a ocupação coletiva²⁷⁰.

Assim, na década de 1990, o fenômeno foi mais conflituoso, e também tornou-se mais problemático o processo de regularização, pois as áreas da reserva municipal já estavam praticamente esgotadas, e não havia uma proposta de política habitacional consistente para sanar essa questão social.

Essas ocupações às vezes se deram em propriedades particulares, para forçar o poder público a encaminhamento de soluções²⁷¹.

A ocupação coletiva de conjuntos habitacionais ocorreu no final dos anos de 1980 e no decorrer dos anos de 1990 (sucessivamente, Jardim Atlântico I e II, Jardim Europa e Conjunto Residencial Marechal Rondon, sendo que esta última, em vias de se concretizar, foi impedida por ação da polícia).

Nos anos de 1990, aconteceu a criação do Movimento dos Sem-Moradia, organizando e liderando a ocupação de diversas áreas espalhadas pela cidade²⁷².

O fenômeno das ocupações urbanas foram característicos de períodos pré-eleitorais, praticamente, e chegou a projetar politicamente algumas lideranças, que em muitos casos se acomodaram em cargos na administração pública. Nesses casos, revela-se novamente a elasticidade e a capacidade de absorção do sistema político rondonopolitano. Entretanto, há que se considerar que em vários episódios não ocorreram cooptação de lideranças, o que propiciou certa autonomia aos movimentos. Devemos notar que nesses movimentos mais independentes, várias características populares estiveram presentes, tais como: união de propósitos, solidariedade, combate, reciprocidade, etc.

C) Movimento Sindical: associações e sindicatos

Até o início dos anos de 1980, haviam poucas entidades representativas de classe na cidade.

Em 1955, foi fundada a Associação Comercial de Rondonópolis. Dois anos mais tarde, em 1957, foi criado o Sindicato dos Varejistas de Rondonópolis, sub-sede de Cuiabá, e o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Imobiliário (fundado por militantes do PCB, foi fechado durante a Ditadura Militar; e refundado em 1986/88). O serviço de filantropia dirigido a uma parte da população pobre que vinha sendo desenvolvida pelas igrejas, pode contar a partir de 1962, com a fundação de uma associação *Lions Club*, entidade que abrigava diversos profissionais liberais.

Em 1966, a associação de trabalhadores rurais recebeu carta sindical; em 1967 foi a vez do Sindicato Rural patronal.

Na década de 1970, outras associações de classe foram formadas como a Associação de Imprensa Falada e Escrita e o Sindicato dos Motoristas.

²⁷⁰ - Fonte: Sumário de Leis da Câmara Municipal de Rondonópolis 1953-2003.

²⁷¹ - Sobre esse fenômeno, consultar periódicos da UNISAL e Jornal A Tribuna., Passin. Entrevista com lideranças do movimento comunitário revelam-no.

²⁷² - Sobre esse assunto, consultar Ferreira, op. Cit.

Em 08/04/1980, a lei n.º tornou de utilidade pública, a Associação dos Contabilistas; da mesma forma, a lei n.º 711 de 20/06/1980, tornou de utilidade pública a Associação de Professores da Região Sul-Matogrossense – APRESMAT.²⁷³

A maioria de associações e sindicatos que vinham se formando até o início dos anos 1980, eram do segmento patronal. Do segmento dos trabalhadores, elas se restringiam mais aos profissionais liberais.

As entidades representativas de trabalhadores tinham a característica de serem pouco contestatória e reivindicativa, em parte devido ao contexto de Ditadura Militar. Em 1982, a APRESMAT unindo-se aos professores do Estado deflagrou uma greve reivindicando reajuste salarial. A movimentação foi repetida em 1984²⁷⁴

A movimentação de caráter sindical de trabalhadores urbanos não-ligados ao setor público em Rondonópolis, passou a ocorrer com maior intensidade e representatividade de 1985 em diante²⁷⁵.

A par de outros tipos de organizações que já vinham sendo vivenciadas ao longo da história de Rondonópolis, como as relativas às melhores condições e de direito à moradia, de direito pela posse e permanência na terra, no meio urbano o sindicato passou a se constituir como meio privilegiado de luta contra as arbitrariedades existentes no âmbito do trabalho. Melhores salários, redução de jornada, estabilidade no emprego eram as maiores dificuldades.

O movimento social sindical surgiu com mais força num contexto de crescimento econômico e urbano de Rondonópolis e em que os interesses dos trabalhadores não estavam sendo contemplados. A modernização da agricultura expandiu as atividades urbanas: atividades financeiras, expansão do setor energético, educacional, de saúde. Em 1990, existiam cerca de 14 agências bancárias, havendo a necessidade de contratação de mão de obra especializada (com escolaridade mínima de 12 anos).

O setor da construção civil, que não tinha nenhuma exigência de escolaridade, também cresceu em número de trabalhadores, e na organização sindical.

Conforme Costa²⁷⁶, após 1988, em Rondonópolis, o movimento sindical expandiu para outras categorias, inclusive para o setor público municipal e estadual, que eram apenas associações. Para esse processo, contribuiu a desburocratização no processo de fundação de sindicatos, dispensando a autorização do Ministério do Trabalho.

A emergência de diversas organizações sindicais nesta década foi resultado da diversificação do setor produtivo, que passou a exigir a contratação de mão de obra diversificada e especializada.

A expansão das lutas sindicais se deu com a criação de vários sindicatos no período de 1986-91, por causa das condições de trabalho, do arrocho salarial, associado às condições políticas

²⁷³ - Sumário de Leis da Câmara Municipal, 1955-2003.

²⁷⁴ - Esse movimento contribuiu para o processo de luta pela gestão democrática nas escolas públicas estaduais de Mato Grosso refletiu na organização sindical dos professores do ensino público. Sobre isso consultar SILVA, Rose Cléia Ramos. **Conselho Deliberativo da comunidade escolar: esperanças, conquistas e ilusões**. PPG/EDU/UFMT. Cuiabá-MT. 2002. Dissertação de Mestrado.

²⁷⁵ COSTA, Naldson Ramos. **Trabalhadores Urbanos em Rondonópolis: história, luta e organização (1985-1991)**. PPG/ICHS/UNESP-Araraquara. 1997. Dissertação de Mestrado.

²⁷⁶ - COSTA, obra citada.

favoráveis no momento²⁷⁷. A maioria das categorias que tinham a intenção de se organizar em sindicatos ou associações, procuraram o apoio dos bancários porque que eles já tinham experiência sindical resultante da organização da categoria dos bancários em 1985/86, e porque continham nos seus quadros, militantes de partidos políticos interessados na organização social dos trabalhadores²⁷⁸.

Um dos resultados positivos da organização sindical no período, foi a união de mais de 20 categorias, entre associações e sindicatos na reivindicação da instalação da Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho. Até aquela data, 1989, só havia a delegacia do Trabalho, e com autonomia para emitir apenas multas; não tinha autonomia para obrigar o pagamento de direitos trabalhistas e contava com o trabalho de poucos fiscais.

Dentre as varias categorias profissionais que se organizaram sob a coordenação do sindicato dos bancários, estão, Sindicato dos empregados no comercio de Rondonópolis (1989);Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário de Rondonópolis (1989)Sindicato dos trabalhadores na industria de alimentação de Rondonópolis e região (1991); sindicato dos trabalhadores no Comercio de Minérios e derivados de Petróleo de Rondonópolis (1988); Sindicato dos empregados nos estabelecimentos de saúde (1988); Sindicato dos Trabalhadores nas industria metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico, eletrônico e similares, siderurgia, oficinas mecânicas, concessionárias de automóveis, entre outras (1989); Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Rondonópolis – SINTRAMOGIR (1977/1989).

A formação de uma central única de trabalhadores sindicalizados não existiu de forma duradoura, devido a exacerbação de conflitos político-partidários. Durou pouco mais de um ano, e foi uma articulação de sindicalistas, partidos de Esquerda, Igreja católica e Direitos Humanos.

Devemos notar que até mesmo na esfera sindical chegaram as interferências do sistema político rondonopolitano, uma vez que alguns sindicalistas mais notáveis se elegeram por partidos progressistas e de Esquerda, mas infelizmente chegaram a serem tomados por representantes de alguns aspectos deploráveis do sistema político rondonopolitano, assim como procedimentos eleitorais dos mais criticáveis.

D) Movimento Negro – GRUCON e MNR

O Movimento Negro de Rondonópolis (**MNR**) foi fundado em 1991, e refundado em 1997. Tem uma atuação voltada para luta e superação do preconceito, racismo e discriminação contra o negro na sociedade, e trabalha basicamente com professores da rede publica municipal e estadual da Escola Básica, fornecendo subsídios de ordem teórica através de cursos regulares e produção de textos e material de apoio.

²⁷⁷ - COSTA, op. Cit. p.125.

²⁷⁸ - A disputa eleitoral para a composição da primeira diretoria do sindicato dos bancários de Rondonópolis, foi polarizada por bancários militantes do PMDB e PFL. A liderança peemedebista venceu a disputa (Juca Lemos). A partir da militância político partidária e sindical, como o apoio de petistas, no pleito de 1988, elegeu-se vereador, e logo após migrou para o PT. Em associação com esses dois partidos, o sindicato dos bancários contribuiu para a criação de outras entidades sindicais. A ala progressista da Igreja atuou em conjunto.

O Movimento Negro de Rondonópolis, desenvolve há 08 anos uma ação pedagógica preventiva, procurando exercer uma ação junto às escolas públicas, primordialmente, na tentativa de, em primeiro lugar, esclarecer a questão racial brasileira (comprovar a existência do racismo e discriminação contra o negro na sociedade e na própria escola.), solicitando a adesão dos professores e da escola contra o racismo na escola e na sociedade. Seu desempenho não se limita à denúncia. Oferece sugestões pedagógicas no sentido de combater o racismo no ambiente escolar. Aborda conteúdo multiculturalistas propondo relacionamentos de harmonia, respeito, integração e igualdade entre brancos e negros na escola, tanto nas relações horizontais (alunos), quanto nas verticais (corpo docente, corpo técnico administrativo com os alunos). Neste sentido, foram inúmeros os cursos e palestras realizadas pelo MNR, em Rondonópolis nos últimos anos.

A atuação de vários professores negros do MNR, levaram para a sala de aula, tanto a denúncia sobre racismo dentro e fora da Escola Básica, como propuseram também, práticas pedagógicas multiculturalistas e de valorização do negro. Entre esses, cabe relevar a atuação da professora Maria Roseane Nunes de Freitas²⁷⁹, professor Antutérpio Dias Pereira²⁸⁰ e da professora Vilma Pereira de Campos²⁸¹. A inspiração para esse trabalho, adveio, parcialmente, do que se convencionou chamar de Escola Paralela: um movimento pedagógico na área de História, surgido em 1995, na UFMT/Rondonópolis, que sugeria construir alternativamente, gradativamente, um currículo alternativo mais realista e crítico dos programas oficiais, ocupando espaços para tal nas comemorações das grandes efemérides e abordagens de novos temas, entre outros.

Em 2002, por iniciativa da senhora Érika Virgílio R. da Cunha, sr. Fernando de Almeida, respectivamente coordenadora do Departamento de Ensino e Secretário Municipal de Educação, surgiu a oportunidade de se propiciar ao MNR, um espaço de atuação político-pedagógica junto às 3^{as} e 4^{as} séries do Ensino Fundamental. A iniciativa resultou em uma parceria inédita em nosso estado, salvo engano, na qual um movimento social se pôs diretamente em contato com as crianças em processo de alfabetização, de construção de sua formação. Trabalharam como monitores estudantes universitários de História e predominantemente negros.

²⁷⁹ - Professora da rede pública municipal e estadual de ensino de Rondonópolis-MT.

²⁸⁰ - Professor universitário e da rede pública estadual de ensino em Rondonópolis-MT.

²⁸¹ - Professora universitária e da rede pública estadual de ensino em Rondonópolis-MT.

Em parceria, com a Secretaria Municipal de Educação, ministrou curso interno para os professores da rede municipal durante esse período.

O MNR realiza desde 1997, a Semana Zumbi dos Palmares, que é aberto à comunidade em geral, e tem como público alvo, além dos professores da rede pública municipal e estadual, os acadêmicos da UFMT/R.

Em 2003, o MNR apresentou ao Departamento de História/ICHS-R/UFMT, pedido de inclusão das disciplinas História da África e História do Negro Brasileiro, tendo sido aprovado pelo Colegiado de Curso e pelo CONSEPE. Também em 2003, apresentou proposta de inclusão social na UFMT, de alunos brancos pobres, negros pobres e índios (SOBREVAGAS), que foi aprovada, mas aguarda regulamentação até hoje. O MNR realiza, ainda, desde 2004, a Semana da Segunda Abolição, uma programação voltada principalmente para o estudo das religiões afro-brasileiras e para a justificativa das lutas e reivindicações principais dos negros brasileiros, uma vez que a Abolição Oficial (1888) foi um meio do branco se livrar da possível unidade política entre os negros. Com a Abolição Oficial, o negro foi atirado, desunido, na “rua da amargura”, ou num processo de Genocídio físico e cultural.

Vale ressaltar que, os cursos promovidos em parceria com o poder público ou com qualquer outra entidade, sempre foram ministrados com programação livre, autonomia e coordenação do MNR, não implicando nenhuma espécie de subordinação ou dependência político-partidária ou ideológica.

O Grupo de União e Consciência Negra (**GRUCON**), é um movimento que tem atuado na formação profissional da comunidade negra, promovendo cursos profissionalizantes. Foi fundado em Rondonópolis em 1998, e é uma organização social estruturada em nível estadual e nacional. Parte significativa das lideranças pertencem a agremiações político-partidárias, e as suas ações se dão em parte, função da demanda dos partidos a que alguns de seus membros pertencem. Entretanto, o GRUCON presta relevantes serviços ao negro rondonopolitano.

D) Movimento Estudantil

Os movimentos estudantis existiram num primeiro momento a partir da formação de grêmios nas escolas, tendo atuação dirigida pela direção escolar e restrito ao âmbito da mesma.

Enquanto movimento contestatório, começaram a se sobressair a partir de 1986/7, com ingresso de alguns membros de movimentos comunitários, ligados a partidos políticos ou à “ala progressista” da Igreja católica no *campus* na Universidade federal.

O movimento estudantil universitário desde o início foi orientado por partidos ditos de Esquerda, especialmente do Partido Comunista e Partido dos Trabalhadores. O movimento estudantil secundarista teve atuação dirigida por partidos políticos, sobretudo do PMDB, e convencionalmente em períodos eleitorais. Notamos que torna-se difícil afirmar que o movimento estudantil de Rondonópolis não tenha vinculação com o sistema político local, uma vez que os partidos políticos mencionados são ativos participantes do mesmo.

3.4.2 - Movimentos Sociais Rurais

No meio rural, as manifestações de lutas, resistências e contraponto ao sistema político e econômico predominantes, inicialmente, ocorreu de forma esparsa, tendo sido vitoriosos os posseiros que conseguiram o direito de propriedade sobre suas posses nas colonizações públicas.

Enfrentando as dificuldades pela falta de infra-estrutura adequada, desde os tempos das colônias, conseguiram promover as bases gerais para a formação da 2ª economia do estado. Sobreviveram a toda sorte de dificuldades, incluindo a superexploração da força de trabalho, empreendida pelo Capital Mercantil que minimamente garantiu progresso material maior, em relação à situação vivida no local de origem (retirantes nordestinos, etc.), proporcionado pela produção do excedente que foi comercializado.

A economia camponesa, no final dos anos 1940, era a economia do excedente, pois além de prover a sua subsistência, os camponeses conseguiam comercializar excedentes de produção no mercado. O plantio de algodão iniciado no final dos anos de 1940, entrou em decadência final dos anos 1950, devido a pragas, doenças, baixos preços. Chegou-se a plantar café e pimenta do reino, mas a produção não foi prá frente, devido a incompatibilidade do solo regional, na época.

Com a produção do excedente, desenvolveu-se uma agricultura comercial ancorada na produção do arroz, feijão, mandioca, cana de açúcar, milho, algodão (surto dos anos de 1960)²⁸² e que se estendeu vigorosamente até o início dos anos de 1980. Até hoje existe a economia do excedente em Rondonópolis, de forma remanescente, fornecendo à cidade milho, mandioca, arroz e hortifrutigranjeiros.

A partir da década de 1960, procurando terra para viver e trabalhar, e sem tê-las, novos fluxos de trabalhadores rurais transformaram-se em pequenos arrendatários, posseiros ou pequenos meeiros, acentuando um processo que vinha já desde os anos de 1950.

Quando começaram a ser dispensados pelos fazendeiros²⁸³ devido à modernização conservadora da agricultura (anos 70 e 80, século XX) estes trabalhadores rurais seguiam uns para a cidade, outros foram abrir mais posses, aonde iam se instalando e outros ainda migravam novamente. Daí principiaram os conflitos agrários:

*“Dessa forma se manifestando a resistência e a contestação camponesa às alterações verificadas no sistema econômico local”*²⁸⁴

²⁸² - Desde meados dos anos 50, do século XX, Rondonópolis tornou-se grande produtor de arroz, assim como do algodão, tudo isso baseado na pequena produção camponesa, na forma da economia do excedente, que era inclusive e sobretudo, desenvolvido nas grandes propriedades pelos camponeses, na forma do **talhão**. Nesta última forma, abria-se e consolidava uma fazenda enorme de gado com as plantações temporárias de arroz dos camponeses, praticamente a custo ZERO, ou ainda se obtendo lucro às custas do camponês..

²⁸³ - Inúmeras famílias foram expulsas de suas posses pela coerção física e/ou psicológica. Para este assunto, consultar Moura, op. Cit.

²⁸⁴ - MOURA e Nascimento, obras citadas.

A) Movimentos pela Reforma Agrária

A ação do Estado na concessão de terras para a formação de colônias consistiu, entre outras providências, em atrair a população migrante da região, mas principalmente de outros estados que pudesse por outro lado, encaminhar mão de obra para a região para através da ocupação do solo subtraído à população indígena boé-bororo (limitando-se inicialmente à concessão gratuita do lote, sem o controle de quantas pessoas e onde essas pessoas poderiam se acomodar, tendo em vista a abundância de terras devolutas), proceder à valorização dessas terras com o trabalho do migrante, na perspectiva do Capital Mercantil e do Estado. Por outro lado, a vinda em massa de migrantes para o Oeste.

Mas a abundância de terras na região existia em termos relativos, pois, conforme a ação do Departamento de Terras e Colonização, sob o comando de agentes do poder público, e seguindo a política desvairada de distribuição de terras, grandes propriedades foram demarcadas e registradas para valorização, de forma que, no final da década de 1960, todas as propriedades da região já estavam arrecadadas, como propriedade privada ou pública, de forma que havia abundância de terras improdutivas, mas não de terras disponíveis para a posse²⁸⁵, mas a posse continuou existir assim mesmo, porque o camponês sem terra não respeitou essa apropriação jurídica da terra; daí sua luta contínua pela reforma agrária através da ocupação, como foi o caso de Rondonópolis.

Devido a falta de fiscalização e às ações fraudulentas de funcionários do DTC, houve inúmeros casos de sobreposição de títulos; ou de apropriação “legal” de áreas de posse e produtivas, ocasionando conflitos sérios.

O primeiro conflito do qual temos notícia na região de Rondonópolis, nesse sentido diz respeito ao Conflito da Várzea do Ouro (em 1967), uma área de garimpo que se encontra produtiva até a atualidade, e que durante muito tempo teve exploração aberta, pois no princípio se tratava de terra devoluta. Hoje o garimpo continua produtivo mas como propriedade privada. Passada a euforia e as condições para a extração, os garimpeiros ali instalados foram cultivar a terra, transformando-a em posses de tamanhos variados. O suposto dono, que à época residia em Poxoréo, entrou com ação na Justiça requerendo o despejo dos posseiros, mas estes resistiram e ganharam a causa. Mais tarde, no final dos anos de 1970, outros garimpeiros invadiram outra parte da área, e o conflito pela posse foi mais violento; houve intervenção da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), mas o resultado não foi tão positivo para este segundo grupo²⁸⁶.

O número de pessoas que trabalhou nesse garimpo é incerto, podendo ter chegado a 600 no final dos anos de 1960. Houve algumas mortes, mas segundo ex-garimpeiros que nos concederam entrevista, a motivação para o crime foi o produto do garimpo, e não disputa por terra. Morreu inclusive uma das lideranças do grupo de garimpeiros.²⁸⁷

A disposição dos camponeses sem terra em obter a mesma lei, foi o motivo principal para a existência do conflito da **Gleba Cascata ou Fazenda Floresta**, simultaneamente com a negativa dos

²⁸⁵ - MORENO, op. Cit.

²⁸⁶ - Entrevista concedida por Baltazar de Melo, em março/2005.

²⁸⁷ - Entrevista concedida pelos Srs. Vanderlei e Erasmo, em fev/2005.

especuladores em cede-la aos camponeses, que se estendeu por cerca de 10 anos, alcançando repercussão nacional, terminando com a vitória camponesa.

A propriedade tinha cinco sobreposições de títulos, que mesmo depois de questionados na Justiça, não perderam a validade. Uma parte da fazenda foi permutada, pelo Estado, com uma área no município de Aripuanã, e desapropriada para regularizar as posses, beneficiando cerca de 300 famílias²⁸⁸.

A ocupação dessa terras teve início em 1968/69, mas no início dos anos 70, algumas pessoas começaram a reclamar a propriedade. O conflito passou para a instância jurídica em 1975, aumentando o problema dos posseiros, que eram constantemente ameaçados de morte pelos supostos proprietários. Ao descobrirem que havia mais de um “dono” e que a documentação poderia ser ilegal, sentiram-se mais motivados a resistir, pois já lutavam e resistiam. Tal situação motivou mais pessoas ocuparem as terras, aumentando, assim, o número de posseiros.

As lideranças do grupo de posseiros se organizaram e buscaram apoio de políticos em Rondonópolis, sem resposta. Receberam o apoio do advogado e deputado federal Carlos Gomes Bezerra-MDB, que assumiu a defesa da causa, em 1978.

Durante o processo, valeram-se de diversas táticas para obter o apoio da população e da Igreja Católica. Formalmente, apenas dois padres visitavam e apoiavam os posseiros. O restante do clero omitiu-se, demonstrando sua posição ambígua em relação aos segmento mais marginalizado da sociedade rondonopolitana, no período, quando o conflito de classes assume profundidade na sociedade.

Da mesma forma, em 1979, em pronunciamento na Câmara Municipal, um vereador expressou a opinião do Poder Público municipal:

*“...Era isso que o padre Dionísio deveria fazer, era dar apoio moral (...) não é dar um apoio político, bestiais, com intenções políticas...” Paradoxalmente, quando o conflito da Cascata ganhou maior repercussão nacional, todos os vereadores da Câmara Municipal de Rondonópolis assinaram um manifesto em favor dos posseiros.*²⁸⁹

Durante o conflito, os posseiros foram identificando aqueles que realmente se colocavam ao seu lado, desconfiando de muitas iniciativas por parte dos políticos e governantes que usavam a questão da gleba quando buscavam apoio político, votos e depois nada faziam. Assim,

*“da luta imediata pela terra os posseiros vão avançando na sua conscientização e na construção de sua expressão política”.*²⁹⁰

²⁸⁸ - MOURA e MORENO, obras citadas.

²⁸⁹ - MOURA, obra citada.

²⁹⁰ Idem.

No início do movimento de luta e de reforma agrária os posseiros construíram uma escola na própria gleba, de pau-a-pique, e quem pagava a professora era a Prefeitura. Da mesma forma construíram o posto de saúde, provavelmente esperando que um dia eles seriam de fato os donos da terra. Na gestão de Carlos Bezerra, os prédios foram reconstruídos e melhorados:

*“Mas essa terra aqui não foi ganha de mão beijada não, ela foi uma conquista nossa, e com muita luta e muita coragem. Então eu não vou agradecer muito o governador porque ela não foi ganhada de mão beijada, ela foi uma luta do povo, e com a união faz a força, né? E aí nós uniu e adquiriu a terra.”*²⁹¹

O conflito da Gleba Cascata diferenciou-se dos movimentos camponeses seguintes, por ter tido grande autonomia em relação ao sistema político predominante, que é o partidário, e que é distorcido democraticamente. Apesar de ter contado com o apoio de algum agente do sistema político, que parece ter-se beneficiado disso, o movimento desenvolveu estratégias e ações próprias no seu âmbito de atuação, o que releva uma autenticidade enquanto movimento social rural.

Segundo o Sr. Wilson F. Lemos²⁹², a atuação do PMDB foi mais importante do que possa parecer, pois enquanto militante peemedebista, ele assistiu também juridicamente os posseiros e contribuiu para a organização social deles. Ele disse acreditar que se não fosse o apoio político, os posseiros talvez não tivessem ganhado a questão. No entanto, é importante lembrar que o movimento nasceu espontaneamente, e que primeiro teve que existir a questão para que então os posseiros necessitassem da assistência jurídica.

O movimento de ocupação da Gleba Rio Vermelho, outro movimento vitorioso pela reforma agrária, ocorreu no final dos anos de 1980, numa área considerada improdutivo e de propriedade privada. Os posseiros foram ameaçados de morte por um jagunço contratado pelo proprietário, mas que em condições misteriosas veio a falecer.

A luta dos posseiros foi vitoriosa e parcela da gleba foi desapropriada e convertida em lotes.

Assim, novamente os camponeses realizaram a reforma agrária em Rondonópolis, mas devido à falta de infra-estrutura, e ao tamanho exíguo dos lotes, muitos acabaram vendendo-os para fazendeiros vizinhos, de modo que uma parte da gleba voltou a se constituir em latifúndio. Vários camponeses que continuaram na gleba, dependem de complementar sua renda na cidade para sobreviver, pois a terra não fornece a renda suficiente, sem que ela seja devidamente tratada, sendo

²⁹¹ - Entrevista realizada em 22/08/91, por MOURA, op. cit. p.148

²⁹² - O sr. Wilson militou no PTB desde 1946 até a sua extinção, em 1965. A seguir filiou-se ao MDB, até a reforma política de 1979, quando foi criado o PMDB. Migrante nordestino, dirigiu-se direto para Cuiabá, em 1957, morando em varias regiões de garimpo, onde permaneceu até 1966. Foi preso pelos militares antes de retornar a Recife, porque durante o primeiro período em que esteve em Mato Grosso, organizava o movimento de trabalhadores rurais, colaborando na fundação de associações; atuava como militante do PTB. Retornou de Recife em 1979, formado em Direito, e a convite do então deputado federal Carlos Gomes Bezerra, a quem ficou conhecendo quando chegou. Foi fundador do diretório do PMDB em Rondonópolis. Entrevista concedida em MAIO de 2005.

este um empreendimento difícilimo de ser levado adiante por gente sem capital ou crédito abundante. Ainda assim, os pequenos proprietários resistem à proletarização completa, recorrendo à atividades complementares, como a pequena pecuária leiteira, etc.

O movimento de trabalhadores rurais que ficou conhecido como “do Jerônimo Sem-Terra”, ocorreu na fazenda Itiratupã, que foi ocupada por 500 famílias sob liderança de “Jerônimo Sem-Terra”. Os posseiros foram expulsos três vezes em um ano e cinco meses de luta, retirando-se dali definitivamente em Agosto de 1995, sob ameaças. A área foi considerada patrimônio ecológico e por isso os posseiros não foram assentados nela. O movimento teve grande expressão na cidade, uma forma clara de resistência camponesa à proletarização e pela reconstrução da condição camponesa; um combate pela reforma agrária, portanto.

Ao lado da luta dos antigos colonos que resistem em suas propriedades, cercados por latifúndios de todos os lados, produtivos ou especulativos, nos anos de 1990, se implantou em Rondonópolis a luta do **Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**.

O MST é um movimento constituído por trabalhadores rurais expulsos e expropriados, desempregados, subempregados, e que em sua maioria nunca foram posseiros. Reivindicam a desapropriação de fazendas improdutivas, com vistas ao assentamento e Reforma Agrária.

A história do MST em Mato Grosso começou em Rondonopolitana articulação da Igreja e Direitos Humanos, resultando na organização da ocupação da Fazenda Aliança, em Rondonópolis, no ano de 1995. De acordo com Feix, a escolha da propriedade foi estratégica, pois nela ocorreu no passado, o sistema de escravidão por dívidas. Ele afirma que:

*“O MST introduziu, através de sua organização, um novo sentido social e político na luta pela terra na região. Com uma estrutura organizativa ampla e de caráter nacional, com estratégias de luta, e uma linha político-ideológica definidas, com objetivos amplos de implantação de reforma agrária e de transformação da estrutura social, lideranças bem preparadas, projetos alternativos para os assentamentos, articulações com outros setores da sociedade organizada, etc., o MST vai se constituindo um espaço público.”*²⁹³

De modo geral, o trabalhador rural que vende sua força de trabalho para a grande propriedade adjacente, persistindo em ser camponês dessa maneira, se caracteriza também pela resistência em não se proletarizar completamente. É um tipo de resistência duradoura no município e que pode ser observado nos remanescentes das colônias públicas (Paulista, Macaco, Campo Limpo, Naboreiro, Marajá).²⁹⁴

Enfim, não cessou a luta autônoma e semi-autônoma dos camponeses em Rondonópolis, pois os mesmos continuam atuando como lhes é possível.

²⁹³ - FEIX, op. cit p.71

²⁹⁴ - NASCIMENTO, op. cit

B) – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

De acordo com Moura, o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Rondonópolis, foi criado em 1966, e juntamente com outros sindicatos da região teve entre seus fundadores, membros das Ligas Camponesas. Recebeu a carta sindical a 11 de março de 1966 e pouco tempo depois foi fechado e toda sua documentação foi recolhida pelo Exército. As lideranças mais combativas foram cassadas, ameaçadas ou presas. O sindicato foi reorganizado na década de 1970, mas desta vez não contava com nenhum trabalhador rural na diretoria.

Essa situação favoreceu os grandes fazendeiros, que puderam continuar explorando o trabalhador rural, inclusive através Escravidão por Dívidas.

Em 1973, através do PEBE (Programa Especial de Estudo, ligado ao Ministério do Trabalho) concedeu bolsas de estudos a filhos de trabalhadores rurais sindicalizados. O sindicato de Rondonópolis foi contemplado por ser numeroso, contando com 1400 associados registrados. Mas como nem todos estavam quites com as mensalidades; exigência do Ministério, isso pode ter impedido o recebimento do benefício pela maioria²⁹⁵.

Essa foi uma das poucas ações registradas do sindicato durante o regime militar em favor do trabalhador rural, e ainda repassando medidas superiores e exógenas.

O papel que deveria ser desenvolvido por ele em termos de defesa dos direitos do trabalhador, foi desenvolvido mais por alguns agentes de pastoral da Igreja Católica (C.P.T.) do que por ele próprio. O sindicato se limitou a formalidades, como registros para fins de aposentadoria, por exemplo. No início do conflito da Gleba Cascata, o sindicato dos trabalhadores chegou a se posicionar contra o movimento. Depois da ampliação e das consequências trazidas pelo movimento, veio a apoiá-lo.

O sindicato patronal dos produtores rurais recebeu carta sindical em 1967. Foi beneficiado pela intervenção militar no sindicato dos trabalhadores rurais.

Através desta entidade, produtores rurais conseguiram intervenção significativa no processo político regional. De seus quadros saíram inúmeras personalidades políticas, desde prefeitos e deputados até governadores. A política foi meio, parcialmente, para a promoção econômica dos seus empreendimentos, e para propugnar uma infra-estrutura rural e urbana mais ou menos compatível com suas necessidades. Um exemplo da aliança entre Prefeitura e sindicatos dos produtores rurais é a realização anual da EXPOSUL, feira agropecuária e promotora de espetáculos de entretenimento de

²⁹⁵ - A Tribuna 31/03/1973

massa, com artistas populares de projeção nacional. No âmbito tecnológico e financeiro, é o momento de celebração da dependência financeira e tecnológica ao Capital Monopolista e ao Estado. É quando se reitera também, a subordinação da agropecuária à indústria, com a atualização e trocas de sistemas produtivos, insumos e implementos agropecuários. A renovação da dependência econômica e da transferência de renda para o Capital Monopolista Nacional e Multinacional é brindado com festas, nessas ocasiões.

3.5 - Partidos Políticos

Os partidos políticos se diferenciam das demais organizações sociais mencionados acima porque eles almejam a tomada do poder de Governo. Historicamente, estão ligados aos grupos que detêm o poder econômico numa dada sociedade.

Em Rondonópolis, nas décadas de 1950/60, o poder político se concentrou inicialmente nas mãos de comerciantes, médios e grandes proprietários de terras, e também em funcionários públicos de alguma forma ligados aos segmentos citados. De modo geral, eram filiadas aos partidos, pessoas pertencentes a todas as classes sociais, mas as lideranças não eram exercidas, sem distinção.

Com as mudanças ocorridas na estrutura econômica e social durante a década de 1970, se alternaram no poder, os antigos PSD e UDN (ou ARENA I e ARENA II), como já vinha ocorrendo até então. As sucessões e alternâncias no poder público municipal eram comandadas por chefes políticos - comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais - que lideravam o eleitorado novo e flutuante²⁹⁶.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criado em 1966, praticamente pela Ditadura Militar, abrigou os partidos de oposição consentida ao próprio Regime Militar. Em Mato Grosso, abrigou partidários do extinto PTB, e dentre eles Carlos Gomes Bezerra, que representando a região de Rondonópolis, elegeu-se deputado estadual em 1974, e deputado federal em 1978.

De modo geral, a oposição ao Regime Militar realizada pelo MDB, e particularmente a atuação de Carlos Gomes Bezerra no caso da Gleba Cascata, rendeu um prestígio crescente a esse partido na cidade de Rondonópolis, conduzindo-o Executivo e fazendo parlamentares na Câmara Municipal nas eleições de 1982.

Com a reforma política, o bloco da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que já era dividido, fragmentou-se mais. O PDS foi o remanescente da ARENA mais expressivo na década de 1980.

Os partidos mais à Esquerda (ou ditos de Esquerda) tiveram atuação importante na organização de movimentos sociais urbanos durante os anos de 1980, estimulando-os e dando assistência jurídica e financeira.

O diretório do PT foi criado em 1982. Estiveram entre os fundadores, professores universitários, trabalhadores rurais e representantes da ala progressista da Igreja católica. Este partido

²⁹⁶ - SANTOS, Marlene S. De Oliveira. Op. cit p.79

nasceu em Rondonópolis mais da necessidade de resolver conflitos no campo do que propriamente para atender os trabalhadores urbanos, segundo um de seus fundadores²⁹⁷.

Os partidos menores, incluindo os de Esquerda, para sobreviverem e conseguirem galgar parcialmente o poder de governo, seguiram fazendo alianças político-eleitorais. Conquistaram numero inexpressivo de cadeiras no Parlamento e nunca chegaram ao Executivo. Porém, em virtude das alianças, desfrutaram cargos na administração pública, geralmente de segundo e terceiro escalões, ou a chefia de secretarias sem expressão.

O numero de candidatos foi crescente, chegando, na ultima eleição ao numero de 136 concorrentes para 12 vagas²⁹⁸. E como pudemos observar, a Esquerda principiou a participar do sistema político local.

Revelamos, neste capítulo, como a urbanização de Rondonópolis, a partir da década de 1970 foi precária e acelerada, a ponto de engendrar uma cidade inflada, problemática e caótica, com imensas deficiências e pontos de estrangulamentos, o que engendrou a pobreza geral e como sua marca, ao lado, a faustosa concentração de renda. O êxodo rural intra-municipal calcado na expropriação e expulsão do trabalhador rural e o êxodo inter-regional amplo estão nas raízes desse processo que se converteu na base do sistema político de Rondonópolis, a nova etapa da história Política de Rondonópolis, que teve lugar a partir do predomínio quase absoluto da população urbana sobre o rural.

As características e os exemplos elencados sobre o sistema mencionado não podem ser entendidos em si mesmo e nem ao sabor desta ou daquela personalidade, ainda que houvesse por curto tempo, um “mito” político de Mato Grosso, com a ascensão fugaz do sr. Carlos Gomes Bezerra. O sistema político é mais profundo, pois a reiteração dessas práticas e idéias existem naquele sentido do emprego da política como meio para alcançar e conservar: emprego (bom emprego, daí a obsessão pela reeleição); ascensão sócioeconômica (portanto, meio para se obter ganho, prestígio, poder e, se possível, riqueza). Daí pensamos, nós, a pobreza do debate político e ideológico; em função disso, julgamos, se põe o “promessismo”, o radicalismo verbal, a falta de decoro, as brigas pessoais e a efetividade do pouco ou nenhum avanço da cidadania e da Democracia (ainda que liberal) e da qualidade de vida para todos.

Concretamente, não podemos apresentar grande número de provas contundentes, pois se teme pela segurança pessoal ao se denunciar qualquer coisa nesse sentido de forma explicita e inquestionável. Certamente, não seria este o clima prevalecente se tratássemos da Boa Política (com base nos clássicos).

A favor da nossa hipótese caminha a seguinte evidência: se não é o benefício e o aprimoramento da maioria, por que se põe um sistema político desse porte e imbricamento, senão para contemplar os interesses da elite e de pequenos grupos e pessoas a ela ligados? Se não é o bem

²⁹⁷ - Entrevista concedida em março/2005.

²⁹⁸ - Esse tipo de informação é recente, por isso não trouxemos os anteriores. No entanto, outras fontes nos possibilitaram a informação de que o numero de candidatos é crescente. Um dos motivos é puxar voto para a coligação, inexistindo o objetivo do candidato em vencer. Depois ele pode ser premiado com um emprego na administração pública.

comum o que prevalece, deve predominar o benefício privado; senão, por que tamanha disputa, com número crescente de candidatos e de coligações?

É possível ainda, que nem todos os interesses esgotem-se na política como meio para a melhoria individual, familiar ou grupal.

É notório que se o sistema político veiculasse e defendesse apenas os interesses citados, de poder, prestígio e ganho material, para qualquer ação social com alguma envergadura, é necessária a justificativa para tanto. Além do mais, a ideologia dos grupos necessita apresentar alguma concretude, pois, toda ideologia política ou não precisa de uma base material²⁹⁹.

É provável que, para continuar perseguindo os interesses não publicamente professados, é que os mentores e atores do sistema político aludido, necessitam realizar alguma coisa no sentido de realizações sociais, assim como precisam se travestir de roupagens político-partidárias, para lhes conferirem alguma legitimidade política junto ao cenário regional e nacional. Certamente não obteriam reconhecimento e êxito se nada, absolutamente nada realizassem para o bem de todos. Nada pode se sustentar em nada. Além do que, temos de reconhecer a existência de algumas exceções à regra.

Ainda, procuramos mostrar como a História Política de Rondonópolis passou da proeminência rural para a urbana, a partir dos anos 70, do século XX, sendo que na urbe é que foi se constituindo com mais clareza e força o que denominamos de um sistema político de Rondonópolis propriamente dito, ao nosso ver, bem assentado e maduro nos anos 90, do século XX.

Tal sistema é conservador porque sem móvel principal e a conservação da sociedade tal e qual existe para se obter através da atuação em primeiro lugar, o benefício ou a vantagem pessoal, familiar e grupal; enfim, se move através da busca do bom emprego pessoal e a ascensão de poder, prestígio e ganho, quando não, o enriquecimento pessoal, familiar ou grupal, e para que se realize isso (o que não é ventilado de público) o pressuposto é a conservação do Capitalismo, porque, no rigor, somente se assim o for, se pode conduzir o sucesso de seus mentores, articuladores, protagonistas e coadjuvantes, se receber apoio e sustentação de instituições consagradas do sistema político maior de partidos políticos legais e alianças políticas e econômicas, internas e externas que aí estão. Não parece que haja outro meio do Sistema Político se manter. Enfim, é necessário obter a legitimidade funcional e institucional, para utilizar a política como meio para alcançar determinados fins, geralmente particulares. É mais simples e melhor encaminhar várias corrupções, nepotismos, malversação de fundos públicos, prevaricações, etc., dentro do que já existe, e que tem um *modus operandi* facilmente apreensível. E é claro que para se atingir o poder político, com as supostas finalidades que esboçamos, é preciso empregar aquelas series de práticas e compromissos engendradas desde o clientelismo, do assistencialismo ao “funcionário fantasma”.

O sistema político cria assim uma rede de relacionamentos entre os que se propõem a tomar e dividir o poder, em benefício próprio; mas isso estabelece uma divisão de tarefas e de mandos, do cabo eleitoral que recebe a promessa de emprego, ao candidato a vereador que irá aprovar os projetos mais importantes enviados pelo Executivo, porque um acordo já expôs anteriormente. Assim pode ou deve ser.

²⁹⁹ - VOVELLE, Michel. **Ideologia e Mentalidades**. 2ª ed. São Paulo. Brasiliense. 1991.

Essa rede de relações não pode ser identificada inteiramente com o próprio sistema, pois é, apenas e quando muito, uma parte dele, uma vez que são os objetivos e finalidades primordiais acerca dos interesses e necessidades já comentadas é que são o âmago do sistema; que o faz durar no tempo, assumindo várias configurações de acordo com as conjunturas que vai atravessando. Nesse sentido, se há um sistema conservador em Rondonópolis, nos termos que colocamos, há também um sistema contraposto, não porque os teóricos assim o desejam, mas sim porque ele é fático, tem realidade empírica e é dedutível do movimento dele. Nestes termos, assim como grupos e categorias determinadas de pessoas engendraram ou seguem um sistema político conservador para lutar para a efetivação dos seus interesses e necessidades de forma encoberta o mais possível (como lhes convém), outros agrupamentos de pessoas em condição social e com interesses distintos, justamente porque também são humanos, mobilizam-se e defendem seus interesses e necessidades outras, pelo menos pelas coisas mais elementares e da forma como sabem, podem e gostam de fazer: às claras, com ação direta e democracia interna e reciprocidade. Estes últimos estão principalmente fora dos caminhos oficiais.

Excetuando os movimentos organizados das categorias profissionais (muitas vezes de caráter nacional), o núcleo dessas organizações e movimentações alternativas, verdadeiros contrapontos à ordem social existentes, em Rondonópolis, engendraram também, ações e realizações, dando sua quota-parte de efetivação da realidade, através de sua intervenção e participação e que é, talvez, o embrião de outro sistema político de Rondonópolis. E se assim o podemos dizer, tem seu núcleo básico, potência e força de atuação principalmente nos movimentos camponeses e nos movimentos urbanos de luta pela moradia e melhores condições de trabalho e de ganho. De início eram autênticos, e ainda o são, em grande medida. Mas já estão parcialmente infiltrados e controlados pelo sistema político local, como revelou a própria pesquisa.

Devemos lembrar que, quando o MST chegou a Rondonópolis, já havia aqui movimentos dos trabalhadores rurais há quase 40 anos, e hoje, poucos dos que existem, neste âmbito, são autônomos. Mas ainda existem.

Antigüidade, práticas e objetivos distintos, táticas outras, espontaneidade, reciprocidade, luta coletiva, ação direta e coletiva, democracia direta, estas têm sido as marcas deste, praticamente, sistema político alternativo de Rondonópolis, que, apesar das deformações apresentadas nos últimos anos, guarda muito de si próprio, tanto na cidade como no campo, no que resta dele, depois da expansão capitalista no campo, depois da monopolização do espaço agrário pelo capital e da territorialização do capital, na cidade e no campo.

CAPÍTULO IV

Crises e Problemáticas

O processo de desenvolvimento qualitativo da política em Rondonópolis foi limitado pela cultura da política fisiológica, que atingiu predominantemente os segmentos político-partidário, inclusive os partidos ditos de Esquerda.

Abordamos, parcialmente, neste capítulo, o problema da democracia representativa no sistema político rondonopolitano, que tem funcionado como invólucro de um sistema que é estruturalmente corrupto, no sentido amplo e profundo e que tem na corrupção a forma predominante de se relacionar com todas as dimensões da sociedade, horizontal e verticalmente, restringindo de fato as possibilidades da cidadania numa região recentemente integrada ao Brasil.

Destacamos que o sistema representativo tem sido usado para legitimar práticas políticas distorcidas em favor de interesses de minorias, que almejam para si o bem-estar social e financeiro, e que na contrapartida beneficia a ação de grandes grupos econômicos, vinculados inclusive, ao capital, internacional.

O sistema político, a partir das evidências de distorções, nos convida a fazermos uma profunda reflexão sobre os resultados e a validade da democracia representativa na sua história política.

O parâmetro dessa discussão, é o argumento de que se serviram os clássicos da Antigüidade e a burguesia na Modernidade, de proporem as possibilidades de uma sociedade mais inclusiva, considerando a variável de Maquiavel de que um sistema de governo é um meio para se chegar a essa sociedade, não um fim em si mesmo³⁰⁰, ou seja, o Bem Comum, a satisfação da maioria dentro das maiores e melhores possibilidades³⁰¹.

O sistema liberal-democrático, desde que foi instituído pela “Revolução Francesa”, tem sido perseguido como meio de legitimação do Capitalismo, por aqueles que o defendem como um sistema ideal. A defesa desse sistema se espalhou pelas sociedades modernas, de modo que não podemos falar de sociedade e sistema burguês-

³⁰⁰ - MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo. EDIPRO. 2001. Tradução de Lívio Xavier. e ARANHA, M. L. de Arruda e PIRES, M. H. Pires. **Filosofando – Uma introdução à filosofia**. 2ª ed. Moderna, 1993. p.204.

³⁰¹ - MAQUIAVEL se distancia da política normativa dos gregos, porque estes se preocupam em definir como deve ser o bom governo, levando-os a construir utopias. Mas conserva o referencial da coletividade, do bem comum. Idem op.cit. 206

capitalista sem nos incluímos nele: as gerações atuais são resultado desse processo; nossa mentalidade, em alguma medida é burguesa³⁰².

Mas sermos produto da sociedade histórica burguesa/capitalista e de suas contradições não nos obriga a encarar o seu primado como natural e não passível de críticas³⁰³. Ortodoxismos e dogmatismos à parte, os valores democráticos de direito à justiça social, liberdade e igualdade, conquistados durante o processo de ascensão de uma classe social (no caso a burguesia), e que superaram as condições que os criaram, é o que nos serve de baliza para reconstruir a história política de Rondonópolis, e para questionarmos a profundidade, amplitude e validade desses valores na sua história, entendendo a política na mais ampla acepção do termo. Enfim, em Rondonópolis, o sistema político está aquém das conquistas históricas da Revolução Francesa, e neste sentido ele é pré-capitalista

O autoritarismo nas relações políticas existiu, não apenas, mas predominantemente, na política partidária, limitando ou falseando a representatividade do voto. Ele prossegue depois, na relação do Executivo e do Parlamento com o eleitorado, com o público.

O fenômeno do Coronelismo mais característico do primeiro período republicano, assumiu formas diferentes no processo de urbanização, não desaparecendo completamente, pois, hoje, parte considerável dos eleitores condiciona seu voto em troca de algum tipo de benefício imediato, motivados na maior parte dos casos pela baixa renda³⁰⁴, e Rondonópolis, portanto, não foi exceção, revelando em parte, o autoritarismo político nas relações políticas.

Rondonópolis não é uma “ilha”, e a sua história são marcadas por uma socialização restrita da política porque subordinada e dependente, em termos políticos e partidários da tradição autoritária das oligarquias mato-grossenses, e porque numa região de desenvolvimento econômico e cultural modestos, a atividade política continua a gerar possibilidades para “se dar bem na vida” e/ou elevar o ganho, o poder e o prestígio pessoal, grupal e/ou familiar. E a pobreza e a miséria gerais alimentam e

³⁰² - CHAÚÍ, Marilena. Ética e política. Documentário em vídeo.

³⁰³ - ROSENFELD, Denis. **O que é Democracia**. 4ª ed. São Paulo. Brasiliense. 1994.

³⁰⁴ - A integração das comunidades municipais à vida nacional a partir da concentração da população na cidade por causa industrialização e expansão dos meios de comunicação significou apenas parcialmente o desaparecimento do Coronelismo. Avelar, p. 205. Alguns autores defendem que ele continua existindo, mesmo nas grandes metrópoles, como São Paulo, por exemplo, só que de forma sofisticada, tendo como um dos meios de viabilização os meios de comunicação de massa. Conferir Martins (1999) O poder do Atraso.

realimentam o fenômeno do clientelismo. E nesse sentido, Rondonópolis é uma cidade politizada.

Como a atividade político partidária predomina sobre as demais formas de exercício da política, a formação social rondonopolitana, até início dos anos de 1960, já vinha sendo marcado por uma tradição conservadora, o que permitiu que o golpe militar de 1964 não fosse, de imediato, muito sentido, pelos “cidadãos comuns”, embora ele tenha contribuído para a limitação de algumas formas alternativas de organização popular que vinha se formando, por exemplo, fechando o sindicato dos trabalhadores rurais em 1968, que segundo consta, tinha a liderança de militantes clandestinos do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Talvez a ação religiosa cristã nas igrejas e nas escolas, associadas à predominância de lideranças políticas ligadas ou pertencentes a oligarquias tradicionais mato-grossenses, geralmente cristãs, foram fatores que permitiram por mais tempo a permanência de aspectos de Coronelismo na sociedade local, em formação, contribuindo para a continuidade e expansão do sistema.

A implantação de um modelo de crescimento econômico “desigual e combinado”, também motivou a continuidade desses tipos de relações políticas autoritárias por mais tempo, pois assim a modernidade ficava apenas para a economia, enquanto o conservadorismo, e mesmo o reacionarismo, ficavam na política.

Em Rondonópolis, durante o predomínio do campo sobre a cidade, predominaram relações do tipo coronelistas: os pequenos produtores, que trabalhando sob a forma de meeiros, pequenos arrendatários, empreiteiros, posseiros, escravos dependiam do financiamento ofertado pelo fazendeiro ou por comerciantes, que também, via de regra, compunham os quadros político-partidários, ensejando dependências, compromissos e entrelaçamentos políticos, e o condicionamento do voto.

As relações político-partidárias que desde o início da organização municipal se deram segundo critérios de amizade e relações parentesco, prosseguiram, e o partido político foi um dos meios para viabilizar interesses pessoais, familiares e/ou de grupos de famílias, ainda que não somente estes.

O serviço público municipal e estadual local, serviu de meio para a acomodação de correligionários do partido que estivesse na administração pública municipal e estadual³⁰⁵. Essa prática, segundo uma entrevistada não encontrava

³⁰⁵ - A Companhia de Estradas e Rodagens (CER), é um exemplo de máquina estatal que atendeu essa finalidade. O sr. Benjamim contou-nos que deixou a cidade na qual trabalhava, Alto Garças, em 1965 e

impedimentos, ao menos aparentemente, pois “todos” os funcionários públicos já sabiam que se o seu candidato perdesse, “logo estariam na rua” ao menos até a próxima eleição³⁰⁶.

O empreguismo no setor público em troca de apoio eleitoral foi uma das práticas distorcidas mais comuns **e de maior duração** no tempo no sistema político local.

Teve suas possibilidades aumentadas a partir da década de 1970, e foi mais característica da relação entre políticos ricos ou remediados e eleitores pobres, desempregados ou subempregados.

Esse fenômeno foi minimizado a partir da exigência legal de concurso público para o provimento dos cargos. Mas o cumprimento da lei só passou a existir com maior rigor em função da pressão exercida por funcionários ameaçados pela situação e **organizados em associações**, já no final dos anos de 1980. E devemos nos lembrar que, apesar do concurso público, ele não se aplica aos 1ºs, 2ºs, 3ºs e 4ºs escalões da administração pública.

O fenômeno do empreguismo, além de comprometer a eficácia no atendimento ao público, pois nesse caso o critério para a admissão era o político-eleitoral e não o preparo técnico para a função, contribuiu para a limitação da democracia representativa, na medida em que o compromisso do eleitor foi o de manter o “padrinho” no poder para a garantia do seu emprego, mesmo que para isso fizesse hora-extra como cabo eleitoral; o candidato eleito, para garantir a reeleição, manteve-se a esse esquema político, realimentando-o e expandindo-o.

Diante da pequena oferta de empregos existente, podemos concluir que a política foi um meio seguro de garantir não só a sobrevivência pessoal de muita gente, mas ainda de ascender socialmente.

Constituiu-se, de certa forma, numa preciosa fonte de renda, tanto para o candidato eleito como para os que lhe deram sustentação na “base”³⁰⁷.

Evidentemente intensificação desta prática não se estendia a todos os pleiteantes a cargos públicos, mas sem dúvida atingiu grande parte dos que conseguiram se eleger, tornando-se suficiente para continuar o comprometimento da instituição democrática ideal.

veio morar em Rondonópolis, cidade natal, porque um certo deputado(Dr. Oscar), o convidou a trabalhar na CER. E ele se dirigiu à diretoria da empresa apenas com um bilhete assinado pelo tal deputado, que prontamente foi atendido pelo engenheiro-chefe da firma e então prefeito de Rondonópolis, Sátiro Castilho. Dois outros entrevistados comentaram a utilidade da CER como cabide de emprego pré- e pós-eleitoral. NEVES, op. Cit, menciona a existência da “política da terra arrasada”, em referência às demissões em massa quando da troca de administradores estaduais em MT, no período de 1945-64.

³⁰⁶ - Entrevista em julho/2005.

³⁰⁷ - O período eleitoral ultimamente vem sendo ansiosamente aguardado porque entre outros motivos, pois movimenta um pouco mais a economia local: oficinas mecânicas, postos de gasolina, indústria serigráfica, geração de empregos e subempregos, de curta duração e de ganhos modestos.

A compra de votos, outra característica marcante do sistema político, está correlacionada ao empreguismo. Segundo um antigo e experiente articulador político da cidade, “eleição se ganha no dia da votação, e comprando votos”³⁰⁸ Disse isso referindo-se à compra, em dinheiro, de títulos de eleitores, feito nas “bocas de urnas”, através de eficientes cabos eleitorais, contratados anteriormente, e que tem a garantia de emprego de assessor parlamentar, caso o candidato que o contratou ganhe, pois comprovada sua eficiência³⁰⁹.

Essas distorções no processo eletivo (mecanismos utilizados para a conquista do poder político) refletiram e foram refletidas na forma como o agente político (parlamentar ou executivo) exerceu o cargo de representante do interesse público e na forma como se estabeleceu o diálogo entre o suposto representante e o representado.

Calcados em bases clientelistas, na relação com grupos econômicos e com eleitores pobres carentes de assistência imediata, o exercício do poder político teve como resultado a apropriação literal do cargo, levando o representante a zelar por ele mais do que pelos interesses da comunidade em geral, transformando o cargo num fim em si mesmo, ou em base para outras conquistas.

No nível municipal, a partir dos anos de 1980, a percepção desse fato foi mais expressiva, tanto no Executivo quanto no Legislativo, embora neste último tenha acontecido de forma mais importante, considerando sua dupla responsabilidade: zelar pela fiscalização do Executivo e a de criar leis.

Na História de Rondonópolis, o distanciamento entre representante e representado, entre o Legislativo e os interesses da maioria dos representados pôde ser mais apreciada a partir da década de 1980, momento em que a dinâmica político-partidária passou a ser mais acelerada. Como já foi aludido anteriormente, a dinâmica social, política e econômica da cidade tomou outros rumos a partir de meados da década de 1970, intensificando-se nos anos de 1980, e por causa da distensão do Regime Militar. As informações dessa natureza tenderam a se ampliar e aprofundar, facilitando esse diagnóstico. O descontentamento geral contra a Ditadura contribuiu para certo ganho de consciência, assim como a atuação dos movimentos sociais de projeção nacional.

³⁰⁸ - Entrevista concedida em fev/2003, por importante articulador político-partidário no município; não quis se identificar.

³⁰⁹ - Basta que o eleitor apresente o título para que tenha o direito de votar. Na falta do título, qualquer outro documento substitui, desde que o seu nome conste na lista nominal de eleitores aptos a votarem. Nos três últimos pleitos fui convocada pela Justiça Eleitoral a prestar serviços. A ordem dada foi a de não deixar absolutamente ninguém sem o exercício do voto, nem que o eleitor apresentasse apenas o título de eleitor, sob pena de sermos presos por obstrução ao processo democrático. Isso veio a facilitar o uso do título por terceiros, e conseqüentemente a compra/venda de votos.

A presença de movimentos sociais de base popular, foi o que contribuiu para que, sob pressão, os partidos representados no poder de governo, tivessem uma atuação mais próxima possível das necessidades dos moradores das periferias, representados nas associações de bairro, embora em muitos casos estas entidades acabassem servindo aos interesses político-eleitorais de alguns agentes do Executivo e do Legislativo³¹⁰.

Os desvios em que a Câmara Municipal e alguns vereadores foram se enredando, foi reforçada pela necessidade da reeleição. Pode ser esse um elemento dinâmico a reiterar o sistema político local, assim como a política como emprego para quem deseja ingressar nele.

O objetivo de efetivar propostas de amplo alcance, visando o bem-estar da massa de migrantes recém-chegados nas décadas de 1960 a 1980, não parece ter sido o móvel principal para as pretensões políticas de reeleição, embora algumas ações isoladas tenham existido. Mas a necessidade de reeleger-se para a garantia do “emprego próprio” afetou sensivelmente as instituições democráticas.

O cargo público de representante do poder público, visto sob a **ótica profissional**, fez da reeleição uma necessidade prioritária, e foi debatida em alguns momentos, como se pode depreender do extrato que se segue:

“Vale lembrar que um dos vereadores (...) havia proposto à mesa da câmara, há dois meses, a suspensão da radiação das sessões, por entender que as sessões da edilidade estavam sendo desvirtuadas, transformando-se em autentico palanque, em detrimento das causas coletivas” (A Tribuna, em 09/09/1990)

A necessidade contínua de fazer campanha, com vistas à reeleição, consome o tempo útil dos parlamentares, que se dão ao direito de se dedicarem prioritariamente a essas tarefas, articulando suas bases políticas, quase que “vivendo de reuniões para marcar reuniões” nas comunidades pobres, e “negociando” em reuniões partidárias:

“... para mim é importante uma decisão, porque eu estou pensando primeiro, como nos temos um pleito aí, na reeleição; segundo, também, aliás, a minha carreira é a reeleição, e aí eu tenho

³¹⁰ - Quando questionados sobre o assunto, houve unanimidade entre os entrevistados sobre a utilidade dos movimentos sociais para finalidades político-eleitorais, em períodos pré e pos-eleitoral.

*de me portar da melhor forma possível, **partidariamente**, para que isso seja administrável da melhor forma possível.”(grifo nosso).³¹¹*

A cada “novo projeto” político, motivado por derrotas eleitorais, novas conversações são retomadas, em função da continuidade da carreira política.

A natureza da função parlamentar (cargo eletivo e de representação), não nos permite encará-la como “emprego”, mas na prática é o que tem prevalecido, tanto no nível municipal como no estadual e federal.

Em virtude da continuidade na vida parlamentar, o líder político secundariza a função legislativa, empenhando se mais em “novos projetos” baseados em alianças intra e inter-partidárias, já que a ideologia partidária praticamente inexistente para ele que persegue com mais força outras abordagens e objetivos. Os novos projetos englobam a possibilidade de realização de grandes obras e de “mostrar serviços” subtraindo dividendos eleitorais e quem sabe, formar quadros para ajudar a preencher cargos da administração do Estado:

“... e eu acho que nos de Rondonópolis, se não tivermos um pouco dessa preocupação, nós podemos perder uma boa oportunidade, não só de trazer obras para cá, mas principalmente de mostrar a importância do nosso trabalho, de pessoas. Eu tive a oportunidade de discutir com o governador (Tal), que disse que Rondonópolis não tinha quadros; falou que Rondonópolis não tinha quadros para compor o governo. Eu já tive a oportunidade de discutir isso, entendeu? Então isso é visão, porque quem não é visto, não é lembrado; quem tam bem não reclama, né, não tem; guri que não chora, não mama.”³¹²

Dessa forma, a função parlamentar se restringe à política de resultados e aprovação em Assembléia de matérias de interesse publico, tendo como baliza os

³¹¹ - Extrato de gravação de reunião partidária. Discurso de um importante membro da cúpula partidária no momento em que anunciava sua desfiliação para lançar-se num “novo projeto político”. Em dez. 2000.

³¹² - Idem nota n.12, cap.IV

dividendos eleitorais, submete a racionalidade político-social, à racionalidade político eleitoral, demonstrada pela cumplicidade entre Executivo e Legislativo.

O processo envolve troca de gentilezas entre o Executivo e o Legislativo, como, por exemplo, a omissão de irregularidades. No caso municipal, os pareceres negativos do Tribunal de Contas aprovados pelo Legislativo Municipal demonstram a existência dessa cumplicidade:

“Tribunal de contas emitiu parecer contrario à aprovação de contas da câmara Municipal relativas aos anos de 1981/82 pelo fato de que nesses anos, os vereadores receberam subsídios a mais do que tinham direito, foram processados por isso e terão que devolver o dinheiro aos cofres públicos.” (Jornal a Tribuna em 19/05/1985).

“Tribunal De Contas – Parecer negativo contas de Barreto; Câmara acata, mesmo com protesto.” (A Tribuna, em 20/03/1992)

Apontando 31 irregularidades, e com o voto contrario de 2 conselheiros o TC do Estado aprovou s contas da Prefeitura de Rondonópolis do ano de 1994. (A Tribuna em 05/01/1996)

“Contas de Carlos Bezerra são aprovadas pela Câmara Municipal, mesmo tendo o TC apontado 32 irregularidades.” (A Tribuna em 09/03/1995)

“Rondonópolis está entre os 38 municípios que tiveram suas contas rejeitadas pelo TC, refere-se ao ultimo ano de mandato de Rogério em 1996.” (A tribuna em 24/25/12/1997).

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) é uma instituição autônoma, com função eminentemente técnica de verificação e análise de prestações de contas dos poderes públicos, exercendo um controle externo das contas da administração pública e municipal e estadual. Ele fiscaliza, analisa e dá o seu parecer prévio, enviando às câmaras municipais para aprovação ou não. Ao Tribunal, não compete o julgamento de contas do Executivo municipal, apenas dar parecer. O julgamento final é feito pela própria Câmara. Porém, quanto às contas da Câmara, o TCE emite parecer e julgamento, e se necessário solicita ao governo do Estado intervenção. Mas a intervenção do Tribunal deve antes ser aprovada pela Assembléia Legislativa Estadual.

A necessidade de grande soma de recursos para bancar as campanhas eleitorais tem sido outro fator limitante dos trabalhos do Executivo e do Legislativo, e conseqüentemente ao processo de democratização das relações políticas na sociedade rondonopolitana.

Diante da necessidade de captação de recursos para bancar a reeleição, projetos que incentivam a instalação de grandes empresas encontram mais facilidades de aprovação, muitas vezes sob a alegação de maior geração de empregos na cidade. Também em parte justifica a instalação cursos de ensino superior, oferecido por grandes empresas do setor, em convênio o poder público, sob pretexto de qualificação do serviço docente³¹³.

Mas, parece-nos que esse tipo de barganha, está mais acessível, ao cargo do Executivo, principalmente em cidades interioranas como Rondonópolis.

Para o caso do vereador que se propõe a tanto, vale-se mais do compromisso com seus assessores, de continuarem a mantê-los no posto, desde que desempenhem bem a função de manter ativa sua base eleitoral. É uma espécie de financiamento de campanha mais barato e sofisticado, pois o assessor recebe o pagamento pela Câmara, ou seja, é recurso público. Diríamos que é um financiamento indireto de campanha eleitoral, em médio prazo.

O financiamento de campanhas eleitorais tem sido ao longo do tempo, um dos maiores limites à democracia representativa, haja vista que o candidato eleito procurará cumprir em primeira instância, o compromisso firmado com aqueles que o financiaram, deixando os projetos coletivos em segundo plano. A prioridade é a base que o elegeu, seja um determinado bairro, seja um grupo econômico. Segundo uma entrevistada³¹⁴,

³¹³ - Destaque especial para uma empresa do setor educacional tem oferecido cursos *vagos* de licenciatura em diversas áreas do conhecimento.

³¹⁴ - Jurema Alves Cardoso, presidenta do GRUCON e líder comunitária. Entrevista concedida em março/2005.

líder comunitária, um determinado agente do sistema político de Rondonópolis, empresário relativamente bem sucedido, tem sido reeleito mediante trabalho assistencialista junto ao movimento comunitário, doando postes para instalação de luz, canos para instalação básica de rede de água, substituindo com recursos próprios serviços que deveriam ser feitos pelo Poder Público. E como ele presta esse tipo de serviço não apenas em períodos pré-eleitorais, ameniza junto aos eleitores a pecha de oportunista, e conserva a postura de “pai dos pobres”.

Ao lado do problema do financiamento, está a formalidade da lei, que nos casos de comprovação de irregularidade eleitoral ou não, é lenta e não estimula os cidadãos a denunciarem, tornando de difícil comprovação total uma pesquisa como essa. As pessoas só contam esse tipo de caso com o gravador desligado, temendo retaliações futuras.

O comentário a seguir é expressivo quanto aos custos de campanha eleitoral, e sugere as possibilidades de distorções no processo:

“... e fizemos uma análise da campanha, do que seria a campanha, das necessidades da campanha, principalmente o maior problema de uma campanha, que é o financeiro, entendeu? (...) fizemos na sala dele uma simulação de três tipos de campanha: uma campanha sem dinheiro nenhum; uma campanha média e uma campanha com dinheiro necessário, entendeu? (...) Então, naquela época, inclusive eu orçava uma campanha em trezentos mil reais, seria a campanha mínima, só pra, entendeu? (...) Quando eu digo ajuda do governo, eu digo ajuda das pessoas; o governo não libera dinheiro nenhum prá ninguém; que libera são os amigos que ele tinha...(sic!)”

315

O financiamento de campanha, às vezes, também é conseguido indiretamente, através do apoio à “governabilidade”³¹⁶ do candidato do Executivo (municipal ou

³¹⁵ - Extrato de gravação de reunião partidária. Discurso de um importante membro da cúpula partidária no momento em que anunciava sua desfiliação para lançar-se num “novo projeto político”. Em dez/ 2000.

³¹⁶ - O tema governabilidade tem sido cercado de confusões, “em que a expressão é tomada para indicar uma característica da aparelhagem do Estado (sua eficiência ou capacidade governativa, identificada às vezes ao mero apoio prestado ao governo no Congresso), omitindo-se o fato de que o atributo de ser mais

estadual), ou de apoio ao seu candidato. Predomina nesse caso, o tráfico de influência entre elites partidárias dos médios e grandes partidos, compostas por empresários ou pessoas ligadas a eles.

Essa dinâmica da política partidária foi e é prejudicial para o avanço da consciência política geral, pelo descrédito que causa às instituições democráticas, desmotivando a participação política popular, ou fazendo com que a Boa Política seja desdenhada.

Nesse sentido, em nome de uma suposta governabilidade municipal, no caso das associações de bairro, o vereador acaba privilegiando mais o bairro ou diretoria de associação de moradores que lhe dá apoio eleitoral. Caso esse vereador pertença ao mesmo partido do executivo, as chances dessa comunidade ter as suas reivindicações atendidas, podem aumentar, não sendo posta a questão de prioridades e de tempo na fila de espera por recursos. O líder comunitário Hélio Luz, que desde 1988 atua no movimento comunitário da cidade, disse ser essa uma situação rotineira, da qual nenhuma legislatura se privou nestes últimos 17 anos, pelo menos.³¹⁷ Esse agente do sistema político é conhecido por “vereador de bairro”.

O vereador de bairro é provedor de benefícios diversos, que vai do aviamento de receita médica ao encaminhamento de empregos fantasmas:

“... outros, quando precisam [de emprego], correm atrás do político que já tem a fama de conceder benefícios e acabam conseguindo um contrato em troca de votos numa próxima eleição...”³¹⁸

A atuação do “vereador de bairro”, é mais restrita a relacionamentos pessoais, de assistencialismos diversos. A maioria dos projetos que apresentam, versam sobre honrarias, mudança de nomes de ruas. Ele tem uma postura simples e mantém relação constante com o bairro que o elegeu, mas não só. Sutilmente, coopta lideranças comunitárias ou sindicais, que se tornam seu elo mais forte com o “trabalhador da base”. Como já mencionado anteriormente, conforme a posição partidária do vereador protetor do bairro em relação à maioria da Câmara e ao Executivo, são definidos os resultados em prol ou contra a comunidade.

ou menos governável é um atributo daquilo que é governado, ou seja, da sociedade...” Avelar, op. Cit. p. 398.

³¹⁷ - Entrevista concedida em março/2005.

³¹⁸ - Entrevista em 06/2001 (ex-funcionário público; não quis se identificar).

Em algumas situações, eles podem competir objetivando diminuir ou tirar o prestígio de um terceiro político que está em ascensão, deixando de votar matéria de interesse da “base” desse último, deixando de beneficiar um bairro inteiro, por conta dessa concorrência mesquinha³¹⁹.

Na Rondonópolis dos anos 80 e 90, parte dos vereadores eleitos saíram das bases do movimento comunitário, e a necessidade de cada liderança eleita atender em separado aos reclamos da sua base de modo paternalista, impediu que houvesse da parte do corpo legislativo uma visão de conjunto da cidade, inviabilizando a elaboração de políticas públicas em número satisfatório e de amplo alcance.

A prática político-partidária caracterizada pela busca de ganhos e vantagens pessoais no exercício do poder político, em detrimento dos interesses maiores da população, ficou evidenciado através do episódio que ficou conhecido como “A Semanada”, envolvendo o chefe do executivo municipal e uma empresa de transporte coletivo, que até então monopolizava este serviço. O acontecimento teve repercussão no estado e levou à renúncia do prefeito. O caso nunca ficou suficientemente conhecido pela opinião pública, pois o processo foi arquivado por falta de maiores provas e a Comissão Especial de Investigação formada pela Câmara foi desfeita. Não temos conhecimento se o processo de investigação sobre as fraudes levantadas pela auditoria também tiveram prosseguimento no Ministério Público³²⁰

Os fatos que vieram a público pela imprensa escrita e falada, foram que o chefe do executivo estaria recebendo uma mesada da empresa de transporte coletivo para que esta continuasse a explorar sozinha o serviço. Essa mesada tinha por finalidade facilitar a negociação sobre o valor da tarifa cobrada aos passageiros.

Desde que ocorreu a denúncia, em julho de 1997 até o desfecho do caso, com a renúncia do prefeito, em fevereiro de 1999, houve intensa movimentação político-partidária, com denúncias de irregularidades no setor financeiro da Prefeitura desde a gestão anterior (possível existência de uma *factoring* clandestina na Prefeitura e desvio de dinheiro de Imposto Predial e Territorial Urbano). As denúncias nunca foram suficientemente investigadas pela Câmara, sendo arquivadas “por falta de provas”³²¹. Parecia que o sistema político local passaria por uma depuração, apesar de tudo.

A denúncia do caso “Semanada”, foi oferecida ao Ministério Público por um militante do Partido dos Trabalhadores (o Sr. Baltazar de Mello), respaldado na decisão de um grupo de dirigentes de movimentos sociais. Dentre os representantes desses movimentos sociais (comunitário e sindical), ele seria o mais apto do grupo a entrar com a representação contra o prefeito, entre outros motivos, pelo seu histórico no PT, segundo ele mesmo.³²²

³¹⁹ - Hélio Luz, líder comunitário e presidente da URAMB. Entrevista concedida em março/2005.

³²⁰ - ... Ele [o prefeito], opinou que cópias integrais da auditoria fossem enviadas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, à Procuradoria Geral do estado de Mato Grosso, ao Curador do Patrimônio Público de Rondonópolis, na pessoa do promotor em exercício nesta comarca, para que cada um desses órgãos tomem as providências legais sobre os fatos noticiados”. A Tribuna, em 06/06/1999 e 27/01/1999.

³²¹ - A imprensa local deu cobertura sobre esses casos.

³²² - Entrevista em 03/2005.

Desde o primeiro momento, o prefeito negou que os fatos correspondessem à realidade, e que estaria sendo vítima de uma “armação política” da oposição. Conseguiu às custas de defesa jurídica, manter-se no comando da administração recebendo pressões da opinião pública, em geral.

No movimento de oposição ao prefeito e no combate aos seus supostos atos de corrupção, sobressaíram-se integrantes de partidos tanto da dita Esquerda quanto da Direita, bem como diretorias de sindicatos, alguns deles vinculados a alguns partidos políticos. Dentre as lideranças mais combativas, estava o presidente do sindicato dos servidores públicos municipais e o ex-presidente do sindicato dos bancários e então vereador do PT, o sr. Juca Lemos.

No auge da crise, cerca de um ano depois que o caso estourou, os funcionários municipais estavam há quase seis meses sem receber salários, o que se refletia na retração do comércio, pois este é em parte animado pelo pagamento dos servidores públicos, municipais e estaduais, talvez o contingente majoritário de assalariados numa cidade de urbanização artificial e precária. Dentre os comerciantes, o descontentamento não era menor. Além disso, representantes do ramo imobiliário (sindicato patronal), já demonstravam também descontentamento com o prefeito, possivelmente derivado do sancionamento de lei que proibia a edificação de construções verticais numa das áreas mais valorizadas da cidade, a Vila Aurora³²³.

A crise interna do partido do prefeito, PMDB, levou-o à desfiliação do mesmo, prosseguindo o mandato sem um partido que lhe desse sustentação.

Em 04/11/1998, a Câmara Municipal instaurou o processo de cassação do prefeito, e 15 dias depois decretou seu afastamento por 180 dias, para proceder às investigações necessárias.

Decorridos 36 dias de afastamento, o prefeito entrou com recurso judicial para retomar o mandato, mas no dia seguinte, ocorreu outra denúncia de irregularidade no segundo ano de gestão, desta vez, envolvendo licitações fraudulentas com favorecimento a terceiros³²⁴. O denunciante foi o prefeito em exercício.

Em 20/02/1999, renunciou ao mandato afirmando que estava sendo vítima de “armação” dos seus opositores.

A auditoria referente ao ano de 1998, confirmou inúmeras irregularidades, qualificadas como malversação dos fundos públicos e envolvendo, além da Prefeitura, a autarquia de Departamento de Água e Esgoto, o DAE³²⁵.

Tivemos a oportunidade de entrevistar o ex-prefeito Dr. Alberto Carvalho, para conversarmos sobre o assunto. Ele atendeu-nos com prontificação, embora não conseguisse esconder o constrangimento de ter que reviver as lembranças, segundo ele, amargas demais³²⁶.

Durante a conversa, manteve a versão noticiada à época pela imprensa, de que fora vítima de armação política; mas evitou citar nomes de envolvidos. Historiou sua trajetória político-partidária, relevando a

³²³ - Jornal A Tribuna, em 26/03/1998.

³²⁴ - A Tribuna, em 29/01/1999.

³²⁵ - A tribuna, em 06/06/1999.

³²⁶ - Entrevista concedida em Fev/2005.

simpatia nutrida desde o início da militância, pelo líder do MDB local, o então deputado sr. Carlos Gomes Bezerra. A atuação deste deputado junto às camadas populares, teria levado Dr. Alberto a apoiá-lo nas eleições municipais de 1982, inclusive com investimentos financeiros (gasolina).

Durante anos foi simpatizante do PMDB, sem que fosse filiado. Passou a sê-lo antes das eleições municipais de 1992, quando disputou uma vaga à Câmara Municipal a convite do então governador Carlos G. Bezerra, que também estaria disputando o cargo do Executivo. Nesta eleição, ambos saíram vitoriosos.

Nas eleições municipais de 1996, também a convite de Carlos G. Bezerra, que já ocupava o Senado Federal, o ex-prefeito Dr. Alberto, disputou o cargo do Executivo, com o objetivo de dar prosseguimento à administração peemedebista iniciada em 1992.

Segundo o Dr. Alberto, quando foi convidado para a disputa eleitoral de 1992, argumentou que não teria recursos para bancar uma campanha para prefeito. E foi neste momento foi que tomou conhecimento sobre o “Caixa 02” criado com a “mesada” repassada pela empresa de transporte, esquema que possibilitaria o fornecimento de recursos para sua campanha eleitoral para prefeito.

Contou-nos que, antes de ser oficialmente convidado, o partido já havia realizado uma pesquisa na cidade para saber qual candidato do PMDB que teria aprovação do eleitorado. Embora houvessem outros peemedebistas interessados na disputa (como Percival e Zé Carlos), na pesquisa de opinião quem liderou nas intenções de voto, foi o médico e vereador Dr. Alberto (dois anos depois, Zé Carlos candidatou-se e foi eleito deputado estadual).

O Dr. Alberto aceitou o convite do Senador e a “imposição” do candidato a vice-prefeito na chapa, o inconformado Percival. A entrada de Percival na chapa se devia a acordos anteriores (segundo Dr. Alberto envolvendo terras no norte do Estado de MT) e ao fato de que foi um dos mais rejeitados para o cargo de prefeito na pesquisa de intenções de votos. Também não se opôs à coligação com outros partidos, inclusive com o PT, que depois o traiu, segundo ele.

Contou-nos que o esquema de propina entre a empresa de transporte e a prefeitura foi “condição” para a empresa receber uma concessão de 12 anos na cidade, realizada na segunda gestão do Prefeito Carlos Bezerra (01/01/93 a 31/03/94; eleito Senador em outubro/94, permaneceu no cargo até Dez/2002).

Até a posse do Dr. Alberto, em janeiro de 1997, o pagamento da propina feito pela empresa de transporte sempre era repassado a alguém do executivo, em dinheiro, livre de transações bancárias e em lugares acima de qualquer suspeita. O valor da tarifa dos ônibus era calculado pelo Conselho Nacional de Trânsito mediante dados fornecidos pela empresa de ônibus e pela Prefeitura Municipal (quantidade de ônibus que compõem a frota, tempo de uso, número de passageiros, condições das “linhas” percurso, etc.) conforme a legislação. A partir da adulteração desses dados, a tarifa, era calculada acima do real, e proporcionava a “sobra” do lucro da empresa, que era repassada à Prefeitura “*por fora*”.

Então, quando assumiu o executivo, Dr. Alberto disse que o esquema da propina já existia, e que apenas deu continuidade a ela, mas com o “descuido” de em uma das oportunidades fazer uma

transação bancária: Juca Lemos (PT)³²⁷, vereador recém empossado, solicitou ao prefeito ajuda de custo em dinheiro para pagar um frete de sete mil reais, de ônibus que transportaria alunos para uma cidade de Minas Gerais. Dr. Alberto atendeu a solicitação do vereador Juca Lemos, pagando o frete com um cheque próprio (não da prefeitura, pois o dinheiro da propina não entrava nas contas dela) e pré-datado (pois teria que aguardar a próxima remessa para cobri-lo).

Ainda segundo o Dr. Alberto, quando recebeu a remessa pediu que Júnior Bezerra, secretário de gabinete, depositasse os sete mil reais em sua conta no Banco do Brasil. O recibo do depósito ficou em poder de Júnior Bezerra.

Segundo o entrevistado, o vereador Juca Lemos tomou conhecimento do esquema da mesada ou propina nesta ocasião, pois o dinheiro era usado para esse fim mesmo: mediar as negociações entre o Executivo e o Legislativo; muitos vereadores da legislação anterior se beneficiaram do esquema, além de ter contribuído para o caixa de campanha eleitoral do Dr. Alberto, de acordo com o próprio.

Os fatos narrados constituem a versão que nos foi dada pelo ex-prefeito. Alguns detalhes da conversa, fizemos questão de não mencionar, pois são comprometedores para a segurança da pesquisadora e foram ventilados na imprensa. Ou seja, nos limitamos a expor o que, de alguma forma, foi do conhecimento público, à época, acrescentando alguns detalhes expostos pelo entrevistado.

De acordo com a informação prestada pelo ex-prefeito, o cheque de sete mil reais foi emitido para o vereador, mais ou menos, em fevereiro/1997, segundo mês de mandato. O esquema estourou em julho, mas por denúncia de um terceiro envolvido. Apenas depois, membros do legislativo se manifestaram a respeito, e o recibo do depósito da empresa de ônibus foi apresentado quase um ano depois. O que chegou ao conhecimento geral da opinião pública, foi apenas de que o prefeito teria sido o autor e único beneficiado pelo esquema.

Nenhum outro político teve o nome associado ao escândalo, e um mês e meio após a renúncia, a Câmara municipal votou pelo arquivamento do processo de investigação, por “falta de provas mais contundentes”. Foram 10 votos a favor; 03 contra (entre eles o voto do vereador petista); 01 faltoso e 02 se retiraram do recinto antes do início da votação.

Segue alguns trechos do relatório apresentado pela Comissão Especial de Inquérito (CEI) à Câmara justificando o arquivamento do processo:

“...As considerações pessoais deste relator, resta de todo conteúdo do exame global de todo o material colhido, que uma ferrenha luta pelo poder foi travada, restando indícios de possíveis irregularidades ou ilegalidades administrativas não traduzidas em provas conclusivas ao final do trabalho da CEI.

‘Visível também os indícios de fraude na formação das provas de possível trama para incriminar o prefeito municipal, como alias, ele próprio denuncia, muito embora não traduzidas em provas conclusivas ao final dos trabalhos. Ante ao

³²⁷ - Sobre a trajetória política deste agente do sistema político de Rondonópolis, consultar Costa, op. Cit.

exposto emite-se parecer pelo arquivamento da denuncia contra Alberto de Carvalho de Souza, prefeito municipal de Rondonópolis, parecer este não conclusivo, devendo ser submetido ao plenário da Egrégia Casa de Leis, respeitadas as normas regimentais.”³²⁸

Durante um ano e meio de crise política, ainda ocorreu a denuncia de que um dos vereadores estaria aceitando propina para retirar seu nome do requerimento de criação de Comissão Especial de Inquérito, para apurar as denúncias contra o prefeito Dr. Alberto. A prova seria uma fita de vídeo gravada. Este mesmo vereador, nesse ínterim, também foi acusado de apropriação indevida de um terreno nas imediações da cidade. Sobre esses casos, a Câmara não deu andamento satisfatório, arquivando o ultimo processo, somente por não conter nos autos, um documento pessoal do denunciante.

*“O motivo arrolado pelos três membros da CIP para o pedido de arquivamento é que [o denunciante] não anexou copia de seu titulo de eleitor, ficando, assim, em desacordo com o que dispõe o decreto 201/67. Segundo o vereador (...) anteriormente à sessão de ontem havia um acordo no sentido de que o processo fosse adiante e, no final, aplicada ao legislador acusado, uma suspensão de 90 dias sem direito a receber salário – que seria distribuído a entidades de caridade...”*³²⁹

Este processo foi arquivado por 14 votos a favor e dois contra. Um vereador faltou à sessão. O vereador acusado terminou seu mandato sem maiores problemas.

A solução para a crise, demonstrou uma nova característica do sistema político local, o corporativismo da Câmara de Vereadores frente à situação, além da contribuição negativa à imagem da instituição, reforçando o descrédito e o niilismo político na sociedade rondonopolitana.

Durante a fase de entrevistas, procuramos entrevistar sobre a crise política, pessoas proeminentes, mas, mesmo com o gravador desligado não notamos disposição deles para falarem sobre o assunto. Por isso, para a pesquisa só pudemos registrar a versão da imprensa e a do ex-prefeito Dr. Alberto, embora nos “bastidores” da política existam muitas especulações a respeito³³⁰.

A entrevista do Dr. Alberto denota a crise do sistema político local, assim como a cobertura da imprensa de Rondonópolis, pois nunca se vira antes tantas acusações mútuas de corrupções, malversações do uso do dinheiro público, oportunismos e instrumentalização. De público e amplamente, nunca se chegara a uma situação dessas, e o desgaste político nunca foi tão proeminente. O sistema político local veio a público em grande parte e se desgastou fortemente.

³²⁸ - Jornal A tribuna, em 05/03/1999.

³²⁹ - A Tribuna, 29/04/1999.

³³⁰ - Em entrevista, o Sr. Wilson, um dos fundadores do diretório do PMDB em Rondonópolis-MT e militante desse partido desde então (há 25 anos), limitou-se a dizer que a crise do sistema político local resultou da disputa pelo poder político, e que os demais acontecimentos do período foram usados para atender a finalidade de desalojar o prefeito.

Nenhuma das versões, entretanto, prevaleceram sobre o fato de suspeita de corrupção. O fisiologismo do sistema político de Rondonópolis ficou escancarado à sociedade, que de modo coletivo apresentou sua reação no pleito eleitoral municipal seguinte (2000): o número de votos brancos, nulos e abstenções foi expressivo. Cerca de 29% do numero total de eleitores sequer manifestaram seu apoio aos candidatos.

Do colégio eleitoral composto de 92.272 eleitores, 74.486 votaram; 17.786 se abstiveram; 4.708 foram anulados; 1230 votos estavam em branco. Foram considerados votos validos, 73.542, subtraindo-se os brancos, nulos e abstenções.

Com relação aos vereadores, o mais votado alcançou 2.074 (2,71%) dos votos válidos. Os 17 vereadores juntos, somaram 23.000 votos, (num universo de 97.272 eleitores aptos). Dos 17 vereadores que ocuparam a câmara na gestão 1996-2000, 14 deles se candidataram à reeleição, e apenas 05 foram reeleitos, ainda assim, com queda expressiva no número de votos, em relação ao pleito anterior.

Os votos recebidos pelo Executivo, representaram 52,20% dos votos validos. Mas, relacionado total geral, os votos dele cairiam para 38,46%, não tendo alcançando, portanto, a preferência da maioria. Não se deu, portanto, a vitória da maioria, o que fere um preceito da Democracia Liberal.

Mas a crise eleitoral não parece ter sido superada ainda, pois, na última eleição, o número de comparecimento não correspondeu ao número de crescimento do colégio eleitoral desde o último pleito municipal³³¹.

Essa talvez tenha sido a maior crise do sistema político de Rondonópolis, desencadeada, provavelmente pela quebra de pactos intra-partidários, oportunismos, etc., e que acabou se estendendo para uma formidável “lavagem de roupa suja” em público. Mas também, a reação dos eleitos na redução dos votos, isto é, da aprovação do sistema político rondonopolitano. Enfim, é possível que neste fato social tenhamos o indício de alguma mudança mais profunda.

A consistência política da câmara foi abalada pelo encaminhamento dado em favor de interesses corporativistas. O alicerce do sistema talvez não tenha sido abalado, mas o fato de se resolver *pendengas* partidárias em público reflete uma aridez e intolerância expressivas. Assim, o sistema político sobreviveu à crise, foi reordenado e a política de resultados aprofundada.

A oposição parlamentar desempenhou papel fiscalizatório, ainda que insuficiente, destacando-se mais pelo papel de liderança política, em detrimento da função legislativa. A análise do Sumário de Leis nos permitiu detectar que nos meses mais agudos da crise, produção parlamentar caiu em quantidade e qualidade³³². E a desconfiança geral redobrou-se. É quase certo que a maioria do eleitorado soubesse vagamente das corrupções, malversações, troca de favores, etc. Mas o que não se sabia era a dimensão desses procedimentos e o como se davam. O eleitor de Rondonópolis nada ganhou para si com a Semanada.

³³¹ - Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-MT.

³³² - Sumários de Leis da Câmara Municipal de Rondonópolis – 1955-2003

O acontecimento definiu alguns rumos que a política partidária vinha tomando, sobretudo quanto aos partidos ditos de Esquerda. Tais partidos, que tiveram contribuição relevante no processo de democratização política nos anos de 1980, trabalhando na organização social dos trabalhadores, acabaram por assumir postura ambígua, senão comprometedoras em várias situações, dos anos de 1990 em diante. Notadamente o Partido dos Trabalhadores, que a partir de 1992 passou a estabelecer alianças político-partidárias com o objetivo de alcançar mais depressa parcelas do poder de governo³³³.

Contraditoriamente, os partidos políticos ditos de esquerda contribuíram para a limitação do sistema representativo, na medida em que acabaram se valendo de mecanismos distorcidos e da insatisfação e conformismo das massas para a conquista e manutenção no poder de governo.

Sabemos que a Democracia não é um sistema pronto e acabado; ela precisa e permite aperfeiçoamentos. Mas, esse processo na realidade histórica de Rondonópolis em parte limitado pela política partidária imediatista, inclusive de Esquerda, encontrou no sistema representativo o meio para atingir objetivos em predominância não-coletivos. Nesse caso, a representação tornou-se, gradativamente, a forma de legitimação de um sistema político, no principal, distorcido e excludente.

Outrossim, a democracia que de fato deu resultados mais positivos e mais rápidos, foi a democracia direta, exercida nos momentos de organização das entidades sindicais, das associações de moradores, na organização de ocupações urbanas coletivas para a resolução dos problemas mais imediatos, mas principalmente na ação coletiva dos trabalhadores rurais, que, por pelo menos quatro vezes fizeram a reforma agrária em Rondonópolis, assentando milhares de famílias, recompondo parcialmente, sazonalmente a estrutura agrária da fronteira agrícola.

Com o passar dos anos, o envolvimento de vários movimentos sociais com a política partidária comprometeu em parte as relações democráticas no seu interior, colocou em questão a sua autenticidade, mas não as extinguiu.

A Esquerda partidária teve um papel ambíguo na História Política de Rondonópolis no momento de crise do sistema político. Há indícios de que o suposto esquema de corrupção fosse do conhecimento de ao menos uma parte dela (ao menos da liderança parlamentar do Partido dos Trabalhadores)³³⁴. No entanto, este não se pronunciou a esse respeito até que um terceiro trouxesse o caso a público.

Depois que a denúncia de suposto envolvimento em corrupção do executivo, as “bases” sociais dos movimentos sociais mais combativos (associações de moradores e sindicatos) passaram a ser mobilizados, contando com a participação principalmente do presidente do sindicato dos servidores públicos municipais e do representante do PT no Parlamento.

³³³ - De acordo com o Sr. Baltazar de Melo, inicialmente o Partido dos Trabalhadores era mais rigoroso quanto ao ingresso de filiados. Mas, com o passar do tempo, tiveram que abrir o partido para políticos mais experientes e buscar alianças, com o intuito de alcançar o poder de governo, e que não poderia ser diferente se o partido objetivava ampliar sua representatividade no Legislativo e no Executivo. Para ele, o PT não teria alcançado a Presidência da República se não tivesse deixado de lado certos critérios de filiação partidária e nem feito alianças com partidos maiores. Entrevista concedida em março/2005.

³³⁴ - O episódio da transação bancária beneficiando o vereador, comprovado nas investigações da CPI, ocorreu pelo menos cinco meses antes da denúncia.

Em meio a informações desencontradas na imprensa, o prefeito negava as acusações, enquanto os fatos demonstravam que não havia muita disposição das autoridades políticas de levar adiante as investigações. Na Câmara havia o empenho de três vereadores, apenas. E entre eles, o vereador do PT.

Devagar, a oposição parlamentar ao executivo, constituída de minoria na Câmara, conseguiu com o apoio de algumas lideranças de movimentos sociais populares, envolver a opinião pública. Muito contribuiu para o agravamento da situação política do executivo, o atraso de quase seis meses dos salários: o sindicato dos servidores municipais, articulado a outras entidades sociais do município e do Estado (a estrutura sindical dos professores do Estado, sob coordenação de lideranças petistas contou muito), promoveram um curso de atualização para os servidores da educação, categoria de maior número no sindicato; promoveram passeatas, protestos, ato público. Esse movimento todo resultou na deflagração de um movimento grevista, piorando a imagem do executivo perante a sociedade local, e aumentando as suspeitas de que o esquema limitava-se à pessoa do prefeito como único beneficiário.

O sindicato dos bancários, tradicional articulador do movimento de Esquerda na cidade e, coordenado por lideranças petistas, também foi importante para a mobilização da opinião pública.

A forma como aconteceu a participação do movimento partidário de Esquerda no caso da “Semanada”, e os seus desdobramentos posteriores, pode estar relacionada à trajetória do movimento geral de esquerda na cidade, que teve suas bases em alianças partidárias³³⁵ com partidos de tradição oligárquica e ligadas ao conservadorismo de parte da Igreja; que, para “crescer” e ter representação no Parlamento, optou por aliar-se a lideranças políticas “de carreira”³³⁶. Esse processo, de alguma forma repetiu o movimento da esquerda partidária no nível regional e nacional, revelando em parte, a subordinação e dependência aos grandes centros políticos do país, e a reiteração da de esquemas eleitorais questionáveis frente às estratégias de se alcançar o Socialismo, através dos preceitos da Democracia Liberal³³⁷.

O movimento geral de Esquerda organizado na área urbana, emergiu no final dos anos de 1970, a partir da criação das associações de moradores. Havia também, uma organização incipiente de servidores da educação, que se subordinava às diretrizes da central, em Cuiabá. Havia associações de profissionais liberais ou de trabalhadores autônomos, como a dos caminhoneiros, por exemplo.

O movimento social de Esquerda foi impulsionado pela política partidária a partir de das eleições municipais de 1982, quando partidos ditos de Esquerda começaram a fundar diretórios na cidade.

³³⁵ - O PMDB, PSB e PC do B, são tradicionais aliados em campanhas eleitorais. O PT aliou-se a estes pela primeira vez em 1992. Das vezes em que o PMDB assumiu o Executivo, tais partidos participavam da administração em cargos de segundo e terceiro escalão. Após a renúncia do ex-prefeito Dr. Alberto, alguns dissidentes do PMDB se filiaram ao PPS, que nas eleições municipais de 2000 tiveram o apoio dos partidos ditos de Esquerda para a eleição do chefe do executivo municipal. A coligação venceu a eleição, e a aritmética eleitoral foi aplicada para a distribuição de cargos na administração pública.

³³⁶ - Entrevista concedida por Baltazar F. de Melo, em março/2005.

³³⁷ - A crise do governo Lula, em alguns aspectos, denota como a política de alianças para se chegar ao poder de Governo não resultou em avanço para a sociedade brasileira. Além do que, as alianças mencionadas resultaram até o momento, em crescimento e desenvolvimentos ínfimos, levando o Brasil a se tornar o 6º país mais pobre do mundo, e à 2ª maior concentração de renda do mundo; é, atualmente, a 63ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano - Fonte: Folha de São Paulo em 07/09/2005.

É sabido que nem todos os movimentos sociais populares são de Esquerda, ou apenas de Esquerda, mas representam o processo de diversidade das relações políticas que deve ocorrer na sociedade.

Consideramos movimento social de Esquerda não apenas a formação de partidos políticos, mas, nos termos proposto por Bobbio³³⁸, todo aquele movimento que se propõe a lutar e defender, na prática, e não apenas na teoria, a promoção “de uma sociedade de iguais juridicamente, politicamente, socialmente, economicamente, e que é contra as mais comuns formas de discriminação”.

Sabemos que o conceito de Esquerda, é abrangente, e não se limita ao entendimento de que o partido político é a única via de mudanças sociais, idéia que levou à própria descaracterização dos partidos ditos de Esquerda e à queda do Socialismo Real.

O que move as pessoas e os movimentos de Esquerda, é o “profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas”³³⁹, e a necessidade de superá-las. Então ele não poderia se resumir a partidos políticos autoritários, hierárquicos e burocráticos, e que, por vezes, desenvolviam o culto à personalidade. O partido político visa a conquista do poder de governo, o que em parte foge aos interesses da maioria das pessoas envolvidas nos movimentos sociais em geral, que desejam a diminuição ou a superação da insatisfação e do sofrimento social, e que é o seu também.

A movimentação e a organização populares, precederam a organização político-partidária de esquerda na cidade, conforme se percebe pela data de fundação dos partidos políticos. Além disso, em termos individuais, havia também militantes, antes dos referidos, durante a Ditadura Militar.

A articulação para a criação do Partido dos Trabalhadores, iniciou-se no segundo semestre de 1980, diante das dificuldades sentidas por integrantes da Pastoral da Terra (CPT) em verem suas reivindicações atendidas pelo Poder Público. Nesse período, esta entidade prestava assistência a posseiros da Gleba Cascata e da Várzea do Ouro. Ou seja, primeiro existiu a movimentação social popular, que depois se organizou em partido político, por meio de algumas lideranças ligadas por sua vez, a lideranças de caráter regional. A necessidade do diretório nacional do partido de formar bases em pelo menos cinco estados, para concorrer às eleições de 1982, contribuiu para a formação do diretório local³⁴⁰.

O PMDB, foi organizado para disputar as eleições municipais de 1982, mas já contava com o apoio popular, pois o líder do diretório era também o advogado dos posseiros da Gleba Cascata, que já a alguns anos lutavam organizados pela posse da terra. Havia um acordo de que caso eles saíssem vitoriosos na questão, dariam o apoio eleitoral ao seu advogado³⁴¹, que se iniciara na “carreira” política nas eleições de 1972, pelo MDB, como deputado estadual e depois deputado federal.

³³⁸ - BOBBIO, Norberto. **Esquerda e Direita** 2ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: UNESP. 2001.

³³⁹ - Idem, op. Cit. Passin.

³⁴⁰ - A partir da reforma eleitoral de 1946, os partidos políticos deveriam ter caráter nacional, com bases em pelo menos cinco partidos. Até a reforma de 1979, houveram varias alterações no Código Eleitoral, mas essa foi mantida, forçando a politização acelerada de grupos sociais e a criação de diretórios municipais que pudessem dar sustentação à grupos políticos tradicionais. Rogério Schimitt. **Os Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro. Zahar. 2000.

³⁴¹ - Moura, op. Cit. Passin.

A vitória dos posseiros no conflito da Gleba Cascata, conferiu ao PMDB grande prestígio popular, ampliando suas bases após as eleições municipais a partir do incentivo à organização comunitária popular nos bairros periféricos.

Parte da Igreja, já desenvolvia trabalho de assistência nos bairros, em especial no bairro de Vila Operária, que crescia desordenadamente, e que já fazia “parceria” com o poder público desde meados da década de 70, foi assediada pelo PMDB, que o apoiou veladamente na gestão municipal, em troca de ampliação na assistência e promoção social das comunidades pobres, enquanto outra parte da Igreja, contribuiu para a idealização e criação do diretório do PT:

“houve um tempo em que PT e Igreja eram a mesma coisa; bater em um era acertar o outro.”³⁴²

No nível nacional, o momento era de convergência de interesses da Igreja Católica e trabalhadores, na continuidade da oposição ao que ainda restava do Regime Militar.

O apoio da Igreja ao emergente movimento político partidário de Esquerda foi progressista, mas também ambíguo, pois não foi na linha de frente, nem incentivava a radicalização do conflito. Os dois clérigos que visitavam a Gleba Cascata e apoiavam os posseiros, foram de pronto transferidos para outro estado, enquanto a cúpula na cidade se incumbia mais da assistência às comunidades mais pobres. Conforme foi se distendendo o Regime Militar, a cúpula da Igreja local foi se abrindo mais aos movimentos sociais de base popular. De modo geral, como já foi dito anteriormente, ela contribuiu na organização de mutirões em parceria com o Poder Público para minimizar as péssimas condições de infra-estrutura de alguns bairros, apoiou a organização de trabalhadores rurais e urbanos.

Mas apesar da importância, a organização popular de Esquerda não se reduziu à ação ou motivação da Igreja, que a partir de meados de 1980 passou, inclusive, a oferecer assistência jurídica ao movimento sindical através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos³⁴³.

À iniciativa popular de organizar-se, mediante necessidades básicas, somou-se além da contribuição da “ala progressista” da Igreja, a emergência de partidos políticos com aspectos progressistas, a criação de um centro universitário, que, minimamente, ajudou na formação intelectual e no incentivo mínimos ao surgimento de lideranças comunitárias e sindicais. Muitos docentes acabaram por se envolver na política partidária, o que indiretamente incentivava os alunos³⁴⁴.

O sindicato dos bancários, que foi organizado em 1985-86, contribuiu grandemente para a dinamização dos movimentos sociais, quando, a partir de 1987 iniciou um trabalho de “conscientização” junto a categorias de trabalhadores urbanos. Assessorados por alunos e professores

³⁴² - Baltazar F. de Melo, entrevista concedida em Março/2003.

³⁴³ - Costa, op. Cit. Passim.

³⁴⁴ - Alguns dos entrevistados revelaram que sentiram-se motivados a envolverem-se em movimentos sociais pelo incentivo indireto de vários professores universitários.

universitários que também pertenciam a outras entidades, deram início ao trabalho de assistência direta na criação de diversas associações que posteriormente adquiriram o *status* de sindicato³⁴⁵.

A equipe de frente do movimento sindical dos bancários, de início era formada por militantes de partidos políticos (PL, PFL e PMDB). Com o passar do tempo, a militância foi se homogeneizando em torno de partidos mais à Esquerda, concentrando-se por fim, no Partido dos Trabalhadores. O diretor do sindicato, nas eleições municipais de 1988, foi eleito vereador, migrando logo depois, para o Partido dos Trabalhadores. Em 1996, cerca de 80% da diretoria pertencia a um mesmo partido político³⁴⁶. Por isso, o trabalho de articulação de outras unidades sindicais desenvolvido por eles, entre os anos de 1987 a 1992, adquiriu cunho político-partidário.

O desempenho do sindicato dos bancários, tanto ao nível da própria categoria, como na assistência direta para a organização de outras, teve saldo positivo, no sentido de que os objetivos imediatos foram alcançados e o nível de politização se elevou, em termos relativos, segundo Neicimar Celestino, um dos fundadores da entidade³⁴⁷, que não problematizou a interferência político partidária nos movimentos sociais, especialmente nos sindicatos.

A forte imbricação político-partidária, se deu no momento em que o sindicato dos bancários assessorava a criação de outras unidades sindicais, a interferência do poder público municipal, especialmente nos períodos eleitorais, como se observa no extrato abaixo:

*“contou, e como contou. Nos contamos com o apoio do Juquinha do PT, do PSB, PMDB, contamos com a participação do Percival (deputado federal-PMDB), da mulher do Juca que foi uma participação efetiva (...) contamos indiretamente com a participação do Bezerra (Governador do Estado) e do Prefeito Fausto Faria (PMDB)’. Osmar – líder da Construção Civil”*³⁴⁸

A interferência do poder público municipal, que vinha ocorrendo nas associações de moradores, de forma espantosa, passava a existir nos sindicatos também. A aproximação desses políticos dava-se com o intuito de subtrair dividendos político-eleitorais e para demonstrar sintonia com o debate político nacional, que era o da abertura democrática; vê-se, pois, que um movimento basicamente de Esquerda foi se encaminhando para a vinculação e dependência ao sistema político predominante.

O Partido dos Trabalhadores, a partir do momento que começou a estabelecer alianças com políticos “experientes” de outros partidos, inclusive receber nos seus quadros ex-militantes do PMDB, passou a sintonizar com propriedade as diretrizes nacionais do Partido, inclusive ao adotar a linha sindical da Central Única dos Trabalhadores - CUT. No processo, acabou por adotar a tática de aproximação a movimentos sociais com finalidades político-eleitorais.

³⁴⁵ - Dentre esses professores, destacaram-se Naldson Ramos da Costa e Flávio Antônio da Silva Nascimento (HIS/CUR/UFMT), que chegaram a planejar e a desenvolver cursos especiais de formação e de conscientização política para os trabalhadores, no referido sindicato.

³⁴⁶ Costa, op. Cit. p.

³⁴⁷ - Entrevista concedida em marco/2005.

³⁴⁸ - COSTA, op. Cit. p. 103.

O aspecto ideológico foi cedendo lugar à necessidade de burocratização do movimento sindical. A tentativa de criação de uma central sindical ilustra a tendência de vinculação político-partidária do PT aos movimentos sociais, em especial do movimento sindical, no final dos anos de 1980.

Em 1989 foi alugado um imóvel no centro da cidade para a instalação da sede regional da CUT, que chegou a abrigar alguns sindicatos em fase de organização e outros já formados. A idéia era assistir a organização dos trabalhadores urbanos a partir de uma coordenação centralizada e filiada a entidades de âmbito federal e nacional – a CUT nacional. Assim, os trabalhadores sindicalizados de Rondonópolis poderiam em tese participar das “grandes decisões” na sociedade brasileira, através da representação. A “ala progressista” da Igreja Católica teve parte importante na organização dessa entidade, que durou pouco. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos, mantido pela Diocese, prestava assistência jurídica às entidades sindicais.

A central sindical, de curta duração, tornou-se inviável por vários motivos. O principal deles parece ter sido a velada imposição da programação político partidária do PT aos sindicatos organizados pelo sindicato dos bancários. Parece que havia uma tentativa de “reduzir” a luta dos trabalhadores urbanos às questões político-partidárias. Parecia, portanto, que a Esquerda de Rondonópolis, de viés petista, tenta erigir um segundo sistema político em Rondonópolis, de fora para dentro.

A tentativa frustrada do PT de “enquadrar” o movimento social de Esquerda, seguia uma tendência iniciada pelo PMDB com as associações de moradores de bairro, como já foi dito. Também parece-nos que em alguma medida relacionava-se com a necessidade do PT de ampliar o numero de filiados no nível nacional, num processo de politização acelerada.

O partido político não é um movimento social, pois, o primeiro se diferencia dos demais por almejar a conquista do poder de governo, enquanto que o movimento social raramente persegue a conquista do poder, arrancando gradativas conquistas, transformando a sociedade aos poucos. O imbricamento do partido político com outros movimentos sociais de base popular é inevitável e, em alguns casos demonstrou aspectos positivos. Inclusive o próprio PT foi um partido que surgiu pela própria movimentação da base popular, em Rondonópolis.

Mas, esse imbricamento, no curto prazo, resultou em relações não muito democráticas na política. Hoje, percebemos que, no passado, o relacionamento da política partidária com os movimentos sociais resultou na instrumentalização desses últimos pelos partidos políticos que, no fundo, não respeitavam os movimentos sociais. A situação de insatisfação geral foi canalizada para fins políticos partidários de ocupar o poder de governo ou de ampliar seu poder de briga. Essa situação não tem como ser entendida como manifestações de crescimento mesmo da democracia liberal, na medida em que do outro lado ela foi sendo limitada, por estes meios. E como se sabe, após o emprego dos movimentos sociais em benefício próprio, os partidos se integravam, se alinhavam ao sistema político predominante.

A aproximação dos partidos políticos aos movimentos sociais de base popular, não em si mesmo, mas pela forma como se deu, levou à cooptação de lideranças importantes e ao afastamento delas das bases

sociais do movimento. A burocratização crescente dos sindicatos e a aproximação direta com partidos políticos ocasionaram o gradativo desgaste das entidades.

Os sindicatos mais combativos (como o sindicato dos bancários e os sindicatos ligados à educação), assumiram a postura de “cabos eleitorais” em períodos de campanha, fazendo coincidir agitações e greves estrategicamente em períodos eleitorais, com vistas a enfraquecer a “oposição”, e os ganhos para a categoria viriam como consequência. Trabalhava-se, ainda que inadvertidamente, para o fortalecimento do sistema político rondonopolitano.

Nas eleições municipais de 1992, o PMDB, que anteriormente já fizera alianças com outros partidos mais à Esquerda como o PSB e PDT, coligou-se com o PT.

O PT, que até então, não havia eleito nenhum parlamentar para a Câmara, pois aquele o representava naquele momento, o Vereador Juca Lemos, era ex-militante do PMDB, continuou sem tê-lo. Mas começou a partilhar postos na administração. Coligou-se com o PMDB novamente nas eleições municipais de 1996, e retornando ao Parlamento, ampliou mais um pouco seu poder de pugna. Nesse processo, o apoio da estrutura sindical foi importante. E mais ainda no processo que levou à renúncia do prefeito Alberto. A combatividade do parlamentar do PT, associado à diretoria de outros sindicatos, com vínculos a outros partidos (PPS, por exemplo), permitiu a reeleição do mesmo, garantindo maior participação, após as eleições municipais de 2000, maior ocupação em cargos de 2º, 3º e 4º escalão da administração pública municipal.

Entretanto, não podemos afirmar que a condição geral de vida dos trabalhadores tenha melhorado por causa disso³⁴⁹.

O emprego dos movimentos sociais na dinâmica político-partidária, com o objetivo de se galgar postos na administração pública, foi comprovada pelos depoimentos de diversos entrevistados, militantes de alguns movimentos e também de partidos políticos, desde longa data.

O que salta aos olhos, porém, é a utilização dos partidos políticos para encobrir a realização de interesses particulares, descaracterizando os partidos políticos demasiadamente. Que os partidos políticos historicamente representem interesses de classe ou frações de classes, não se discute, porém, o que se percebe é a sua crescente personalização, e de pessoas que, valendo-se de interesses pessoais e de grupos ou frações de classe para ampliar seu poder dentro do partido e chegar a um posto de comando, procurando se manter nele o quanto possível. Há uma tendência à exacerbação do quadro.

O partido político é apenas um meio para se alcançar um fim nem sempre confesso; beneficiando tantos quantos contribuírem para isso, mas respeitando a dependência regional e nacional. Os partidos não são fundamentais em si mesmo, no sistema político local, enquanto mobilizador dos filiados ou de parte da sociedade. A política assume caráter de negociação e as alianças são determinadas pelas elites partidárias entre um pleito e outro.

³⁴⁹ - Uma das justificativas empregadas pelos partidos de Esquerda de Rondonópolis para o fato de participarem de coligações, alianças e da divisão dos cargos através da “aritmética eleitoral”, é a de que no exercício nos cargos públicos teriam melhores condições de implantarem transformações progressistas no Serviço Público, em benefício da população. Com sinceridade, não é possível observar, através da observação presente e participante, melhorias no sentido aludido.

A longa citação que segue, explicita a função que progressivamente vem adquirindo os partidos políticos em Rondonópolis, dentro do sistema político que predomina:

“ Vamos dar a minha opinião enquanto presidente do partido agora, né? (...) porque hoje o tabuleiro político de Mato Grosso ta totalmente confuso. Há muito tempo teve essa confusão, numa eleição muito difícil, em 82. Na eleição de 86 foi a nomeação do Bezerra; eleição de 90 foi a nomeação do Júlio Campos; em 94 foi a nomeação do Dante. Em 2000 a gente já sabia. E quando foi dessa vez, não. Dessa vez não (...) O quadro político em Mato Grosso esse ano ta totalmente confuso, e se não fizer isso que o [determinado político – Wellington] já comentou aqui, os partidos coligados que não se fortalecerem vai pro brejo, ta? A vaca vai pro brejo. Ninguém sabe quem vai ganhar a eleição(...) então, esse tabuleiro, hoje, as pedras tem que ser muito bem mexidas. E tem que ser muito bem mexida, como? Com partidos de sustentação numa coligação com partido forte. Porque coligar com partido que amanhã só vai dar problema, é complicado: não vai dar tempo de televisão, não vai dar: porque política é voto; não vai dar voto, não vai dar nada. E esse trabalho aqui [de formação de aliança com outros partidos] o P? ficar o segundo partido, com 4 deputados, o primeiro já tem três, mais quatro, se o X for, cinco: ficam em igualdade com o Partido Z. (...)se ele for fica com 40 prefeitos(...) 40 prefeitos: então fica uma coligação forte; volta a ser uma coligação forte. Tem alguns deputados, eu vou até citar nomes, porque eu não sou de rodeios, o Y disse que ia carregar 20 prefeitos, e carregou só meio dúzia; o K, na hora que saiu [do seu partido] ia carregar o Mato Grosso inteiro; carregou pouca gente. Na realidade ele carregou dois (...)O N, saiu do PX, porque ele acha que aqui ele vai ter dificuldade de[se] reeleger.então tem que achar uma legenda onde ele acha que vai se eleger com a quantidade de votos que ele acha que vai ter. É um direito que ele tem de raciocinar assim. Tem horas que, o chavão, o ditado diz que chega uma hora que salve-se quem puder. E esse grupo agora, com 4 ou 5 deputados federal, com vários prefeitos, fica muito forte, e juntando mais o PX, que tem um número de prefeitos muito bom, realmente volta a ser uma coligação muito forte, e com toda chance de continuar governando o Estado(...) mas o povo gosta de líder. Se o grupo tiver bons líderes o povo vai votar. O povo gosta é de líderes. Se fosse assim, candidato sem condições, sem estrutura, ganharia, porque ele não tem nada. Mas não é bem assim não. Política é um pouco diferente. Política, o povo gosta é de líder. E o PX é uma coligação (...) e eleição se ganha com boas coligações, boa coligação e coligação bem feita. Não coligação de última hora, como aconteceu na eleição passada com nosso adversário. Ai o povo não aceita (...) diferente daquela coligação lá que foi uma aventura de ultima hora,

achando que somava dois mais dois é quatro; mas não é não: disso que eu to falando, dependendo, somando dois mais dois é menos um...”³⁵⁰ (grifos próprios)

Um ponto a ressaltar no trecho acima, é que os acordos intra e inter-partidários, se dão a partir da cúpula partidária, sem a consulta previa aos filiados “da base”, e que as alianças se deram predominantemente em função de resultados eleitorais. Novos projetos são idealizados a partir daí, o que retorna ao sistema político predominante, fechando o círculo.

A distribuição de cargos administrativos é feita em função da aritmética eleitoral, ou seja, o partido da coligação que “levar” mais votos, terá mais direitos, isto é, cargos e funções. Mas as previas do partidos já são decididas antes.

Tem prevalecido uma operacionalização da política após as eleições, preparando sempre o pleito seguinte. Ou seja, um prepara o outro, tendo importância a eficiência eleitoral, em detrimento da ideologia partidária e das necessidades prioritárias da população. Se opera a partir de programas ou reformas sociais.

A operacionalização da política pós eleição, depende e se subordina à política partidária regional e nacional, visto que segundo as regras do sistema eleitoral, o diretório depende, atualmente, do Deputado Federal. Aí tem se dado com maior evidencia o clientelismo pelo alto, e a dependência da localidade com relação ao regional e/ou ao federal.³⁵¹

Assim, a Democracia representativa tem sido considerada em termos de voto, desmerecendo o eleitor, mas preservando o cuidado sobre como tirar-lhe a preferência. O benefício ao eleitor – e que dá ares de efetivação da relação democrática - aparentemente, é que o mesmo deve ser atingido a qualquer custo, senão ele não vota, vindo a contrapartida do candidato eleito da forma de obras públicas e de prestação de serviços com qualidade relativa. Mas é uma contrapartida mediada por todas aquelas características listadas no capítulo anterior, que limitam, retardam o processo de evolução política, quando não a descaracterizam ou a fazem retroceder.

Resultante de condicionantes sociais históricos, a baixa socialização e consciência política tornou-se uma marca da política de Rondonópolis. Esse processo pode ser reconhecido pela predominância de práticas políticas convenientes ao sistema político predominante (empreguismo, favoritismo, troca de favores, compra/venda de votos, etc.), ao longo de sua historia, com tendência ao crescimento, e que legou à maioria da população a continuidade da crença de que “a política é um mal necessário”³⁵², empobrecendo a atividade e o debate da política para o diagnóstico e o prognóstico das questões.

O resultado desse “fazer política”, além da descrença geral, foi o beneficiamento material e simbólico (poder e prestígio, que no fim podem se traduzir em ganho material) no curto prazo, de agentes

³⁵⁰ - Extrato de gravação de reunião partidária. Discurso de um importante membro da cúpula partidária no momento em que anunciava sua desfiliação para lançar-se num “novo projeto político”. Em dez/2000.

³⁵¹ - Idem nota 283.

³⁵² - Debate entre acadêmicos da Universidade Estadual Sobral Pinto/Rondonópolis-MT, em abril/2005.

políticos diversos e/ou pessoas ou grupos de famílias a eles ligados; por sua vez reforçando a descrença na política enquanto meio para a satisfação das demandas da coletividade.

Mas o baixo nível de socialização ou de democratização nas relações políticas em Rondonópolis é resultado de condicionantes sociais maiores, e apesar de ter um “dinamismo particular”, sofreu determinações sociais externas.

O autoritarismo é uma das características mais gerais da sociedade brasileira, e que foi estendido às demais relações sociais. Herança da sociedade escravista, que não desapareceu nas fases seguintes da nossa história e que permanece de forma modificada e mais amena nos dias atuais.

O autoritarismo nas relações políticas impediu até recentemente, que a maioria das pessoas pudessem debater, se informar e se formar em política, e de manifestar-se quanto à escolha dos dirigentes políticos, uma das formas mais elementares de participação política. Até 1945, início do chamado período de Redemocratização”, apenas 5% da população tinha participação eleitoral³⁵³.

O crescimento da participação eleitoral foi contínuo a partir de 1945: o alistamento eleitoral aumentou para 18%, 47% e 70% da população, respectivamente nas décadas de 1960, 80 e 90.

Mas, ainda assim, mesmo que aumentada, a participação eleitoral seria exercida primeiro, mediante mecanismos arcaicos de controle do eleitorado, resquícios do autoritarismo do passado (como por exemplo, controle de listas de votos, conferência de urnas, etc.), especialmente em cidades e capitais interioranas, como Cuiabá e Rondonópolis. Parcela significativa desse eleitorado vende seu voto por promessas de emprego, por aviamento de receitas médicas, pagamento de contas de água, luz ou mensalidade de faculdade particular, bolsas de estudo, etc. Além disso, até o advento das urnas eletrônicas, a fraude eleitoral tinha forte peso.

Segundo, que a forma limitada de participação política, reduzida quase que somente ao exercício do voto, continuava a beneficiar grupos políticos e econômicos que historicamente detém o poder político e econômico (oligarquias regionais). A legitimidade do *status* e poder das oligarquias regionais, que antes era dado pela coerção física, mudou de dinâmica pela presença do sufrágio, e as grandes campanhas publicitárias passaram a influenciar na produção de resultados desejáveis.

A persistência dos fenômenos do machismo e do racismo atuaram como condições necessárias mais gerais para exclusões de participações políticas intra e extra-partidária. Mulheres e negros estiveram entre os contingentes excluídos do processo de democratização das relações sociais, políticas e econômicas. Eles formavam o contingente maior de analfabetos, quando estes não podia votar. E não apenas do exercício do voto foram excluídos, a maior parte do tempo, por serem analfabetos, mas a impossibilidade de receberem escolarização os afastou mais do crescimento da consciência crítica sobre a realidade vivida. O acesso à educação formal não é suficiente, mas é necessária:

³⁵³ - No período colonial, o exercício do voto era restrito aos chamados “homens bons”. Continuou restrito às pessoas de posses depois da Constituição de 1824, excluindo mulheres, índios, escravos e analfabetos.

“com a baixa formação social, sem recurso simbólico, sem a consciência dos direitos, os indivíduos sentem-se inibidos a participar, porque apresentam uma auto imagem negativa se comparada com a daqueles que participam...”³⁵⁴

Isso causou de certa forma a invisibilidade deles na política oficial, tanto no nível nacional, quanto a nível local. Os movimentos de Esquerda, principalmente partidos políticos, ignoraram a importância desse fenômeno, do racismo e machismo como limitadores no processo democrático; interpretado como um problema a ser resolvido depois de superada a luta de classes.³⁵⁵ A esquerda em tela, também não reconheceu nos movimentos políticos de negros, mulheres, homossexuais e ecologistas sua importância política. Na região de Rondonópolis, durante a maior parte de sua história política, a Esquerda local não observou e nem compreendeu o movimento histórico dos trabalhadores rurais. Tal compreensão, ainda assim parcial, só foi obtida nos anos de 1980.

O condicionante mais importante na formação do sistema político de Rondonópolis, foi a ação do Estado, agente principal da incorporação política e econômica de Rondonópolis ao restante do país e criador da Marcha para o Oeste.

Economicamente, a incorporação deu-se através da retomada e implementação da política varguista da “Marcha para o Oeste”, uma política de colonização bancada pelo Estado, através do provimento de infra-estrutura necessária (ainda que precária inicialmente), na construção e manutenção de estradas e instalação de energia; e assistencialismos para cobrir a precariedade na prestação de serviços menores e necessários.

Também o Estado atuou através da legislação fundiária, favorável a apropriação grandes extensões de terra a alguns (não fiscalização e favorecimentos) e cedendo pequenos lotes em áreas públicas a colonos descapitalizados, forçados a prestarem trabalho, inclusive escravo, nessas grandes glebas, sob diversos sistemas produtivos, valorizando regiões adjacentes com seu trabalho e aumentando os lucros e a acumulação do capital mercantil..

Assim, mesmo sem a proteção e os serviços de apoio necessário ao colono, a expansão foi estimulada pelo estado através da doação exígua da terra e de constrangimentos à pequena produção: frente a isso, o camponês era obrigado a arrendar terras adjacentes à colônia, dinamizando a economia em geral.

O Estado mobilizou fluxos migratórios, para a região, proporcionou a reserva de mão de obra e valorização da região, mediante o trabalho dos trabalhadores rurais.

Foi construída pelo Estado, uma estrutura fundiária que permitiu que a maior parte das terras (lotes pequenos), gerasse a dependência do camponês ao Capital Mercantil, e que, pelo pequeno arrendamento, fossem aumentando as dificuldades dele, pois, cada vez mais ele tinha que dividir a renda obtida através do aluguel das terras e o financiamento antecipado de sua sobrevivência que seria pago quando da colheita, a qual seria, então, subvalorizada.

³⁵⁴ - AVELAR, op. Cit. p. 229.

³⁵⁵ - FERNANDES, Florestan. **O PT em Movimento**. São Paulo: Autores associados, 1991.

Essa interdependência do arrendador, com o financiador gerou compromissos políticos e dependências pessoais, reforçando práticas políticas grosseiras, autoritárias, neocoronelistas.

A criação deliberada de lotes pequenos, impedindo a reprodução contínua da condição do camponês e de sua família; a subtração de grande parte da renda obtida na colheita, o empobrecimento subsequente do camponês, levou-o a mudar-se para outras plagas ou para a cidade, que por causa disso, principalmente, dos anos de 1970 em diante crescia em ritmo acelerado, reproduzindo, amplo modo, a concentração de renda rural. A modernização conservadora da agropecuária agravou tal processo em Rondonópolis.

A dependência econômica associada ao comprometimento político se reproduz e se expande na cidade, condicionando e consolidando um sistema político em formação, pois as bases para isso se puseram com a expulsão e a expropriação do trabalhador rural, e o inchaço, pobreza e miséria na cidade.

Densidade demográfica em continuo crescimento, desemprego, subemprego, deficiência escolar, habitacional, ausência de saneamento básico e de iluminação pública, de atendimento à saúde pública, ocupações rurais e urbanas e necessidade de regularização e dotação de infra-estrutura, foram fatores que condicionaram práticas políticas distorcidas no decorrer das décadas de 1970/80/90, geralmente sobre movimentos políticos populares e espontâneos. Uma elite política não inteiramente sensibilizada e preparada para encaminhar esses problemas de forma coletiva, no âmbito da Boa Política, contribuiu também para a edificação do sistema político rondonopolitano.

As bases políticas do federalismo, ou seja, o clientelismo autoritário pelo alto, podem ter sido condicionante forte, ao menos dos anos de 1980 para cá, respondendo em parte a falta de condições do poder público para o encaminhamento coletivo de soluções. O federalismo brasileiro é uma combinação de poderes executivos fortes, com poderes legislativos multipartidários. Dessa forma, para governar, presidente, governadores e prefeitos têm precisado formar amplas alianças partidárias, de alguma forma dificultando a concentração de forças em torno de programas mais consistentes de médio e longo prazo, e favorecendo a política clientelista pelo alto. Mas também não pode ser omitido que, em várias oportunidades, as condições para o estabelecimento desse tipo de governabilidade significava a garantia do encaminhamento de propostas conservadoras senão reacionárias, que atentavam contra o interesses dos pobres, miseráveis, negros, mulheres, homossexuais, índios, ou seja, a maioria do povo brasileiro³⁵⁶.

A ação predominantemente conservadora da Igreja, mitigando os problemas sociais, atuou como fator importante na formação e continuidade do sistema político atenuando os impactos e conseqüências das pressões sociais, e dos possíveis impactos de mobilizações e reivindicações mais radicais.

A ação ambígua dos partidos ditos de Esquerda também foi um condicionante forte para a continuidade do sistema político, pois na medida em que forçaram a democratização nas relações políticas, cavando um espaço para si, comprometeram os

³⁵⁶ - Para melhor entendimento da noção de povo brasileiro, consultar SANTOS, Joel Rufino dos. **Como os intelectuais podem trabalhar para os pobres**. São Paulo: Global: 2004.

movimentos sociais, que foram seus parceiros (e geradores em parte), submetendo-os a relações autoritárias, contraditoriamente. A não presença de progressos sociais consideráveis, em função da ocupação de cargos e funções obtidos sob a “aritmética eleitoral” das coligações partidárias, coloca em xeque o emprego dessas táticas em benefício do povo.

Consideramos, então que o sistema político não existe em si e por si mesmo, mas que sofreu condicionantes internos e externos no processo de formação; e que foi partir de uma base geral de formação econômica e social que ele pôde ser implementado e expandido constituindo-se propriamente, na essência da história política de Rondonópolis; e foi, pois, *na/em relação a ele* que surgiram as *resistências*, as *contestações* e, também, os *conformismos* por nós constatados.

As tendências atuais à baixa socialização da política, podem ser vislumbradas em algumas situações concretas.

Parece-nos que, apesar de tudo o que foi dito, o nível de consciência política está aumentando mais em termos abstratos do que práticos. O manifesto verbal de apoio à democracia pela opinião pública, entendida como a democracia político-eleitoral é relativamente menor que a manifestação de despreço aos direitos civis³⁵⁷. Ou seja, as pessoas defendem as relações democráticas na política (direito do voto), mas relutam em aceitar que um presidiário seja uma pessoa detentora de direitos. Essa postura, assumida pelo grosso da população, pode indicar uma tendência para a aceitação de práticas políticas distorcidas do sistema político, haja vista que a consciência política existe em parte abstratamente, convencionalmente, e não como uma cultura consistente. Entretanto, há movimentos em sentido contrário, tais como a maior participação de jovens de 16 anos nas eleições.

A instituição de Conselhos paritários, previstos na Constituição Federal de 1988, para a gestão de políticas públicas sociais, tem dado a aparência de democratização nas decisões públicas. Mas apesar do forte potencial democrático, tem sido usado para inclusive desvios de verbas.

O desgaste do movimento sindical tende a se acentuar. Ele saiu do centro para a periferia da cena política, tendo ultimamente atuado mais como um cabo eleitoral em períodos de campanha política.³⁵⁸ Os sindicatos estão incapazes de formular alternativas ao programa de reforma econômica mais geral, inclusive porque muitos deles ao aliados do governo federal e as conquistas que tiveram nos anos 80, foram perdidas nos anos 90, em troca da manutenção de empregos, que também foram

³⁵⁷ - AVELAR, op. Cit. p.402.

³⁵⁸ - Conferir nota no jornal A tribuna, em 22 e 30/7/2004, na qual sindicatos de trabalhadores manifestam apoio político eleitoral à candidatura de latifundiário.

diminuídos, provocando crise de identidade e de representação. E hoje, salvo as categorias profissionais mais importantes para o Capitalismo, e que ao mesmo tempo sejam mais organizadas e reivindicativas, o conjunto dos trabalhadores não está recebendo a reposição salarial, como por exemplo, o funcionalismo público. A honrosa exceção é o conjunto dos funcionários que recebem um salário mínimo, mas sua base salarial é muito baixa no Brasil.

A não realização de reforma agrária representa tendência à continuidade das lutas e pressões sociais; bem como a demora ou não resolução de problemas coletivos como o déficit habitacional tendencialmente forçará a continuidade dos movimentos sociais urbanos, campo aberto às ações político-eleitorais oportunistas, como soe acontecer.

A atuação das diretorias de associações de bairro, atreladas ao poder público representaram um retrocesso para o movimento social comunitário. Embora existam minimamente como organizações sociais populares, o descrédito em relação a elas cresceu muito e tende a piorar, em parte devido ao despreparo em lidar com a situação, e em parte devido ao assedio que sofrem constantemente pelos políticos, que acabam cooptando-os. E em se aprofundando a crise do sistema político dominante, é possível que as associações vão junto nesse decréscimo

A tendência à continuidade mínima desse sistema pode ainda ser vislumbrado no resultado da última eleição, que significou por um lado, a derrota das oligarquias tradicionais (Bezerra, Oliveira e Campos), que atualmente tem ocupado cargos inexpressivos na administração pública, e têm poucos representantes no Parlamento; e por outro, a vitória da nova oligarquia que está se consolidando no nível de estado, representando o grupo econômico com relações com a agroindústria. Nestes termos, para o sistema político de Rondonópolis, é possível que houve o reforço e ampliação do peso do poder econômico na realização do pleito, situação sabida, mas não comprovada³⁵⁹. Embora a nova oligarquia política que governa o estado e o município sejam originárias de Rondonópolis, não há garantias de que escapem do desgaste geral da crise política.

A insistência de lideranças comunitárias em centralizar a organização do movimento comunitário em entidades de representação municipal, estadual e federal,

³⁵⁹ - O Ministério Público inocentou o prefeito eleito das acusação da oposição (organizada num “movimento pró-ética” logo após o pleito), de corrupção eleitoral. Jornal A Tribuna em 12/10/2004.

pode significar a continuidade da perda de autenticidade, pois estas entidades são dirigidas por representantes de partidos políticos e mais identificadas dessa maneira.

Quanto à consciência política, a população parece estar crendo predominantemente na competência da nova oligarquia, ilusão que em parte pode ter vindo da crise que envolve a Esquerda no nível nacional, isso porque a ideologia do novo grupo dominante identifica política com competência técnica e administrativa, o que não resolve problemas como, por exemplo, o desemprego, a baixa remuneração, a economia informal, etc.

Por ser do mesmo partido do governador, parcela da população acredita no entrosamento político e econômico dos dois (prefeito e governo do Estado), que pode dar continuidade ao mito gerador do progresso vindo de fora. A “visão empresarial” deles pode gerar mais trabalho para Rondonópolis, via implantação de novas empresas, o que, depois do resultado da “guerra fiscal” brasileira, não parecem alentadores.

A vitória do empresário do agronegócio, pareceu demonstrar, ainda, amplo entendimento de que deve haver uma gestão aparentemente despolitizada, isto é, gerida por quem não é “político profissional”, e que apenas administra a coisa pública, tal qual ela se apresenta, de forma eficiente, porque emprega-se a racionalidade administrativa da iniciativa privada (custo/benefício). Isto pode trazer algum fôlego ao sistema político dominante.

Outra crença popular é que novos administradores ou administradores-empresários à frente da gestão política, podem conseguir trazer mais empregos. Em linhas gerais, esta “nova” consciência prega a “despolitização” da política e da economia, contentando-se com a reivindicação de emprego, ausência de corrupção e eficiência administrativa do Estado Mínimo. Esse neoliberalismo infantil, que já foi a pique, no nível nacional, com a queda do ex-presidente Fernando Collor, poderá ter alguma duração, mas não se sabe por quanto tempo.

Mesmo encontrando alguns elementos progressistas nessas posições gerais, elas são criticáveis e revelam que a maioria dessas teses não tem cabimento, pois considerando a administração custo/benefício, a primeira ponderação a fazer, a fazer é a de quantidade de fundo públicos para custeios e investimentos de que se deveria levar em conta. É a sua magnitude que pode projetar em princípio o alcance da melhor administração para o “Bem Comum”. E Rondonópolis deixou de ser fronteira agrícola

no final dos anos de 1980. Desde então, seu crescimento é modesto. A implantação da FERRONORTE nas franjas do município, parece que não trará grande reversão do quadro econômico de base, tanto porque novas fronteiras agrícolas bastante grandes estão surgindo, como porque as crises de “*commodities*” continuam a ocorrer.

A segunda ponderação, é que é importante estabelecer quais são as prioridades, face às necessidades da população: construir quadras de esporte na periferia, ou aumentar o número de creches públicas que funcionem em período integral; ou ainda estabelecimento de Escola Básica Pública de qualidade, do Ensino Infantil ao Ensino Médio, que funcione em período integral e com educação multiculturalista, ou o aumento de silos para a armazenagem de grãos?

A lógica custo benefício se aplica a empresas em regime de concorrência, a redução do custo de produção com o objetivo de obter preço mais barato, com mais quantidade e, se possível, melhor qualidade e maiores lucros no final. Mas os serviços públicos tem outra lógica: o do atendimento aos direitos humanos e sociais com qualidade e quantidade crescente, levando serviços e não mercadorias para o público (Saúde, Educação, Habitação, Saneamento Básico, Alimentação, Transporte, Lazer) visa a melhoria de condição e dignidade humanas, base para a ampliação da cidadania e democracia. A sociedade é muito mais complexa e profunda do que a administração de empresas, autoritariamente dirigidas e que superexploram o trabalhador.

A crença de que os recursos existentes já bastam e que devem ser administrados pela lógica do custo/benefício, também oculta a tomada de posição muito política dos empresários, que estão no poder e de que, na verdade, são necessários mais recursos para a administração pública para atender mais e melhor o povo e a maioria da população, justificativa para a existência da própria política.

Será que a maioria da população precisa mais da implantação de umas poucas indústrias, que possivelmente gerarão poucos empregos, com baixos salários em relação à demanda e por que são indústria voltadas para o agronegócio, que por causa alta tecnologia, precisa de pouca mão de obra; será que a prioridade em Rondonópolis é a reforma agrária, que poderia gerar mais empregos diretos no campo e indiretos na cidade, além de redistribuir renda? Sem falar que a instalação dessas empresas se dão, muitas vezes, a custa de isenção fiscal, que para gerar poucos empregos, onera os cofres públicos por vários anos. Essa lógica favorece ao segmento dos empresários mais do que aos trabalhadores, e empobrece o patrimônio público, gerando outras carências para o Bem Comum.

A cidade, em função dos poucos empregos que vem criando, pode vir a atrair migrantes que, por imaginarem uma economia promissora em Rondonópolis (pela

instalação de novas indústrias que empregam pouca mão de obra, e principalmente pelas condições da cidade de origem) gerem ou ajudem a gerar o resultado que em outros lugares vem sendo a violência urbana, pauperização, favelização, e o aumento da reserva mão de obra barata, tendendo a se acentuar.

Mas apesar desse quadro tendencioso à continuidade de práticas políticas distorcidas, com prejuízo maior para a coletividade, as possibilidades de superação ou de encaminhamentos melhores podem ser observadas, a partir de ações isoladas ou coletivamente, através do resultado das eleições.

A lei de Responsabilidade Fiscal, pode representar a possibilidade de controle e aplicações dos gastos públicos, ao menos os recursos mínimos destinados aos setores essenciais. A lei em si é apenas uma possibilidade³⁶⁰, sabemos, mas a imposição das regras para a gestão dos recursos públicos e o risco de punições, de pressões populares, de desprestígio pode ao menos inibir a realização de irregularidades absurdas, como no passado recente.

A reforma política do sistema político eleitoral representa uma possibilidade de amenização de práticas político-partidárias distorcidas, e que acabam se estendendo a outras organizações sociais, muito embora não possa ser vista como a solução para o problema, que é estrutural e atinge todas as esferas do poder político.

A reforma político-eleitoral deve fortalecer os partidos políticos e melhorar a atuação da elite política brasileira, se entre outras coisas exigir a fidelidade partidária, pelo menos. O problema do financiamento de campanha é mais complicado e pode acabar fazendo com que o Estado, que já banca indiretamente campanhas eleitorais, passe a fazê-lo oficialmente, caso permaneça o financiamento público.

Outra possibilidade esboçada é a resposta da sociedade expressa nas urnas. Ficou demonstrado no resultado da última eleição municipal, a relativa insatisfação da população com as oligarquias novas e tradicionais. Em termos percentuais, o comparecimento nesta eleição foi maior do que na eleição passada, dando a aparência de que a crise eleitoral resultante da “Semanada”, havia sido superada. Compareceram para votar cerca de 81,7% dos eleitores cadastrados em 2000; e 84,2% dos cadastrados em 2004, dando a impressão de retomada da credibilidade popular junto aos partidos políticos.

O colégio eleitoral de 2000 era de 97.282; e o de 2004 foi de 106.504, representando um acréscimo, entre um pleito e outro, no número de eleitores cadastrados de aproximadamente 8,5%.

No entanto, o aumento do número de comparecimento atingiu o percentual de apenas 3,5%. Ou seja, do eleitorado novo, apenas metade opinou, considerando ainda que o número de votos nulos, brancos e abstenções girou em torno de três a quatro pontos percentuais de diferença, para menos, em relação

³⁶⁰ - Uma das formas de burlar a lei orçamentária, tem sido transferir recursos que inicialmente foi destinado a determinada pasta, para outra, através de dotação orçamentária no decorrer do ano em exercício. Esse sistema precisa da autorização da Câmara Municipal, e tem sido prática corrente desde a implantação da Lei. Recursos destinados à Educação e à assistência social são transferidos por exemplo para cobrir gastos da secretaria de governo. Sobre isso consultar diário oficial do município de Rondonópolis.

à eleição passada, não representando virada significativa. O descrédito da instituição democrática se não aumentou, pelo menos não diminuiu, demonstram os números.

Estes resultados gerais, representam a tendência crescente, desde as eleições de 1992, de rejeição à política partidária, se somarmos desde essa data os votos nulos, brancos e abstenções.³⁶¹. Notamos um acréscimo de em média 6,5% por cento nessa rejeição, e mais concentrada nos candidatos ao cargo do executivo.

Neste capítulo, procuramos demonstrar que a democratização nas relações política em Rondonópolis, tem sido limitada por práticas políticas distorcidas, comprometendo a existência das instituições democráticas. O poder público teve participação ativa no processo, através dos seus representantes, tanto admitindo como omitindo-se diante dos fatos.

Também procuramos demonstrar a relativa participação das esquerdas nesse processo, que longe de se prejudicar, logrou êxito através da ocupação de postos na administração pública, acomodando por vezes amigos e parentes.

Procuramos salientar ainda a tendência ao agravamento do processo caso não hajam propostas consistentes, bem como as possibilidades esboçadas na reação coletiva da sociedade mediante o exercício do voto.

³⁶¹ - Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral-MT – Internet, e em arquivos do jornal A TRIBUNA de Rondonópolis-MT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de relações sociais e políticas democráticas plenas, é uma marca historicamente construída na sociedade brasileira

Na História de Rondonópolis, o reforço de práticas políticas autoritárias, impeditivas e limitantes da evolução da consciência política geral, e em particular da pessoas mais pobres, tem sido efetivada tanto por partidos ditos de direita como por aqueles ditos de esquerda.

Precisamos considerar a tradição patrimonialista e colonial presente na formação do Estado brasileiro para explicar o fenômeno do autoritarismo político contido na compra e venda de votos e demais práticas grosseiras e atrasadas, que ferem o princípio da Boa Política propugnada pelos clássicos, e compreender que o sistema político predominante em Rondonópolis é desdobramento da política nacional.

No entanto, precisamos reconhecer que, ultimamente, a situação vem tomando contornos absurdos, e que fenômenos recentes como o neoliberalismo auxiliam a sua compreensão. Parece-nos que a corrupção vem sendo entendida pela classe política como a única maneira possível de se “fazer política”. De modo que é nesses termos que a política se relaciona com as demais esferas sociais.

Infelizmente, a mentalidade de alguns dirigentes políticos que chegaram a ocupar o poder político é conservadora, entendendo que a população em geral deve receber a escolaridade básica, suficiente para a formação de mão de obra barata, restando a uma minoria privilegiada o direito de cursar ensino superior. Para eles, o Estado não precisa e nem tem o dever de oferecer um ensino que contemple formação filosófica e humanística; apenas técnica, e ai sim da melhor qualidade possível. Inexiste, para eles, necessidade de políticas públicas reparatórias, como cotas ou sobrevagas, por exemplo.

Elitismo, Racismo, preconceito de classe, autoritarismo são alguns elementos que traduzem a concepção mundo e de prática política ideal de grande parte da classe política local, como a pesquisa bem demonstrou.

A concepção de que o povo precisa ser guiado, dirigido ainda permanece no ideário de militantes político-partidários em geral.

O cultivo de valores éticos como a solidariedade, o respeito pelo que o outro é enquanto pessoa, pode contribuir para a diminuição de uma visão assim tão autoritária sobre as pessoas, e sobre o fazer política consequentemente, principalmente em se tratando de agentes políticos ativos em partidos. Esse elemento precisa ser reavivado, sob pena de se continuar usando o que é do povo contra o próprio povo. E então, é preciso que se estabeleça a partir daí, um limite entre o que é público e o que é privado, minimamente.

Em Rondonópolis, o poder público tem sido tratado como se fosse uma fazenda, da qual se tira o máximo de proveito possível. Seria preciso rever alguns privilégios políticos, como o nepotismo por exemplo, e que tem possibilitado a continuidade e aprofundamento dessa prática.

Há a necessidade de planejamento participativo, onde a comunidade seja convidada a participar de fato; e não apenas discutir o que já foi decidido em conluio pelos vereadores; normalmente, as audiências públicas são realizadas para decidir o que já foi decidido e isentar vereadores diante da opinião pública.

O aumento gradativo na crença da administração empresarial, e que deu origem à nova oligarquia política, consolida o predomínio do poder econômico sobre o sistema político, tanto em Rondonópolis, quanto no estado e país. A não aceitação dessa crença, quem sabe, poderia reverter a situação.

Batalhar pela superação dessa crença, é um trabalho possível, e a realização dessa pesquisa pode ser um exemplo disso. É certo que a participação política em Rondonópolis está extraordinariamente baixa. Mas, pensamos já ter justificado essa situação pelo “fazer política”, estruturalmente corrupto de parte significativa da nossa classe política, legando ao cidadão o niilismo e a descrença nas instituições democráticas.

Como exemplo dessa participação deficiente, lembremos que, no momento, não existe um estudo, um planejamento que responda por exemplo questões importantes como o problema da discriminação contra homossexuais, negros, mulheres. Grande parte dos “gays” e negros que assumiram ou assumem cargos público ou o poder político, interessam-se mais pela superação pessoal dos seus problemas, ao longo da cooptação política, perdendo a identidade com o seu grupo, se é que chegou a tê-la.

Ainda, a dita Esquerda se pautou mais pelo projeto de poder do que por um projeto de sociedade com desenvolvimento econômico e político. Perdidos em crises existenciais, muitos de seus intelectuais, ainda por cima querem fazer crer que a

Esquerda não existe mais; aliás, que ela, a rigor, nunca existiu: é só um ponto de vista, uma construção cultural. Mas, ser uma construção cultural não diminui nem limita sua existência e propósitos. Isso não pode justificar fugas de compromissos sociais, pois, independente de seus discursos escapistas e legitimadores do *status quo* e do imobilismo social, pois a história não pára, e isso importa mais. A recente crise política brasileira evidencia a continuidade da História e da luta social. Mas, sobretudo em Rondonópolis, não podemos deixar de prestar a atenção nas lutas econômicas e social, numa localidade em que os camponeses, de forma autônoma, dentro da aceleração da História. Seria muito melhor para a Democracia e para a construção da cidadania, de uma sociedade mais justa, que ao invés de dirigirem lutas sociais, aqueles intelectuais que conseguiram adquirir tal condição no âmbito das Ciências Sociais, dispensassem algum auxílio teórico para os pobres e miseráveis, superando sua ociosidade, egoísmo e orgulho, corroborando, ainda que, sem intenção, modas historiográficas estão, aparentemente, se consolidando como a concepção de História do Neoliberalismo.

A postura ambígua da dita Esquerda em Rondonópolis, a exemplo do que acontece no nível nacional, composta sobretudo por estudantes e intelectuais, ou de pessoas a eles ligadas, e que está imbricada no sistema político predominante, possibilitou que ela conseguisse aumentar sua presença na administração pública, pelo projeto de poder adotado, confundindo poder de governo com poder político de fato. Assim, foram “engolidos” aqueles que em tese poderiam puxar a discussão com a sociedade.

Do início do ano de 2004 para cá, quando começaram a estourar as denúncias de corrupção no governo Lula, a esquerda petista rondonopolitana manteve sua postura, inclusive reforçando-a, através de coligação eleitoral com partido historicamente ligado às oligarquias mato-grossense, seguindo diretrizes político-partidária de nível nacional (aliás, isso vinha ocorrendo desde 1992).

O acatamento dos ditames de ordem nacional, que é uma característica histórica dos partidos políticos locais e que revela sua dependência e subordinação externa, faz com que crise política vivenciada nacionalmente, afete o sistema político local, inevitavelmente.

A descaracterização da política rondonopolitana é um fenômeno não exclusivo dela, mas que atinge o sistema político nacional. É muito provável que em outros municípios a realidade não seja muito diferente. Por isso, a necessidade de reforma no sistema político eleitoral, poderia contribuir ao menos em parte para a superação dos

problemas mencionados nos capítulos três e quatro (mas sem esquecermos que reforma é re-forma).

Com os últimos acontecimentos, a população em geral que já vinha desacreditada das instituições democráticas, corre o risco de responder à situação com um numero maior de votos nulos e brancos, sem falar nas abstenções, que podem surpreender. Por isso, a classe política vem se mobilizando para aprovar ao menos os itens elementares da proposta de reforma que tramita no Congresso. Por incrível que pareça, até mesmo políticos conservadores que eram contra a reforma política e eleitoral, andam “se mexendo”. Mas a estratégia é resolver os consensos primeiro – questões que não envolvem tanta polemica, e que já podem valer na próxima eleição, e deixar os itens mais pesados para depois. Para eles, parece que o mais necessário é “dar uma resposta imediata” à sociedade, para evitar penalizações nas urnas, caso saiam candidatos.

Os pontos mais polêmicos dizem respeito à verticalização das coligações, a fidelidade partidária, o financiamento público, a lista fechada e a federação partidária.

A continuidade da flexibilização para as alianças nas alianças municipais estaduais e nacional, significaria também a continuidade das negociações políticas, e no caso de Rondonópolis a continuação da matemática eleitoral;” que possibilita o loteamento de cargos de confiança da administração pública para o pagamento de favores e apoios políticos. A maioria dos partidos querem a derrubada dessa proposta, numa clara demonstração de que a reforma política deve ser limitada. A maior parte da classe política não quer tocar fundo nas regras, pois foi com elas que eles chegaram lá, e lá podem permanecer.

A não exigência da fidelidade partidária no sistema político- eleitoral, também possibilitaria a continuidade da ação político-partidária como “negocio”, por aqueles tradicionalmente já o fazem.

Mas o item mais polêmico se refere ao financiamento de campanha, que mantém o fluxo da corrupção. O financiamento público traria mais um encargo para o Estado, que já mantém um fundo partidário (cerca de 40 milhões). Se aprovada a proposta, serão mais sete reais por eleitor.

A criação do fundo público de campanha não é garantia de eliminação do financiamento privado, mesmo porque não consta nas propostas, a punição adequada para a empresa que o fizer. E ainda assim, a morosidade da Justiça Eleitoral em julgar processos dessa natureza é tão grande, que quando um político vem a ser impedido, já gozou pelo menos metade do seu mandato, tendo tempo suficiente de honrar o

compromisso com o patrocinador de campanha. Então, a reforma política e eleitoral deveria ser acompanhada de reforma do Judiciário, outro osso duro de roer.

Mas navegar é preciso e alguma atitude deve ser tomada. Principalmente porque finalmente se chega à conclusão de que existe uma crise política que é sistêmica, envolvendo instituições públicas e políticas.

Alguma atitude deve ser tomada, ainda e, principalmente, porque apesar dela envolver toda a classe política, essa crise não atingiu o sistema econômico que é o que mantém um sistema político corrupto, porque lhe é extremamente útil e necessário.

FONTES

1 - Fontes impressas

1. Sumário De Leis da Câmara Municipal de Rondonópolis (1955-2003).
2. Parecer da Comissão de exploração do Rio das Graças ao presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Antônio F. Corrêa da Costa. 14/07/1897.
3. Constituição Federal do Brasil de 1988.
4. Constituição Municipal de Rondonópolis.
5. Coleção Municípios de Mato Grosso: Poxoréu. Cuiabá. Fundação Júlio Campos: Projeto Memória Viva. Fascículo nº03. S/d.
6. Revista Rondonópolis – 34 Anos: Do Carro De Boi ao Arranha- Céu. Sipmr Edição Histórica. 1987.
7. Revista Rondonópolis- Edição Especial. Sipmr. Jan/1983
8. Revista Liderança. Ano I . Nº I . Jul/Ago/Set/1986.
9. Revista Região Norte – Mato-grossense. Sie. Ano II. Ago/1987.
10. Revista Rondonópolis – Crescimento Com Qualidade. Sipmr Jun/1996
11. Revista Nova Imprensa. Rondonópolis/MT. Ano III; Nº 12.1989
12. _____; Nº 13.1989
13. Revista Memória Histórica E Genealógica De Rondonópolis: 50 -Anos (1953 A 2003).Rondonópolis: Acir:Dez/2003.
14. Revista Rondon. Rondonópolis. Ano XIX, Nº151: Jun/2003
15. Revista A Tribuna - Edição Especial: Dez/2003
16. _____: Abr/2004-08-12
17. _____: Jun/2004-08-12
18. Revista Roteiro. Ano II: Nº2: Jun/2004
19. Censos Demográficos de 1940 a 1990 - FIBGE SERPA, Paulo. Relatório Preliminar do Impacto Ambiental sobre áreas indígenas em função da implantação da Ferronorte S.A. São Paulo: Utraplan/FUNAI. Brasília: DPI – Coordenação de Desenvolvimento Ambiental. 1995.

20. Arquivo da Câmara Municipal de Rondonópolis - Atas das décadas de 1950 e 1960.
21. Arquivos do Jornal A Tribuna – Rondonópolis/MT de 1972 a 2004.
22. Arquivo particular de Terezinha Cury.

2- Fontes Orais:

1. -Maria Elza Espindola (Professora e moradora antiga da Colônia Macaco e Família). Entrevista realizada em junho/2004
2. -Terezinha. Cury (Moradora antiga).Entrevista realizada em julho/2004
3. -Arolda Duetti (Ex-vereadora da década de 60). Entrevista realizada em junho/2004
4. -Elza Oliveira(Ex-vereadora da década de 60). Entrevista realizada em julho/2004
5. -Pe. Lothar Bauchorowitz. Entrevista realizada em mar/2005.
6. -Afro Stefannini (ex-deputado federal e Estadual; ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de MT). Entrevista realizada em fev/2005
7. -Valdir Clemente (vereador, ex-líder comunitário, fundador URAMB); Hélio Luz (atual presidente da URAMB). Entrevista realizada em mar/2005.
8. -Dr. Fausto Faria (ex-prefeito). Entrevista realizada em mar/2005
9. -Calebino Marien (ex-coordenador municipal de cultura). Entrevista realizada em mar/2005.
10. -Zé Carlos do Pátio (ex-vereador e Deputado Estadual). Entrevista realizada em marc/2005
11. -Nenzão (líder comunitário- anos 80/90/2000). Entrevista realizada em mar/2005.
12. -Professor Benedito Duarte Libâneo (líder comunitário e fundador da URAMB). Entrevista realizada em marc/2005
13. -D. Juventino Kastering (Bispo Diocesano). Entrevista realizada em marc/2005.
14. -Sr. Vanderlei Batista de Souza (líder comunitário do Jardim das Flores- anos 80/90/2000). Entrevista realizada em marc/2005.
15. -Neicimar Celestino (Diretoria do sindicato dos Bancários); Sr. Erasmo B. de Souza. Entrevista realizada em marc/2005.

16. -Jurema Alves Cardoso (GRUCON). Entrevista realizada em marc/2005.
17. -Sr. Benjamim M. Delgado (ex-funcionário CER). Entrevista realizada em marc/2005
18. -Sr.Nelson Carvalho. Entrevista realizada em março/2005
19. -Dr.Alberto de carvalho (ex-prefeito). Entrevista realizada em março/2005
20. -Baltazar F. de Melo (agente de saúde comunitária e um dos fundadores do diretório PT/Roo). Entrevista realizada em maio/2005
21. -Sr. Wilson F. Lemos (fundador do diretório PMDB/Roo).
22. -Sr.Arlindo Marcolino da Silva e Zulmira da Silva (ex-colono da Vila Paulista). Entrevista realizada em fev e mar/2005.
23. -D.Olivia (mãe de Santo – anos 60). Entrevista realizada em maio/2005.
24. -Geraldo Alves (militante PMDB e líder estudantil secundarista). Entrevista realizada em maio/2005.
25. -Marcionilio Macedo Neto (ex-presidente do sindicato mato-grossense dos garimpeiros). Entrevista concedida em marc/2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, Teses, Ensaios e Dissertações

1. ALCOFORADO, Fernando. **De Collor a FHC: O Brasil e a nova (dês)ordem mundial**. São Paulo. Nobel. 1998.
2. ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret: impressão 2002.
3. AROUCA, José Carlos. **Repensando o sindicato**. São Paulo. LTR. 1998.
4. AGUIAR, Tereza Cony. **A urbanização em MT: um exemplo – Rondonópolis**. Dissertação de mestrado, UFRG. 1980.
5. AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**. Rio de Janeiro/São Paulo. Konrad Adenauer/UNESP. 2004.
6. AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 15ª ed. São Paulo. Globo. 2003.
7. BARBOSA, Carlos P. **Vila Operária: reduto de população migrante de Rondonópolis**. Cuiabá: UFMT-CPR: Imprensa Universitária: 1988.
8. BEIGUELMAN, Paula, **Formação política do Brasil**. São Paulo: Livraria Ed. Pioneira, 1976, cap.1.
9. BIGGIO, Elias das Santos. **Linhas Telegráficas e Integração de Povos Indígenas: as estratégias políticas de Rondon**. Dissertação de Mestrado. Brasília. UNB. 1996.
10. BÔAS, Orlando Villas e BÔAS, Cláudio Villas. **A marcha para o Oeste: A epopéia da expedição Roncador-Xingu**. São Paulo. Globo. 1994.
11. BOBBIO, Norberto et alli. **Dicionário de Política**. 2ª ed. Brasília, UNB, 1986.

12. _____. **Esquerda e Direita: Razões e significados de uma distinção política.** 2ªed. São Paulo: UNESP: 2001.(Edição revista e ampliada).
13. _____. **Estado, governo e Sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
14. _____. **Liberalismo e Democracia.** São Paulo. Brasiliense. 1988.
15. BOSCHI, Renato Raul. **Movimentos coletivos Urbanos.** (Org.). Movimentos coletivos no Brasil urbano. Rio de Janeiro. Zahar. 1983.
16. CAMPOS, Maria Izami. **Introdução à historia do município de Itiquira/MT.** HIS/ICHS-R/UFMT: 1999.
17. CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752).** Cuiabá/MT. EDUFMT. 2004
18. CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo Político Brasileiro.** São Paulo, Difel. 1979
19. CARMO, Ailon do. **Reminiscências de Rondonópolis.** Rondonópolis/MT: Gráfica Modelo: 2001.
20. _____. **Nos garimpos do Leste de Mato Grosso.** Rondonópolis. Gráfica Modelo. 1999.
21. _____. **História de Rondonópolis.** Rondonópolis. Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso/Conselho Estadual de Cultura. 2005.
22. CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983.
23. Castro, Maria Inez Malta. **O preço do Progresso: A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1914).** Dissertação de Mestrado. 1993.
24. CHAGAS, Sirley Rosa. **História Política de Pedra Preta.** HIS/ICHS-R/UFMT: 2001. Mimeo
25. CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** 4ª ed. São Paulo: Ática: 1991.
26. _____. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática: 1989.
27. _____. **A Rede Urbana.** São Paulo: Ática. 1989.
28. COSTA, Naldson Ramos da. **Trabalhadores urbanos em Rondonópolis: historia, luta e organização (1985-1991).** São Paulo. UNESP/Araraquara/SP. 1997.
29. COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo.** São Paulo. Cortez. 1992.
30. CURY, Carmelita. **Do Bororo ao Prodoeste.** Cuiabá: Gráfica Alvorada 1973.

31. DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política**. 5ª ed São Paulo Brasiliense 1984.
32. DELGADO, Arlindo. **O alcoolismo na sociedade bororo de Rondonópolis/MT**. HIS/ICHS-R/UFMT:1999.
33. DIRCEU, José e IANONI. **Reforma Política: instituições e democracia no Brasil atual**. São Paulo: Perseu Abramo. 1999.
34. DOMINGOS, José Álvaro. **Rondonópolis-MT e a crise no/do capitalismo dependente**. HIS/ICHS-R/UFMT: 1999.
35. ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 10ª ed. São Paulo. Global. 1989.
36. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975.
37. FEIX, Plínio José. **Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis/MT**. IFCH/UNICAMP: Campinas/SP: 2001.
38. FERNANDES, Florestan. **A condição do Sociólogo**. São Paulo. Hucitec. 1978.
39. _____. **O PT em movimento**. São Paulo. Cortez/Autores associados. 1991.
40. FERREIRA, Ivanildo e GOETTERT, Jones D. (Orgs). **Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar**. Rondonópolis/MT: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo:2002.
41. -FERREIRA NETO, Edgar Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto: 1988. p.18.
42. FERREIRA, João Carlos. **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá. SEDUC. 2001.
43. FERREIRA, Luciana de Moraes. **Movimentos Sociais Urbanos: O estudo de caso da “ocupação Vitória” - Vila Poroxo/Rondonópolis/MT**. HIS/ICHS-R/UFMT. 2002.
44. FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo.UNESP.1997.
45. FOUCALT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed. Graal. Rio de Janeiro 1985.
46. FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro. Rocco. 1992.
47. FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura Econômica, 1959.

48. GENEUREUX, Jacques. **O Horror Político: o horror não é econômico**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.1999.
49. GASPARI, ELIO. **A ditadura envergonhada**. São Paulo. Cia das Letras. 2002. V.I
50. _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo. Cia das Letras.2002.V.II
51. _____. **A ditadura derrotada**. São Paulo. Cia das Letras. 2003. VIII.
52. GOETTERT, Jarbas. **Da aldeia à cidade: a relação entre os índios bororos e os comerciantes dos bairros Jardim Atlântico e Europa –Rondonópolis/MT**. HIS/ICHS-R/UFMT. 2002. Monografia de Especialização.
53. GOETTERT, Jones Dari. **O vôo das pandorgas - a migração sulista para Rondonópolis**. Presidente Prudente/SP:Unesp: 2000. mimeo.
54. GONH, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Loyola. 2002.
55. GONTIJO, Nicozina Maria **O Brilho e a Miséria: Exploração garimpeira em Poxoreu**. UNB. 1989. Dissertação de Mestrado.
56. HEIDERICH, Célia Nunes. **Educação e Trabalho nos anos 90: Estudo introdutório do caso de Rondonópolis/MT**. HIS/ICHS-R/UFMT: 2000.
57. ISAAC, Paulo Augusto Mario. **Drama da educação escolar indígena Boé-Bororo**. Cuiabá. EDUFMT. 2004.
58. JANOTTI, Maria de L. M. **O coronelismo - uma política de compromisso**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense: 1984.
59. JORDÃO, Rogério Pacheco. **Crime (Quase) Perfeito – Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Brasil**. São Paulo. Perceu Abramo. 2000.
60. LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo. Alfa-Omega. 1974.
61. LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**.2ªed. Rio de Janeiro. DP&A.2001.
62. _____. **O marxismo**. São Paulo: Difel. 1979.
63. LEBRUN, Gerard. **O que é Poder**.4ª ed .São Paulo . 1982.
64. LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação da terra no Oeste brasileiro nos anos 50. In.: **Terra e Poder**. Revista Brasileira de História/ANPUH: São Paulo:V.06:nº12:mar/ago.1986.

65. _____ **Crise e mudança na frente Oeste de colonização.** Cuiabá. NDIHR/UFMT. 1982.
66. MAAR, Wolfgang Leo, **O que é Política.** São Paulo. Brasiliense. 1986.
67. MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** tradução de Lívio Xavier: 2ªed.:Bauru/SP: Edipro: 2001.
68. MARTINS, José de Souza. **O poder do Atraso.-** Ensaios de Sociologia da História lenta. São Paulo, Hucitec.1994.
69. _____. **(Des) Figurações: A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole.** São Paulo.Hucitec. 1996.
70. _____. **Expropriação e Violência.** Hucitec. 1991.
71. _____. **A sociabilidade do Homem simples.** São Paulo. Hucitec. 2000.
72. _____. **O cativo da Terra.** 2ª ed. São Paulo. LECH: 1981.
73. _____. **Os camponeses e a política no Brasil.**
74. MARX, Karl. **O 18 Brumário e as Cartas a Kugelmann.** 4ª ed. Rio de Janeiro. 1978.
-
75. MENDONÇA, Rubens de. **Sátira na Política de Mato Grosso.** Cuiabá-MT. Edições do Meio. 1978.
76. MIRANDA NETO, Antônio Garcia. E outros. **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro. FGV. 1987.
77. -MORAES, Rosa Terezinha. **Relações de Produção e trabalho na agricultura de Rondonópolis na década de 90-Rondonópolis/MT.HIS/ICHS-R/UFMT:1999.**
78. MORENO, Gislaene. **Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.** FFLCH/GEO. USP.1993.
79. MERHI, José Yussef. **Os pioneiros de Rondonópolis reverenciando o pioneirismo benemérito de José Salmen Hanze (Zé Turquinho).** Rondonópolis/MT. Gráfica União.
80. _____. **51 anos em Rondonópolis e 81 anos de idade.** S/data.
81. MONTAIGNE, Michel E de, 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural. 1980. (Coleção Os Pensadores)

82. MONTENEGRO, Antônio Torres. **Historia Oral e Memória**. São Paulo: Contexto. 1992.
83. MOURA, Carmem L. S. Itaborahi. **Homens Sem Terra Para Terra Sem Homens: Os posseiros da Gleba Cascata - Rondonópolis-MT (1975-1985)**: PUC/São Paulo: 1992. p.34.- mimeo
84. NARDES, Antonia M. **Rondonópolis/MT: sua espacialidade reconstruída**. Brasília:FAU/UNB:1997.
85. NASCIMENTO, Flávio A S. **Aceleração Temporal na Fronteira___ Estudo de caso de Rondonópolis**. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLSH. USP. 1997.
86. _____. **Há Partidos Políticos no Brasil?** São Paulo . USP. 1996. mimeo.
87. NEVES, Maria Manuella de Novis. **Elites Políticas mato-grossenses: competição e dinâmica partidário-eleitoral (1946-1965)**: Rio de Janeiro: IUPERJ.1988.
88. NETO, Alexandre. e SQUINELLO, Ana Paula. (Orgs) **Imagens, Memória e Historia: um passeio pelas praças, ruas e avenidas de Rondonópolis-MT**. Rondonópolis. APS Editora. 2001.
89. OLIVEIRA, Josemar R. **Análise da autonomia financeira do município de Rondonópolis/MT nos anos 90**. HIS/ICHS-R/UFMT:1999.
90. OLIVEIRA, Kênia de Lima G. **Introdução à Escravidão por Dívida: Estudo de Caso de Rondonópolis**. HIS/ICHS-R/UFMT. 1998.
91. OLIVEIRA, Marinalva F. de Almeida. **A pequena propriedade em São José do Povo-MT**. HIS/ICHS-R/UFMT: 1999. mimeo.
92. OLIVEIRA, Tânia Maria. **Associações de bairros de Rondonópolis/MT- organização ou movimento social**. HIS/ICHS-R/UFMT.2002.
93. PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret:2003. Tradução: Pietro Nasseti.
94. PLEKANOV. **O Papel do Indivíduo na História**. São Paulo: Expressão Popular:2000.
95. PORTO, Célia R. Theodoro. **Evolução Urbana de Pedra Preta**. HIS/ICHS-R/UFMT: 1999. mimeo
96. PRADO JR. CAIO. **História e Desenvolvimento – Contribuição da Historiografia para a Teoria do Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo . Brasiliense. 1972.

97. _____. **Evolução Política do Brasil (Colônia e Império)**. 18ªed. São Paulo: Brasiliense.
98. PROVENZI, João Batista. **História e cidades: Uma leitura a partir de São José do Povo (Rondonópolis/MT)**: HIS/ICHS-R/UFMT:2002.
99. REIS, José Carlos. **História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: editora FGV: 2003.
100. RODRIGUES, Pedro Ferreira. **A falência da Democracia Representativa Formal**. SINASEFE. Goiânia. 1999.
101. ROSA, Carlos Alberto. **O processo de independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana**. Cuiabá. Prefeitura Municipal. 1976.
102. ROSIENFIELD, Denis L. **O que é Democracia**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1994
103. ROUSSEAU, Jean Jacques. **Contrato Social**. São Paulo. Martin Claret. 2004
104. SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. São Paulo. Atlas. 2001.
105. SADER, Emir e GENTILLI Pablo. (orgs) **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.
106. SANTOS, Joel Rufino. **Como os intelectuais podem trabalhar para os pobres**. São Paulo:Global. 2004.
107. SANTOS, Marlene S. de Oliveira. **Poder local e Educação: a experiência de uma**
108. **educadora**. São Paulo/PUC. 1990.
109. SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: HUCITEC:1981.
110. _____. **O Espaço do cidadão**. 4ªed. São Paulo. Nobel. 1998.
111. SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Lucidez**. São Paulo. Cia das Letras. 2004.
112. SERRA, Eliane de Arruda. **O êxodo rural das colônias na formação do Distrito de Vila Operaria “São José” (1950/70)**:His/ICHS-R/UFMT:1997.
113. SCHIMIDT, Benicio e FARRET, Ricardo. **A questão urbana**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1986.
114. SCHIMITT, Rogério. **Os partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro. Zahar. 2000.

115. SILVA, Edson Jacinto. **O Município na Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo. Editora De Direito. 2001.
116. SILVA, José Graziano. **A questão Agrária**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense:2001.
117. SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá/MT: EDUFMT:1996.
118. SILVA, Laci Maria Araújo. **Historia da Educação em Rondonópolis**. Rondonópolis (não seria Cuiabá?): EDUFMT:1995.
119. SILVA, Natércia L. E. da. **Fatores sócio-econômicos que viabilizam a pratica de subsistência dos proprietários rurais da Gleba Rio Vermelho - ROO/MT**. HIS/ICHS-R/UFMT: 1999.
120. SIQUEIRA, Elizabeth M. “et alli”. **O Processo Histórico de Mato Grosso**. Cuiabá. UFMT.1990.
121. SODRÉ, Nelson W. **Formação Histórica do Brasil**. 10ª ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**. 1979.
122. SOUZA, Jucineide Moreira de. **A trajetória de um mito político - Rondonópolis/MT**. HIS/ICHS-R/UFMT:2002.
123. STEDILE, Joao Pedro. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro**. São Paulo. MST. 2000.
124. TASSARA, Eda e BISILLIAT, Mauren. (Orgs.) **O índio/ontem, hoje e amanhã**. São Paulo EDUSP: 1991.
- 125.
126. TESORO, Luci Léa L. M. **Rondonópolis - MT: um entroncamento de mão-única Lembranças e experiências dos pioneiros**. São Paulo,1993.
127. TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A Democracia na América**. 2ª ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP. 1977.
128. ULHÔA, Joel Pimentel. **(Neo) Liberalismo?**. Uma introdução. Uberaba: UNIUBE/Ed. Cone Sul. 1999.
129. VIERTLER, Renate Brigitte. **A duras Penas: Um histórico das relações entre índios bororo e “civilizados” n Mato Grosso**. São Paulo. FFLCH/USP. 1990.

130. _____. **A Refeição das Almas:** Uma interpretação etnológica do funeral dos índios bororo-Mato Grosso. São Paulo. FFLCH/USP. 1991.
131. VILA, Marco Antonio. **O nascimento da República no Brasil.** São Paulo: Ática: 1997.
132. VOVELLE, Michel: **ideologias e mentalidades.** 2ª ed. São Paulo. Brasiliense. 1991.
133. WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira.** 2ª ed Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1980.
134. _____. **O que é deputado.** São Paulo: Brasiliense:1984.
135. WERLANG, Edilse P. **Vila Paulista - Rondonópolis/MT: uma colônia estagnada.** HIS/ICHS-R/UFMT: 1997
136. WHITAKER, Chico . **O que é Vereador.** São Paulo Brasiliense.
137. ZAIDAN FILHO, Michel. **A crise da Razão Histórica.** Campinas. Papirus. 1989.